UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

Dissertação

Os empréstimos estrangeiros e o aparelhamento das economias sul-americanas (1860 – 1935)

Francisco Barreto de Almeida Neto

Pelotas, 2016

Francisco Barreto de Almeida Neto

Os empréstimos estrangeiros e o aparelhamento das economias sul-americanas (1860 – 1935)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Mariana Flores da Cunha Thompson Flores

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

A314e Almeida Neto, Francisco Barreto de

Os empréstimos estrangeiros e o aparelhamento das economias sul-americanas (1860 – 1935) / Francisco Barreto de Almeida Neto ; Mariana Flores da Cunha Thompson Flores, orientadora. — Pelotas, 2016.

220 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Imperialismo. 2. Empréstimos. 3. Dependêcia. I. Flores, Mariana Flores da Cunha Thompson, orient. II. Título.

CDD : 320.9

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Francisco Barreto de Almeida Neto

Os empréstimos estrangeiros e o aparelhamento das economias sul-americanas (1860 – 1935)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 28 de abril de 2016

Banca Examinadora:

Professora Doutora Mariana Flores da Cunha Thompson Flores (Orientadora)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Professor Doutor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli
Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Professor Doutor Fernando da Silva Camargo
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Professor Doutor Paulo César Possamai
Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo.

Agradecimentos

A concretização do sonho de participar de um Projeto de Mestrado por mais simplório que seja esse sonho exige um esforço coletivo para que seja materializado. Sou oriundo de uma família de educadores que acreditam no poder revolucionário da educação enquanto ferramenta capaz de oferecer aos seres humanos uma liberdade guiada. Por isso, em primeiro lugar gostaria de agradecer ao PPGH – Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas pela oportunidade de pesquisa que me foi dada. Destacando a figura do Prof. Dr. Aristeu Lopes que desde a minha primeira vinda para Pelotas cuidou de me amparar burocraticamente para que boa parte das demandas fosse resolvida a distância na maior segurança e praticidade possíveis.

Agradeço ao corpo de professores que ministraram as aulas durante o mestrado com destaque para a Prof.ª Márcia Espig pelas valiosas dicas teórico-metodológicas, que me ajudaram a enxergar minhas possibilidades diante da complexidade do objeto. Aos Professores Alexandre e Clarice pelas inovadoras abordagens historiográficas que me ajudaram a ampliar meu conceito de fontes e utilizá-lo a favor da versatilidade da produção. Aos Professores Doutores Caroline Bauer e Edgar Gandra pelas aulas mais didáticas que eu já havia feito sobre minhas produções estimulando a constante revisão de aspectos relevantes à produção. Agradeço também as importantes contribuições que o Prof. Dr. João Júlio e o Prof. Dr. Paulo Posamai fizeram ao meu trabalho durante à qualificação, chamando a atenção para erros técnicos, mas também conceituais, historiográficos e da estrutura do trabalho.

Quero agradecer também à Prof.ª Dr.ª Mariana Flores da Cunha Thompson Flores que com toda dinâmica possível aceitou me orientar em um projeto de pesquisa marcado pelo uso e estudo de uma contracorrente historiográfica na contemporaneidade e mesmo assim com toda dedicação e paciência esperou os momentos certos para me indicar possíveis avanços teóricos que aprofundaram nossa produção. A tendência geral neste caso era sempre o refinamento e a evolução para uma moderna forma de abordagem da categoria Imperialismo. Eu devo à senhora o retorno dos seres humanos à nossa produção, já que dados econômicos tendem a se destacar das ações humanas.

Agradeço aos professores formadores da banca examinadora da Dissertação de Mestrado. Os professores Doutores Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Fernando

da Silva Camargo e Paulo César Possamai com todo o empenho se dedicaram em observar as assertivas e erratas desta pesquisa apontando o caminho ideal para o amadurecimento do objeto pesquisado.

Gostaria de agradecer aos meus colegas de Mestrado, que compreenderam as dificuldades que eu estava passando por estar longe de casa e na medida do possível conseguiram fazer desta a melhor experiência que já tive academicamente. Em especial agradeço ao colega Matheus pelas vezes em que conversamos e tu me mostraste o quanto um intelectual pode ser humilde e obstinado. Além dos colegas Cléverton e Camila que entenderam perfeitamente as dificuldades que a distância causa e com pequenos gestos e palavras me incentivaram a continuar equilibrado. Finalmente agradeço ao colega Jean que diversas vezes me representou na UFPEL e nunca deixou demandas por cumprir.

Por fim gostaria de fazer um especial agradecimento aos meus familiares. Em primeiro lugar aos meus pais Eliane e Geraldo que com todo esforço e dedicação sempre acreditaram no conhecimento enquanto fonte de liberdade e por isso nunca mediram esforços para oferecer a melhor educação possível. Em segundo lugar aos meus irmãos Leonardo e Guilherme que com a sutileza acadêmica me guiaram durante a caminhada de pesquisa. Agradeço ao meu sobrinho Luís Eduardo figura ímpar em minha vida e à minha cunhada Thaís mais uma sedenta de saber. Finalmente agradeço e ofereço estes escritos à minha esposa Otília e o seu filho Caio que souberam esperar os anos de distância. Felicitem-se comigo, pois, esta conquista também é de vocês.

Resumo

Entre os anos de 1850 e 1920 o mundo sofreu transformações sem precedentes nas relações econômicas e sociais. Por todos os cantos do planeta ocorreu uma maior estreiteza econômica entre as nações que estavam decisivamente livres das amarras dos pactos coloniais e apoiadas nos avanços técnicos ampliavam incessantemente a rede de contatos internacional. Neste movimento expansionista, as remotas economias deveriam ser incluídas nas novas formas de relações financeiras, caracterizada pela falta de exclusividade comercial, abundância de capital e redefinição de propriedades e limites. A mudança era progressiva e outros formatos de relação eram considerados atrasados, antagônicos e até mesmo um obstáculo. Neste contexto é que as economias latino-americanas historicamente de herança colonial deveriam sofrer uma mudança radical nas bases estruturantes de forma que vínculos fossem criados ou reforçados no sentido de sustentar a fase que o capitalismo alcançou. Dentre as diversas características deste novo estágio do modo de produção capitalista o fator que mais nos interessa neste trabalho é a exportação de capitais, um elemento decisivo e que transformou as nações latino-americanas. As alterações foram no sentido de preparar as economias para o recebimento do fluxo de capitais que a partir então inundaram as nações e promoveram o desenvolvimento interno. Mesmo se tratando de um processo contínuo optamos por selecionar a Guerra do Paraguai (1864-1870), a Guerra do Pacífico (1879-1883) e a Guerra do Chaco (1932-1935) enquanto recortes temporais, mas também enquanto importantes pontos de inflexão das transformações econômicas em curso. Apesar do período de guerra ser por sua própria natureza marcada pela mudança em muitos aspectos, nosso trabalho vai no sentido de comparar estas alterações ocorridas durante os conflitos confrontando com as ocorrências fora dos mesmos a fim de perceber se estas alterações foram significativas e se levaram a uma condição de dependência econômica.

Palavras-chave: Imperialismo – Empréstimo – Dependência

Abstract

Between 1850 and 1920 the world has experienced unprecedented changes in economic and social relations. In the whole planet occurred an economic closeness among nations, previously freed from shackles of colonial pacts. These countries, supported by the technical advances, enlarged their international network of contacts. In this expansionist movement, remote economies should be included in the new forms of financial relations, characterized by lack of market exclusivity, plenty of capital and redefinition of properties and limits. Changes were progressive and different formats of relations were considered backward, antagonistic and an obstacle. In this context, Latin American economies, with colonial heritage, passed by a radical change in their structural bases in such a way that bonds were created or strengthened to sustain the phase that capitalism reached. Among several features of this new stage of the capitalist mode of production, the main factor of interest in this work is the export of capital. Considered here as a key element that transformed the Latin American nations. The alterations aimed to prepare the economies to the receiving of capital flows that, from then, promoted the internal development. Even considering the continuous process involved, we choose to select the Paraguayan War (1864-1870), the War of the Pacific (1879-1883) and the Chaco War (1932-1935) while temporal cut, but also as important turning points of the economic transformations underway. Despite of the particular characteristics of war period, mainly marked by the change in many ways, our work aimed to compare these changes during the conflict. Thus, we confronted occurrences out of the conflict in order to evaluate if these changes were significant and led to a condition of economic dependence.

Key words: Imperialism; Loan; Dependence

Lista de Tabelas

Tabela 1	Empréstimos estrangeiros a governos latino-americanos emitidos na Grã-Bretanha, 1822-1825.....	58
Tabela 2	Emissões de títulos latino-americanos na Bolsa de Londres: 1826 – 1850.....	59
Tabela 3	Datas das independências da América do Sul.....	60
Tabela 4	Comparação das Independências e dos Primeiros empréstimos	61
Tabela 5	Empréstimos do Brasil nas primeiras décadas do século XIX....	70
Tabela 6	Empréstimos contratados - Guerra do Paraguai, (1864 – 1870)	103
Tabela 7	Moratórias e renegociações das dívidas Latino-americanas na crise de 1873.....	110
Tabela 8	Empréstimos Bolívia, Peru, Chile na década de 1870.....	128
Tabela 9	Montante das emissões em valores nominais latino-americanos, 1880-1890.....	130
Tabela 10	Empréstimos externos a governos latino-americanos, por país, 1880 – 1890.....	131
Tabela 11	Montante das emissões em valores latino-americanos entre 1913 E 1928 na Grã-Bretanha.....	133
Tabela 12	Emissões de Títulos latino-americanos na Bolsa de Paris, 1870-1913.....	134
Tabela 13	Investimentos Alemães em Países estrangeiros.....	135
Tabela 14	Empréstimos externos a governos latino-americanos, 1920-1930.....	138
Tabela 15	Empréstimos das nações beligerantes da Guerra do Paraguai Lançados na Bolsa de Valores de Londres Dezembro de 1872	167
Tabela 16	A B C D - Histórico dos Pagamentos dos empréstimos Argentinos, 1872 – 1889.....	169
Tabela 17	Histórico do pagamento dos empréstimos do Brasil, 1871-1889	172
Tabela 18	Evolução do pagamento dos Empréstimos do Paraguai, 1871 e 1872.....	174
Tabela 19	Histórico do Pagamento dos empréstimos do Uruguai 1872-1884.....	179
Tabela 20	Empréstimos britânicos a nações do Pacífico Sul.....	182
Tabela 21	Histórico do pagamento do empréstimo boliviano 1872.....	184
Tabela 22	Histórico do pagamento do empréstimo do Peru 1872-1189.....	186
Tabela 23	Histórico do Pagamento dos empréstimos do Chile 1873-1886...	189
Tabela 24	Comparativo do pagamento dos empréstimos latino-americanos	191

	Introdução.....	11
	Metodologia em História Econômica Comparada.....	19
	Fontes.....	21
1	Primeiro Capítulo.....	24
1.1	Expansão capitalista, Imperialismo e dependência: Análise Histórica e Teórica.....	24
1.2	Classificação dos teóricos da dependência.....	28
1.3	Apontamentos sobre os Cepalinos/ Weberianos.....	32
1.4	Teoria Marxista da Dependência.....	37
1.5	Teorias da dependência: Convergências e divergências.....	40
1.6	O Padrão de Reprodução do Capital.....	44
1.6.1	O Ciclo do Capital-dinheiro (D-D').....	47
1.6.2	O ciclo do Capital Produtivo (P....P).....	49
1.6.3	Dinheiro – Força produtiva - Meios de Produção.....	51
1.6.4	Ciclo do Capital-Mercadoria (M' – D').....	53
2	Segundo Capítulo.....	55
2.1	Antecedentes históricos do Imperialismo britânico.....	55
2.2	A primeira onda de empréstimos (1821-1841): A formação dos Estados nacionais no contexto dos empréstimos estrangeiros.....	60
2.2.1	Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina).....	65
2.2.2	O Império do Brasil.....	69
2.2.3	Chile.....	72
2.2.4	Peru.....	74
2.2.5	Paraguai.....	78
2.2.6	Uruguai.....	82
2.2.7	Bolívia.....	83
3	Terceiro Capítulo.....	86
3.1	A segunda onda de empréstimos (1850 – 1883): Empréstimos no tempo do capital-imperialismo.....	86
3.2	Militarismo e empréstimos internacionais.....	91
3.3	Guerra do Paraguai (1864-1870).....	94
3.3.1	Economias na Guerra do Paraguai.....	102
3.4	Relações internacionais a partir de 1873.....	109
3.5	Guerra do Pacífico (1879-1883).....	113
3.5.1	O caminho para a segunda Guerra do Pacífico.....	118
3.5.2	Os empréstimos estrangeiros aos beligerantes da Guerra do Pacífico.....	127
3.6	A Terceira onda de empréstimos (1893 – 1920).....	129
3.6.1	Tempos de concorrência financeira.....	133
3.6.2	A dívida externa da América Latina nos anos vinte do Século XX	136
3.7	Guerra do Chaco (1932-1935).....	140
3.7.1	Os cartéis de Petróleo.....	143
3.7.2	Preparando para o conflito.....	150
3.7.3	Os Empréstimos Na Guerra do Chaco.....	154
4	Quarto Capítulo.....	158
4.1	Apresentação.....	158

4.2	Empréstimos belicosos – Bacia do Prata.....	162
4.2.1	Empréstimos pós-guerra do Paraguai.....	163
4.2.2	Confederação Argentina.....	168
4.2.3	O Império do Brasil.....	172
4.2.4	Paraguai.....	173
4.2.5	Uruguai.....	177
4.2.6	Empréstimos Pacífico Sul.....	180
4.3	O Pagamento das dívidas.....	183
4.3.1	Bolívia.....	183
4.3.1.1	Peru.....	185
4.3.1.2	Chile.....	188
4.3.1.3	Comparando os Incomparáveis.....	191
4.3.2	Considerações Finais.....	195
5	Referências Bibliográficas.....	200

Introdução

O trabalho que ora apresentamos é resultado de um esforço coletivo pela busca de entender as consequências da participação do capital estrangeiro, especialmente do império britânico, nas economias latino-americanas. Problematizando os efeitos da influência econômica europeia para as economias latino-americanas buscamos a verificação desta participação no desencadeamento de possíveis relações de dependência econômica, principalmente das forças produtivas latino-americanas em relação aos capitais estrangeiros prioritariamente entre os anos de 1850 e 1932. Convém inicialmente apontar a origem do interesse por esta problemática de pesquisa que surgiu a partir de experiências pessoais anteriores com a temática, numa abordagem distinta, onde o objeto de pesquisa concentrou-se principalmente na história bélica no cone sul da América[1]. Desde a organização de produções anteriores, diversas evidências indicaram o amplo uso de capital estrangeiro pelas nações sul-americanas nos séculos XIX e XX com o intuito principal de favorecer o desenvolvimento econômico latino-americano com vistas a uma maior participação no mercado mundial.

A notória participação europeia nas economias latino-americanas não era um assunto ultrapassado, pois, ficou latente que ainda hoje no século XXI havia uma divergência historiográfica marcante quanto às consequências da assimilação de capitais pelas nações no cone sul da América. Apesar das inúmeras visões em relação ao modo como se processou a concessão de capitais dicotomicamente resumimos assim, de um lado um grupo de intelectuais prosseguiam certificando que o capital estrangeiro foi o maior ensejador das agitações políticas e sociais no cone sul da América, inclusive sendo o principal responsável pela ocorrência das Guerras do Paraguai (1864-1870), do Pacífico (1879-1883) e do Chaco (1932-1935)[2]. Em contrapartida outros pesquisadores corroboravam que os capitais

[1] Dentre os principais trabalhos que publiquei e que considero pertinente à temática destaco o Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em História com o título *O imperialismo inglês na América: Visões militares da Guerra contra o Paraguai à Guerra do Chaco, 2013;* além de artigos publicados com destaque para *NETO, Francisco B. de A. Enquadramento do Paraguai ao modo de produção capitalista (1870 - 1875). In.: Colóquio Internacional do Museu Pedagógico, 2011, Vitória da Conquista-Bahia.*

[2] Esta visão historiográfica caracterizou-se pelo amparo no método do materialismo histórico marxista, no qual a proposta era reinterpretar os eventos históricos latino-americanos com

estrangeiros tiveram uma limitada influência nos eventos políticos e sociais da América Latina, inclusive nas causas dos conflitos internacionais que tinham caráter diverso, sendo que para este grupo – grosso modo, as influências dos capitais se resumiram ao campo econômico[3].

Ambas as linhas especulativas para a participação europeia no desenvolvimento econômico latino-americano inclusive para a ocorrência das guerras do Paraguai (1864), Pacífico (1879) e Chaco (1932) adotaram basicamente o mesmo corpo documental formado por balancetes econômicos, correspondências diplomáticas, memórias políticas, atas dos congressos e dos senados nacionais. Longe de querer arbitrar esta questão a intenção, portanto, foi partir de autores muitas vezes teoricamente divergentes, aproveitar a contribuição problematizando as divergências. Nesse contexto o estudo dos empréstimos de capital britânico surgiu de uma lacuna historiográfica das produções que versavam sobre História da América, pois, os estudos que apontaram a importância dos empréstimos, por diversos motivos não detinham atenção exclusivamente aos empréstimos.

Os empréstimos estrangeiros são o objeto de estudo desta dissertação utilizando os conflitos bélicos como recorte temporal. A opção pelas guerras como essência desta investigação repousa no fato de que o capitalismo na fase imperialista utiliza conflitos beligerantes como elementos imprescindíveis para realização da internacionalização do capital (Said, 2011, p. 41). Afinal, as relações capitalistas que o fenômeno imperialismo trouxe em seu âmago necessitavam de transformações nas economias locais, nas dimensões que a Revolução Industrial proporcionou aos capitalistas centrais. Neste sentido, os conflitos beligerantes, dada a capacidade de mudança radical, possibilitavam rápidas e profundas modificações

---

vistas a incluí-los em um contexto histórico mundial, particularmente do capitalismo mundial. Uma das ênfases mais promulgadas por esta linha de pensamento foi a tentativa de responsabilizar a influência do capital estrangeiro em eventos bélicos ocorridos no cone sul da América. Entre os autores que alinharam a este movimento destacam-se Júlio José Chiavenato (1980) e (1998), León Pomer (2008) que pesquisaram sobre a Guerra do Paraguai; Ravest Mora (1983) e Varigny (1922) que escreveram sobre a Guerra do Pacífico; e finalmente Gonzalez (1941) e Chiavenato (1981) que investigaram a Guerra do Chaco.

[3] Os adeptos desta linha de raciocínio buscavam as ambiguidades historiográficas redimensionando a participação estrangeira nos eventos históricos da América Latina, inclusive nos conflitos bélicos sul-americanos onde o protagonismo é atribuído à região do cone sul da América. Em relação ao nosso objeto de pesquisa os principais autores que representam essa corrente historiográfica são: Bandeira (1998), Bethell (2004), Doratioto (1996, 2002) no que concerne à Guerra do Paraguai; Donoso (2011), Basadre (2005) que produziram a respeito da Guerra do Pacífico; e por fim Cardoso (1984), Porcelli (1991)nas publicações acerca da Guerra do Chaco.

da estrutura econômica para o programo das mudanças em curso na América do Sul.

Contudo, ao abordar eventos bélicos latino-americanos, mais uma vez surgia a questão do império britânico enquanto culpada ou inocente das infelicidades nacionais. Caso pretendêssemos localizar no tempo onde este debate ganhou mais corpo ideológico, sem dúvida localizaríamos na América Latina por volta de 1960, quando linhas interpretativas marxistas e culturalistas passaram a influenciar o pensamento historiográfico e consequentemente as pesquisas resultantes passaram a ser classificadas entre adeptos ou não da responsabilização do capital britânico sob os infortúnios latino-americanos. Uma das correntes que obtiveram êxito[4] foi da Teoria da Dependência que desde os anos de 1960 é reconhecida pelo pensamento latino-americano como um complemento à Teoria do Imperialismo, por ter a capacidade de fornecer modelos de interpretação da realidade latino-americana. A Teoria da Dependência surgiu em meados da década de 1960 (entre 1964-67), no contexto histórico de integração da América Latina na economia mundial intermediada pela hegemonia norte-americana e essa Teoria objetivava reinterpretar a História da América a partir de categorias de análise de característica americana[5]. Por isso, ainda que Lenin, Hilferding, Bukharin e o próprio Hobson tenham assinalado em suas obras as teorias sobre como o imperialismo lançou as bases essenciais da dependência econômica, eles não propuseram o plano mais concreto da forma de operar em tais economias dependentes.

Esta lacuna teórica em nada deprecia as produções ditas clássicas sobre o Imperialismo, pelo contrário abre a possibilidade para que outros autores apostem na tentativa de captar o movimento do capital em sua processualidade no contexto de situações históricas concretas. O detido estudo exige do pesquisador atenção nos processos de produção e valorização deste capital, buscando compreender as mudanças significativas que o capitalismo impetra nesse processo de valorização do capital. No entanto, quando analisada a questão da exportação de capitais, marca do imperialismo moderno, as apreciações eram feitas em via de mão única, ou seja, do remetente europeu para o destinatário latino-americano dessa forma dificilmente

[4] Consideramos êxito o fato de um aporte teórico ter rompido a barreira das décadas de debates fornecendo aos pesquisadores um constate subsídio informacional que favorece o aprofundamento de determinado campo de estudo.

[5] Não confundir com estadunidense. Americana no sentido de oriunda da América, enquanto continente.

encontramos na historiografia um bom número de produções que se ativeram na apreciação dos impactos nas economias que recebiam os capitais importados. Justamente esse é o interesse dos intelectuais ligados à Teoria da Dependência, ou seja, identificar a reprodução do capital apontando as variantes de atuação desta reprodução nas mais diferentes economias, particularmente latino-americanas.

A Teoria da Dependência descende diretamente de duas principais linhas teóricas: a) dos esquemas de reprodução do capital; b) das teorias sobre o imperialismo moderno. Neste sentido, o padrão de imperialismo aqui abordado, enquanto categoria baseia-se no princípio da ampliação da mais-valia em nível mundial[6]. Optamos por esta forma de abordagem porque o século XIX foi marcado pelo projeto de criação de uma economia global única, que atingisse progressivamente as mais remotas paragens do mundo, fomentando uma ampla rede de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens e dinheiro[7]. No entanto, o debate historiográfico acerca da categoria Imperialismo não poderá ficar subordinado ao estudo teórico desse fenômeno, pois, corremos o risco de repetir o erro de entender os fenômenos mecanicamente. Indispensável, portanto, será analisar os impactos reais da expansão imperialista no cone sul da América, dando espaço para o surgimento dos imprevistos históricos, ou seja, eventos que fogem às 'leis' gerais da conduta imperialista. Para isso examinaremos a Teoria da Dependência, primeiro por compactuarmos com Cardoso & Faletto (2010) quando atestam a primazia teórica deste campo por possibilitar centrar a análise da dependência em sua manifestação interna a partir da perspectiva "causal-significante" em oposição aos preceitos estruturalistas de perspectiva "mecânico-causal", ou seja, fatores externos determinando eventos internos. Em segundo por compreendermos que não houve homogeneidade na expansão capitalista na América, sendo esta também a conclusão da socióloga Vânia Bambirra (1978) que

[6] Para Marx (1984) a possibilidade de ampliação da mais-valia em nível mundial desenvolveu-se como sendo simbiótico e dialeticamente presente na gênese e desenvolvimento do sistema capitalista.

[7] Para Lenin (1979) o imperialismo caracterizava-se por fomentar os mercados em escala mundial, controlar as fontes de matérias-primas, tendência à concentração de capitais, influência do capital financeiro na produção e acumulação. Neste mesmo prisma teórico, Cardoso (1984) avaliou que o imperialismo marcou a história econômica republicana da América Latina pelo vínculo com o estrangeiro. Para atestar isto, ele apresentou dados sobre o fluxo de exportações líquidas de capital no início do século XX, concluindo "que o fluxo de capital para o exterior financiava uma dívida cada vez maior dos países que tomavam emprestados" (CARDOSO, 1984, p.233), endividando o Estado e criando laços duradouros com os credores.

ao classificar os níveis de desenvolvimento dependentista, chegou a um resultado que ela classificou de “tipologia da dependência” em que avalia quais os componentes internos essenciais que determinaram uma espécie de marco geral da dependência.

Contudo, o momento abordado não foi de exclusividade de capitais, então porque estudar com maior ênfase os capitas britânicos? Escolhemos dar destaque aos britânicos observando a temática do vínculo sul-americano com capitalistas estrangeiros, onde Dos Santos (1968, p. 10) concluiu que a economia mundial sempre tem um país dirigindo as prerrogativas, coordenando as tarefas, restringindo a liberdade dos países dependentes, impulsionando ideologias e formas de dependência, bem como, padrões de divisão social do trabalho. Neste sentido, aponta Marini (2000, p. 50), que o erro mais comum na caracterização das economias dependentes é concebê-la como um capitalismo avançado em escala menor, quando na verdade ainda não estavam desenvolvidas todas as relações capitalistas nos moldes dos países centrais. Assim localizamos a origem do vínculo sul-americano em relação ao imperialismo britânico a partir da divisão do mercado mundial em zonas de influência monopólica, no início do século XIX. Neste momento era indispensável para os britânicos enquanto detentores da maior economia do mundo garantir as fontes de matéria-prima e em contrapartida exportar o excedente de produção e capital dos grandes capitalistas. Para a viabilização desta hegemonia mundial três passos importantes deveriam ser tomados orientados às práticas comerciais imperialistas: comunicação, armazenamento e transporte.

Para este intento a participação das instituições bancárias foi imperiosa por coordenar a expansão do capital financeiro, controlando o processo de concentração/centralização e investimento em negócios monopolistas que careciam de investimentos financeiros no processo produtivo[8]. Somente com o fortalecimento/consolidação dos monopólios é que o capital financeiro adquiriu as ferramentas ideais para o controle da produção e circulação dos capitais. Consequentemente, houve a implantação de políticas protecionistas que através da militarização e repressão da sociedade criou bases para a exploração da massa trabalhadora. Buscando investigar tal hipótese, Furtado (1978), parte da análise tipológica da economia latino-americana propondo a existência de três tipos de

[8] O apogeu do controle exercido pelo capital financeiro sobre o processo produtivo se deu na formação dos trustes e cartéis.

economia exportadora: a) produtos agrícolas de clima temperado característicos da Argentina e do Uruguai, b) produtos agrícolas de clima temperado característicos do Brasil, Colômbia, Equador, América Central e Caribe e c) economia exportadora de produtos minerais típicos do México, Chile, Peru, Bolívia e, posteriormente, a Venezuela exportando petróleo. Concluindo que os ramos comerciais que mais recebiam dinheiro britânico eram os segmentos com forte apelo nos mercados britânicos, mesmo que os estados prestamistas tivessem certa liberdade do que fazer com os empréstimos contratados. Concluindo que apesar de não haver pressão direta pela realização de determinada matéria-prima, a valorização de determinada mercadoria acabou por tipificar as economias. Assim, Furtado (1978) aponta que os vínculos econômicos que capitalistas avançados estabeleceram junto a países da América Latina foram determinantes para a história econômica destes países. Ainda mais quando tratamos especificamente dos empréstimos de capital destinados à manutenção de conflitos beligerantes, uma vez que estes investimentos não resultaram em retornos financeiros imediatos para os países conflitantes. Na verdade, os empréstimos, foram facilitadores do aprofundamento e concretização do processo de vínculo econômico dos países latino-americanos em relação aos capitalistas centrais.

A dissertação aqui apresentada está divida em quatro capítulos, onde a economia latino-americana é abordada no sentido das generalizações rumo às especificidades históricas. O objetivo desta estratégia de apresentação foi partir das explicações generalizantes contextualizando-as e problematizando-as quanto às verossimilhanças históricas genéricas que são comumente perpetuadas, comparando com a história nacional da América Latina de forma a evidenciar possíveis lacunas explicativas nos modelos generalizantes. Dito de outra forma, buscaremos através da análise comparada ratificar ou não as conclusões da Teoria da Dependência que apontam no capital britânico a responsabilidade pela debilidade das economias latino-americanas no século XIX que de acordo com esta teoria tinha o objetivo de limitar o desenvolvimento nacional e criar as bases da dependência econômica.

Para isso no Primeiro Capítulo observaremos o surgimento do Imperialismo em duas vias de interpretação, enquanto fenômeno histórico e enquanto categoria de análise histórica. Apesar de estes fenômenos terem ocorrido ao mesmo tempo, a velocidade de expansão do imperialismo superou consideravelmente o alcance das

ideias que interpretavam o fenômeno. Enquanto ações imperialistas eram brandidas em todo o mundo, boa parte das produções ainda centrava suas atenções na origem da expansão que foi localizada nos circuitos financeiros europeus. Sentia-se falta das produções que abordassem mais especificamente os atos imperialistas nas regiões que eram atingidas pela expansão do capital. Por isso, nossa preocupação nesse capítulo foi localizar um corpus teórico capaz de dar conta dos desdobramentos da expansão do capital-imperialismo na América Latina. Localizamos na Teoria da Dependência o aporte bibliográfico ideal para realizar esta empreita interpretativa por conta dos avanços historiográficos que esta teoria favoreceu. Finalmente, debatemos a teoria do Ciclo de Reprodução do Capital marxista, buscando aparelhar as unidades de comparação com um arquétipo de análise que fosse capaz de dar conta do processo de entrada e saída dos capitais estrangeiros nas economias latino-americanas que serão analisadas nos capítulos seguintes.

No Segundo Capítulo a investida se concentrará inicialmente em analisar os fatores históricos que levaram a Grã-Bretanha a se tornar uma nação economicamente hegemônica no século XIX. Somente após a devida contextualização da proeminência britânica é que lançamos mão de compreender qual a importância da exportação de capitais para a economia britânica e quais as diferenças entre as formas de investimento antes e depois do início do século XIX. Desta forma procuramos situar os princípios básicos da expansão financeira britânica e neste cenário qual o papel desempenhado pelas nações latino-americanas. Nosso foco de abordagem são os capitais que chegaram à América na forma de empréstimos, para isso dividimos os financiamentos em períodos definidos pelas fases de exportações de capital que nós chamamos de ‘ondas’. Nesse segundo capítulo abordamos a primeira onda de empréstimos que situamos entre 1821 e 1841, ou seja, no âmbito das independências nacionais. Julgamos a abordagem deste recorte temporal como sendo de suma importância, pois, foram as primeiras dívidas que as nascentes nações americanas contratavam junto ao capital estrangeiro, sendo que a partir de então os próximos empréstimos contratados sempre tinham vínculo com o pagamento dos empréstimos anteriores.

O Terceiro Capítulo dedica-se a demonstrar as singularidades da exportação de capitais principalmente na forma de empréstimos. Para isso localizamos outras duas ‘ondas’ de fornecimento de capital, uma primeira onda entre 1850 e 1883, e a

segunda onda entre 1893-1920. Dentro da onda localizada entre 1850-83 ocorrem duas Guerras objeto de nossa análise que foram a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Guerra do Pacífico (1879-1883) nas quais buscamos relacionar a partir das relações internacionais a participação que os empréstimos tiveram em cada economia de guerra. Buscando argumentar que os capitais estrangeiros eram mais um componente na imbricada relação econômica internacional latino-americana, demonstrando que os empréstimos faziam parte de um complexo quadro de determinações para a ocorrência dos conflitos. Para a Guerra do Chaco (1932-1935) que ocorre durante a terceira onda de empréstimos (1893-1920) esta foi uma tarefa mais complicada, pois, boa parte da bibliografia consultada apontava a ocorrência do conflito para a disputa entre os conglomerados petrolíferos Royal Dutch e Standard Oil. Além disso, os países beligerantes nesse conflito não tomaram empréstimo em Londres no âmbito da guerra, mas se valeram de empréstimos fornecidos por nações vizinhas na América do Sul. Daí surgiu uma hipótese de que esta seria uma forma de disfarçar os interesses imperialistas, dificultando a tarefa de justificar internamente o acontecimento da Guerra. Por isso que a abordagem dos empréstimos na Guerra do Chaco perpassa pela análise da formação dos cartéis petrolíferos, pelo relato dos desdobramentos políticos da ocupação do Chaco Boreal e finalmente do amparo estrangeiro que receberam as nações conflitantes.

Por fim, o Quarto Capítulo apontará os caminhos para o pagamento das dívidas. Para isso elencamos alguns empréstimos ilustrativos no âmbito das Guerras e acompanhamos como se deu o pagamento das dívidas. Com base em informações veiculadas na Bolsa de Valores de Londres ao longo da segunda metade do século XIX buscamos compreender quais as estratégias utilizadas pelos prestamistas para estimular a venda dos títulos da dívida pública latino-americana. Como foi grande o volume de empréstimos fornecidos optamos por destacar alguns mais representativos e acompanhar a condução dos pagamentos ao longo dos anos, comparando as nações devedoras elencando as táticas utilizadas para a quitação das dívidas. Com isso objetivamos apreender quais os critérios utilizados pelos prestamistas durante a cobrança dos bônus.

Metodologia em História Econômica Comparada

A Metodologia Comparada foi a escolha para esta pesquisa em História Econômica do cone sul da América no âmbito das guerras Guerra do Paraguai, Guerra do Pacífico e Guerra do Chaco. Portanto, a dissertação foi orientada pelo método comparativo tendo como unidades comparativas os conflitos bélicos que responderam à questão de como se processou a participação dos empréstimos estrangeiros para a ocorrência dos conflitos e quais as consequências dos empréstimos para a política econômica local. De acordo com Kocka (2003), historiadores que pretenderem realizar pesquisa comparativa deverão empreender a discussão de dois ou mais fenômenos históricos de forma sistemática e intercruzada, levando-os a identificar as similaridades e diferenciações entre os fenômenos históricos. Além disso, deverão identificar as continuidades, contextos históricos e as interrelações entre os casos estudados. No entanto, se o pesquisador que se propuser à pesquisa for fazê-la utilizando como fonte apenas as ditas 'primárias' levaria um tempo muito grande para concluir a pesquisa, além de incorrer ao risco das imprecisões históricas. Por isso, para Kocka (2003) no desenvolvimento da pesquisa histórica comparativa pode-se lançar mão da pesquisa em bibliografias 'secundárias', onde haveria o uso das fontes 'primárias' como elementos enriquecedores do objeto pesquisado, levando à 'cooperação historiográfica' de que tanto depende o método comparativo. Chamamos a atenção para isto porque por diversas vezes nossas fontes serão secundárias, por conta da dificuldade de se ter acesso às fontes primárias em História Econômica. Além disso, existe uma dificuldade inerente à amplitude da abordagem que envolve sete países em momentos específicos que são as guerras, mas sem abandonar a perspectiva do âmbito temporal dos conflitos o que tende a contribuir decisivamente na dificuldade de realizar esta pesquisa.

Por isso, a escolha do método comparativo justifica-se pela proposta de fazer uma revisão bibliográfica, tanto por evidenciar particularidades de uma nação ou situação a partir de outra nação, como também possibilitar a elaboração de padrões que identifiquem semelhanças e diferenças entre realidades distintas (Bloch, 2003). Por exemplo, ao se comparar os empréstimos financeiros às nações próximas no tempo e no espaço tem-se a vantagem de elucidar as influências mútuas, bem como

as inter-relações ou motivações internas e externas do fenômeno estudado. Desta forma, a comparação entre sociedades sincrônicas que guardam entre si relações de interação pode fornecer uma visão clara do problema comum que atravessavam.

História Comparada, portanto, é uma modalidade historiográfica que não se limita ao comparativismo histórico, mas vai além dele ao delimitar os campos de observação através da elaboração das unidades de comparação, estimulando uma visão geral do objeto. Para Marc Bloch (2003), a História Comparada deveria ser construída em torno de problematizações específicas. Neste sentido, elaborar as unidades de comparação problematizando-as significa:

a) Deliberar a amplitude do campo de observação, que no caso desta pesquisa será triplo, pois, trata-se de três guerras na América Latina durante o desenvolvimento do imperialismo;

b) Promover a articulação interdisciplinar, outro elemento indispensável já que dificilmente uma área de pesquisa consegue cobrir satisfatoriamente todo um tema, no nosso caso serão indispensáveis as contribuições da Economia, da Sociologia, do Direito, etc.;

c) Estatuir a perspectiva em que se inscrevem a abordagem dos eventos. Para esta pesquisa utilizaremos a visão problematizadora, pois, partimos de questões determinadas acerca da influência do capital estrangeiro na América Latina;

d) Optar por uma perspectiva da abordagem comparativa, que visa examinar diversos episódios de modo a incluí-los em um sistema geral, que em nossa produção são as relações entre credores e devedores;

e) Finalmente, experimentar as metodologias comparativas que comporão as unidades de comparação, que de forma geral baseiam-se na percepção de diferenças e afinidades, na produção de analogias, na elaboração de modelos de explicação e aproximação das realidades, na identificação de traços singulares de cada nação, entre outros.

Consequentemente, definir os elementos que farão parte das unidades comparativas não é uma tarefa simples, pois, devermos manter a perspectiva comparada tanto durante a análise das fontes, quanto durante a escrita do texto. Para isso nos apoiamos nas considerações de Jürgen Kocka (2003) que propõe estratégias de trabalho com temas intricados a partir da assimetria das fontes. Salientamos isso porque os levantamentos das fontes documentais se mostraram

mais profícuos em relação a temas ligados a Guerra do Paraguai, ao passo que em relação à Guerra do Pacífico e Guerra do Chaco boa parte das referências bibliográficas foram limitadas. No entanto, Kocka chama a atenção para o risco da superficialidade e das idealizações que podem ocorrer ao se utilizar fontes "assimétricas". Para evitar estes embustes historiográficos é que Theml & Bustamante (2007) indicam a atitude de problematizar as fontes através da História Comparada não aceitando a veracidade de um corpo de documentos específico, mas buscar rastros do objeto de pesquisa nas mais variadas fontes. Neste sentido, o pesquisador que optar pela comparação enquanto metodologia de pesquisa deverá ter em mente a incompletude das fontes e consequentemente a necessidade de amplas leituras que deem conta dos dados a serem levantados.

Fontes

A ideia para este trabalho é baseá-lo predominantemente em uma revisão bibliográfica da atuação imperialista dos capitais estrangeiros no cone sul da América com o objetivo de mostrar como esta questão foi e está sendo tratada na historiografia remota e contemporânea. Essa opção pelo balanço do desenvolvimento histórico do imperialismo tem a prerrogativa de fazer aparecer as teorias e polêmicas resultantes de debates anteriores, revelando aí um processo de continuidades e rupturas. No entanto, pautar o trabalho em uma revisão bibliográfica não quer dizer que serão excluídas as fontes documentais. Muito pelo contrário, pois, soma-se ao estudo das referências bibliográficas, a busca por verificar as informações fornecidas pelo autor a partir da análise das fontes documentais utilizadas.

Para além de hierarquizações das fontes, utilizaremos arquivos oficiais digitalizados ou por digitalizar que podem ser encontrados nos Arquivos Nacionais do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia, Chile e Peru. Nestes arquivos encontraremos dois corpos documentais importantes. O primeiro corpo de fontes analisadas serão as fontes do poder legislativo. A partir do exame das atas dos congressos e senados dos países beligerantes esperamos encontrar subsídios que forneçam o clima político no âmbito da guerra, além do corpo de leis que regiam os

países, bem como ocorreu politicamente a adoção dos empréstimos pelos governos analisados.

O Segundo corpo documental será formado por obras bibliográficas que possibilitem uma revisão da possível dependência causada pela ingerência do imperialismo da Grã-Bretanha sobre as economias e sociedades sul-americanas em três recortes temporais, primeiramente no âmbito da Guerra do Paraguai (1864), posteriormente na Guerra do Pacífico (1889) e finalmente na Guerra do Chaco (1935). Para tanto, inicialmente, será feito um levantamento analítico comparativo das principais correntes da Teoria da Dependência apontando as semelhanças e diferenças teóricas e ressaltando os avanços e limitações de cada corrente. Neste sentido as duas principais correntes analisadas terão como representantes o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e o seu companheiro de escrita Enzo Fellato ditos da corrente Weberiana e em contrapartida apreciaremos as propostas da corrente Marxista representada neste texto por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra.

Ainda dentro do corpo documental bibliográfico, em um segundo momento buscaremos comparativamente apreciar a realidade histórica da atuação do capital estrangeiro, sobretudo da Grã- Bretanha em relação às economias nacionais sul-americanas na segunda metade do século XIX, buscando identificar as alterações no modo de produção, a partir de informações contidas em Hobsbawm (1998) e (2004), Belluzzo (2004), Cardoso (1984), Donghi (1975), Furtado (1978), Ianni (1987), Pastore (2007), Franco (2011), Mariutti (2003), Arruda (2007). Assim será possível estabelecer um perfil das economias latino-americanas e dos capitais estrangeiros nelas investidos, bem como analisar os contextos e a participação destes capitais em relação ao financiamento da Guerra do Paraguai, a Guerra do Pacífico e a Guerra do Chaco. A intenção é analisar o fluxo de capitais entre a Europa e América do Sul a fim de estabelecer um modelo de investimento financeiro e os impactos que estes ocasionaram nas relações de produção do cone sul-americano.

Neste sentido, ao se abordar especificamente a Guerra do Paraguai analisaremos as propostas de Barros (2007), Dourado (2010), e Figueira (2001). Nos levantamentos referentes à Guerra do Pacífico o estudo será a partir das seguintes obras: Bonilha (2004), Doratioto (1996) e (2002), Basadre (2005), Pease (1995), Santillana (2010), Vilarino (2006), Pacheco (2012) e Urrutia (2008).

Enquanto em relação a Guerra do Chaco, os autores Mirow (1979) e Zischka (1936) serão utilizados para indicar os caminhos para a disputa entre empresas da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos pelo domínio de regiões que detinham reservas de petróleo no mundo. Enquanto as obras de, Vilarino (2006), Sebben (2010), Freire (2008) funcionaram como referencial historiográfico da Guerra do Chaco.

O terceiro corpo documental que utilizaremos serão os jornais mensais chamados de Manual Mensal do Investidor (em inglês The Investor's Monthly Manual) lançado pela Bolsa de Valores de Londres e que tinham como objetivo informar aos possíveis investidores dados relevantes sobre a condução dos negócios britânicos em todo o mundo. Desta forma, os jornais traziam dados atualizados sobre os mais variados negócios que envolviam os capitais britânicos, inclusive sobre os empréstimos públicos que apresentavam os títulos ofertados na Bolsa. Para nossa produção a descoberta deste corpo documental significou um fechamento ideal da nossa problemática, pois, responde a uma série de questionamentos sobre a relação econômica entre a Grã-Bretanha e a América Latina, além de proporcionar o acesso a uma visão que era disponibilizada aos investidores sobe a situação das nações tomadoras dos empréstimos.

Buscamos em nosso trabalho uma experiência de expor o objeto de estudo, além de reconstruir os discursos históricos dos autores consultados, o que caracteriza este trabalho como sendo de História e Historiografia. Por diversas vezes apresentaremos o discurso dos autores que estaremos debatendo destacando a orientação teórica e metodológica, mas em outras ocasiões, lançaremos mão apenas das informações disponibilizadas sem nos atermos tanto aos princípios historiográficos que nortearam as exposições. Esta atitude tem com o objetivo de facilitar a leitura, pois, os autores têm orientações e finalidades diversas e abordar estes múltiplos objetivos traria uma confusão desnecessária, além de tornar a dissertação de uma extensão incalculável.

1 Primeiro Capítulo

1.1 Expansão capitalista, Imperialismo e dependência: Análise Histórica e Teórica

O capitalismo traz em seu âmago a adaptação na marcha de expansão e no final do século XIX transformou o mundo no que concerne às relações sociais e produtivas. As transformações que ocorreram nos países industrializados foram tão expressivas que transformaram as maiores economias naquele momento em núcleos de atração do fluxo de renda da maioria dos países no cenário global. Dentre as mais importantes transformações listamos as que consideramos como mais determinantes para a nova fase experienciada pelo capitalismo[9] são:

1. União de interesses entre o capital industrial e o capital bancário;
2. A crescente na movimentação de capital-dinheiro (responsável pela continuidade e expansão dos capitais produtivos);
3. Os efeitos da II Revolução Industrial, com mudanças expressivas na escala de produção;
4. Elevação da produtividade do trabalho;
5. Expansionismo territorial, econômico e político dos países mais desenvolvidos em direção a seus pares e aos países mais pobres, inclusive pré-capitalistas;

Para o nossa produção a mudança fundamental com dimensões globais que ocorreu entre o final do século XIX e início do XX, período comumente chamado de Imperialismo[10], foi a crescente concentração de capital à disposição de poucas

[9] Esse tema foi objeto de preocupação de estudiosos da época, posto que o sistema mostrou uma faceta extrema na forma de exploração do trabalho, assim como no expansionismo e opressão violenta de povos distantes. Boas sínteses sobre este período podem ser encontradas em Hobsbawm (1998, p23) que analisa “o triunfo e a transformação do capitalismo na forma historicamente específica de sociedade burguesa em sua versão liberal”. Enquanto Wallerstein (1999, p.48) concebia uma visão integracionista dos opostos, acreditando no plano de fomento de uma economia-mundo. Numa perspectiva harmônica o indiano Said (1993, p.19) que ao propor entender o Imperialismo em sua expressão cultural autovaloriza a iniciativa que “Pela primeira vez, a história e a cultura do imperialismo podem agora ser estudadas de maneira não monolítica, descompartimentalizada, sem separações ou distinções reducionistas.” Três referenciais que partem de problemas análogos, mas com propósitos bem diferenciados que acreditamos ser capaz de fornecer uma visão complexa do século XIX, início do XX.

[10] De acordo com Amaral (2012, p. 11) Hobson foi o primeiro influente teórico a falar de Imperialismo moderno inaugurando temática a partir de Imperialism (1902), ao qual escrevendo a partir da perspectiva dominante foi capaz de oferecer um detido olhar nos

empresas em variados ramos comerciais. A extrema concentração verificada consequentemente dotou essas empresas de um poderio econômico antes raramente visto e a partir de então favoreceu os detentores do capital de uma capacidade de interferir na dinâmica geral das economias do globo. Por isso consideramos que a união de objetivos entre o capital industrial e o capital bancário, que funcionava como agente centralizador do capital-dinheiro da sociedade[11] foi um dos principais agentes catalizadores dessas mudanças econômicas. Ou seja, a expansão do poder capitalista esteve atrelada à competição interempresarial pela captação do capital circulante. Neste interim, as nações imperialistas, beneficiaram-se das competições interestatais[12] através da formação de estruturas políticas dotadas de competências organizacionais[13] cada vez maiores e mais complexas no intento de vincular o meio social e político no qual se realizava a acumulação de capital. Essas disputas resultaram em estados que detinham o controle das fontes de excedentes de capital, sendo esta uma das maiores qualidades do sistema imperialista, pois, apesar das contradições inerentes ao sistema se alcançou a expansão da acumulação, inclusive através da exportação das dialéticas relações de produção.

A fase de expansão financeira do capitalismo no fim do século XIX representou o início do fim da hegemonia britânica no sistema-mundo, ou seja, essa nova fase ocorreu quando a expansão do capital, liderada pela Grã-Bretanha, não conseguia mais se manter, abrindo espaço para o aparecimento de novas concorrentes ao posto de liderança mundial. De acordo com MAURO (1973, p. 213)

---

problemas de seu tempo reconhecendo as injustiças e os horrores do imperialismo moderno. Talvez por isto Hobson tenha exercido uma considerável influência sobre as principais publicações sobre o tema, inclusive sobre os teóricos marxistas. Quanto a estas, nos referimos aqui aos trabalhos de Rudolf Hilferding (O Capital Financeiro, 1990), Rosa Luxemburgo (A Acumulação de Capital, 1970), Nicolai Bukharin (A Economia Mundial e o Imperialismo, 1917) e Vladimir Lenin (Imperialismo, fase superior do capitalismo, 1917). Assim entendermos que estes autores se dedicaram a apontar as características essenciais do capital- imperialismo utilizando como recorte histórico-temporal o período que se inicia de 1860 até o ano de publicação das respectivas obras.

[11] Em tempo o capital financeiro e o capitalismo monopolista, somavam-se, completavam-se e geravam-se mutuamente, constituindo-se nos responsáveis por uma nova forma de acumular capital e de organizar as relações de produção dentro do sistema capitalista (HILFERDING, 1990, p.90).

[12] Para ARRIGHI (1996, p. 19) todas as vezes que os processos de acumulação de capital, em escala mundial, atingiram seus limites de expansão, ocorreram longos períodos de luta interestatal.

[13] Capacidade organizacional necessária para promover, organizar e regular uma nova fase de expansão capitalista, de escala e alcance maiores do que a anterior.

as expansões financeiras são entendidas como sintomas de uma situação de depreciação econômica em que os investimentos na expansão do comércio e da produção não são mais efetivos no objetivo de elevar o fluxo de capital que vai para a camada superior capitalista. “Nessa situação, o capital investido no comércio e na produção tende a retornar a sua forma monetária e a se acumular mais diretamente.” (MAURO, 1973, p. 243). Essa acumulação que se dá em escala mundial faz parte de um hall de estratégias mediante as quais os agentes financeiros[14] promovem, aparelham e controlam a expansão e a constante reestruturação da economia capitalista mundial.

Ao vincularmos a expansão capitalista a um movimento de controle centrado nos agentes financeiros não podemos esquecer-nos da imprescindível participação estatal neste processo que para ARRIGHI (1996, p. 92) a consequência do processo de expansão do capital é que as estratégias do Estado e do Capital se confundem e se fundem em alianças firmadas em resposta à concorrência internacional. Deste modo, a participação dos capitais nacionais no exterior é ampliada até que seu poder não consiga expandir-se mais sem que seja reprimida a concorrência estrangeira pelo capital circulante em que se apoia a expansão e neste sentido é que uma economia forte deveria se amparar em um Estado capaz de apoiar a expansão fora dos limites do território nacional[15]. Filomeno (2007, p. 108) indica que paralelamente à expansão financeira, as bases materiais de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico exaurem-se, ou seja, o capital não tem mais a expectativa baseado nas estruturas produtivas que dispõe de alcançar os lucros extraordinários, consequentemente um volume maior de capital procurava sua valorização na esfera financeira. Essas mudanças, portanto, marcam um momento de crise hegemônica, de transformação do sistema de Estados nacionais e da emancipação de novos regimes de acumulação, bem como de uma nova organização do sistema-mundo.

[14] Não confundir com agentes financeiros representantes de instituições financeiras, mas no sentido de agentes promovedores da acumulação de capital.

[15] Talvez deste amparo fornecido pelos estados nacionais à expansão imperialista do capitalismo no século XIX foi que surgiram diversas teorias responsabilizando a Grã-Bretanha pelas mazelas mundo afora. Ressaltamos que esta não é uma visão que compartilhamos, pois, acreditamos o liberalismo econômico e a busca pelo capital não incluía muitas vezes o debate de questões de ética empresarial e era decisivo o apoio dos estados neste processo de expansão.

A apreciação teórico-histórica do Imperialismo moderno é imprescindível em nossa análise já que o modo de funcionamento do sistema capitalista mundial nos deixa entender as consequências da ligação que esse sistema promoveu entre os países pelo mundo através da produção capitalista e pelo comércio, desenvolvendo um organismo político e econômico único. Um sistema global hierarquizado, em que existem vínculos orgânicos entre o conjunto de Estados Nacionais. Compreendemos assim que o sistema-mundo é fruto do desenvolvimento histórico do capitalismo, edificado a partir da relação entre sociedades diversas, que experimentaram transições em momentos distintos, desenhado com base em uma dinâmica liderada por um núcleo central que compele todas as demais nações.

Nossa produção pretende examinar o processo de expansão financeira do século XIX na perspectiva latino-americana, concentrando nossos esforços em compreender a processualidade das mudanças no nível mundial, para as nações expansionistas e para as nações que receberam os fluxos de capital. Quando pensamos em pesquisar a História Econômica da América Latina muitas produções vem à tona, mas em sua grande maioria colocam a América numa perspectiva estrangeira, abandonando por diversas veze análises profundas da realidade local em detrimento da valorização de eventos ocorridos fora do continente. Estas obras apesar de todo valor informativo por fugirem demasiadamente do nosso foco de análise seriam utilizadas como referencial historiográfico. Para nosso objeto se fez necessário tomar por base um conjunto de estudos baseados em arquétipos teóricos bem definidos e que se possível fossem genuinamente latino-americanos. Assim que chegamos à Teoria da Dependência enquanto coleção de produções que atendiam aos nossos anseios. Contudo ao imergimos com maior dedicação nos apontamentos gerais da citada teoria percebemos que para nossos anseios algumas das proposições careciam de debate para que estabelecêssemos os termos gerais da nossa comparação, para isso dedicaremos o subcapítulo seguinte para a apreciação dos diversos segmentos da Teoria da dependência.

1.2 Classificação dos teóricos da dependência

A Teoria da Dependência[16] é entendida pelo pensamento social latino-americano como um complemento necessário à Teoria do Imperialismo no que concerne à interpretação da realidade latino-americana. De acordo com Amaral (2011, p. 27)[17] a Teoria da Dependência surgiu em meados da década de 1960 (entre 1964-67), no contexto histórico de progressão do processo de substituição de importações, bem como no processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana. Por isso, ainda que, Lenin, Hilferding, Bukharin e o próprio Hobson tenham assinalado em suas obras as teorias sobre como o imperialismo lançou as bases essenciais da dependência econômica[18], eles não propuseram o plano mais concreto da forma de operar de tais economias dependentes[19], acreditamos que por conta da contemporaneidade que os eventos tinham em relação aos autores, o que tendenciava a uma interpretação presente da História. A teoria da dependência, portanto, se encaixaria no vácuo teórico que a categoria Imperialismo deixou na história.

Em resposta a este suposto vácuo teórico é que surgem as reflexões latino-americanas em torno da dependência, que ficaram conhecidas como “Teoria” ou

[16] Há uma discussão corrente sobre o uso do termo “teoria” em relação às visões dependentistas já que as mesmas comportam um conjunto bastante diverso de perspectivas, muitas delas flagrantemente discordantes. AMORIM (2012, p. 68), por exemplo, utilizam o termo “aporte” (aporte da dependência) para resolver o problema. Como nossa questão não é metodológica, ou seja, não se trata aqui de discutir, de um ponto de vista epistemológico, se as proposições das várias correntes dependentistas podem ou não ser consideradas teóricas, continuaremos, seguindo o uso comum, a utilizar o termo.

[17] A Tese de doutoramento defendida por Marisa Silva Amaral em 2012 no Departamento de Economia da Universidade de São Paulo faz um balizamento dos teóricos clássicos do imperialismo e como os teóricos da dependência se apropriaram do conteúdo. Apesar do objetivo da tese ser abordar uma nova fase do imperialismo nos anos de 1970, nos foi útil por favorecer a comparação entre as diversas áreas acadêmicas que versam sobre a historiografia da Teoria da Dependência.

[18] Através da constatação do parasitismo econômico e a subordinação da classe trabalhadora dos países periféricos às necessidades de enriquecimento e acumulação por parte das classes dominantes dos países imperialistas.

[19] Limitou-se à mera (mas não pouco importante) constatação dos fenômenos sem um maior aprofundamento do ponto de vista categorial. Esse esforço, porém, não deve, sob nenhuma hipótese, ser desprezado, já que abriu as portas para um campo de discussão bastante amplo e fértil dentro do marxismo, deixando à teoria da dependência, o espaço para levar a cabo essa construção. Para um melhor desenvolvimento desta temática ver Pereira(2011), Mariutti (2003) e Franco (2001).

"Teorias da Dependência" [20]. Esta linha de pensamento tem sua manifestação ancorada Santiago do Chile, cidade onde estavam fixadas instituições como a CEPAL[21] o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES)[22], órgão da CEPAL, e centros universitários como o Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO)[23], o Instituto de Economia e o Instituto de Sociologia, da Universidade do Chile[24] , onde se reuniram estudiosos de diversos países latino-

[20] Autores marxistas ortodoxos advogam em favor da redundância da teoria da dependência, afirmando que os teóricos desta corrente não fazem nada mais do que reafirmar a teoria do capitalismo, de Marx, e a do imperialismo, de Lenin. Não discutiremos aqui a validade dos argumentos de maneira muito aprofundada, mas vale mencionar que dois importantes aspectos da notoriedade deste arquétipo. Em primeiro lugar acreditamos que as teorias marxistas sobre o capital não são acabadas e nem Marx objetivava encerrar o assunto, pelo contrário, conscientemente o autor deixou várias brechas que caberia aos sucessores darem continuidade ao raciocínio. Uma boa indicação da aplicabilidade do marxismo oferecida por Marini (2000, p. 3), onde o autor identifica que as categorias marxistas funcionaram como um ponto de partida importante para a interpretação dependentista, mas que de maneira alguma poderia mistificar ou substituir os eventos reais.

[21] CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) foi criada em 25/02/1948, pela Resolução Nº 106 do Conselho Econômico e social (CES) da Organização das Nações Unidas (ONU) e, desde então tem sua sede em Santiago, capital do Chile. Inicialmente sua área de abrangência limitava-se à América Latina. Em 27/07/1984, a Resolução Nº 67 do CES/ONU, ampliou sua área de atuação para o Caribe, passando então a chamar-se Comissão Econômica para América Latina e Caribe, mas mantendo a mesma sigla de 1948. Sua área de atuação compreende 48 países e 8 membros associados (territórios não independentes) do Caribe. A CEPAL foi criada com a finalidade de coordenar ações e políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana e caribenha, bem como para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si, como com as demais nações do mundo. De todo modo, a criação da Cepal propiciou uma atmosfera desveladamente fértil para a disseminação da noção de desenvolvimento que já vinha se difundindo na América Latina muito antes da fundação daquele organismo de planejamento econômico. Informações retiradas do site http://www.cepal.org/es. Acessado em 30 de dez. de 2015.

[22]O ILPES é uma entidade partícipe do sistema CEPAL que foi criado na década de 1960 com o objetivo de pesquisar formas de incentivar a cooperação técnica, bem como a gestão das economias da América Latina e Caribe com vistas ao desenvolvimento econômico. (CEPAL, 2016)

[23]O CESO foi uma organização intelectual ligada ao pensamento Ruy Mauro Marini. Pós-graduado da Universidade de Brasília, Marini foi aluno de Gunder Frank e colega de outros nomes importantes do debate da dependência a época: Theotônio dos Santos e, sua mulher, Vânia Bambirra. Nesse período conturbado de golpes militares pela América do Sul, Marini é obrigado a mudar de país mais de uma vez e primeiro vai para o México e depois para o Chile, onde fica até queda do governo de Allende. Com o golpe de Pinochet, volta ao México e lá produz alguns de seus trabalhos mais importantes. (FILHO, 2009, p. 8)

[24] Embora o Chile constitua o epicentro dos debates sobre a dependência, reflexões e contribuições sobre tal temática também foram desenvolvidas na Venezuela, com os trabalhos de Héctor Silva Michelena, no México, com os escritos de Alonso Aguilar, Pablo González Casanova e Fernando Carmona, no Caribe, a partir das obras de Norman Girvan, na Colômbia, por Mario Arrubla e no Uruguai, no interior do Instituto de Economía da Facultad de Ciencias Económicas y de Administración de la Universidad de la República Oriental de Uruguay (BAMBIRRA, 1978, p 24-25).

americanos, um ambiente de efervescência intelectual que permitiu um ampliado intercâmbio de ideias e de experiências político-sociais.

Cada um destes três seguimentos intelectuais – CEPAL, ILPES e CESO – propuseram linhas interpretativas convergentes e divergentes dependendo do aspecto abordado. Antes de discutirmos as propostas teóricas específicas das linhas interpretativas cabe fazer uma classificação dos autores agrupando assim as temáticas mais semelhantes. Incialmente voltamos a atenção para o fato de que existem muitas controvérsias em relação à melhor e mais corretas forma de classificar as vertentes teóricas dependentistas. Para este intento utilizaremos como base a classificação de Dos Santos (2000, p. 19-20) que distinguiu em quatro as correntes da "teoria" da dependência:

a) A primeira denominada de crítica ou autocrítica estruturalista, formada pelos cientistas Oswaldo Sunkel[25], Celso Furtado[26] e Raúl Prebisch[27], cientistas sociais ligados à CEPAL, que defendiam os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo;

b) A segunda classificada de neomarxista[28] e formada por Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra estariam inseridos na corrente neomarxista, que vê como única forma de enfrentamento e superação da situação de dependência, o acontecimento de uma revolução socialista;

c) A terceira composta por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto seriam os principais expoentes da corrente marxista mais heterodoxa, que partem das categorias de análise marxista, mas diferem dos objetivos políticos ao aceitarem o papel positivo do desenvolvimento capitalista e a não necessidade do socialismo para se alcançar o desenvolvimento;

---

[25] SUNKEL, Osvaldo. El Subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo. 24ª Edição. Santiago: Editorial Siglo Veintiuno, 2004. Originalmente publicado em 1970.

[26] A economia latino-americana e em especial a brasileira sempre foram objeto de pesquisa deste renomado autor. Mas, a obra Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967, foi uma das mais notórias ao ensejar a discussão sobre a não-transitoriedade da condição de nação subdesenvolvida.

[27] O economista argentina Raúl Prebisch era bastante admirado pelos componentes do CESO pela extaridão e coerência os seus apontamentos. Dentre as várias produções de sua autoria acreditamos que um artigo publicado pelo Instituto de Desarrollo Económico Y Social com o título El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas, Vol. 26, No. 103 (Oct. - Dec., 1986), pp. 479-502, consiga resumir a linha de raciocínio do mesmo.

[28] Marini (2000) discorda desta nomenclatura, pois, nas obras que ele escreveu menciona várias vezes que aquela se trata de uma visão ou de uma formulação marxista (e não neomarxista) da dependência.

d) E a quarta de André Gunder Frank[29], que representaria a teoria da dependência quase que numa corrente própria, distinta de todas as vertentes antes mencionadas, mesmo que houvesse uma estreita amizade entre este autor e componentes do CESO. Mas, como ele era um membro ativo do Grupo optamos por classificá-lo de forma independente.

Desta classificação proposta por Dos Santos (2000) podemos apreender que todos seguimentos da Teoria da dependência estavam de uma forma ou de outra ligados aos arquétipos do marxismo. Ora confirmando, ora relativizando e ora combatendo. Almeida (2009, p. 81) se baseando nas proposições de Theotônio dos Santos, resume a qualificação dos estudos da dependência em três categorias, sendo uma de inspiração marxista e outra de recorte weberiano. Almeida (2009, p. 83) aponta que na corrente marxista são incluídos Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, inclusive considerando estes três autores como os fundadores da Teoria Da Dependência. Na corrente weberiana da Teoria da Dependência estariam enquadrados Cardoso e Faletto. Enquanto isso, Bichir (2012, p. 57-60) distingue três diferentes ponto de vista nas análises da dependência:

a) O primeiro grupo compreende os trabalhos que recusam qualquer possibilidade de desenvolvimento experimentado pelo capitalismo central nas periferias. Para este grupo o sistema só poderá empreender ao desenvolvimento do subdesenvolvimento. Dentre os autores desse primeiro grupo figuram Frank, Santos e Marini.

b) No segundo enfoque se encontrariam os estudos que concentram as análises nos obstáculos ao desenvolvimento periférico, classificação esta em que se agrupariam Furtado e Sunkel, além dos revisionistas cepalinos, em que se sobressai Prebisch.

c) Na terceira corrente, definida como a marxista não ortodoxa, se enquadram autores que aceitam a probabilidade de desenvolvimento capitalista na periferia, porém de forma associada e dependente, vertente essa da qual Cardoso é o representante.

[29] Este professor alemão Doutor pela Universidade de Chicago, entrou em nossa lista de bibliografia recomendadas principalmente por ter influenciado pensamento econômico latino-americano na década de 70, com destaque para a obra Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil. Nova York: Monthly Review Press, 1967, onde o autor se dedica a estudar comparativamente as economias do Brasil e do Chile apontando os mecanismos específicos do subdesenvolvimento.

Para além das classificações possíveis, reconhecemos que um mesmo grupo de autores formularam as principais ideias e hipóteses sobre o que seria a Teoria da Dependência. Para o trabalho que aqui está sendo desenvolvido faremos a abordagem classificando os autores em dois grupos por conta da relevância que as produções tiveram desde os lançamentos. Assim, nos concentraremos nas correntes teóricas de inspiração marxista e weberiana no intuito de realizar um balanço bibliográfico pertinente a cada linha de pensamento. Neste sentido, a partir do próximo subcapítulo, distinguiremos os autores em dois grupos de estudiosos que, ao longo de sua trajetória, distanciaram-se e opuseram-se em discussões acaloradas acerca do caráter e das formas de superação da dependência latino-americana. De um lado, colocaremos o brasileiro Fernando Henrique Cardoso e o chileno Enzo Faletto, integrantes do ILPES, mais tarde colaboradores da CEPAL que se destacaram ao sintetizar a interpretação a respeito do desenvolvimento econômico latino-americano, lançando modelos básicos de interpretação. Do outro lado posicionaremos os brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, membros do CESO, que publicaram textos de relevância internacional a respeito da produção e reprodução do capitalismo dependente nas economias latino-americanas[30].

1.3 Apontamentos sobre os Cepalinos/ Weberianos

A proposta de política da CEPAL[31] na década de 1960 vinha no sentido de atuar contra a inserção descontrolada de capital estrangeiro nos países

[30]Longe de estarmos sendo originais, pois, temos ciência de diversos trabalhos acadêmicos abordaram este conflito intelectual travado por estas duas correntes teóricas. Acerca ver CRUZ (2008), FERREIRA (2011) e ARAUJO (2013).

[31]Qualificar o pensamento Cepalino como sendo de influência dos pressupostos de Marx Weber foi durante certo tempo objeto de debate teórico entre os adeptos da Teoria da Dependência. Segundo Dias (2009, p. 72) esta foi uma ideia equivocada, pois, não é possível se observar elementos objetivos suficientes para endossar tal categorização da teoria da dependência desenvolvida por Cardoso e Faletto. Nem, tampouco, é essa a posição em que se colocam os próprios pesquisadores. Tanto Cardoso quanto Faletto são enfáticos em afirmar que seus pensamentos são influenciados muito mais pela obra de Karl Marx do que de Max Weber. No entanto, para a historiografia econômica esta é a

subdesenvolvidos, baseados num argumento pró-industrialização que defendia a centralização do câmbio, a canalização de diferentes taxas de câmbio para diferentes setores de acordo com a estratégia de industrialização adotada e, por fim, uma política creditícia ativa, através da criação de instituições públicas capazes de alavancar o desenvolvimento. Em tempo estes autores imaginavam poder libertar as economias de pendentes dos desmandos causados pela volatilidade dos capitais especulativos. A este conjugado de princípios deu-se o nome de desenvolvimentismo, cuja consolidação dependeria da forte presença e participação do Estado e cujo resultado seria o de garantir a correção dos desequilíbrios e desigualdades sociais e o pleno desenvolvimento econômico.

Neste sentido Amaral (2012, p. 34) abaliza que os cepalinos defendiam que no comércio internacional havia uma tendência permanente à deterioração dos termos de troca que cria uma tendência a desfavorecer os países exportadores de produtos primários, facilitando a transferência de renda da periferia em direção ao centro. Esta degradação dos termos de troca ocorre porque as economias primário-exportadoras pobres de indústrias são incapazes de promover uma elevação em seus níveis de produtividade, bem como são incapazes de incorporar maior quantidade de mão-de-obra ao processo produtivo. Ambos os aspectos levam a um excedente de força de trabalho e redução nos custos de produção e, por conseguinte, nos preços das mercadorias produzidas beneficiando principalmente as regiões importadoras de produtos primários. Por isso que os cepalinos defendiam que os capitais investidos na periferia do sistema deveriam favorecer o desenvolvimento dependente em longo prazo.

A CEPAL[32] ao censurar esses modelos de transação econômica desfavoráveis à América Latina denunciavam os riscos econômicos a que incorriam estas economias, mas aparentemente se afastando de maiores contendas políticas ressaltavam que se tratava de aspectos inerentes à inserção das economias locais

---

classificação mais usual para as produções de influência Cepalina, por isso, este será o vocábulo também que nós adotaremos.

[32] Para a escrita deste capítulo sobre a política cepalina utilizamos como referências as Teses de Almeida (2009) que ao comparar os argumentos de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso fornece um bom sumário de pesquisa, Cotrim (2011) que se dedica a detalhar a teoria do desenvolvimento dependente presente em Cardoso e Faletto, Cruz (2008) que analisa o papel de Celso Furtado em unir teoricamente o ILPES e a CEPAL, Dias (2012) que mostra os caminhos bibliográficos que levaram os escritos da CEPAL a virarem referência da Teoria da Dependência e por fim a Dissertação de Ferreira (2011) que faz uma abordagem historiográfica do Imperialismo destacando as influências na Dependência.

no mercado mundial. Deste modo, para os cepalinos nas nações periféricas não havia atraso a ser suplantado, para eles a melhora econômica latino-americana seria precedida da resolução da falta de protagonismo dos papéis diferentes que exerciam as nações na divisão internacional do trabalho, pois, essa posição específica dava às suas sociedades formas de organização e dinâmica específica. Por isso mesmo, os governos nacionais ao não aceitarem a posição que ocupavam dentro do sistema não podiam compreender a potencialidade inerente do subdesenvolvimento. Deixando assim de contextualizar as economias nacionais dentro do mundo capitalista e das trocas internacionais e partir daí tirar o melhor proveito da posição que ocupavam dentro deste mesmo sistema. Isto é, só se poderia entender a periferia em seu papel conjugado com o centro. Enquanto para alguns estruturalistas a dependência tem raízes externas ao território político do país, os Cepalinos defendiam que a relação interna entre as classes é que a tornou possível e deu forma histórica à dependência (CARDOSO e FALETTO, 2010, p. 33) [33]. Em resumo, a dependência não deveria ser encarada como um status análogo à expansão do capitalismo, mas, como uma forma peculiar de condução que deveria ter como base a apreciação das situações concretas de dependência sob a égide da dinâmica capitalista, também caracterizado por formas específicas de relações sociais e de produção.

Com base nessas conjecturas podemos concluir que o plano de Cardoso e Faletto (2010) foi tentar explicar o processo de desenvolvimento econômico latino-americano como sendo resultado de um processo político-social advindo da interação entre grupos e classes sociais que fornecem as possibilidades de mudança na ordem econômica, isto é, de desenvolvimento[34]. Assim, a possibilidade de transformação social das sociedades dependentes estava sujeita à imposição de uma ideologia que fosse capaz de estabelecer mudanças nas práticas tradicionais dos agentes de modo a garantir a prosperidade local. A Teoria da Dependência, a versão da interdependência ou do capitalismo dependente-associado de Cardoso e

[33] Concordamos com o pensamento destes autores para os quais não existe uma via de mão única no campo das determinações históricas, mas um campo de "determinações recíprocas".

[34] Essa hipótese fica evidente quando os autores afirmam que "através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos" (CARDOSO E FALETTO, 2010, p. 23).

Faletto surgiu como as outras vertentes, ou seja, como uma crítica às teorias estruturalistas do desenvolvimento perpetuado pelos privilégios estrangeiros. Neste sentido, os autores se contrapõem declaradamente às visões que defendiam a existência de formações sociais de caráter tradicional que institivamente migrariam para uma formação de dependência moderna.

Resumindo estas questões e tentando caminhar na abordagem desta vertente weberiana da teoria da dependência, a corrente representada por Cardoso e Faletto se mostrou a favor do desenvolvimento capitalista periférico associado ao centro do sistema mundial, o que exigia por parte dos países periféricos a realização/manutenção de condições favoráveis ao crescimento do fluxo de capitais externos[35]. Assim, para a devida realização destas metas ambos defendiam a constante intervenção do estado em favor do desenvolvimento econômico local[36]. Apoiavam também uma maior participação do capital estrangeiro no financiamento do desenvolvimento interno dos países dependentes, apontando que por conta da desarticulação da burguesia brasileira não houve por parte deste setor social a tomada de liderança no processo de emancipação das economias nacionais o que consequentemente limitou o acesso à tecnologia e a uma contundente poupança interna, sendo imprescindível a participação do capital estrangeiro para dar continuidade ao desenvolvimento. Talvez por isso que Cardoso e Faletto (2010, p. 59) acreditavam que caberia ao estado o papel de dirigir o processo de desenvolvimento.

Cardoso e Faletto (2010, p. 10) observam que o conceito de desenvolvimento foi diversas vezes relacionado com a ideia marxista de capitalismo progressista, onde por estas ideias se as nações latino-americanas desejassem alcançar a superioridade econômica deveriam seguir o que ocorreu nos países capitalistas mais industrializados[37], ou seja, nos esquemas de reprodução do capital para que alguns negócios se sobressaiam, outros devem ser abandonados e até combatidos. A

[35] Apesar de não ser o momento ideal para fazer contraposições, mas pela especificidade do tema convém chamar a atenção para o fato dos pressupostos de CARDOSO e FALETTO (2010) desprezarem que o ponto crucial da necessidade de atrair capitais externos era a necessidade de abertura e desregulamentação dos mercados. Acerca ver HADLER, João Paulo C. T. Dependência e subdesenvolvimento: A transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado, 2009.

[36] A partir de 1970 mudam consideravelmente a opinião em relação à intervenção do estado na economia acusando de ter efetuado medidas que aprofundaram as distorções sociais através do acúmulo de renda.

[37] Economias de perfil desigual, espoliativo, concentrador, excludente e explorador.

princípio esta definição de desenvolvimento marxista está integrada ao ideal de modernização capitalista no qual não se crê na redistribuição social de renda, nem na harmonia entre as diferentes partes da produção como forma de atenuar as distorções econômicas. Para Cardoso e Faletto este era um erro, pois, estas problemáticas que envolvem a acumulação de capital, justificando que o "crescimento capitalista é desigual. Em várias etapas e ciclos implica uma exploração brutal dos trabalhadores, mormente nos países da periferia, que tentam percorrer, de um modo diverso, caminhos já trilhados pelos países centrais em outras épocas" (CARDOSO e FALETTO, 2010, p. 38).

Uma das únicas alternativas que restava às nações dependentes latino-americanas seria lançar-se em um plano de industrialização e o consequente rompimento com o modelo primário exportador. Assim sendo, a contenda a favor da ruptura com o padrão primário-exportador e a defesa da industrialização extrapolou os segmentos acadêmicos e já vinham sendo difundidos no meio político, bem como em alguns segmentos empresariais entre o fim século XIX e as três primeiras décadas do século XX, tornando-se lugar comum na América Latina. A partir de então, a ideia da industrialização passou a dominar a consciência não só de segmentos do empresariado, mas também das autoridades governamentais em praticamente todos os países da região.

Por fim, na perspectiva de Cardoso e Faletto (2010, p. 25-26), a natureza do subdesenvolvimento estabelece a necessidade de analisar a forma específica como se deu a dependência das economias subdesenvolvidas em relação ao mercado mundial e internamente quais foram as condições em que se estabeleceram os grupos que atuaram na definição das relações orientadas para o exterior. Por fim apontam que "a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial, e depois do capitalismo industrial, vinculou a um mesmo mercado economias que além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista".

1.4 Teorias Marxista da Dependência

A partir de agora abordaremos a principal adversária teórica da CEPAL que foi o CESO. O referencial teórico adotado pelo CESO propõe a análise do desenvolvimento do capitalismo na economia mundial através da integração das economias nacionais ao mercado global de estilo heterogêneo, onde as relações de produção são marcadas pela desigualdade através do desenvolvimento de certas partes do sistema à custa do subdesenvolvimento de outras. As relações econômicas seriam baseadas na influência de nações hegemônicas no mercado mundial, caracterizadas pela transferência do excedente de capital gerado nos países dependentes em direção às economias dos países dominantes, predominantemente sob duas formas: lucros e juros. Essa é uma das principais linhas teórico-explicativas acerca da dependência para Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Estas proposições acerca da dependência, enquanto produto de seu tempo histórico advém dos debates que estavam colocados na década de 1960 e início da década de 1970[38] e condicionou fortemente a visões das relações econômicas internacionais. Estas teorias foram resultado do esforço coletivo[39] de reflexão sobre a problemática da dependência, das formações sociais latino-americanas e foram combatidas pelos pesquisadores tanto do Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), como da CEPAL, ensejando um vigoroso debate bibliográfico no continente Americano.

Designada de Teoria Marxista da Dependência (TMD) – representada por Ruy Mauro Marini[40], Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, André Gunder Frank, Samir

[38]Período em que se discutia a profunda crise que tinha lugar nos países latino-americanos e a necessidade de construção de novas estratégias políticas de transformação social na região, visto que o projeto conduzido pelas burguesias nacionais, apoiado por setores da esquerda latino-americana, havia fracassado. Bichir (2012, p. 31).

[39] Foi no interior do CESO que se produziram importantes obras como de Marini, Dialética de la dependência(1991), El capitalismo dependiente latino-americano (1978) de Vânia Bambirra e Dependencia y cambio social , de autoria de Theotônio dos Santos.

[40] Bichir (2012, p. 23) faz um excelente levantamento bibliográfico das produções de Mariny, indicando que a compreensão econômica do fenômeno da dependência, conforme concebido pela vertente neomarxista dessa teoria, é tributada a Ruy Mauro Marini, o primeiro autor a dar um tratamento propriamente econômico para o tema. A despeito de possuir obra muito vasta, seu modelo da dependência é elaborado em um pequeno conjunto de ensaios intitulados “Dialética da dependência”, “Em torno da dialética da dependência” e “As razões do neodesenvolvimentismo” Outros ensaios do autor abordam o tema da

Amin e outros. Esta teoria defende a visão geral de que no processo de atrelamento das economias nacionais no mercado global desde a metade do século XIX que as relações de produção foram estabelecidas por base na desigualdade econômica que vinha sendo perpetrada[41]. Na opinião de Marini (2000, p. 51-52) essa vinculação econômica incialmente aparece como uma relação de dependência e posteriormente com o aprofundamento se revela como uma relação de subordinação, ou seja, uma reprodução de valores coloniais. Inicialmente devemos intuir que esta interpretação considera que a dependência resultou das relações de dominação e exploração a que foi submetida à América Latina desde o início do século XIX na inclusão na economia mundial quando a dependência, numa dinâmica específica, se adaptou aos limites e as possibilidades de ação dos agentes econômicos[42]. Na opinião de Marini (2000, p. 54), a dependência estabelece um mecanismo de condicionamento das nações subdesenvolvidas aos anseios dos grandes centros econômicos que pautados na superioridade do capital, qualidade indispensável para garantir a reprodução capitalista em escala internacional[43], exerciam os desmandos financeiros objetivando os benefícios econômicos próprios.

Esta era também a visão compartilhada por Vânia Bambirra que em Araújo (2013, p. 84) recebeu destaque nas conformidades entre as proposições de Marini e Vânia Bambirra (1978) sobressaindo que este processo de produção e reprodução da dependência econômica latino-americana teve como baliza a submissão ao capital estrangeiro. Para demonstrar suas afirmativas Bambirra (1987) recorre aos esquemas do Ciclo de reprodução do capital - propostos inicialmente por Marx, com a intenção de mostrar a dinâmica da economia brasileira a partir da década de 1950.

---

dependência, mas representam antes uma aplicação da teoria referida em situações históricas concretas do que elaborações posteriores do modelo da teoria da dependência. Figuram entre esses, “Subdesarrollo y revolución”, “Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil”, “El movimiento revolucionario brasileño” e, por fim, “Processo e tendências da globalização capitalista”.

[41] Apesar do capital-imperialismo inovar em relação ao liberalismo econômico em aspectos como a ampliação das rotas comerciais, em outros aspectos houve apenas uma renovação como foi o caso do exclusivismo comercial na colônia que viria a compor o exclusivismo dependentistas.

[42]Constituindo uma conformação de certo tipo de estrutura interna condicionada pela situação de dependência externa.

[43] Para Almeida (2012, p. 26) Nessas circunstâncias, a dependência se nutre, pois, de relações desiguais entre os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos por meio das empresas multinacionais – detentoras da tecnologia de vanguarda – as quais atuam de forma combinada no sentido de garantir a ampliação de espaços para realização de seus investimentos e obtenção de superlucros.

De acordo com a autora, o processo de desenvolvimento latino-americano, encontrou sucesso com o desenvolvimento do processo de industrialização do setor de bens manufaturados. Porém chama a atenção para o fato desta dinâmica de industrialização que se desenvolveu no centro das economias latino-americanas não chegou a beneficiar o setor de bens de produção e impôs que para o sistema se reproduzir seria necessária a importação da maquinaria. Estas declarações nos foram benévolas no sentido que a autora considera que o problema da dependência ganhou os primeiros contornos desde o processo de exportação de capital na segunda metade do século XIX, quando as estratégias de investimento e aplicação dos empréstimos nacionais demonstraram que não se tinha por objetivo emancipar as economias nacionais dos capitais espoliativos, mas pelo contrário muitas vezes os capitais foram investidos em negócios que reforçavam os vínculos dependentistas.

Por isso, apesar de considerar que as economias dependentes seguem uma lógica própria Marini (2000, p. 67-69) não considerava a história econômica da América Latina como sendo única e relativizada à história dos países desenvolvidos, mas entendia que tanto a economia interna quanto a externa eram elementos integrados e inseparáveis, postos em movimento por um grupo de países avançados visando à internacionalização cada vez mais associada e intensificada de modelos econômicos mundiais. Em suma, para esse autor o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são entendidos como processos indissociáveis e necessários para a evolução internacional do modo de produção capitalista. A conclusão de Marini (2000, p. 69-70) pode ser abreviada nos seguintes termos: “por sua estrutura global e seu funcionamento, [a América Latina] não poderá nunca se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas consideradas avançadas”. Desta forma não adiantaria nenhum tipo de esforço latino-americano de superar a condição de dependência baseados em capital estrangeiro, pois, estes últimos sempre estariam limitando o crescimento dos dependentes, de forma que, por exemplo, os excedentes de capital passíveis de serem reaplicados sempre seriam drenados ao exterior. Esta opinião é uma das muitas discordantes em relação aos teóricos da dependência de influencia Weberiana que serão discutidas na próxima seção.

1.5 Teorias da dependência: Convergências e divergências

Para esta seção pretendemos desvelar quais as propostas convergentes e divergentes nas teorias anteriormente debatidas, com isso esperamos encontrar um meio termo entre as duas correntes interpretativas de forma que as conclusões nos deem uma compreensão do fenômeno da dependência mais próximo da realidade latino-americana. De modo geral a percepção de ambas as linhas (Weberiana e Marxista) a respeito da dependência é de que se trata de um fenômeno ligado ao desenvolvimento e expansão do modo de produção capitalista que é intrinsecamente desigual e excludente e que consequentemente gera dois fenômenos ontologicamente diferentes que são o desenvolvimento e subdesenvolvimento. Daí conclui-se que a dependência é uma característica condicionada mundialmente e condicionante das economias periféricas ante a prevalência da lógica de acumulação capitalista, restando às nações dependentes apenas a possibilidade de transitarem entre distintos graus de dependência.

Portanto, ambas correntes explicativas caracterizam o subdesenvolvimento e dependência como sendo implícitos ao desenvolvimento do capitalismo desde o fim do século XIX. Filho (2009, p. 25) assinala que ambas as teses – do CEPAL e do CESO, defendem a teoria que o subdesenvolvimento está conectado à ampliação das relações do capitalismo mundial, não consistindo um estágio obsoleto do capitalismo, mas um resultado direto e indissociável do próprio desenvolvimento capitalista, constituindo, por sua vez, uma forma particular do desenvolvimento na periferia. Os dependentistas concordam também que a dependência – entendida como uma situação condicionante– não pode ser apreendida apenas à revelia da história das relações do sistema econômico mundial, ou seja, defendem a ideia que a dependência não é determinada apenas pelas relações imperialistas como supunham os estruturalistas, mas, pela própria natureza da estrutura interna de classes dos países subdesenvolvidos[44]. Com isso Filho (2009) está querendo dizer

[44]Amaral (2012, p. 36) diz que “a dependência é um componente estrutural do desenvolvimento na periferia, de tal modo que as formas externas de exploração não são exclusivas quando da determinação da condição mais ou menos dependente da periferia, devendo haver necessariamente uma combinação entre os condicionantes externos e internos de transformação, sendo que estes últimos se compõem pela contradição existente

que no processo de acumulação o capital procura as formas mais rentáveis de reprodução e muitas vezes estas estratégias não vão ao sentido de instaurar uma nova relação econômica no exterior, mas apoiar as estruturas benéficas ao sistema modificando apenas as relações que impedissem o livre acúmulo.

Entretanto, não só de convergências é feita a bibliografia dos teóricos dependentistas[45], visto que os estudos da dependência foram abordados pelas mais diversas categorias, as quais por certo não deixam de alinhar-se ao caráter teórico, político e/ou ideológico de cada um dos seus autores. Buscando estabelecer esta diferença básica Cardoso (2010, p. 28-30), propõe a distinção entre dois grupos de análise da dependência: no primeiro, figuram os autores que sustentavam a hipótese de que o capitalismo dependente se firmava na superexploração do trabalho, na marginalização social crescente e seria incapaz de dinamizar o mercado interno, apresentando, com efeito, tendência à estagnação e reprodução do subdesenvolvimento[46]. No segundo grupo reuniu os autores que creem que, pelo menos em alguns países periféricos, a penetração do capital industrial e financeiro internacional impulsionou a produção de mais- valia relativa, intensificou o desenvolvimento das forças produtivas e acelerou o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas[47].

Apesar de não ser nossa intenção escolher um 'lado vencedor' nesta contenda teórica que se desenvolve há quase 50 anos, devemos reconhecer a nossa tendência à utilização dos teóricos marxistas da dependência. Diversos são os motivos desta tendência, dentre eles uma maior afinidade teórica com o campo da economia política do que com o campo da sociologia, além de uma maior confiança nos modelos analíticos da Teoria marxista da dependência– posto que nossa dissertação trate de temas econômicos que são reiteradas vezes analisados

---

entre as classes locais dominantes (que integram a aliança no poder) e as dominadas (que estão fora desta aliança)".

[45] Bichir (2012, p. 67) faz um balanço historiográfico sobre o debate entre essas duas perspectivas dependentistas demonstrando como se consubstanciou de maneira mais contundente no artigo escrito por Fernando Henrique Cardoso e José Serra, *Las desventuras de la dialéctica de la dependencia*, artigo no qual tais autores criticam a concepção desenvolvida por Ruy Mauro Marini, em sua obra *Dialéctica de la dependencia*, e na resposta elaborada por Marini a tais críticas, qual seja *Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H Cardoso y José Serra)*, ambos de 1978. É possível, entretanto, verificar também no livro de Vânia Bambirra, El capitalismo dependiente latino-americano, algumas críticas à tipologia de Cardoso e Faletto.

[46] Nesse primeiro grupo Cardoso inclui Frank, Marini e Santos.

[47] Como é o caso dos próprios Cardoso e Faletto.

por esta corrente, e por fim pela distância teórica que a vertente Weberiana apresenta da nossa temática no que concerne à Teoria da dependência. Como os dois primeiros motivos são de apelo pessoal nos ateremos em debater o último dos motivos, ou seja, as possíveis lacunas teóricas do pensamento cepalino.

Um dos problemas principais que constatamos e que é apontado nos estudos sobre a obra de Cardoso e Faletto (2010) foi que esses autores recusaram como características intrínsecas à situação de dependência[48] a degradação dos termos de troca, as remessas de excedentes das regiões dependentes às dominantes, e a consequente necessidade da superexploração da força de trabalho na transferência de valores. Para os críticos ao ignorarem estas tendências os autores defendem a crença de que é possível que os países da periferia cresçam sem superexploração do trabalho tudo isto num contexto de consolidação da estratégia do desenvolvimento capitalista associado. Assim, consideramos esta uma interpretação perigosa, pois, a tendência seria um maior endividamento nacional sem nenhuma garantia de crescimento dependente. Segundo dos Santos (1970, p. 258), a Teoria da Dependência tenta mostrar que as relações da dependência a que os países da América Latina estão sujeitos se acomodam a um tipo de estrutura internacional e interna que lhes conduz ao subdesenvolvimento ou, mais precisamente, a uma estrutura dependente que aprofunda e agrava os problemas fundamentais de seus povos[49].

Entretanto, nem só de prestígios vive a Teoria Marxista da Dependência (TMD), pois, uma série de problemas teórico-metodológicos foi constatada e se apresentam como limitantes na pesquisa. Primeiramente destacamos que mesmo objetivando analisar a realidade econômica latino-americana, manteve-se em parte a simpatia pelos modelos de explicação estruturalistas. A respeito deste tema Vânia Bambirra (1978, p. 36-37) concorda com a crítica de Fernando Henrique Cardoso que caracteriza os estudos sobre a dependência como homogeneizantes e tendenciosos às generalizações que sobrepõe as realidades locais. Completa o raciocínio acusando os reducionismos das abordagens de temática economicista por imporem uma distância irreconciliável entre os níveis de abstração conceituais utilizados para explicar o longo prazo de forma abrangente e as análises aplicadas a

[48] Temas estes basilares na abordagem da vertente marxista da dependência.
[49] Neste sentido é que a Teoria Marxista da Dependência se opõe aos cepalinos na medida em que propunham uma ruptura completa com as relações de dependência ao passo que os cepalinos acreditavam o desenvolvimento apesar da situação de dependência.

casos concretos[50]. Numa linha crítica parecida, Amorim (2012, p. 152) aponta que para muitos autores a atenção repousa apenas nos grupos da economia dependente que demonstraram interesse na manutenção do status quo capitalista. Por vezes ficam de fora dessas visões grupos importantes e que muitas vezes fazem diferença na dinâmica política das sociedades como, por exemplo, os intelectuais, os militares e a burocracia estatal. Assim, boas partes dos estudos sobre a dependência apontariam uma análise estática e menos dinâmica acerca dos agentes sociais e, principalmente, sobre seus interesses e formas de ação política e interação possível com outros grupos sociais. Por fim destacamos a pouca clareza ou a forma pouco aprofundada com que a TMD abordou o papel do Estado nas economias dependentes. Há uma dificuldade para se compreender o Estado e seu papel, principalmente no que se relaciona ao seu espaço de manobra.

> "Deste modo, a análise de uma das entidades sociais mais fundamentais dos países latinos americanos em termos de coesão territorial, progresso econômico e manutenção de privilégios é pouco aprofundada em boa parte dos estudos da dependência." (AMORIM, 2012, p. 151)

Analisando o sistema de reprodução do capital dependente, concluímos que as instituições socioeconômicas criadas pelo capitalismo no seio das economias dependentes fazem parte de um conjunto maior de relações econômicas mundiais baseadas no controle monopolístico de capital em larga escala, no controle econômico-financeiro de certos centros sobre outros, bem como no monopólio de uma complexa tecnologia, que leva a um desenvolvimento desigual e combinado em nível nacional e internacional. Este sistema de dependência reproduz um sistema produtivo cujo alargamento é restrito por relações mundiais que fundamentalmente levam ao desenvolvimento somente de certos setores da economia, estimulando uma competição doméstica com o capital internacional em condições de desigualdade. Entretanto, perceber teoricamente o desenvolvimento do capitalismo dependente não resume as especificidades do processo, como pro exemplo as características sociais de cada nação e como este estamento condicionou e foi

[50] Numa primeira categoria haveria um alto nível de abstração, com conceitos gerais capazes de apontar grandes tendências das sociedades capitalistas e as forças a que são submetidas às Nações periféricas dependentes. Numa segunda, a descrição de casos específicos, onde é apontada a forma concreta como se revela, em cada país, a subordinação e o alinhamento ao exterior de uma situação específica de dependência.

condicionado pelas relações econômicas. Para entender minuciosamente a dialética relação socioeconômica devemos apreciar detidamente a acumulação de capital nas economias latino-americanas e para isso com forma de estabelecer um quadro sinóptico de abordagem da História econômica latino-americana utilizaremos o Padrão de Reprodução do Capital, enquanto modelo teórico.

1.6 O Padrão de Reprodução do Capital

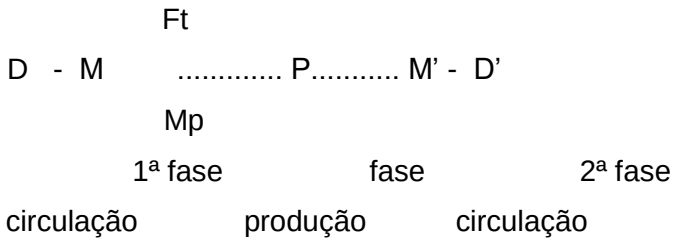
Com base na proposta da teoria do valor-trabalho de Marx[51] e no Ciclo de reprodução do capital os teóricos dependentistas se propuseram a investigar o ciclo do capital e seu processo reprodutivo no tempo, em contextos histórico-concretos[52]. Esta não é uma ideia original, uma vez que teóricos clássicos do imperialismo como Lenin, Hilferding, Bukharin e Rosa Luxemburgo se basearam nos esquema da teoria da acumulação de Marx como forma de elucidar a nova etapa do desenvolvimento capitalista. No entanto, os dependentistas apontaram uma lacuna nas propostas teóricas destes clássicos, pois, na fase de integração dos sistemas de produção sob a égide da exportação de capitais, era uma exigência pensar como o capital avançado criava vínculos com os capitais menos avançados – caso dos países latino-americanos – e como o imperialismo penetrava nas regiões (SANTOS, 2000, p. 51). A proposta deste trabalho é apreender a fundamentação teórica da noção de Padrão de Reprodução do Capital, assim como oferecer um caminho possível para sua análise na história latino-americana. Como o capital se apresenta como muitos capitais, o trabalho, como muitos trabalhadores, o valor se apresenta como preços, a

[51] A partir da teoria do valor, incialmente exposta por David Ricardo, Karl Marx postulou que o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. Segundo Marx, o lucro não se realiza por meio da troca de mercadorias, que se trocam geralmente por seu valor, mas sim em sua produção. Os trabalhadores não recebem o valor correspondente a seu trabalho, mas só o necessário para sua sobrevivência. Acerca ver Marx(1984).

[52] O intento geral dos seguidores da Teoria da dependência é combinar as contribuições sobre o ciclo do capital e os esquemas de reprodução do volume II do Capital, obra magna de Marx, vinculando o processo de valorização do capital e sua encarnação de valores de uso específicos – meios de produção, meios de consumo (bens-salário e bens suntuários) – com os problemas da economia e da vida real dos povos submetidos ao capitalismo enquanto sistema mundial hierarquicamente diferenciado (AMORIM, 2012).

mais valia, como lucro. É importante que se compreenda que quanto mais nos aproximamos da chamada realidade objetiva, mais específicas e variadas serão as formas que a realidade apresentará.

A Teoria do Padrão de Reprodução do Capital[53] se apoia em dois níveis de análise, um nível mais abstrato composto por grandes categorias como o modo de produção capitalista e o sistema mundial e outro nível menos abstrato formado por elementos histórico-concretos como a formação econômica-social e conjuntura social. Isso permite historicizar a reprodução do capital e diferenciar os padrões que se estabelecem. Historicizar implica considerar as condições que tornam possível o acesso e o declínio de determinados padrões, bem como compreender os momentos de transição, no qual um padrão não desaparece, nem se torna subordinado a outro padrão aspirante a dominante (FERREIRA, 2012, p. 16). Por enquanto atentaremos às fases do ciclo de capital presente no Capital de Marx (1984) cujas proposições teóricas do ciclo de reprodução têm como fito descrever o movimento pelo qual o dinheiro assume forma de mercadoria (meios de produção e força de trabalho), naquilo que é a primeira fase da circulação, para dar curso a um processo de produção, do qual resultam mercadorias que devem transitar pela segunda fase da circulação, para que o capital recupere novamente a forma de dinheiro e encerre o ciclo. Em Ferreira (2012, p. 47) está disponível um diagrama do Padrão de Reprodução do Capital que é bastante útil para esta análise:



Onde: i) Os pontos (...) indicam que a circulação do capital é interrompida, mas seu processo cíclico continua já que ela passa de uma esfera outra; ii) D, dinheiro; iii)M, mercadoria; iv) Mp, Meios de Produção; v) Ft, força de trabalho; vi) P, produção; vii) M', capital mercadoria;viii) D', dinheiro valorizado. Fonte: Adaptado de Ferreira 2012.

[53] Leis de tendência do sistema capitalista e as formas de produção, acumulação, circulação e apropriação do valor – ou seja, do processo reprodutivo do capital. Teoria formulada originalmente por Ruy Mauro Marini.

De acordo com Ferreira (2012, p. 48) o Ciclo de Reprodução do Capital pode ser dividido em três fases: 1ª fase de circulação, fase produtiva, 2ª fase de circulação.

a) A Primeira fase corresponde à fase de circulação na qual o capital que sob a forma de dinheiro inicia o processo produtivo. Ao comparecer na circulação (c^1), o dinheiro destina-se à aquisição de meios de produção e contratação da força de trabalho. Nesta fase não devemos obscurecer a importância do dinheiro no processo de valorização, pois, essa é a forma que o capital aparece e nesse formato recupera a forma de capital para que outro ciclo possa começar.

b) A segunda etapa corresponde à da acumulação e produção (p), mediante a qual o capital reveste-se da forma material de meios de produção e força de trabalho para através da exploração resultar na mais-valia. Nesta fase do Ciclo de Reprodução tem efetivamente espaço a valorização do capital, ou seja, de criação de um valor novo, o qual a força de trabalho, atuado sobre os meios de produção, não somente transfere o valor contido nestes (no capital constante) às mercadorias que elabora, mas também cria um valor novo que repõem o valor equivalente pago sob a forma de capital variável e lança um valor excedente sobre o capital inicial que corresponde à mais-valia.

c) A terceira etapa corresponde à segunda fase da circulação (c^2), o capital sob a forma de mercadorias (somado à mais-valia) entra no mercado para sua transformação em dinheiro pela venda. Nessa fase mediante a produção de mais-valia, todas as formas de remuneração do capital – lucro industrial, lucro comercial, juros e renda da terra – são incorporados ao valor final da mercadoria.

Em seu ciclo de valorização, o capital sofre um processo de metamorfose, assumindo as formas de dinheiro (capital dinheiro), mercadorias-força de trabalho de meios de produção, capital produtivo e mercadorias valorizadas (capital mercadoria), sendo que apesar das fases do ciclo serem interligadas, estas apresentam uma dinâmica própria. Assim, ainda que o capital assuma essas formas por ramos e/ou setores produtivos diferenciados, não se deve perder de vista que são alguns setores e ramos que atraem os maiores e mais importantes investimentos à medida que esses mesmos setores se constituem em eixos de acumulação e de reprodução do capital. Isso quer dizer que o capital não privilegia sempre os mesmos setores ou ramos como principais formas de valorização.

O capital vai estabelecendo padrões de conduta em sua reprodução em períodos históricos determinados, seja por que privilegia certos ramos ou setores para investimento, seja porque utiliza tecnologias e meios de produção específicos, explorando de maneiras diferentes ou reproduzindo os valores adequados à sua necessidade. Consequentemente, os processos produtivos de uma ou outra mercadoria são diferentes, logo são diferentes os consumidores e os mercados aos quais se destinarão tais produções, bem como as políticas estatais que daí se origina (MARINI, 2000, p. 22). Por exemplo, uma economia que sustenta sua valorização na produção de artigos bélicos deverá estimular a geração de conflitos e de guerras para criar mercado para seus produtos.

É importante prestar atenção aos ramos e segmentos da produção que em determinados momentos o capital privilegia com seus investimentos, porque nem todos possuem a mesma capacidade de arrastar outros ramos e setores rumo à expansão (BAMBIRRA, 2011, p. 88). Embora a produção tenda a se dirigir a setores que apresentam uma demanda ou mercado, também podiam criar mercados para bens que se produz, e nem todos os valores de uso atendiam às mesmas necessidades. Tanques, aviões de guerra, bombas são exemplos que marcam a distância entre as necessidades do capital de valorização e as necessidades sociais.

A partir de agora apontaremos as características gerais do Padrão de Reprodução do Capital nas economias dependentes. Para tanto não faz parte do nosso intento, pelo menos neste momento, o debate pormenorizado do ciclo, mas a exposição em linhas gerais dos aspectos que julgamos teoricamente relevantes para o entendimento da reprodução do capital na América Latina. Desse modo, as próximas seções abordarão respectivamente o Ciclo do capital-dinheiro (D-D'), Ciclo do capital produtivo (P.....P) e por fim o Ciclo do capital-mercadoria.

1.6.1 - O Ciclo do Capital-dinheiro (D-D')

O dinheiro (D) que era introduzido na economia dependente poderia ser de três fontes (FERREIRA, 2012, p. 23-24):

- Capital privado interno ou investimento privado: Mais valia gerada no interior da economia que se apresenta para acumular sob a forma de meios de produção e

força de trabalho. Esse capital seja de propriedade nacional ou estrangeira não afeta a análise, pois, mesmo que o capital estrangeiro originalmente seja externo à economia local, a mais-valia gerada na economia nacional e investida nela é contabilizada como investimento nacional independente da origem que detenham.

• Investimento público, que tem origem no estado. Por um lado, corresponde simplesmente a uma parte da mais valia gerada através dos impostos diretos sobre o capital e os proventos (sueldos), assim como os impostos indiretos. Uma segunda fonte de investimento público é a que resulta do processo direto de exploração que o estado, enquanto capitalista, leva a cabo; as empresas estatais funcionam em um sistema capitalista como capital privado e dão origem diretamente à produção de mais valia, que, por sua mediação, é apropriada pelo estado. Há que se ter em mente que nem todo gasto estatal é produtivo, ou seja, nem todo esse gasto leva a acumulação de capital, pois, vai depender dos gastos públicos que se destinam propriamente à manutenção da burocracia estatal ou ao incremento do Ciclo de Reprodução do Capital. Muitas vezes o incremento do Ciclo vem através de subvenções indiretas que podem ser isenções de impostos ou a manipulação de preços. Assim, se o estado produz petróleo, matéria prima fundamental na indústria, e o vende para os capitalistas privados a preços baixos, de fato está transferindo a estes a parte da mais valia que continha. Em síntese, o investimento público depende das despesas destinadas ao investimento produtivo e aos investimentos chamados improdutivos. Como se pode ver, a importância do papel do estado no ciclo do capital é considerável, tamanha a capacidade que possui de transferir para si parte da mais valia gerada pelo capital privado, a de produzir ele próprio mais valia e, finalmente, captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho.

• O terceiro aspecto a considerar é o capital estrangeiro. Este pode se apresentar basicamente sob duas formas: como investimento direto, quando de maneira exclusiva ou compartilhada o capital estrangeiro investir diretamente na economia dependente, detendo a propriedade total ou parcial do capital produtivo e apropriando-se diretamente da mais valia total ou parcial ali gerada; e como investimento indireto, quando o capital estrangeiro se coloca à disposição dos capitalistas internos (nacionais e estrangeiros), sob a forma de empréstimos e financiamentos, contratados diretamente com os capitalistas receptores ou com o

estado, que os redistribui os empréstimos aos capitalistas internos ou integra ao seu próprio investimento.

1.6.2 O ciclo do Capital Produtivo (P....P)

No fim do século XIX uma parte do dinheiro que circula como capital industrial era destinado à compra de meios de produção: galpões ou edifícios industriais, máquinas e ferramentas, matérias primas ou brutas, reposição de peças, combustíveis, royalties, etc. (FERREIRA, 2012, p. 61-62). O capital se encontrava diante de duas grandes contradições: a necessidade de realizar avanços permanentes, aumentando a produtividade e apropriando-se de maiores lucros e em contrapartida assumirem o ônus da queda na taxa de lucros ao diminuir o capital variável em relação ao capital total investido.

Ao considerarmos a interferência que o capital estrangeiro efetua na economia local podemos erroneamente pensar que o capital estrangeiro cumpre um papel complementar ao investimento interno e contribui, portanto, para o desenvolvimento da economia dependente. No entanto, devemos considerar que o capital estrangeiro não se move apenas no sentido de introdução na economia dependente, mas também no sentido inverso, ou seja, o movimento de saída em relação à economia dependente. Esse é o processo de transferência da mais-valia ao estrangeiro, onde o capital produtivo resultante é contabilizado como capital estrangeiro, embora tenha sido gerado com base na mais valia criada no próprio país (BAMBIRRA, 2011, p. 174).

Nesta primeira aproximação do que é a economia dependente, observamos, do ponto de vista do capital, que na primeira fase do ciclo de reprodução atua um fator externo à economia dependente e que se encontra totalmente fora do seu controle: o capital estrangeiro. Apesar de fora do controle o capital estrangeiro constitui um fator direto de interferência no ciclo do capital da economia nacional.

Ainda na fase da circulação considerando agora o que acontece com o ato de compra, mediante o qual se dá o processo de acumulação o capital dinheiro (D), por meio de intercâmbio, apresenta-se sob a forma de meios de produção e força de trabalho, para dar lugar ao processo de produção. De maneira geral a força de trabalho se constitui, salvo raras exceções, dos trabalhadores nacionais, da classe

operaria nacional (FERREIRA, 2012, p. 50). Em relação aos meios de produção não ocorre o mesmo, pois, pode ser de duas origens; interna, como a terra, os materiais de construção, a maior parte das matérias primas, ou externa, que são as maquinarias de beneficiamento e transporte das matérias-primas.

O capital estrangeiro entra no processo de circulação da economia dependente a fim de promover um processo de produção. Entretanto, parte desse capital investido sai imediatamente ao ser intercambiado por meios de produção adquiridos no exterior, particularmente máquinas e equipamentos. A aquisição de meios de produção no mercado mundial não é por si só uma característica da economia dependente, mas um atributo geral do modo de produção capitalista, visto que se trata de uma estrutura interligada, ou seja, nenhum país capitalista vive isolado.

Neste sentido, o que caracteriza a economia dependente é a forma aguda que essa característica adquire e o fato de que ela responde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital. Nos países capitalistas avançados a tendência geral durante o processo de industrialização foi a de produzir primeiro bens de consumo para desenvolver depois a produção de bens de capital. Na Grã-Bretanha, por exemplo, não foram os bens de capital, mas sim os bens de consumo, mais exatamente os produtos têxteis, que impulsionaram o desenvolvimento da indústria. Quando pensamos a situação dos países dependentes esta se apresenta muito distinta. Revelando uma espécie de industrialização tardia que só viria a se concretizar já no século XX quando os capitalistas centrais ou avançados já contavam com uma ampla base de desenvolvimento industrial.

Desta forma restou aos países dependentes o prolongamento da fase correspondente à produção de bens de consumo além do normal em comparação aos capitalistas centrais. Não sendo suficiente o atraso orgânico ao qual estava submetido às economias da América Latina, o desenvolvimento industrial não pode contar com uma oferta externa de meios de produção em particular equipamentos e maquinaria, desenvolvendo assim sobremaneira os ramos industriais ligados à produção de bens de consumo e de bens suntuários.

O desenvolvimento industrial das economias dependentes apoiou-se em boa parte no setor de bens de capital dos capitalistas avançados. Por consequência, essa indústria foi dependente não só em termos materiais, no que concerne aos equipamentos e maquinarias, mas tecnologicamente, ou seja, importando

tecnologia, importava também o conhecimento ligado à operação desta tecnologia. Isso resulta numa constante relação financeira com o exterior, através do pagamento de royalties ou assistência técnica, elementos constituintes do processo de transferência da mais-valia ao exterior (BAMBIRRA, 2011, p. 33).

Após o detido estudo da primeira fase o ciclo do capital - a circulação - analisaremos a partir de agora fase do capital-mercadoria. Encontramo-nos diante da análise dos elementos materiais, constituídos pelas matérias primas, os equipamentos e maquinários, bem como as instalações sobre as quais a força de trabalho exerce a sua capacidade de criação de novos valores de uso. A partir daqui analisaremos o processo de valorização que deve gerar uma mais-valia.

1.6.3 Dinheiro – Força produtiva - Meios de Produção

A compra da força de trabalho pelo capital é o processo mais importante em termos de valorização, pois, essa mercadoria tem a capacidade de gerar um valor extra, ou seja, superior ao que vale, essa é a chave da produção de mais-valia. Marx (1984, p. 44-47) propusera o cálculo do valor diário da força de trabalho tendo como base duração normal de vida de um operário. Neste sentido, o desgaste causado pelo prolongamento da jornada de trabalho constitui caso clássico em que o capital se apropria dos anos futuros de trabalho e de vida do operário. Sobre formas de força de trabalho e meios de produção, o capital está pronto para ingressar na fase produtiva. Ali, a força de trabalho evidencia sua capacidade de gerar um valor superior ao seu próprio valor, e transferir ao produto final o valor dos meios de produção no qual intervém a criação de valor. A força de trabalho se apresenta como capital variável, enquanto os meios de produção funcionam como capital constante. Nesta fase do ciclo de reprodução, o capital abandona a primeira fase da circulação e ingressa na fase produtiva: a forma como o capital consome a força de trabalho. Quatro são as formas principais que os capitalistas encontraram para aumentar a taxa de exploração da mais-valia: a compra da força de trabalho abaixo do seu valor, o prolongamento da jornada de trabalho, o incremento da produtividade do trabalho, e a intensificação do trabalho.

Aqui nos deparamos com a última etapa do ciclo de reprodução, ou seja, com a mercadoria voltando a assumir a forma de dinheiro. Essa é a segunda fase de

circulação, ou seja, a fase de realização. Mais uma vez, assim como na fase anterior, pouco importa a origem da mercadoria, o que nos interessa é saber como esta fluía para o mercado, em busca de sua troca por dinheiro, sua realização. As mercadorias produzidas no âmago da economia dependente, independente se fabricadas a partir do capital nacional ou estrangeiro, só faziam reaparecer a origem do capital investido quando esta frase encerrava, ou seja, quando havia a conversão em dinheiro (FERREIRA, 2012, p. 59).

Enquanto o capital circulava sobre a forma de mercadoria, esse se apresentava sob três categorias fundamentais (MARX, 1987, p. 39 e p. 53):

a) a primeira, bens de consumo, também chamado de bens salário. Mesmo que os estes bens sejam consumidos de forma diferenciada por burgueses e operários, não há diferença para o ciclo do capital se estes itens são necessários para a existência humana, ou seja, feijão, caviar e bombas estão na mesma classe de bens, uma vez que sejam consumidos.

b) a segunda, bens de consumo suntuário. São os bens que não estão incluídos no consumo ordinário dos trabalhadores, ou seja, não são itens significativos para a existência humana.

c) a terceira, os bens de capital, ou seja, as matérias primas, os bens intermediários e as máquinas que servem para a produção tanto de bens de consumo como de bens de capital. Em última instância, toda produção industrial está referida a este. Concluímos que e na segunda fase da circulação que se contribui para orientar a produção no sentido de separar claramente as necessidades de consumo das massas e das classes burguesas.

Resumindo, poderíamos dizer que o ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades. Entre elas, o condicionamento que o capital estrangeiro imprime na economia nacional na primeira fase da circulação, tanto sobre a forma de dinheiro como sobre a de mercadoria, determinando a transferência de mais valia ao estrangeiro, bem como fixando a mais valia extraordinária que se desenvolve a partir da superexploração da classe trabalhadora. Estes fatos levam a concentração do capital e a monopolização precoce, ao passo que modificam a produção das necessidades de consumo das massas. A distorção na distribuição da renda que daí se origina gera uma impossibilidade do consumo das mercadorias pela economia dependente, forçando

o envio destas mercadorias no mercado mundial fechando assim o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior.

Se alguém que estiver fora deste circuito concorrencial decidir dele fazer parte deverá iniciar, pois, alargando a sua participação de mercado, acompanhando a redução de custo com hábil política de preços, transferindo ao consumidor a economia de escala obtida, impedindo o surgimento de concorrentes novos. Quiçá assim será capaz de rapidamente estabelecer o domínio sobre o mercado. A perspectiva de lucros ilimitados naturalmente apresenta nesta fase, incentivo à fraude comercial. Entretanto, a predominância em determinado ramo produtivo deverá estar acompanhada da posse da tecnologia um dos segredos do sucesso de corporações multinacionais.

1.6.4 O Ciclo do Capital-Mercadoria (M' – D')

A última parte da nossa análise do Ciclo de Reprodução do Capital é a fase em que surge o chamado Capital Mercadoria. A Mercadoria toma a forma de capital-mercadoria como formato de "existência funcional", oriunda diretamente do processo produtivo do valor-capital pós-valorização[54]. Quando está na forma de mercadoria, o capital a ela vinculado deve executar a função econômica de uma mercadoria, ou seja, os artigos e que são compostos a mercadoria final devem ser produzidos, vendidos e transformados em dinheiro. Cumprindo assim o ciclo M –D. A função da mercadoria, portanto, transformar-se em dinheiro, pois, após percorrer o ciclo, capital-mercadoria precisa ser vendido para atuar como formador de mercado e formador de valor.

Contudo, esta normalidade do ciclo dependia de um incentivo no caso dos empréstimos internacionais, pois, uma vez que o dinheiro (D) dos empréstimos

[54] Marx (1985, p. 34) quase nunca dissociava as análises teóricas das lutas políticas e para ele "Caso a produção de mercadorias fosse em toda a sua extensão social conduzida de modo capitalista, então toda mercadoria já seria, desde sua origem, elemento de um capital-mercadoria, consistisse ela em ferro fundido ou rendas de Bruxelas, ácido sulfúrico ou charutos."

adentrava o ciclo de reprodução a intenção era que assim como as mercadorias de existência funcional este capital monetário fosse capaz de incrementar o processo produtivo, gerar empregos e renda de preferência revertida para a economia credora. Apenas a exportação de capitais com vistas à lucratividade através da cobrança de juros não fazia a economia fornecedora prosperar como um todo, sendo assim para que o contínuo desenvolvimento fosse garantido o capital monetário não poderia pular etapas da reprodução, senão a tendencia à estagnação da produção dos países capitalistas centrais se manteria e era justamente a queda na taxa de lucro que se queria evitar. Para isso, as economias credoras impunham às nações devedoras que parte do capital contatado fosse utilizado na compra de mercadorias da própria economia fornecedora. Desta forma obrigava o capital-monetário a participar do ciclo de reprodução e a partir de então as dívidas não eram contabilizadas apenas em capital, mas em mercadorias que poderiam servir também como garantias em caso de atraso, ou seja, o capital poderia apagar o rastro de consumo de maneiras variadas, mas para as mercadorias como meios de produção tinham uma aplicabilidade mais contundente. Favorecendo até mesmo as economias contratantes no sentido de que aumentavam as foras de incremento das receitas estatais, bem como as fontes de capital para pagamento das dívidas.

Assim, apesar da nossa análise se concentrar bastante na entrada e saída do capital no ciclo nunca perdemos de vista que em algum momento este capital fez parte da produção de alguma mercadoria e só agora finaliza o seu percurso na realização. Portanto, a transformação final do capital-mercadoria em capital-dinheiro é o final do ciclo onde as principais características é o retorno do capital só que desta feita incrementado pelo valor agregado no processo produtivo. O final do ciclo tem uma importância crucial para o desenvolvimento do nosso trabalho, uma vez que muitas vezes as nações devedoras não conseguiam incrementar significativamente as rendas ao ponto de conseguirem pagar as dívidas dos empréstimos. Daí que os credores no ato da cobrança das parcelas dos empréstimos ao não obterem resposta satisfatória lançavam mão de participar do processo produtivo das mercadorias, assegurando fontes de renda estatais como forma de pagamento. Foi assim que muitas empresas estrangeiras participaram da produção de mercadorias na América Latina.

2 SEGUNDO CAPÍTULO

2.1 Antecedentes históricos do Imperialismo britânico

Após as devidas apreciações dos debates bibliográficos sobre a Teoria da Dependência tão importantes para estabelecermos os termos de análise da História econômica latino-americana, a partir desta parte da dissertação objetivamos abordar a historicidade do imperialismo britânico no sistema-mundo[55]. Como se trata de um trabalho que exige amplo alcance bibliográfico, destacamos que a tentativa de pesquisar ou escrever temáticas históricas de média-longa duração temporais ou que abarquem grandes porções territoriais encontram uma série de problemáticas. No caso do objeto de pesquisa que aqui se apresenta assumimos – grosso-modo - um duplo desafio, pois, pretendemos ao longo da dissertação comparar a História das nações que fazem parte do cone sul da América[56] entre os anos de 1850 a 1930, ou seja, uma porção territorial gigantesca e um longo período de tempo. Um dos primeiros conselhos bibliográficos que recebemos emanou de Tilly (1984) que aconselha precaução ao se pesquisar temas muito amplos. De acordo com Tilly (1984, p. 29) os estudos comparativos de grandes estruturas e processos amplos fornecem um melhor aporte intelectual se o número de questionamentos for moderado. Só assim se torna possível a pesquisa adequada de estruturas e processos amplos sem incorrer ao risco das generalizações.

Em conformidade com as ideias de Tilly (1984, p. 30-31) entendemos que ao propormos um número menor de hipóteses sobre as consequências da proeminência econômica britânica a ser analisada criamos uma maior fiabilidade às circunstâncias históricas, bem como às características concretas do objeto de estudo. Por isso, se faz urgente analisar os fatos históricos que ocorreram entre as primeiras décadas do século XIX a fim de identificar quais foram os acontecimentos mais relevantes para transformar a Grã-Bretanha em uma potência mundial.

O imperialismo moderno foi um sistema social de alcance mundial estruturado e legitimado pelas relações econômicas relacionadas à expansão do capitalismo. Wallerstein (1999, p. 40) apontou que o surgimento do imperialismo moderno é

[55]Este foi um tema amplamente debatido por Wallerstein (1999). Este autor chegou a conclusão que estudar economia significava ter que considerar as mínimas conjecturas afim de se perceber o quadro de atuação do capitalismo.
[56] Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru.

resultado no nacionalismo extremo das economias-mundo que levaram as disputas econômicas europeias às mais distantes economias do mundo. Contudo apesar do clima de disputa econômica internacional, a Grã-Bretanha detinha uma liderança em relação às demais nações e uma das explicações causais da proeminência imperial para Wallerstein (1999, p. 34) foi a dinâmica que os capitalistas britânicos impuseram ao sistema em proveito próprio. Deste modo o imperialismo britânico estava incluído em um sistema-mundo moderno caracterizado por um todo espaço-temporal cujo alcance espacial coincidia com as regiões constituintes da divisão mundial do trabalho. Onde os vínculos econômicos internacionais se materializavam numa complexa cadeia de mercadorias onde os processos de produção dependiam de alguns responsáveis pela interligação planetária de reprodução do capital.

Outra coincidência foi que a relação das nações latino-americanas com o sistema de crédito internacional remontou da constituição da maioria destas nações, ou seja, quando no início do século XIX, no contexto das independências nacionais se deu início a relação entre os capitais estrangeiros em pleno desenvolvimento neste período e os desprovidos estados nacionais nascentes. No que se refere à Grã-Bretanha, a iniciativa repentina em fornecer empréstimos para a América Latina pode ser qualificada como vantajosa aos negócios britânicos e em termos gerais desde que a Grã-Bretanha se beneficiou da queda do império colonial francês no final do século XVIII, bem como do colapso do sistema colonial espanhol e português nas primeiras décadas do século XIX, que a exportação de capitais passou a ser uma das metas expansionistas (MAURO, 1973, p. 119). Foi nas cinzas dos antigos domínios coloniais que a Grã-Bretanha construiu o seu império e desenvolveu um monopólio virtual no comércio com países latino-americanos, reforçando as ligações econômicas internacionais. Em um nível mais particular, coincidiu com a existência na Grã-Bretanha de capital excedente após as guerras napoleônicas, a procura de financiamento externo por parte dos governos da América Latina para o projeto de construção nacional, permitindo para a Grã-Bretanha ampliar os laços com as novas nações latino-americanas.

Deste modo, uma relação entre comércio, investimento direto e empréstimos tendeu a ser estabelecida desde princípios do século XIX. Convêm notar que o aumento dos empréstimos concedidos à América Latina foi simultâneo ao aumento de investimentos e das exportações na região. Devemos observar que na busca pelo lucro, os banqueiros de Londres contavam, além do comércio e da

especulação, com os empréstimos que se revelaram como uma terceira forma de lucro na América Latina, sendo que estes empréstimos tinham a habilidade de beneficiar as empresas que atuavam na economia da nação devedora, bem como movimentar o mercado especulativo a partir da oferta dos títulos da dívida pública. Em muitos casos, os intermediários e empresas responsáveis pela emissão de títulos no mercado de Londres estavam envolvidos simultaneamente no comércio de bens com os países mutuários, bem como realizaram investimentos diretos nesses países (MIROW, 1973, p. 280).

Assim, o 'tripé' banqueiros/ comerciantes/ investidores, favorecia o crescimento do comércio e o investimento direto britânico que tendiam a acender junto com os empréstimos para a América Latina. Quando se trata de comércio, os governos latino-americanos adotaram políticas de livre mercado, a fim de facilitar sua participação na economia-mundo, bem como na Bolsa de Londres aumentando as receitas fiscais a título de direitos aduaneiros. De fato a Grã-Bretanha foi o principal centro financeiro, bem como a maior potência comercial do mundo após 1850 e o resultado foi que as empresas comerciais britânicas, que antes já tinham uma presença significativa no comércio exterior, rapidamente vieram a controlar grande parte das importações provenientes dos países latino-americanos que consistia principalmente de compras de equipamento militar e têxteis, embora houvesse importação de outros produtos, como ferramentas e máquinas. Como resultado, as exportações latino-americanas para a Grã-Bretanha aumentaram de uma média de 3,9 milhões de libras no período de 1814-1820 para uma média de 5,5 milhões no período 1821-1825 (MAURO, 1973, p. 284). Com relação à exportação de capitais sob a forma de empréstimos no primeiro quartel do século XIX, a Grã-Bretanha, funcionou como o principal centro fornecedor. O primeiro empréstimo fornecido na Bolsa de Londres em 1822 foi emitido em favor do governo da Colômbia que até 1825 foi o destino preferencial do quase 20 milhões de libras que entraram na região latino-americana. No Tabela 1 podemos analisar os montantes emitidos na Grã-Bretanha em favor dos governos latino-americanos. Por esta tabela podemos perceber que o Brasil e o Peru foram os destinos preferenciais na destinação dos empréstimos.

TABELA 1
Empréstimos estrangeiros a governos latino-americanos emitidos na Grã-Bretanha - 1822-1825

País	Total de títulos emitidos em Libras (£)	Nº de emissões
Brasil	3.200.000	2
Buenos Aires	1.000.000	1
Chile	1.000.000	1
Peru	1.816.000	3
TOTAL	**7.016.000**	**7**

Fontes: VITALE, 1998 e MARICHAL, 1988.

Em menção aos investimentos diretos feitos pela Grã-Bretanha citados na tabela 1, Bambirra (1978, p. 86) indica que em 1825 a aplicação de capital em negócios representava apenas 16% dos investimentos britânicos na América Latina crescendo rapidamente entre 1822 e 1825, quando foram criadas em Londres mais de quarenta empresas envolvidas em várias atividades na América Latina. A maioria destas empresas dedicadas à exploração e mineração de ouro e especialmente de prata participaram do "boom da mineração" que se desenvolveu entre 1824 e 1825 contando com a participação de acionistas, dos políticos latino-americanos e londrinos importantes.

A partir dos empréstimos estrangeiros emitidos no contexto das independências, uma nova palavra passou a fazer parte do vocabulário político-econômico das nações latino americanas: Dívida Externa. Como as receitas nacionais eram facilmente superadas pelas despesas os governos, durante o corte de gastos o pagamento dos empréstimos não era uma prioridade nacional e os governantes se viam forçados ao não pagamento da dívida como forma de equilibrar as contas. Consequentemente, diminuíam-se as ofertas de capital na bolsa londrina e o montante da dívida só tendia a crescer. Como mostrado na Tabela 2, entre 1826 e 1850 foram emitidos na Bolsa de Londres da América Latina um valor nominal de 18 milhões 389 mil libras. Se compararmos os valores com a Tabela 1 é possível perceber que proporcionalmente entre os anos de 1822-1825 foi concedido uma média de 1.250.000 libras, enquanto entre os anos de 1826-1850 foi concedida uma média de 700.000 libras anuais (HORA, 2010, p. 120).

TABELA 2
Emissões de títulos latino-americanos
na Bolsa de Londres: 1826 – 1850
(Valores nominais em milhares de libras esterlinas)

País	Total (£)	Porcentagem do total
Brasil	1444	7.8
Chile	750	4.1
México	2018	11
Perú	3776	20.5
Outros Países	10401	56.6
Total	18389	100

Fonte: Hora, 2010

Já era possível poucos anos após a contração dos primeiros empréstimos sentir os impactos das dificuldades de pagamento, tanto para os prestamistas quanto para dos devedores. No que concerne ao investimento direto da Grã-Bretanha na América Latina, estes estavam praticamente congelados entre 1825 e 1850. Em suma a ascensão e queda de empréstimos para a América Latina durante os anos vinte do século XIX, tornaram os investidores cada vez mais críticos em sua avaliação das perspectivas econômicas da América Latina e, a partir de 1825-1826, diante da cada vez maior escassez do capital estrangeiro veio o inevitável atraso no pagamento (MARIUTTI, 2003, p. 165). Para alguns países inadimplentes da América Latina, a retomada dos pagamentos só foi acordada mais de duas décadas depois, quando durante os anos cinquenta e sessenta do século XIX planos de recuperação econômicos foram novamente lançados tendo como balizador o capital estrangeiro. Assim, mais de duas décadas se passaram desde o início do adiamento dos pagamentos dos empréstimos, por isso neste ínterim as emissões de títulos na América Latina na London Stock Exchange haviam diminuído, sendo limitados a apenas aqueles que retomaram o pagamento das obrigações emitidas entre 1822 e 1825.

Aqui concluímos os apontamentos gerais sobre a exportação de capitais britânicos no início do século XIX. Entendemos que as exportações de capitais para a América Latina passaram por períodos de crescimentos e decrescimentos. Apesar de nunca terem cessado completamente os empréstimos britânicos, para os Estados nacionais, estes apresentaram uma alternância em três momentos:

a)1821 – 1841; b) 1850 – 1883; c) 1893 – 1920.

Assim, para as próximas seções nos basearemos neste recorte temporal como forma de apresentar uma visão geral dos empréstimos cedidos, buscando apontar as características importantes que marcaram cada período supracitado.

2.2 A primeira onda de empréstimos (1821-1841): A formação dos Estados nacionais no contexto dos empréstimos estrangeiros[57]

Nesta parte do texto pretendemos analisar a exportação de capitais na visão das nações latino-americanas. Assim, começaremos abordando a primeira metade do século XIX que foi marcada pelo nascimento dos Estados Nacionais na América Latina. A América do Sul foi varrida por uma onda independentista entre 1811 e 1825, como podemos verificar na Tabela 3.

Tabela 3
Datas das independências da América do Sul

Nação	Independência
Paraguai	1811
Uruguai	1825
Brasil	1822
Chile	1818
Peru	1821
Bolívia	1825
Argentina	1816

Fonte: Doratioto, 1996.

Naquele momento, os mais distantes rincões do continente americano construíam uma nacionalidade 'a fórceps'. Os defensores do livre-comércio na América do Sul podiam ser facilmente percebidos na assessoria dos governos, pois, este era um dos pré-requisitos para que as instituições financeiras fizessem os vultosos empréstimos aos países requerentes. Portanto, a Grã-Bretanha – os credores do mundo neste período - administrava com extrema prudência sua imensa influência. Se compararmos as medidas expansionistas britânicas com as de outros países – França, Alemanha, Estados Unidos – percebemos sutis diferenças na maneira de atrair os países da América Latina no que se refere à assinatura de

[57] Esta seção foi baseada principalmente nas proposições de SILVA , Hernán Asdrúbal(org.) Historia económica del cono sur de América. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. Laera de las revoluciones y la independência. México: Instituto pan-americano de Geografía e Historia, 2010, 792 pg.

tratados comerciais. Cientes da vantagem financeira que tinham em relação aos concorrentes, os britânicos, tinham a prerrogativa de serem procurados em busca de empréstimos e nesta privilegiada posição faziam valer a sua evidência através de acordos de longo prazo. Neste sentido, reforça Donghi (1975, p.135) que:

> A moderação inglesa, porém, é apenas aparente. A defesa dos interesses britânicos poderia ser executada sem precisar contar com instrumentos de influência direta, pois, países endividados que teriam a necessidade de novos créditos em Londres para cobrir débitos anteriores, são particularmente sensíveis às opiniões da metrópole financeira.

Na economia sul-americana, mesmo que influência britânica fosse predominante, outros países entravam na disputa, em particular a França que entre 1848 e 1860 provoca um incremento no consumo dos produtos franceses tradicionais de exportação, desde os tecidos até os artigos domésticos de luxo e semiluxo e os vinhos. No tocante à América Latina, essa primeira relação com a Bolsa de Valores e o sistema finaceiro de Londres - que foi precedido por uma rápida expansão do comércio com a Grã-Bretanha que iniciou seu desenvolvimento num momento em que ainda não estavam concluídas as guerras de independência em vários países da região sul-americana, de modo que o acesso a recursos externos se tornaram urgentes para reforçar os cofres nacionais na ruptura com o poder colonial. Para as nações recém-formadas que ainda estavam em processo de consolidação, a colocação de títulos no mercado de Londres respondeu a imperativos políticos e militares, como parte de um investimento visando não só apoio financeiro, mas também diplomático e político na Grã-Bretanha (FIGUEROA, 1998, p. 46).

Tabela 4
Comparação das Independências e dos Primeiros empréstimos

Nação	Independência	1º Empréstimo
Paraguai	1811	1871
Argentina	1816	1824
Chile	1818	1822
Peru	1821	1822

Brasil	**1822**	**1824**
Bolívia	**1825**	**1865**

Fonte: Bethel, 2004

Valia muito para as nascentes nações contar com o importante apoio britânico e pela Tabela 4 percebemos que apenas três países não contraíram empréstimos estrangeiros no âmbito das independências, são eles o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai. A negativa de crédito não é mera coincidência, uma vez que estes três países, os mais pobre da América do Sul não detinham de garantias suficientes para a contração de empréstimos (DONGHI, 1975). Dos empréstimos expostos na Tabela 4, ofertados no primeiro quarto do século XIX, os destinos foram variados, pois, em casos como o Chile e o Peru foram utilizados em grande parte para fins militares decorrentes da formação do exército nacional, além dos conflitos nas guerras de independência, ou seja, dinheiro investido na compra de navios, armas e uniformes, pagamentos aos membros anfitriões, etc. No caso do Brasil eles foram usados para compensar Portugal e para liquidar as dívidas contraídas no rompimento das relações coloniais. Já a Argentina utilizou os fundos recebidos para pagar a dívida e para cobrir emissão de títulos domésticos.

Duas características dos empréstimos sobressaem do conjunto de tendências relativas à onda de empréstimos externos para a América Latina. São eles o papel desempenhado pela especulação dos intermediários financeiros e as ligações que tendiam a serem estabelecidas entre empréstimos, investimentos diretos e comércio. Em relação ao papel desempenhado pelos intermediários financeiros, embora tenha havido uma série incontável de situações durante os processos de tomada dos empréstimos, acreditamos que a tendência geral para os governos da América Latina foi receber montantes que estavam bem abaixo do valor dos títulos emitidos na fonte. De acordo com Mauro (1973, p. 136), um balanço do que aconteceu com os vínculos da região entre 1822 e 1825, dos 19 a 20 milhões de libras gastas por investidores britânicos, cerca de 12 milhões foram recebidos pelos governos mutuários. Essa diferença ficava com os intermediários financeiros na forma de comissões, taxas, custos de impressão, etc. Neste contexto, houve casos de muita especulação, bem como de fraude de agentes representantes dos governos latino-americanos que muitas vezes agiam em conluio com bancos de Londres. Mesmo quando os agentes financeiros designados pelos governos latino-americanos foram

substituídos por representantes oficiais, os banqueiros de Londres continuaram ganhando um lucro extraordinário a partir da emissão de títulos. A dupla faixa de cobrança e vendas comerciais e especulativas, especialmente nos primeiros anos, incluiu a manipulação dos preços dos títulos. A este respeito, uns bons exemplos são bônus peruanos emitidos em 1824 que foram colocados à venda em 85% do seu valor e intermediários mantiveram os bônus para inflar o preço, vendendo-os quando atingiram 89%, títulos esses que em alguns meses atingiram 23,5% do preço das ações (MAURO, 1973, p. 155).

A primeira onda de empréstimos para a América Latina foi de curta duração, considerando que, desde 1826, a explosão de concessões tinha dado lugar a um declínio acentuado nos empréstimos e do comércio com a Europa e o início de uma sequência de suspensão do pagamento das dívidas, tudo em um contexto de crise económica em ambos os lados do Atlântico. Na London Stock Exchange, o momento de pânico ocorreu na primeira quinzena de dezembro de 1825, durante o qual faliram por volta de 65 bancos provinciais e da capital britânica. Nos meses seguintes, e durante o crash financeiro em 1826, outros bancos incluindo vários dos que tinham participado na colocação de títulos latino-americanos foram prejudicados pela crise que se espalhou para o resto da economia britânica e de outros países europeus, tornando-se uma crise profunda, que, nas palavras de K. Marx abriu "o ciclo recorrente" da indústria moderna. Essa crise cíclica teve efeitos imediatos na América Latina, especialmente para as importações provenientes da Grã-Bretanha que caíram 50% de média na região em 1826, com exceção do Brasil, onde as compras externas não foram afetadas porque as suas exportações de café e açúcar foram mantidas, o que explica a posição única do Brasil na região em relação à ausência de moratórias e a colocação de novos empréstimos na London Stock Exchange nas primeiras décadas pós-independência (MARICHAL, 2014, p. 57). Em referência ao fluxo de investimento direto britânico na América Latina, eles foram drasticamente reduzidos e muitas das empresas de mineração foram fechadas.

Desde a independência dos países da América do Sul entre os anos de 1811 a 1825 até o fim da década de 1920, que as economias passaram por quatro crises da dívida[58]. A primeira crise moderna da superprodução de mercadorias (1826)

[58] Apesar das crises cíclicas do capitalismo não ser o foco do trabalho, não podemos ignorar a sua importância tanto como evento histórico, quanto campo de estudo, pois, as crises sempre marcaram profundamente as economias sul-americanas proporcionando mudanças

desencadeada na Europa abriu a porta para período de crescimento (1826-1847) e correlativamente ocorreu a primeira crise da dívida na América Latina que teve início no ano 1820. Outra relação existiu entre a depressão nas economias industrializadas (1873-1893) e a segunda crise dívida latino-americana no início dos anos 1870. Finalmente, a partir da depressão mundial da década de 1930 e a terceira crise da dívida latino-americana que eclodiu em 1931, mas que levou a um crescimento econômico em nível continental (MARICHAL, 2014, p. 59).

Nosso destaque para as crises cíclicas se encaixa em nossa temática na medida em que a ocorrência das crises resultou em suspensão dos pagamentos dos empréstimos anteriores e um intenso processo de renegociação das dívidas. A suspensão dos pagamentos da dívida foi iniciada pelo governo peruano em abril 1826, no mesmo ano suspenderam os pagamentos o Chile, o Peru e em 1827 a Argentina deixou de pagar as parcelas da dívida. O valor nominal dos valores em que a falência é declarada foi de 17 milhões 129 mil libras, ou seja, os títulos de emissão entre 1822-1825, com exceção daqueles para Brasil (MARICHAL, 2014, p. 65). No intento de pagar a dívida externa, os países devedores interpõem períodos prolongados de moratórias e de acordos de reescalonamento das dívidas. Como a situação econômica tendeu a agravar-se na maioria dos países latino-americanos durante o resto dos anos vinte do século XIX e no decorrer das décadas seguintes, em vários casos a depreciação econômica foi acompanhada por guerras entre países da região. Os primeiros acordos de renegociação das dívidas resultaram na retomada dos pagamentos a partir dos anos quarenta e tiveram efeito em apenas dois países: Chile, em 1842 e no Peru em 1849.

Nas próximas seções deste capítulo buscaremos dar ênfase às características políticas, econômicas e sociais das nações contratantes dos empréstimos buscando compreender quais as histórias que envolvem a contração dos empréstimos no contexto interno das nações tomadoras dos créditos. Com isso buscamos destacar particularidades individuais que no caso de uma análise comparada poderiam ser excluídas. Daí em um segundo momento procederemos com a comparação.

---

significativas no pagamento das dívidas. Para nosso objeto de pesquisa destaca-se a ligação entre as quatro crises sul-americanas e crises cíclicas do capitalismo.

2.2.1 – Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina)

Em 1816 foi proclamada a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata durante o congresso de Tucumán e, a partir do rompimento com a Espanha, iniciou-se uma discussão sobre a forma de governo a ser adotada. A disputa principal estava travada entre um grupo de fortes tendências monarquistas que defendia uma transição pacífica para um novo modelo de governo e outro grupo que defendia uma posição de rompimento completo e radical de relações com a Espanha. Por conta destas disputas internas a Argentina só veio a estabelecer a hegemonia na Bacia do Prata muito tempo depois de declarada a independência. Apesar de ter liderado as regiões formadoras do vice-reino no processo de independência em relação à Espanha, a falta de unidade governamental frustrou os planos de manter a liderança. Esta liderança regional pautava-se na proeminência da burguesia portenha, em proveito da posição geográfica favorável - na desembocadura do Rio Paraná, contudo este elemento que se apresentava como vantagem econômica viria a se revelar um obstáculo à unificação política/territorial (DORATIOTO, 2002, p.24).

A Revolução de Maio e as lutas de emancipação iniciadas em 1810 marcaram o início da formação da Nação Argentina, ocasião em que Buenos Aires foi transformada de capital do vice-reinado, na sede do novo governo, e a política deste novo governo, portanto, associada com os interesses de alguns grupos estabelecidos em Buenos Aires (IRIGOIN, 1996, p. 61-62). Entretanto, a liderança oferecida por Buenos Aires não foi como um presente para as províncias localizadas no interior, pois, na Argentina, os ingressos governamentais provinham tradicionalmente das tarifas alfandegárias ligadas ao comércio do ultramar e seriam estes mesmos os maiores interessados na quebra do monopólio colonial já que somas de capital cada vez maior ficariam retidas sob a forma de pagamento de serviços e impostos.

As províncias apesar de serem os principais locais de produção e consumo de produtos estrangeiros, lucravam menos que os aduaneiros, transportadores ou os donos das áreas de estocagem – ligados ao comércio internacional. Os debates ocorridos no Congresso de 1816 marcaram a culminância das propostas Constituição de 1819 que impunha um modelo de república unitária liderada por

Buenos Aires. Essa proposta foi veementemente rechaçada pelas lideranças do interior da Argentina e como consequência ocorreu uma série de conflitos civis que até certo ponto conseguiram demonstrar resistência além de consolidar regiões relativamente autônomas economicamente em relação ao poder Central em Buenos Aires[59]. Diversas foram as tentativas de organização nacional da Argentina em uma república unitária, sendo que uma das primeiras dessas tentativas ocorreu na década de 1820 quando o então presidente Rivadávia (1826-1827) se aproveitou de um conflito que a Argentina estava envolvida com o Brasil como mote para uma possível unidade política.

O período em que Rosas foi o governador da Província de Buenos Aires (1829- 1852) foi caracterizado como sendo os mais conturbados da história Platina no século XIX (DONGHI, 1975, p. 82). Embora não houvesse o Estado Nacional constituído e reconhecido, pois, as províncias do império argentino se autogovernavam, Rosas sempre buscou manter o vínculo com as províncias interioranas no sentido de influenciar as províncias a se submeterem a um modelo de política centralizador contando para isso com a exclusividade que Buenos Aires detinha sobre os portos. Obviamente, empunhando um modelo de política tão radical, Rosas colecionou opositores durante seu governo.

Boa parte dos opositores de Rosas reclamava principalmente que as rendas supostamente nacionais eram utilizadas com a finalidade de aumentar o domínio de Buenos Aires sobre o restante da Argentina e tinha como principais favorecidos a elite que se instalou na zona portuária da Bacia do Prata. Estava claro que a privilegiada posição geográfica que Buenos Aires foi estabelecida colocou uma grande parcela da população que vivia às margens da Bacia da Prata sob o sistema de dependência caso objetivassem um saída para o mar. A importância deste fato na época era tão evidente que levou Ferdinand White, representante da casa bancária Baring Brothers, em 1859, a concluir que “Buenos Aires é tudo e as províncias, nada” (apud Bandeira, 2000:74).

Na Argentina as primeiras tentativas de ampliação das receitas através da tomada de empréstimo externo ocorreram no ano de 1818. Houve neste período algumas tentativas de negócios por banqueiros em Buenos Aires, mas a realização dos empréstimos só ocorreu em 1822, quando banqueiros britânicos sinalizaram

[59] Acerca ver HORA, Roy. História económica argentina em el siglo XIX, Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

positivamente para a Argentina obter empréstimos para instalar um porto, criar o banco nacional e outras atividades planejadas. Em 01 de julho de 1824, foi o governador de Buenos Aires, Martin Rodriguez (1820-1824) e Bernardino Rivadavia Ministro das Finanças, quem assinaram em Londres um empréstimo junto à Baring Brothers, no valor de 1.000.000 libras, o equivalente a 5.000.000 milhões pesos fortes (REYNO, 1996, p. 44-45).

Participaram da operação os representantes argentinos Felix Castro, Braulio Costa e John Parish Robertson, que negociaram com a Baring Brothers (MARICHAL, 2014, p. 34). Um fato marcante nas transações que cercavam os empréstimos eram os descontos que ocorriam na fonte e quase sempre marcavam a contratação por fornecerem um capital muito inferior ao limite permitido pelos governos locais. A respeito deste primeiro empréstimo tomado pela Confederação Argentina em 1824, Ortiz (2001, p.81-82) resume:

> Resumamos las operaciones para mayor claridad. El gobierno de Buenos Aires ha concertado un empréstito de £ 1.000.000 que gana 6% anual de interés con más de 1/2 por ciento de amortización, que se coloca, aparentemente, en la plaza londinense al 70% de su valor escrito. El gobierno de Buenos Aires debió recibir £ 700.000 líquidas en oro contante y sonante, o sea $f. 3.500.000. Pero la casa intermediaría dice retener el servicio de dos anualidades, es decir en total £ 130.000, o sea $(. 650.000. Verdaderamente y dada la impunidad con que se estaba actuando, bien pudo la casa emisora haber reservado el servicio de 9 anualidades más, anticipadas, con lo cual el gobierno a pesar de quedar debiendo £ 1.000.000 no hubiera percibido ni un centavo. No hagamos suposiciones y aceptemos los hechos tal cual son. Retenidas en Londres esas £ 130.000, el gobierno de Buenos Aires debió recibir el resto, o sean £ 570.000, equivalente a $f. 2.750.000.

Com relação aos empréstimos tomados pelas nações latino-americanas no âmbito das independências nacionais, um tema polêmico foi a autonomia dada aos representantes financeiros durante a contratação dos empréstimos. Talvez na ânsia de capitalizar as nações, estes agentes acordavam taxas de juros e descontos na fonte, diversas vezes desvantajosas para os países tomadores dos empréstimos. A garantia do empréstimo eram as terras da província de Buenos Aires, foi quando Rivadavia (1826-1827) na busca por credibilidade aumentou esta garantia com base em todas as terras públicas da Nação. Neste período este foi o único empréstimo

que podemos considerar como sendo de nível nacional. Outro deste tipo só seria tomado em 1852, na segunda onda de empréstimos.

A Argentina ocupou uma posição extremamente peculiar no mapa da economia mundial a partir das primeiras contrações, pois, durante a primeira metade do século XIX, rivalizava com o Brasil na posição de destino preferencial dos investimentos da Grã-Bretanha. A taxação do comércio era uma das principais fontes de renda do estado, principalmente na venda de carne, trigo e milho. A Grã-Bretanha era uma das melhores clientes argentinas, pois, 10 % do milho , 34 % do trigo exportados da Argentina, 76 % de todas as exportações de carne da Argentina, mais especificamente, 54% de carne bovina congelada e refrigerada foram vendidos para Grã-Bretanha na década de 1830 (MARICHAL, 2014, p. 87). Assim, a dependência da Argentina no mercado britânico foi pouca no caso de outros produtos, mas enorme no caso da carne. A dependência da Grã-Bretanha, por outro lado, pela oferta de carne argentina é revelada pelo fato de que, em média, as importações provenientes da Argentina representaram 40% do seu consumo de carne[60].

Muitos dos produtos britânicos no mercado argentino desfrutaram de uma posição em que não tinham que competir, isto explica em grande parte por que era tão importante para a Indústria Britânica a abertura dos mercados. Havia um mercado para os produtos britânicos que não puderam ser controlados como, por exemplo, aqueles que estavam nas mãos de empresas do mercado têxtil. Embora a influência de algumas empresas comerciais britânicas tenham sido significativas, não poderia impedir os argentinos de comprar produtos em mercados mais baratos, mas a Argentina considerava que detinha uma "relação especial" com a Grã Bretanha e assim imaginava ter um acesso diferenciado aos mercados britânicos e buscava reiteradamente estreitar esta relação.

[60] Para uma melhor abordagem da temática recomendamos a leitura de SESTO, Carmen. *Las ventajas competitivas de las carnes argentinas 1856-1900.*

2.2.2 – O Império do Brasil

A Independência do Brasil se explica por um conjunto de fatores, tanto internos como externos, mas consideramos que foram mudanças originadas fora do Brasil que produziram acontecimentos de rumo imprevisto pela maioria dos atores locais. Sem querer dizer com isso que a independência do Brasil foi determinada por eventos externos, acreditamos que houve por influência estrangeira uma transformação de ideais que passaram da defesa da autonomia brasileira à ideia de independência. Assim, tendo como base para a independência nacional teorias oriundas do estrangeiro, não era de se estranhar que mesmo após a independência o Brasil continuaria na busca por apoio internacional. Por isso, entendemos que o financiamento proporcionado pela Grã-Bretanha ao Brasil no século XIX, tornando-o "um protetorado" (Mota, 1995, p.45) nas primeiras décadas depois da independência, norteou o nascente Império do Brasil evitando a regressão econômica e demográfica que fez vítimas em muitas áreas da América do Sul[61].

A ocorrência da independência brasileira não alterou significativamente as estruturas socioeconômicas e se restringiu a um movimento político localizado nos grandes centros, mantendo o regime monárquico e o herdeiro português no trono, que aliado aos anseios dos latifundiários conservadores sob o comando de José Bonifácio iniciaram um lento processo de mudança social no Brasil. Para os governantes do Brasil declararem a independência de forma pacífica foram obrigados a assumir uma dívida junto a Portugal como forma de indenização[62]. O pagamento da indenização foi um mal necessário para a economia política brasileira, visto que a independência não teve um significado revolucionário, mas de mudança harmônica, onde as relações eram reforçadas ou vagarosamente

[61] Para fontes sobre a História econômica do Brasil ver LIBBY, Douglas Cole. *Notas sobre fontes para a história econômica do Brasil*;

[62] Esta forma de compensação destinou-se ao pagamento de dívidas contraídas pela coroa portuguesa. Por exemplo, o empréstimo contraído em julho de 1822, às vésperas da independência, ofereceu como garantia das rendas da Província do Rio de Janeiro. O chamado empréstimo da Independência foi autorizado pelo Decreto de 30 de julho de 1822, no montante de 400:000$, prazo de dez anos e juros de 6%. A destinação principal era para a "aquisição de vasos de guerra". Com uma subscrição rápida e superior ao necessário, a demanda excedente foi subscrita posteriormente, em 27 de outubro, "para atender às despesas também maiores com a consolidação da Independência".(CARVALHO, 1996, p. 263)

rompidas. Por exemplo, os vínculos políticos com Portugal por conta da trajetória de anos de ligação eram improváveis que fossem rompidos abruptamente, ao passo que a quebra do exclusivismo comercial era algo emergente e atiçou os interesses britânicos, que apesar de almejarem aprofundar relação com os nascentes mercados independentes, tiveram a cautela de somente reconhecer a soberania brasileira após o acordo de indenizatório ser firmado junto a Portugal.

Tabela 5
Empréstimos do Brasil nas primeiras décadas do século XIX

Empréstimos	Valor Nominal em Libras
1824	1.333.300
1825	2.352.000
1829	739.500
1839	411.200
1843	732.000

Fonte: ABREU, 1985.

Resumindo, a história da dívida externa brasileira remonta aos primeiros anos do Império. Ao todo, foram contraídos 15 empréstimos entre 1824 e 1888 (SILVA, 2010, p. 72). Assim, os primeiros empréstimos externos do Brasil independente foram obtidos em 1824 e 1825. O primeiro no valor de 1 milhão e 300 mil libras esterlinas, ficou conhecido como "empréstimo português", destinado a cobrir dívidas do período colonial e que na prática significava um pagamento a Portugal pelo reconhecimento de nossa independência. O segundo acordado em 1825 em parte teve o mesmo destino indenizatório do empréstimo anterior, mas uma parte foi destinada ao investimento na consolidação do estado, através do fortalecimento do exército e da máquina burocrática estatal. Em 1829 foi realizado um novo empréstimo no valor de pouco mais de 700 mil libras que serviu para recuperar parcelas não pagas do empréstimo precedente. Do total de capital tomado emprestado ao Brasil chegou apenas 52%, pois o restante serviu para cobrir os juros da dívida anterior. A despeito dos problemas enfrentados pelas finanças públicas brasileiras no século XIX, o Brasil ocupou uma posição de destaque entre as nações latino-americanas, principalmente pela capacidade de contrair empréstimos e de consistentemente honrar com os pagamentos, enquanto seus vizinhos não o faziam com tanta frequência (ZILIOTO, 2011, p. 33).

O primeiro empréstimo de 1824 foi negociado pelo Marquês de Barbacena, e pelo Visconde de Itabaiana, junto às casas bancárias Baseth Farquhar Chrawford &

C.ª, Fletcher e a casa Alexander & C.ª Thomas Wilson & C.ª (FILOMENO, 2006, p.71; MARICHAL, 2014, p. 43). O segundo empréstimo de 1825 foi contratado pelos mesmos líderes da negociação anterior, Barbacena e Itabaiana junto à casa Rothschild. O contrato foi de £2.000.000 de Libras, com idêntico prazo, juros e amortizações, mas deviam ser dados em doze prestações mensais. As instruções para tratarem do empréstimo foram enviadas em 1824 pelo ministro e secretário de Estado o Visconde de Maricá. De acordo com as orientações os empréstimos deveriam ser do tipo 80 e com juros de no máximo de 6%. Os decretos relativos a estas operações foram expedidos o primeiro em de 30 de dezembro de 1824 e o segundo em 28 de fevereiro de 1825 aprovaram as duas operações conjuntas (MARICHAL, 2014, p. 38).

A partir daí a casa Rothschild assume a posição de uma das principais fornecedoras de empréstimo no mundo e o Brasil era um destino preferencial da exportação dos capitais britânicos, que forneceram três outros empréstimos em 1829, 1839, 1943 que funcionaram como mote para a renegociação da dívida (FILOMENO, 2006, p. 80). No entanto, o segundo quarto do século XIX ficou marcado pela retração na disponibilidade de crédito estrangeiro. Por isso, que a soma dos valores contratados nestes três empréstimos ficou abaixo do contatado em 1825.

O Brasil independente em 1822 possuía na economia voltada para a exportação de matérias-primas o setor mais rentável. Como a maioria dos países sul-americanos, o Brasil na época da independência era um país carente de fontes internas de capitais, por isso a preocupação do governo central em investir o tanto quanto possível nas infraestruturas que facilitassem as exportações, buscando alcançar uma balança comercial positiva. O mercado interno era acanhado devido à quase completa subsistência das cidades, vilas e fazendas do país que se dedicavam à produção de alimentos e a criação de animais. Assim, os empréstimos contraídos durante a primeira metade do século XIX, serviram para o Estado imperial de o Brasil investir na melhoria das estradas terrestres, bem como na melhora do sistema de portos, principal forma de contato com o mercado mundial além da comunicação entre as regiões do país[63].

[63] Sobre as melhorias feitas pelo governo imperial nos primeiros anos pós-independência há um bom levantamento em SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. In: FAUSTO, Boris(Org.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1977.

A maior parte das importações era de tecidos, vinhos, sabões, comestíveis, perfumarias, dentre outros. Até a década de 1850, itens como carvão, maquinaria, ferramentas e artigos de ferro desempenhavam 11% das importações brasileiras em relação à Grã-Bretanha. Durante a década de 1820, o açúcar equivalia a cerca de 30%, o algodão 21%, o café 18% e couros e peles 14% do total das exportações, sendo que neste período o Brasil exportou por volta de 11 mil toneladas de cacau, entre os anos 1821 e 1825, exportaram em valores aproximados 41.174 toneladas de açúcar e 1 milhão de toneladas de café (SINGER, 1977, p. 550 e p. 555). O destaque dado à agricultura no Brasil se justifica pelo papel extremamente importante que este ramo tinha na economia brasileira, onde a maioria da população em atividade se dedicava ao trabalho no setor agrícola, 13% ao de serviços e 7% ao industrial.

2.2.3 Chile

Inicialmente é importante ponderar que a esmagadora maioria dos chilenos vivia e trabalhava no coração tradicional do país, o vale central, que se estendia por 500 quilômetros ao sul de Santiago. Isto se deu principalmente por conta da herança colonial que as haciendas impuseram à organização econômica-espacial da República (LOCKHART, 1990, p. 91). Havia outras regiões ligadas à mineração – que eram economicamente viáveis, mas como exigiam pouca mão-de-obra, não representavam foco de atração da população. Se compararmos, por exemplo, com a ocupação ocorrida na Argentina, Peru ou mesmo Nova Granada, o Chile se caracterizou por um tipo de ocupação compactada.

Após a proclamação da independência (1810) a população ficou socialmente dividida em uma pequena alta classe criolla (elite aristocrática) que dividia espaço com os mestizos (trabalhadores pobres – eminentemente rurais). Essa estrutura social manteve-se constante na medida em que não houve grandes divergências entre a classe alta, bem com esta não foi incomodada por nenhuma tensão regional mais séria. Desta forma Santiago e seu rico interior dominavam a

vida econômica da República. A Independência abriu novas perspectivas para o Chile e, graças à sua estabilidade pode expandir-se para os desertos do norte, dominando o Mapuche e alcançando as ilhas do sul que testemunharam este impulso expansionista que surgiu na república (BUSHNELLL, 1990, p. 104).

Contudo, os oligarcas precisavam dispor de mais trabalhadores sob seu domínio para fazer o Chile prosperar. Então, a forma mais efetiva de se concretizar o domínio dos liberais sob o restante da população era dentre outras coisas através do controle do poder central. Neste sentido as lideranças chilenas lançaram mão de medidas originais, a exemplo da eliminação do federalismo em 1820, que na prática significou a subjugação dos intendentes de cada província à autoridade presidencial (BUSHNELLL, 1990, p. 106). Os intendentes passavam assim a ser agentes naturais e imediatos do presidente, ou seja, funcionários a serviço do regime que tinham por missão reforçar a integração nacional, que num sentido real significava o fortalecimento de Santiago à custa das iniciativas regionais. Porém, ocorreram algumas ocasiões em que este apoio não estava satisfatoriamente executado, então o governo central recorreu a diversos outros métodos – a intimidação, prisão temporária, falsificação de identidades ou o suborno – para impedir que qualquer foco de oposição política chegasse ao poder (LOCKHART, 1990, p. 97).

Do ponto de vista comercial, a mineração com vistas à exportação foi o setor mais importante da economia chilena. Os mineiros do Norte acumularam as maiores fortunas da época, com destaque às províncias de Atacama e Coquimbo que constituíam a parte mais dinâmica do país (BAKEWELL, 1990, p. 77). Diferentemente do que ocorria no vale central dominado pelas haciendas que não dispuseram de investimentos maciços para expansão da agricultura e consequentemente gerava mão-de-obra excedente, logo estes iam procurar uma colocação nas minas.

A Independência consolidou suas posições dentro dos países da América Latina, uma vez que organizou seus governos nacionais (DONGHI, 2004). Porem, a trajetória desses investimentos não foi uniforme e teve um desenvolvimento no continente homogêneo como um todo, durante o século XIX. Na verdade, os investimentos britânicos na América Latina começaram com um forte impulso na década de 1820 diminuiu depois dos próximos vinte anos, expandiu-se lentamente década de 1850, aumentou mais rapidamente nos doze anos que se seguiram ao de 1860, diminuíram durante a depressão de 1873-1879, mais uma vez conseguiu um

forte impulso pela segunda vez na próxima década e, finalmente, recuperaram a força de seus primeiros anos no século XX, quando os investimentos pesados foram feitos em mineração (ARAUJO, 2013, p. 100).

O primeiro empréstimo estrangeiro do Chile independente ocorreu em 1822 no valor de um milhão de Libras e foi solicitado pelo presidente Bernardo O'Higgins e contraído junto à Casa Hullet e Co. Influenciados pela força do subimperialismo chileno, os investidores britânicos colocaram seu dinheiro em atividades econômicas mais diversas no país: emprestaram ao governo, propriedades, estrada de ferro, eléctricos, água potável, marítimas e empresas portuárias, submarino telégrafo, gás, eletricidade, rapé, cervejarias, refinarias de açúcar, fábricas e minas (SILVA, 2010, p. 93). O caso chileno chama a atenção pela sua singularidade. Uma colônia pobre que criou com uma velocidade surpreendente, um sistema político baseado na lei, no qual o governo se submetia às regras e prazos do fim, onde os senhores 'caudilhos' que pareciam endêmicos na cultura latino-americanos não eram mais bem-vindos. E se em outros países aconteceu um turbilhão de constituições, no Chile a Constituição 1833 durou quase um século sem grandes modificações.

No século XIX, os recursos minerais constituem a base da economia chilena, inicialmente, se destacou pela exploração do nitrato de sódio, conhecido comercialmente como salitre do Chile, e depois o cobre, de que o país é um dos maiores produtores mundiais. Além disso, o Chile contava com grandes recursos florestais nas regiões situadas ao sul do rio Bío-Bío, florestas naturais de araucária, carvalho e faia que foram objeto da exploração madeireira atendendo às necessidades da marcenaria e da construção tipo exportação.

2.2.4 - Peru

Os Andes constituem um dos sistemas montanhosos mais imponentes do mundo. O pico mais alto atinge 7023 m com o Aconcágua ultrapassado apenas pelo Himalaia em altitude. Entre o 11º de latitude norte e 55º de latitude sul, forma a cadeia contínua barreira, que separa a drenagem do continente em dois sistemas. Na Colômbia, no Equador e no Peru, os Andes Orientais descem bruscamente para as florestas amazônicas, cuja atitude é inferior a 150 m. Nessa região os cursos

d’água abrem passagem através da Cordilheira Oriental por gargantas profundas, depois cruzam as terras baixas formando meandros tranquilos (BONILHA, 1978, p. 169).

Até a conquista espanhola, no século XVI, as regiões que formam atualmente os países andinos (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Chile) eram essencialmente ligados pelas peculiaridades geográficas, visto que a direção política e a organização econômica fixadas nas terras altas se orientavam no sentido longitudinal. Após a chegada dos espanhóis, no Peru, o eixo de direção e organização mudou completamente com o deslocamento para a costa do núcleo dominante de coesão com a concentração das cidades mais importantes, os latifúndios mais produtivos e as principais riquezas. Riquezas estas que vinham do interior sob a forma de metais preciosos e como acontecia na maioria dos países metalistas, os lucros ficavam com os transportadores e negociadores (DEUSTUA, 2011, p. 168).

Logicamente havia uma concorrência pelo poder regular que desembocou numa violenta e interminável disputa que tinha como propósito saquear os recursos do Estado. Das presidências no Peru ao longo da primeira metade do século XIX, poucos foram os líderes que conseguiram cumprir todo o pleito de quatro anos. Parte desta mutabilidade política foi reflexo das mudanças que estavam ocorrendo internamente neste país, onde entravam no campo da disputa, principalmente, três grandes grupos: os defensores dos oligarcas, os liberais em ascensão e o grande contingente dos pobres. As querelas internas favoreciam de sobremaneira a ingerência do capital estrangeiro que objetivava a conquista das riquezas minerais de países pobres como o Peru e a Bolívia (BASADRE, 2005, T.1, p. 170).

A paisagem do país foi dominada por fazendas e latifúndios de propriedade de aristocratas crioulos e espanhóis, ordens religiosas, grandes comerciantes e muitos mestiços e pequenos proprietários índios[64]. Nesta área, a hegemonia da

[64] A predominância de comunidades indígenas nas terras altas e em vários vales da costa ainda era uma realidade no início do século XIX. Comunidades compostas por dezenas ou centenas de famílias chefiadas por suas autoridades tradicionais, controlavam grandes extensões abundantes de agricultura e pastagens naturais, particularmente na região andina. Para a maior parte, das comunidades, especialmente andina, viviam em uma situação de mercado periférico, com pouca ligação com as fazendas, terras e aldeias, habitadas por mestiços, espanhóis ou crioulos. Com mecanismos de produção e comércio de mercadorias, produção cereal tais como trigo ou de milho, tubérculos, tais como a papa ou outros produtos, dependendo da condição do solo(VIVÓ, 2011).

hacienda como unidade de produção era mais do que evidente, tendo em conta a quantidade de terra de que é proprietária (SANTILLANA, 2010, p. 38). As haciendas foram unidades produtivas que consistiam em algumas centenas de hectares, localizada nos vales da costa central e sul ou nos vales quentes de Huanta ou Huanuco, na fronteira com a floresta alta, de dezenas ou apenas um pouco mais de uma centena de hectares no Vale Sagrado Cuzco, mas de várias centenas ou mesmo milhares de hectares em outras áreas do país, particularmente aquelas que tiveram pastagens naturais em Jalcas e nas montanhas andinas.

A Guerra da Independência no Peru começou evidenciar a capacidade econômica dos concessionários, na medida em que Lima foi destino preferencial de grandes somas de dinheiro para apoiar o exército e evitar a alteração do sistema de político (BURGA, 2008, p. 3). A guerra de independência foi longa e dolorosa: ela durou de 1820 a 1826. Neste período as propriedades foram saqueadas pelos exércitos que cruzavam as fazendas e levavam alimentos, cavalos e animais de carga e até mesmo escravos que fugiram ou foram forçados a integrar as hostes. As perdas dos camponeses foram substanciais e somente em 1850, com a consolidação da dívida interna, algumas dívidas começaram a ser saldadas (BONILHA, 1978, p. 172).

O Peru independente integrou-se ao mercado financeiro através de dois empréstimos no mercado de capitais do Reino Unido. No início da sua vida independente no campo das relações externas procurou a obtenção de capital que lhe permitiu organizar a nação e alcançar o reconhecimento como uma nação livre, soberana na visão das grandes potências, especialmente da Grã Bretanha. É por isso que, desde a independência, o Peru, procurou obter dinheiro "fresco" na Grã-Bretanha, que valorizava a independência, porque dessa forma novos mercados eram abertos para as suas manufaturas. Verificou-se uma ideal coincidência entre os interesses do Peru e da Grã-Bretanha: a independência em troca de dinheiro e abertura dos mercados (BURGA, 2008, p. 23).

Dois são os empréstimos que são obtidos durante as administrações de San Martin (1821-1822), e Bolívar (1823-1826) na Praça de Londres com o banqueiro Thomas Kinder sob as seguintes condições (CEPAL, 1965):

a) O primeiro Empréstimo de Outubro 1822, de acordo com Tantaleán foi tratado por Juan Garcia del Rio e Diego de Paroissien (Encomendado pelo San Martin, em Dezembro de 1821) com Thomas Kinder, no valor de 1 milhão e 200 mil libras

esterlinas à taxa de 75%, com juros de 6% ao ano, a comissão Contratado a 2% e entrega em seis parcelas até 1823. Deram-se como garantias as entradas na Casa da Moeda, costumes e outros rendimentos. Tantaleán também acrescenta que o contrato estava a ser pago em 30 anos a 40.000 libras por ano. No final, só recebeu o montante de 900 000 libras.

b) O segundo empréstimo veio rapidamente. Este empréstimo foi negociado pelo Kinder britânico John Parish Robertson, em 21 de janeiro de 1825, de acordo Tantaleán, no valor de 616.000 libras, com um valor de colocação de 83%. "No século XIX, era costume dos agentes e dos bancos a comprar títulos de dívida a preços abaixo do seu valor nominal". Estas operações financeiras foram feitas sem o conhecimento da representação peruana em Londres.

Os empréstimos saíam vinculados aos compradores dos títulos, ou seja, os tomadores eram forçados a "comprar" no mercado britânico, portanto, não veio um volume de dinheiro "fresco" para o Peru, apenas ‘vales’ para comprar na Grã-Bretanha. Talvez 10% ou 15% da massa de capitais chegaram ao Peru (FLORES, 2002, p. 11). Esta relativa falta de liberdade na utilização dos empréstimos teria sido um dos motivos que afastou a economia peruana dos interesses britânicos e em contrapartida aproximou da segunda maior nação fornecedora de empréstimos: a França. A Independência teve um custo econômico muito elevado para o Peru. A separação da Espanha não trouxe, como os liberais sonharam, o boom comercial que era esperado pela remoção de restrições comerciais e consequentemente os proprietários de terras pouco evoluíram durante a crise de crédito. (ACOSTA, 1999, p. 16).

Isso mostra que os proprietários de terras, por conta de sua fraqueza econômica, não podiam tornar-se um grupo da frente e tiveram que contar com o apoio de ‘senhores da guerra’ para defender seus interesses. Os comerciantes, basicamente de origem estrangeira, foram os únicos a desfrutarem de uma posição relativamente confortável. Inicialmente, os mercadores Britânicos aproveitaram a Independência e inundaram o mercado peruano com as suas mercadorias. Mas por volta de 1825 a 1827, o mercado estava saturado e as importações se estagnaram. Os britânicos perderam cerca de um milhão de libras em sua primeira aventura no mercado peruano. Muitos eram desencorajados e quebraram. Unicamente empresas com experiência anterior e solidez, como Gibbs & Sons Casa, que se instalaram

desde antes da independência (1818), conseguiram resistir à quebra (PEREA, 2003, p. 7).

2.2.5 - Paraguai

Dos estados resultantes do desmembramento do Vice-Reino do Rio da Prata, apenas o Paraguai não passou pela experiência da guerra civil e pouco se misturou nas questões regionais durante toda a ditadura de Francia (BANDEIRA, 2000, p.78). Localizado na Mesopotâmia da Bacia do Prata, à margem das correntes internacionais do comércio, o Paraguai contraíra-se, qual molusco dentro da concha. Este retraimento menos desejado do que imposto pelas contingências, categorizou um tipo de economia na qual o estado representava o principal agente de produção e do comércio, promovendo ou regulamentando, rigorosamente todas as atividades. O monopólio era basicamente de erva-mate, da madeira e do tabaco utilizando-se das estancias de la pátria como forma de organizar os trabalhos. (BANDEIRA, Idem) Extensas divisões territoriais especializadas em fornecimento de determinado bem primário que era resultado da opressão de parte significativa da população paraguaia que vivam do campesinato.

Durante o período colonial, a província do Paraguai dependia no início do Vice-Reino do Peru, e mais tarde, passou a fazer parte do Vice-Reino do Rio Prata. Logicamente, nestas circunstâncias, a economia foi estruturada e dirigida principalmente para beneficiar as capitais dos vice-reinados, Lima e Buenos Aires, bem como a metrópole espanhola (DECOUD, 1904, p. 79). A localização geográfica do Paraguai, longe dos principais portos de escoação da produção para o exterior, colocou-o no último elo da cadeia metrópole-satélite. Determinando em grande medida a situação de pobreza do país e da sua população maioritária, que se limitavam à exportação de monoculturas como erva-mate e rapé (FERNANDES, 2009, p. 1773).

Desde então, o Paraguai dependia dos portos de Buenos Aires para o comércio, uma vez que os rios Paraguai, Paraná e Uruguai fluíam para o Rio da Prata, monopolizando os portos de entrada para as províncias do interior que por sua localização dependiam do transporte fluvial. Depois da independência

alcançada, Buenos Aires procurou por todos os meios para manter os territórios sob seu controle, por meio de centralismo político e da dependência do porto de comércio internacional (DECOUD, 1904, p. 95). A palavra de ordem do regime de Francia era independência e os esforços do país eram na defesa do reconhecimento da mesma. A estrutura de produção rural foi mudando profundamente durante o governo de Rodriguez de Francia. A posse da terra, a organização da produção e o destino da produção foram transformados através de um processo de reforma agrária radical, onde o governo central conseguiu através da erradicação das propriedades comunais do período colonial, transformá-las em base fundiária nacional, onde a exploração dos recursos naturais seria possível a partir de prévia autorização e controle do poder central. Aconteceu que o governo central era composto por uma elite autoproclamada que tendeu a favorecer os grupos mais próximos dos governantes. Esta foi uma das principais razões o surgimento – grosso-modo – dos dois principais grupos sociais no Paraguai. Um grupo favorecido pelo estreito contato com o poder central e outro grupo de camponeses[65].

A economia paraguaia caracterizou-se por ser pequena e muito aberta ao comércio externo, e cujo modelo econômico baseava-se na produção e exportação de itens agrícolas e da carne, bem como o comércio de importação e reexportação produtos de consumo, a maioria dos quais ocorre no setor informal da economia. O forte sucesso em alcançar estabilidade macroeconômica foi ofuscado pela crescente informalidade e pela pobreza extrema. O crescimento econômico levou o Paraguai a aumentar a distribuição desigual da riqueza, onde encontrávamos uma elite vinculada ao estado e em contrapartida o restante da população, maioria de origem indígena, imersa na situação de pobreza (GUEDES, 1995). Desta forma, a história econômica e da estrutura institucional paraguaia revela que existiu uma forte correlação entre os atores políticos e as reformas econômicas que privilegiavam o fortalecimento desta mesma elite política. O aspecto político, longe de ser um aliado para o crescimento, é uma limitação para as medidas econômicas necessárias, que muitas vezes eram caprichos de políticos. Além disso, a história econômica não

[65] Essencialmente essa mudança na organização socioeconômica tendeu a homogeneizar os grupos. Apesar do ‘fosso’ econômico que ampliava nas terras guaranis houve uma tendência à homogeneização no interior dos grupos. Assim os camponeses tinham em média uma vida material digna.

registra um economista ou um grupo de economistas de excelência no projeto de levantar o país (como, por exemplo, os Chicago Boys no Chile) (IANNI, 1973, p. 3).

A independência Paraguaia decretada em 1811, ao contrário do que aconteceu à maioria das nações sul-americanas não contou com os empréstimos estrangeiros para a consolidação do estado. Por isso, na tentativa de incrementar as receitas, desencadearam no governo os confiscos de propriedades, mediante os quais Francia quebrantou a classe dominante tradicional, sobretudo o segmento espanhol, e atacou a Igreja, desta forma robustecendo, enormemente, o poder econômico do Estado paraguaio. Após a independência, as terras que pertenciam ao Reino da Espanha passaram para o estado, incluindo os antigos e riquíssimos e herbais de Curuguaty, San Pedro de Ykuamandiyú e San Estanislado, entre outros (VILLAGRA, 2012, p. 164-165). Em 1820 a propriedade foi confiscada dos participantes da conspiração contra o ditador, a maioria dos quais eram grandes proprietários de terras. Em 1823 as terras reais do Seminário de San Carlos foram confiscadas e no ano seguinte as extensas propriedades eclesiásticas foram desapropriadas, a exemplo das igrejas católicas, mosteiros e ordens religiosas.

A Independência finalmente trouxe uma reestruturação radical das possibilidades no mercado de erva-mate, principal item de exportação paraguaia. A partir de então para transformar a erva-mate paraguaia em um item de consumo mundial, faltavam investimentos de capital. Entretanto, o sistema de crédito que foi tão bem sucedido no período colonial parou de funcionar no pós-independência. Principalmente porque a fonte de capital, que eram os credores espanhóis, após sofrerem duras opressões sob a nova ordem revolucionária, não dispunha de dinheiro para emprestar aos comerciantes do Alto Prata, isto é, para o Paraguai e Corrientes (VILLAGRA, 2012, p. 162). A exportação de erva-mate, que até meados da década de 1810 tinha sido relativamente livre de restrições, foi submetida a controles rígidos pelo governo central paraguaio. A partir de 1823, o presidente Francia insistiu que um terço de todas as exportações de Itapúa (uma das duas "portas livres" no sul do país) fosse oriundo dos depósitos da Comissão Cidade. Embora o controle do governo paraguaio sobre a produção de bens primários pretendesse ser absoluto, na realidade este domínio se mostrava em grande medida opressor e em momento algum beirou a autonomia. De fato o governo paraguaio dependia das inciativas de exportadores individuais como forma de garantir o volume de exportação, mas muitas vezes a inciativa privada era desencorajada a

continuar a produção de bem primários, dada ampla concorrência que as empresas estatais faziam no mercado paraguaio.

Assim, o Paraguai, como a Coroa espanhola, foi teoricamente proprietário dos ervais. Teoricamente, pois, por exemplo, a França que nunca esteve envolvida diretamente com a produção e exportação da erva-mate foi uma das principais beneficiadas em um comércio de milhares de libras. A falta de investimento estimulou a queda acentuada nas exportações de erva-mate. O valor para 1816 mostra uma queda maior do que qualquer dos últimos vinte anos, mas depois de 1820 as exportações nunca alcançaram mais de um décimo de 1816 e por vezes em 1829 e 1839, caíram ainda mais drasticamente (VILLAGRA, 2012, p. 185). É claro que a exportação de erva-mate do Paraguai tornou-se errática e incerta durante o governo de Francia.

O comércio de erva contribuiu para o isolamento do Paraguai, uma vez que a produção estava principalmente nas mãos do estado. Fora o estado paraguaio a erva-mate produziu altos lucros para os comerciantes e porteiros mutuários, o suficiente para estimular a receita fiscal de forma significativa para o Paraguai e para Buenos Aires. No período 1788-1792, o Paraguai exportou uma média anual de 292,653 pesos em erva, dessas exportações o Estado recebeu 11%, ou 32,182 pesos por ano (VILLAGRA, 2012, p. 50).

Somente após a morte de Francia, em 1840, foi que o Estado paraguaio começou a participar mais ativamente dos assuntos internacionais na Bacia do Prata, pois, durante o governo de Francia, o Paraguai foi forçado a viver uma economia fechada por causa de um elemento político fundamental: o não reconhecimento da soberania da nação paraguaia[66]. O isolamento ao qual o governo paraguaio estava submetido favoreceu a convergência monopólica em favor do poder central amparada na exploração das riquezas nacionais. Assim que o governo paraguaio assume características mercantilistas e protecionistas, sendo que o último foi essencial para posterior regime econômico.

[66] Sob o governo de José Gaspar Francia, praticamente inexistia contatos oficiais do Paraguai com seus vizinhos. Uma exceção neste caso foi o fato de haver desde 1824 um enviado oficial do império brasileiro que fazia as honras de discutir limites territoriais com o governo paraguaio (DORATIOTO, 2002, p.24). Outras exceções foram as permissões de Francia para que se fizesse intercâmbio com a província de Corrientes e o Império do Brasil, nas localidades de Pilar e Itapuã.

2.2.6 Uruguai

Considerado o mais pobre dos países sul-americanos, a região do atual Uruguai e os problemas relativos à sua autonomia estaria na ordem do dia no contexto da política internacional na América Latina no início do século XIX (AMAYO, 1995, p.153). Ocorreu que desde 1811, rebeldes sob o comando de José Gervasio Artigas, lutaram contra os espanhóis que ocupavam Montevideo e região, conseguindo uma série de vitórias contra forças a favor da manutenção do poder da coroa espanhola (VITALE, 1998, p. 83). Diante do crescimento do poder de Artigas, a existência deste movimento militar passou a ser uma ameaça e teve como reação imediata de acordo com Thompson Flores (2009, p. 13) um movimento no qual

> [...] oligarquias rurais porteña, oriental, rio-grandense e o Império brasileiro articularam a ocupação luso-brasileira da Banda Oriental querendo derrotar o movimento artiguista que se instalava e lhes causava muito temor, uma vez que o projeto agrário de Artigas só tinha a desfavorecer essas mesmas oligarquias rurais.

Esta foi uma intervenção satisfatória para os planos da aliança uruguaia-brasileira contra as pretensões de Artigas, pois, ante a subjugação das tropas artiguistas, o caminho para uma maior influência do Império do Brasil no Uruguai estava assegurado pela elite oriental. Uma das marcas da mudança de orientação do estado uruguaio se deu com a mudança no nome da região que de Banda Oriental passa a ser chamada de Província Cisplatina. Concomitantemente subia ao poder em Buenos Aires um novo grupo político que apoiados no predomínio caudilhesco empunhavam o ideal de união das províncias da Bacia do Prata, uma clara afronta aos planos do Império do Brasil. Segundo Thompson Flores (2009) o ano de 1822 foi decisivo para o destino político do Uruguai, pois, existiam diversas manifestações contrárias ao domínio brasileiro na política uruguaia e a partir da declaração de independência do Brasil nesse mesmo ano essas contendas se

exacerbaram[67]. A partir de então forças expedicionárias com o apoio capitaneado por Buenos Aires se pronunciaram militarmente contrárias à dominação imperial brasileira na Província Cisplatina e empreenderam uma batalha que foi de 1825 até 1828 e ficou conhecida com Guerra da Cisplatina. O resultado deste combate foi a independência da região uruguaia e a consequente diminuição da participação brasileira nos negócios políticos e econômicos dessa nação.

Assim como ocorreu com o Paraguai e a Bolívia, o Uruguai não contraiu empréstimos junto às instituições financeiras europeias. Por isso, era importante a valorização das poucas formas de incremento das receitas estatais, principalmente através da taxação nas trocas comerciais e ocupação do solo. Os principais itens exportáveis nesta altura eram provenientes da criação de gado, especialmente ovelhas, além de plantio de trigo e arroz. Os brasileiros participavam ativamente da economia uruguaia no século XIX e além dos atos de pilhagem, os brasileiros retiravam, sistematicamente, o gado do Uruguai, sem pagar qualquer imposto aduaneiro, para abastecer as charqueadas do Rio Grande do Sul. Os brasileiros ocupavam uma faixa extensa e fértil do Uruguai, ao longo da fronteira com o Brasil, onde mantinham campos de criação e engorda de gado (BANDEIRA, 2000, p.75; SOUZA, 2004).

2.2.7 - Bolívia

A história político-econômica da Bolívia serve como um bom estudo de caso da dependência latino-americana em relação aos capitais estrangeiros, pois, desde o período colonial que a Bolívia é uma das regiões mais pobres da América, mesmo que contasse com a segunda maior população da América do Sul e fosse um dos maiores produtores de minério mundo. A produção mineira determinou a história boliviana desde a colônia com destaque para a produção de prata que marcou a economia ao longo do século XIX. No fim do século XIX verificou-se um acelerado processo de esgotamento das minas de ouro e prata, exigindo dos mineiros a

[67] Além disso, Thompson Flores (2009) chama a atenção para “A forma despótica com que os estancieiros do Rio Grande do Sul usufruíam dos recursos orientais” o que “causava verdadeira aversão na oligarquia rural oriental”.

mudança no perfil da exploração. Assim, a economia boliviana do início do século XX ficou marcada por um maior investimento estatal no estímulo da exploração do ouro e da prata, bem como a diversificação dos minérios explorados com destaque para o estanho (BONILLA, 1978, p. 3).

A integração da Bolívia no mercado global no século XIX combina com a generalidade regional da América Latina, ou seja, produção de matéria-prima – no caso prata e estanho, com uma estreita relação com a abertura ao livre comércio e o afluxo maciço de capitais. A política de livre comércio realizada pela oligarquia ligada à exploração de matérias-primas e controle da terra é reforçada economicamente através da exportação de capital. Este grupo é responsável por fazer as transformações econômicas dentro da Bolívia. Dentre as mudanças, destacamos: a liberalização da economia, a expansão das grandes propriedades, projetos de construção de estradas, ferrovias e hidrovias e finalmente a formação de oligarquias de proprietários (SILVA, 2010, p. 356).

A independência da Bolívia foi proclamada em 1825, mas é importante salientar que governo boliviano desde cedo não recorreu a empréstimos externos para financiar os gastos públicos, sendo o primeiro empréstimo contraído em 1865. Este feito resultou numa diferença notável em relação às práticas estabelecidas por outros governos na América Latina. A Bolívia no início do século XIX não dispunha de recursos para garantir o pagamento dos empréstimos, por isso, teve que levantar as receitas nacionais com os próprios esforços (SEBBEN, 2010, p. 27-28).

Na agricultura, as unidades de produção básicas foram as fazendas e as comunidades indígenas, com uma clara predominância da primeira como resultado da desintegração interna do espaço Bolívia. A produção mais importante era composta por quinino coca, milho, trigo (SEBBEN, 2010, p. 163). Com exceção de quinino e coca que foram exportados, os outros produtos foram utilizados para o consumo doméstico. Esses mercados foram muito limitados por causa da autossuficiência básica da economia camponesa e foram localizados principalmente nas cidades e nos campos de mineração. Tendo em conta a fragilidade da estrutura produtiva, a presença da economia Boliviana no mercado internacional era muito precária. Seu principal e praticamente único produto de exportação era composta de ouro e prata, seguido muito de longe da quina e do estanho.

Como forma de ampliar as receitas, o presidente Sucre[68] passou a capturar a poupança interna através da emissão de obrigações com o valor nominal de um milhão, que foram garantidos com as propriedades do Estado. As propriedades que o estado ofereceu como garantia para títulos emitidos não tinham sido consideradas apenas como uma maneira de reforçar a sua capacidade econômica, mas eram o resultado da política implementada por Sucre para quebrar o poder e a influência do clero regular. A subordinação do clero e da hierarquia secular ao governo nacional, finalmente, marcou o controle nacional do Estado sobre a Igreja.

Como em outros países latino-americanos, o Estado boliviano fez tributar a circulação de mercadorias utilizando o instrumento como forma de incrementar as receitas fiscais. Foi reforçada pela existência de ônus não só o comércio de importações, mas também o deslocamento interno de mercadorias, que foram coletadas por costumes internos. Também aqui, portanto, encargos tarifários era um instrumento de política fiscal ao invés de proteção à indústria nativa.

[68]Antonio José de Sucre (Cumaná, Venezuela, 3 de fevereiro de 1795 — Sierra de Berruecos, Colômbia, 4 de junho de 1830) foi um militar e estadista venezuelano, e herói da independência hispânica.

3 TERCEIRO CAPÍTULO

3.1 A segunda onda de empréstimos (1850 – 1883): Empréstimos no tempo do capital-imperialismo.

A segunda metade do século XIX foi inédita para a acumulação no modo de produção capitalista. Para Giovanni Arrighi (1996, p. 47) esta foi uma fase caracterizada pela expansão financeira capitalista, principalmente do capital britânico. Para Eric Hobsbawm (1998, p. 12), neste período ocorreu a “era dos impérios”, onde a América Latina seria colocada no “modelo de desenvolvimento primário-exportador”, em relação às atividades econômicas desenvolvidas na região[69].

As exportações de capitais[70], portanto, tiveram um grande significado para o fortalecimento dos capitalistas centrais e para o imperialismo britânico e a partir de 1850 significou a reafirmação de superioridade econômica mundial, que na Europa já remontava de longa data[71]. As exportações financeiras começaram a partir da saturação da expansão material dentro dos padrões de acumulação. Esta saturação gerou um excesso de capital que não poderia obter o lucro satisfatório no comércio e na produção. Assim, se criou as condições para oferta do capital líquido circulante,

[69] Para Argentina e o Brasil, por exemplo, a segunda metade do século XIX também constituiu uma conjuntura distinta dos anos antecedentes e posteriores. Esta foi uma época conhecida como “Belle Époque” da Argentina, quando as exportações de lã, carne e grãos garantiram ao país uma posição de destaque no cenário mundial. Para o Brasil, foi o período áureo da cafeicultura de exportação FILOMENO (2006).

[70] Mariutti (2003) aponta que há ainda outro "elemento essencial" ao processo de internacionalização da vida econômica: a exportação de capitais, que assume 5 formas diferentes: a) empréstimos estatais (para suprir os gastos militares e os investimentos em infraestrutura, decorrentes da urbanização); b) compra de ações entre empresas (participação); c)investimento direto no exterior (financiamento de plantas produtivas, p. ex.); d) empréstimos privados não especificados; e) compra de ações para formação de holdings ou outras associações.

[71] Entre os anos de 1790 a 1815 diversas guerras ocorreram em território Europeu e a Inglaterra se envolveu francamente nos conflitos, especialmente o comércio exterior que favoreceu o incremento das rendas nacionais. Por volta de 1790 a ascendência econômica britânica sobre outras nações da Europa deveu-se a vários fatores na produção, desde as técnicas, aprimoramento da mão-de-obra, disponibilidade de capital comercial e industrial e por fim a ampliação das vias de comunicação. O apogeu ocorreu mais especificamente entre os anos de 1850 e 1870 quando ocorre uma revolução nos meios de transporte, na concentração do capital bancário e no consequente progresso industrial (MAURO, 1973).

essencial para a expansão financeira[72]. Segundo Franco (201, p. 16) primeiramente, temos que entender que o processo de acumulação de capitais, apesar de teoricamente ilimitado, a depender da saturação dos mercados na recepção das mercadorias, cria uma tendência à diminuição da taxa de lucro. Por circunstâncias específicas o montante de capitais acumulados na poupança interna das grandes potências imperialistas não encontrava condições internas favoráveis à realização, com uma margem de lucro constante[73]. Sendo que a exportação dos capitais surgiu como uma resolução desta problemática limitação na margem de lucros e na colocação das mercadorias.

A partir do desenvolvimento do capital de empréstimos, torna-se indispensável que parte do capital se ponha fora da produção sem se comprometer com valores-de-uso específico. Assim, os capitalistas que operavam com seu dinheiro em busca de juros deveriam sacrificar a disponibilidade de seu dinheiro em um período específico de tempo em troca de um pagamento de juros. Bem (2009, p. 43) indica que surge então um problema, pois, o capitalista industrial investe o dinheiro em valores de uso específicos e os emprestadores não querem perder o controle de seu dinheiro durante o intervalo de tempo que necessitam os tomadores de empréstimos para pagarem as dívidas. Por isso, uma solução segura para a aplicação deste crescente volume de capital líquido ocioso foi colocar à disposição para as economias nacionais latino-americanas. Estes eram clientes ideais, pois, apesar dos governos nacionais utilizarem o capital muitas vezes na busca por um valor-de-uso específico, as garantias para o pagamento dos empréstimos iam muito além da aplicação dada ao capital (MEIRELES, 2008, p. 87-88).

---

[72] A primeira dominação foi a do capital comercial e do capital fundiário sobre o capital manufatureiro e a pequena produção artesanal e agrícola, depois, a do capital industrial sobre o capital comercial e a propriedade fundiária, mais tarde, com o imperialismo, tem-se a dominação do capital financeiro, concentrando e fundindo o capital industrial e o capital bancário (PEREIRA, 2011).

[73] Segundo Bem (2009) não só o capital dinheiro, mas também o dinheiro como ele próprio pode ser transformado em capital de empréstimo, pois no capitalismo o dinheiro adquire um valor de uso adicional: a capacidade de funcionar como capital. Assim, o dinheiro na sua capacidade de capital potencial torna-se uma mercadoria. O empréstimo de dinheiro então só é realizado mediante o pagamento de uma remuneração por seu uso, o juro. Mas estes possuidores de dinheiro não necessitam emprestar seu dinheiro apenas para produtores de mais-valia, podem ser emprestado para quaisquer indivíduos que estejam dispostos a pagar por seu uso, pois para os capitalistas possuidores do dinheiro, os capitalistas financeiros, o que lhes interessa é aumentar seu capital a partir do recebimento de juros, e, portanto emprestam para qualquer propósito, desde que haja segurança de que serão devidamente pagos.

Em contrapartida as organizações estatais latino-americanas enfrentaram problemas para pagar as dívidas ao basearem as rendas no comércio externo que por vezes apresentou oscilações. Quando os governos nacionais percebiam um decréscimo nos orçamentos, consequência da desaceleração do comércio e da produção começavam planos de recuperação financeira que incluía medidas expansionistas de disputa de mercados e territórios, muitas vezes apoiando-se nos conflitos bélicos. Todavia, como a base material de seu domínio se encontrava em decadência, os Estados, em geral, não dispõem, naquele momento, de recursos para financiar tais projetos, precisando conseguir junto aos mercados financeiros estrangeiros, implicando aumento do endividamento estatal (MEIRELES, 2008, p. 89). As organizações estatais entram, então, numa disputa pelo capital disponível, viabilizando as condições de demanda para a expansão financeira. A dívida pública, desta forma, foi um marco para as economias latino-americanas na era imperial-capitalista. Para Meireles (2008, p. 100) a única parte da chamada riqueza nacional que entra realmente na posse coletiva dos povos era o débito público. Abruptamente o débito público se transformou em uma das mais influentes maneiras de beneficiar a acumulação primitiva. Como por passe de mágica, o dinheiro antes ocioso, improdutivo, cria uma capacidade de reproduzir, e assim se converte em capital incrementado, sem que para isso deva ser acompanhado da fadiga e do risco que envolve necessariamente o investimento industrial ou usurário (MARX, 1984).·.

Deste modo a partir de 1850 a dívida pública aumenta o vínculo das nações à economia-mundo capitalista, tal como deliberada por Immanuel Wallerstein (1999, p. 52) solidifica as bases deste sistema social histórico, constituído por uma divisão mundial de trabalho e que vincula espaços geográficos divididos politicamente em territórios nacionais que se integram economicamente através do mercado. Nesse tipo de sistema social, duas ou mais regiões culturais e politicamente distintas são interdependentes economicamente. Assim, buscava-se ante de tudo uma unidade econômica, mas não uma unidade política, pois o sistema interestatal, composto por Estados nacionais abarca a possibilidade de diferenças políticas.

Com isso não queremos afirmar que o moderno sistema-mundo nos moldes de Wallerstein (1999) tenha se iniciado na segunda metade do século XIX, mas que após 1850 acelerava-se o processo de acumulação originária nas economias pré-capitalistas pelo mundo, inclusive nas nações latino-americanas e esta acelerada acumulação reforçaria as bases de criação da economia-mundo. Não foi por acaso

que na América Latina, houve uma intensa redefinição interna da economia de exploração, onde abandonava-se cada vez mais as estratégias de produção baseadas na quantidade, mas a partir de então buscava-se através de maciços investimentos as maiores produtividades possíveis. Por isso, em quase por toda parte, teve início a tomada das terras indígenas - também as propriedades eclesiásticas, atitude esta que teve um duplo objetivo. Primeiro ter acesso à melhores terras disponíveis que muitas vezes estavam nas mãos dos índios e da igreja que não faziam uma exploração extensiva e o segundo motivo foi transformar os trabalhadores campesinos em operários livres para negociar sua força de trabalho. A sistematização da produção – investimento de capital - resultou na expansão dos monocultivos expansivos. Consequentemente, o desenvolvimento dos mercados locais veio a favorecer significativas mudanças no equilíbrio das cidades e aldeias, sendo que as transformações fortaleceram mais as províncias rurais que se preparavam para os novos vínculos que a América Latina estabeleceu com a economia mundial. (DONGHI, 1975, p.127).

Desta forma, o débito público condicionou a divisão mundial do trabalho, base da economia-mundo capitalista, que passou cada vez mais a ser integrada por cadeias de mercadorias no comércio de longa distância que englobava várias nações. Mesmo que os Estados Nacionais desenvolvessem estratégias de controle da produção interna, a capacidade de manejar as atividades econômicas que se desenvolveram dentro de seu território se mostrou sempre parcial e limitada, pois, parte importante de tais atividades está vinculada a uma divisão mundial do trabalho que extrapola os limites de qualquer Estado nacional. Além disso, os Estados Nacionais fazem parte de um sistema interestatal hierarquizado, em que Estados fortes das regiões centrais convivem com Estados fracos nas regiões periféricas. Por isso, as ações de um Estado despertam reações de outros, estando, portanto, mutuamente cerceadas (ARAUJO, 2013, p. 42).

A respeito das relações internacionais pressupostos da TMD indicam que a dinâmica da economia-mundo capitalista apresenta fatores historicamente determinados que interferem no grau de autonomia do Estado nacional em matéria de política econômica[74]. Um dos principais fatores mediadores da posição que cada

[74] A esse respeito Lima, Pedro Garrido. Sistema mundial e semiperiferia (Artigo) propõe uma série de critérios para possíveis classificações dos países em centrais, periféricos ou

nação ocupa no sistema é o nível de endividamento público externo, onde quanto maior fosse a dívida de um Estado significava que dispunha de influência no campo da economia política mundial. Além disso, a posição do Estado nacional no sistema interestatal, sua condição de Estado central, semiperiférico ou periférico e seu relacionamento com o Estado hegemônico também indicavam suas possibilidades de endividamento externo, onde os Estados mais fortes teriam maiores possibilidades para se endividar.

Contudo, esta disponibilidade de recursos, dentro e fora do território nacional, para financiar os estados, estabelecia limites e possibilidades de uso. Quando tais recursos estavam disponíveis em abundância, o Estado podia ampliar suas atividades e levar a cabo políticas expansionistas, além do que seus recursos próprios (especialmente, as receitas tributárias) permitiriam. Do contrário, o Estado teria de dimensionar suas atividades proporcionalmente ao seu volume de receitas tributárias. Entretanto, quando o endividamento estatal chegava a um determinado nível e a disponibilidade de recursos para financiá-lo já não era abundante, a dívida pública tornava-se um constrangimento para as políticas do Estado. O serviço da dívida pública contraída em períodos anteriores passava a consumir, na forma de amortização e pagamento de juros, uma parcela importante das receitas estatais, comprometendo a ação do Estado, que passava a ter que reduzir seu nível de atividade (HADLER, 2009, p. 121).

Por vezes, a situação se torna tão grave que o Estado não só tinha de destinar uma parcela considerável de suas receitas tributárias para pagar o serviço da dívida pública, como se tornava dependente de seus credores para cobrir eventuais déficits orçamentários e refinanciar suas dívidas. A este comprometimento fiscal podiam somar-se outros problemas. No caso do Brasil e da Argentina, por exemplo, como o serviço da dívida externa era realizado em divisas estrangeiras, um elevado endividamento público externo podia gerar problemas no balanço de pagamentos, comprometendo, eventualmente, as políticas monetária e cambial. Assim, o aumento da dívida pública que permitia uma expansão das atividades do Estado posteriormente reduziu sua autonomia em matéria de política econômica (FILOMENO, 2006, p. 81).

---

semiperiféricos, chegando finalmente ao cálculo da lucratividade como sendo o critério ideal para diferenciar países.

Uma vez que o débito público, baseado nas receitas do Estado, virou uma característica das economias estatais, o moderno sistema de impostos se tornou o complemento indispensável do sistema de empréstimos nacionais. Os empréstimos davam aos governos a possibilidade de manter despesas excepcionais sem que os contribuintes sofressem imediatamente com isso, embora tivessem de enfrentar futuros aumentos dos impostos em decorrência do endividamento público. O aumento nos tributos decorrente do aumento do débito público impingia o governo a novos empréstimos quando se apresentam novas despesas extraordinárias (SILVA, 2011, p. 46). O ímpeto fiscal moderno, cujo ponto de apoio era a tributação sobre meios de subsistência contém então em si o germe da progressão automática. Por isso, o aumento dos tributos não era um incidente, senão uma regra. Isso implicava uma expropriação crescente dos operários assalariados e da baixa classe média, cujas condições de vida se viam piorada (MARX, 1984). Desta forma concluímos concordando com Franco (2011, p. 21) para quem os empréstimos internacionais foram outra forma bastante recorrente de vinculação econômica com a periferia. Um procedimento que evidenciou a dependência de uma forma mais sutil que se fosse através das guerras, mas, possivelmente, mais perverso, uma vez que seu discurso era sustentado numa postura aparentemente benévola por parte das grandes potências.

3.2 Militarismo e empréstimos internacionais

A partir de agora nos atentaremos de forma mais detida ao vínculo existente entre militarismo e os empréstimos internacionais. Esta abordagem por sinal compõe o objeto central deste trabalho que busca evidenciar nas Guerras na América Latina seus vários enfoques da Polemologia (estudo da guerra), como a História Econômica e Social da Guerra, a História Militar, a análise dos conflitos, das relações internacionais e dos estudos estratégicos. Além disso, devemos considerar que o objeto da pesquisa composto pelo binário poder militar/economia, possui claras relações com os estudos de demografia, urbanização, relações internacionais, disputas internas pelo poder estatal e definição das estruturas nacionais.

Por mais que já se tenha escrito sobre a relação diretamente proporcional entre o potencial econômico e a capacidade militar, bem como as consequências econômicas da ocorrência dos conflitos, entendemos que o caso latino-americano ainda carece de abordagens inéditas, como é o caso do estudo comparado das economias de guerra. A opção pelas guerras como objeto de estudo se justifica por conta da importância que as guerras tiveram na constituição dos estados nacionais na América Latina[75]. Além deste motivo eminente, consideramos importante o estudo do tema para a região também pela forte influência que os militares exerceram sobre os governos nacionais. O militarismo político ocupou uma importante posição nos governos da América Latina durante o período de hegemonia do imperialismo britânico (1860 – 1914), influenciando políticas sociais e econômicas do subcontinente. Assim, acreditamos que o estudo da economia militar e dos conflitos bélicos na América Latina pode ajudar a compreender o papel e as consequências destas intervenções militares. Portanto, deve ficar claro que não trabalhamos aspectos particulares dos conflitos e nem do militarismo político da América Latina.

De acordo com Franco (2011, p. 65) o militarismo e os empréstimos internacionais tem um vínculo antigo, pois, o militarismo desempenhou, na história do capital, uma função bem determinada. Ele acompanhou os passos da acumulação em todas as suas fases históricas. Assim, no período da chamada 'acumulação primitiva', ou seja, nos primórdios do capital europeu, o militarismo desempenhou papel decisivo na conquista do Novo Mundo e dos países fornecedores de especiarias das Índias. Em um segundo momento desempenhou também um papel importante

> […] na conquista das colônias modernas, na destruição das relações sociais das comunidades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía um obstáculo à velha economia mercantil, na proletarização forçada dos nativos e na

[75] A América latina foi sacudida por diversos conflitos: a conquista espanhola, as guerras contra os índios (no Brasil, na Argentina e no Chile), as lutas pela independência (vide o capítulo Nascimento Doloroso**)**, as questões das fronteiras nacionais (e da própria nacionalidade), as intervenções estrangeiras, a participação nas guerras das grandes potências (o Brasil na Itália e o México nas Filipinas durante a Segunda Guerra Mundial, a Venezuela na Guerra da Coréia e a Argentina na Guerra do Golfo/Kuwait contra o Iraque), as revoltas sociais, as guerras civis etc.(BETHEL, 1991).

> instituição do trabalho assalariado nas colônias, na formação e extensão de áreas de influência do capital (europeu em regiões não-européias), na imposição de concessões de ferrovias a países atrasados, na execução das dívidas resultantes de empréstimos internacionais do capital europeu e, finalmente, como instrumento da concorrência entre os países capitalistas visando à conquista de culturas não-capitalistas. (PASTORE, 2007, p.50)

Alguns teóricos optam por uma visão específica do vínculo entre Guerra e Capitalismo criando um íntimo vínculo entre a eclosão dos conflitos e os ciclos de crise do capitalismo. Dentre as formas de análise vinculatória a que mais se destacou e influenciou outras produções foi a partir das Teorias Cíclicas de Kondratieff. Segundo Mariutti (2003, p.123)

> As guerras e revoluções também influenciam fortemente o curso do desenvolvimento econômico. Mas elas também não surgem do nada e nem derivam de atos arbitrários de personalidades individuais: as guerras e revoluções derivam de circunstâncias econômicas reais. De acordo com Kondratieff, estes eventos originam-se da aceleração do ritmo e do incremento das tensões da vida econômica, isto é, da intensificação da luta por novos mercados e pelo controle das matérias primas, que afetam as forças sociais. Assim, as guerras e revoluções também podem ser inscritas no ritmo das ondas longas e, portanto, não podem ser vistas como elementos acidentais ou externos, mas, sobretudo como sintomas das forças (econômicas) que originam estas manifestações. É por este motivo que, de acordo com Kondratieff, estes eventos ocorrem dominantemente durante a fase ascendente das ondas.

Entretanto esta não é uma concepção hegemônica nos estudos de História Econômica. Assim, existem muitos estudiosos e teóricos, de várias correntes, que negam a validade das chamadas Ondas K como elemento de análise, seja por conta da absoluta precisão na datação das fases ou da negação de muitas relações que foram estabelecidas com elas. Alguns mais radicais chegam, mesmo, a negar a existência das mesmas. O mais contundente e atual representante deste último grupo é o economista finlandês Angus Maddison. Famoso por fazer levantamentos detalhados e muito precisos da capacidade econômica dos países ao longo da história, coroou sua trajetória com um trabalho-teoria que, dizem alguns, acabou com a ideia de ciclos longos na economia mundial, pelo menos durante o tempo do capitalismo industrial. Em nossa opinião a tentativa de prever eventos históricos

através de fórmulas economicistas acaba por relativizar parte dos conceitos, principalmente porque ignoram a titularidade de agentes sociais em detrimento da supervalorização de uma explicação estrutural. A nosso ver incorre-se ao risco de tornar vítima as nações dependentes e anular a capacidade de resistência e mudança que os seres humanos traem em seu âmago. Por isso, os Ciclos de Kondratieff nos servirão como referência histórica dos movimentos de expansão e contração do capitalismo.

A partir da próxima seção abandonaremos progressivamente o estudo teórico do objeto. Acreditamos já dispor das ferramentas necessárias para interpretar a História Econômica da América Latina. Dentre estas ferramentas destacamos o entendimento da exportação/importação de capitais no século XIX, da relação entre militarismo e financeirização do mundo, dinâmica geral das relações econômicas internacionais no século XIX. Por isso, consideramos estarmos capacitados para fazer uma apresentação comparada das economias nacionais no âmbito das Guerras latino-americanas.

3.3 Guerra Do Paraguai (1864 – 1870)

Após 1850 acelerava-se o processo de acumulação nas economias Latino-americanas e duras medidas de incremento das receitas estatais passaram a ser adotadas, baseados em um maior controle das rendas estatais. Neste momento as maiores fontes de renda advinham dos impostos sobre a exploração do uso da terra e das transações comerciais. A sistematização da produção a partir do investimento de capital resultou na expansão da agropecuária na Bacia do Prata e consequentemente no desenvolvimento dos mercados locais, o que viria favorecer significativas mudanças no equilíbrio das cidades e aldeias. A tendência das transformações econômicas era no sentido de fortalecer mais as províncias rurais, pois, os novos vínculos que a América Latina estabeleceria com a economia mundial eram de liberdade no exercício da política econômica. Ao poder central caberia o papel de regulamentar e organizar as atividades desenvolvidas dentro da jurisdição (DONGHI, 1975, p.127).

Barros (2007, p. 9) indica que estes eram um dos pré-requisitos básicos que os investidores adotavam quando iam destinar somas de capital para um determinado ramo comercial. Os negócios eram montados no sentido de maximizar os lucros e ao mesmo tempo diminuir os riscos. Um dos pontos mais deficitários no comércio latino-americano era a dificuldade de escoamento da produção. Por isso, de acordo com Barros (2007, p. 15) dos grandes investimentos feitos pela Grã-Bretanha na América durante o século XIX, os mais significativos tinham como objetivo facilitar as exportações de produtos primários. Deste modo a construção da rede ferroviária na América Latina, essencial para o desenvolvimento da região, tornou-se possível, em grande parte, em virtude desses investimentos britânicos ou de empréstimos contraídos em Londres. Raros foram os casos em que elementos britânicos não estiveram envolvidos na construção da rede ferroviária latino-americana (RIPPY, 2000).

Desta forma compreendemos que a influência exercida pelos britânicos sobre o comércio latino-americano consistia no fornecimento de capital que tivesse a capacidade, senão de iniciar um processo produtivo, pelo menos ampliar a capacidade de determinado ramo comercial (MILLER, 2013, p. 73). O cone sul se destacou nos interesses britânicos por diversos motivos, inclusive pela incalculável aptidão no fornecimento de matérias-primas, bem como pela capacidade de absorção do capital britânico e pela aparente facilidade que as mercadorias encontrariam para serem escoadas uma vez que esta era uma região farta em rios navegáveis. Como na segunda metade do século XIX o meio de transporte mais dinâmica que se conhecia eram as embarcações não é de se estranhar que a nação que dispusesse da mais eficaz marinha do mundo naquele momento – no caso a Marinha Britânica – teria um destaque mundial, uma vez que os grandes centros comerciais do mundo se desenvolveram às margens de oceanos e de grandes rios navegáveis. Por isso, que das capitais dos estados nacionais que surgiram no século XIX, o Paraguai sendo o único dos países a não ter acesso direto ao mar em toda América, reivindicava desde a sua independência a livre navegação pelos rios que dariam a saída para o oceano atlântico. Mas, esta não seria uma tarefa fácil, pois, entre o Paraguai e a saída para o mar existiam três nações em processo de formação nacional e que venderiam muito caro este acesso ao oceano (DORATIOTO, 1996, p. 46).

Um passo importante para resolver esta contenda foi dado quando o Brasil, primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai em 1844, chama os governantes paraguaios para continuar as discussões quanto ao estabelecimento dos limites territoriais, uma vez que o Brasil se recusava a assinar a ratificação do Tratado de Santo Idelfonso de 1777. O Império defendia a revisão do tratado e a ampliação dos seus domínios, mas os governantes em Assunção discordavam desta perspectiva uma vez que as propostas do Império brasileiro acarretariam no bloqueio da saída para o Atlântico (DORATIOTO, 2002, p.28). A disputa territorial ganhou maiores proporções quando ficou clara a intenção de Rosas – então líder em Buenos Aires – de ser uma ameaça à independência do Paraguai e do Uruguai. Para os representantes diplomáticos do Brasil a existência de mais dois estado platinos – Paraguai e Uruguai - garantiria que a Argentina não nacionalizaria a bacia do Prata. Navegar por esta região era importante para o Brasil na medida em que para ter acesso ao Mato Grosso era mais barato que embarcações alcançassem esta região através dos rios Paraná e Paraguai.

O Império do Brasil reivindicava que as suas posses incluíam os rios Branco e Apa, mas o Paraguai contestava, pois, este limite implicaria a perda de uma das saídas para o Atlântico. Por isso que o presidente paraguaio Carlos Antônio López (1844-1862) em quase toda década de 1850 foi taxativo em dificultar a navegação do Rio Paraguai por navios brasileiros (DONGHI, 1975, p.120). Uma vez que nesta época as questões de posse quase sempre eram antecedidas por questões de uso, ou seja, se o estado desejava a posse de algo tinha que estar constantemente demonstrado interesse sobre o 'objeto de desejo'. Somente em abril de 1856, quando foi assinado um tratado de livre navegação as relações entre Brasil e Paraguai demonstraram sinal de melhora. Porém, as autoridades paraguaias continuavam a criar obstáculos aos navios brasileiros que rumavam ao Mato Grosso. Para o presidente Carlos López, seria extremamente arriscado aceitar o fortalecimento militar do império na região. Ameaçava-se a eclosão de uma guerra (DORATIOTO, 2002, p.185).

> "[...] pode-se dizer que o Brasil, no século XIX, realizou uma política colonial e imperialista vis-à-vis dos países da Bacia do Prata, contando com a organização, a ideologia, a experiência e a tradição de domínio do velho Estado português" (BANDEIRA, 2000, p.194

Com relação à Argentina, as relações paraguaias também não eram das melhores. Apesar da Argentina também reconhecer a independência paraguaia, garantindo a navegação pelos rios Paraguai e Paraná, os líderes estabelecidos em Buenos Aires, receavam que estes acordos servissem como um estímulo para possíveis sublevações das províncias interioranas. Muitas discussões rondaram estas assinaturas de livre navegação que eram acordadas junto à Grã-Bretanha, França, Sardenha e Estados Unidos – em menor volume (BANDEIRA, 2000, p.32). À Grã-Bretanha interessava, pela ordem de prioridade, uma Bacia do Prata pacificada. Para isso era importante um acordo de cavalheiros entre os principais destinos do capital britânico: Buenos Aires e Império do Brasil. Desta forma, uma política unida, pacífica e liberal, eram as características que favoreciam o comércio na região. Finalmente, fez-se um acordo em que o império auxiliaria a Confederação na reincorporação de Buenos Aires e, em contrapartida, a Confederação apoiaria o Brasil nas questões de limites e navegação em relação ao Paraguai.

Desta forma entendemos que das nações envolvidas na Guerra do Paraguai (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai), a Argentina foi a que se encontrava em mais riscos quanto à unidade política/territorial. Por isso que ao assumir o poder na confederação Argentina, Urquiza (1854-1860) tentou reorganizar o estado nacional e estabelecer novos termos de relacionamento entre as províncias, reformulando o federalismo que Rosas (1835-1862) dissolveu em benefício dos interesses portuários de Buenos Aires. Na prática o novo líder pretendia promulgar uma constituição que valesse em toda Argentina (DORATIOTO, 2002, p. 48). Porém, havia um enorme obstáculo para a concretização deste objetivo: as divergências políticas entre Buenos Aires e as províncias do interior. Diversas foram as tentativas para resolver esta contenda, inclusive a ocupação de Buenos Aires por tropas de Entre Ríos e Corrientes, quando o máximo que conseguiram foi a dissolução da assembleia legislativa, ato este promovido por Urquiza. Porém, o ataque promovido à Buenos Aires pelas lideranças interioranas não foi bem sucedido. O país continuava dividido em dois (DONGHI, 1975, p.144). Para tentar apaziguar um pouco a situação de dependência que as províncias tinham em relação à Buenos Aires, Urquiza (1854-1860) abre os rios à livre navegação em 1853 e a assina tratados comerciais com o Império do Brasil com a finalidade de estabelecer a igualdade econômica e comercial entre as províncias, buscando libertá-las da ditadura portuária de Buenos Aires (BANDEIRA, 2000, p.74).

Por isso que a coexistência de dois centros políticos na Argentina (Confederação e Buenos Aires) a partir da crescente importância das províncias do interior estava com os dias contados. Tanto que durou até 1859 quando esforços passaram a ser feitos para buscar a unidade (BANDEIRA, 2000, p.35). Urquiza buscou resolver a contenda da forma mais rápida e prática possível em 1859, ou seja, enfrentamento direto. Para isso contava com o indispensável apoio prometido pelo Império do Brasil para que se concretizasse a intervenção direta em Buenos Aires. Para decepção de Urquiza o Brasil negou ajuda material e financeira. Apesar da negativa de apoio do Brasil, de acordo com Donghi (1975, p.146) Urquiza manteve o objetivo inicial de subjugar Buenos Aires à Confederação e tentou levar este plano até o fim do seu governo. Parecia que as províncias interioranas finalmente venceriam Buenos Aires, mas a saída de Urquiza da liderança e a entrada do vice-presidente Derqui mudariam os rumos políticos da Confederação. Num primeiro momento o novo líder apresenta-se como opositor das práticas do antecessor e em 1862 o General Mitre eleito presidente da Argentina definiria a vitória de Buenos Aires sobre a Confederação.

Estando promulgados os tratados de cordialidade entre Brasil e Argentina o caminho estava livre para o desenvolvimento apoiado no capital estrangeiro. Em 1857 o barão de Mauá conseguiu junto a Urquiza (Confederação Argentina) e a Grã-Bretanha uma autorização de 15 anos para instalar bancos na Argentina. O crédito oferecido pelo Barão de Mauá foi utilizado pelo governo da Confederação para a compra, tanto no Império quanto na Europa, de munições, objetos de arte, embarcações e outros artigos (BESOUCHET apud DORATIOTO, 2002, p.50) . “O Banco Mauá estava associado à casa britânica Gregor, vinculada não ao grupo do barão de Rothschild, agente financeiro do Império do Brasil, e sim ao de Baring Brothers[...]” (BANDEIRA, 2000, p.95).

No Paraguai, Carlos Antônio López (DORATITO, 2002, p.26) aplicou mudanças significativas internamente. Assim, o autoritarismo, a inexistência do poder legislativo, bem como da constituição ainda continuavam a ser características da política paraguaia. Cabendo ainda ao governo a tarefa de estabelecer os parâmetros que garantissem a expansão de um regime capitalista baseado nos itens agriculturáveis para exportação (DONGHI, 1975, p. 145). Uma das únicas mudanças expressivas implementadas por Carlos Antônio López foi a abertura dos rios paraguaios à navegação internacional, principalmente após o reconhecimento da

independência do Paraguai pela Confederação Argentina, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Sardenha e França.

Se no campo político o Paraguai não havia experimentado grandes mudanças desde a declaração de Independência, o mesmo não se pode dizer da economia. Prova disso é que mesmo após décadas de isolamento político-econômico a que foi submetido o Paraguai, os líderes guaranis conheciam bem a forma de se incrementar o capital. Tanto que em 1853, Solano López, filho de Carlos Antônio López é enviado à Grã-Bretanha para firmar contratos comerciais, que foram estabelecidos, por exemplo, com a Blyth & Co[76] (Bandeira, 2000, p.81). Por intermédio desta firma Solano López recrutou dezenas de engenheiros civis, navais, mecânicos, especialistas em minas, estradas de ferro, produção de aço, torpedo e canhões, maquinistas, marinheiros e instrutores militares, em sua maioria de origem britânica, aos quais junto alguns técnicos dos Estados Unidos, Alemanha e outros países, médicos, arquitetos e professores, num total de 231 estrangeiros a serviço do seu governo. Em contrapartida, jovens eram enviados à Grã-Bretanha para fazer estágio nas indústrias de John & Alfred Blyth.

O Paraguai logo se tornou um dos melhores clientes desta companhia britânica. Seguiu para o Paraguai toda uma equipe de técnicos britânicos contratados, junto com médicos e consultores militares, cerca de 200 ao todo, entre eles um jovem e talentoso engenheiro, William K. Whytehead, o mentor do primeiro programa de modernização da América do Sul. Com maquinaria e equipamentos britânicos foi construído um estaleiro com um novo ancoradouro e uma doca seca, onde foi possível fabricar e consertar navios a vapor, terminado em 1860. Em 1856 foi fundado um arsenal, com capacidade para produzir canhões e equipamentos navais. No período de alguns anos foram instaladas fábricas, uma fundição de ferro, um sistema de telégrafos. Em 1856 foi iniciada a construção de uma estrada de ferro ligando Assunção a Villa Rica e foi inaugurada uma marinha mercante do Estado com navios a vapor quase integralmente construídos no Paraguai (FIGUEIRA, 2001, p. 105).

[76] A. Blythe and Company, de Limehouse, uma empresa de engenharia construtora de navios, o envio de suprimentos e pessoal.

López organizou esta estratégia de atração de imigrantes[77] para o Paraguai com um método para atrair empresas estrangeiras. Outro foco de atuação foi junto aos capitais Estadunidense que ansiando ampliar a sua participação nos negócios da Bacia do Prata, instala a Rholde Island Co. a poucos quilômetros de Assunção. Porém, este projeto não vingou e mais, gerou atrito entre o governo paraguaio e os Estados Unidos (BANDEIRA, 2000, p.84). Por isso, em 1845, Carlos Antônio López realizou a experiência ímpar de modernização no país, pois, sem o concurso maciço de capitais estrangeiros e com a possibilidade de importação de tecnologia, o Paraguai tinha muitas vantagens com o livre-comércio. Destaca-se a implementação da fundição de ferro em Ybicuí, montagem de estaleiros navais, instalação de fabricas de pólvora, enxofre, louça, além da Inauguração da primeira estrada de ferro da América do sul.

Desde que a Confederação se mostrou frágil diante das pretensões do líder Mitre, chefe das forças de Buenos Aires, que os governantes paraguaios ficaram preocupados com o destino da política internacional na região. A preocupação de Carlos Antônio López passou para o seu filho Solano López assim que este assumiu a presidência em 1862, principalmente porque a Confederação dava claros sinais de subjugação a Buenos Aires. Os primeiros tempos de governo foram prósperos para Solano. Em primeiro lugar por conta da situação favorável em que se encontrava o Paraguai, houve a possibilidade de ampliação da influência no Prata. O Paraguai que se aproximava do governo uruguaio para buscar uma saída para o oceano, pelo porto de Montevidéu, não via com bons olhos esta aproximação brasileira junto ao governo uruguaio uma vez que os objetivos do Império explicitamente eram de manter uma tutela sob Montevideo. Os temores não eram absurdos, pois, para Bandeira (2000, p. 96) “A República do Uruguai estava então sob o domínio do governo do Rio de Janeiro.” O Brasil tirava vantagens do processo de depreciação econômica que passava o Uruguai em 1852. O governo de Montevidéu no desejo de aumentar as rendas assinou com o governo do Império do Brasil uma série de

[77] Vários aventureiros britânicos para servir como técnicos e engenheiros, para uma fundição de aço, uma de armas, o arsenal e outras obras de engenharia, além de cirurgiões e farmacêuticos. Havia mecânicos britânicos em trabalhos no Arsenal; engenheiros britânicos se dedicavam à navegação dos barcos a vapor; um engenheiro trabalhava em minas e três engenheiros civis supervisionavam a construção de estradas de ferro, prédios públicos e o sistema de defesa. (DORATIOTO, 2006, p.29 e 30).

compromissos comerciais que para serem garantidos implicou numa influência substancial do Império na política uruguaia (DONGHI, 1975, p.144).

Assim estava desenhada a política internacional na Bacia do Prata: grandes nações nascentes tentando criar vínculos de superioridade às províncias interioranas, bem como, com nações de menos expressão político-econômica. O ano 1864 foi importante para os países que disputavam a hegemonia financeira na Bacia do Prata. O clima de amizade que havia marcado a década anterior foi substituído por declarações de conteúdo ameaçadoras que contava com a representação diplomática trocada entre os governos. Desde o mês de Fevereiro de 1864 que o Paraguai exigia s governos da Argentina e do Brasil uma atitude quanto à questão da aproximação militar do Império do Brasil ao Uruguai.

O clima ficou mais tenso em março de 1864 quando o então presidente Uruguaio – – renuncia ao cargo e transfere o Poder Executivo para Anastácio Arrigue, presidente do Senado. Esta era a abertura política que ansiava o Império que não perdeu tempo e logo no mês seguinte enviou para Montevidéu o chefe da missão diplomática brasileira: José Antônio Saraiva. Porém, o governo uruguaio mostrava-se irredutível quanto ao ideal de dificultar a vida dos brasileiros, enquanto o Império buscava a assinatura de acordos que lhes dessem privilégios. Diante da gravidade dos impasses no cenário político internacional do cone sul da América, entra em cena de forma mais ativa a figura de Edward Thornton (ministro britânico em Buenos Aires) que pretendia aconselhar, senão arbitrar as disputas. A insustentabilidade da situação revelou-se em 4 de agosto do mesmo ano quando foi enviado pelo Império do Brasil um ultimatum ao Uruguai: A realização das exigências ou retaliação (MARQUES, 1864, p. 14) no prazo máximo de seis dias ou o Uruguai seria invadido por tropas imperiais. Porém, os ‘blancos’ continuavam a resistir às investidas tanto dos ‘colorados’ quanto das nações estrangeiras.

O clima de conflito sublevou-se no cone sul da América no segundo semestre de 1864. Diante da promessa intervencionista das tropas imperiais dada ao Uruguai – caso não cumprisse as ordens - deixou o Paraguai em estado de alerta, pois, a única saída ‘amigável’ para o oceano Atlântico que as mercadorias paraguaias dispunham estava ameaçada pela interferência brasileira. Então em 30 de agosto de 64 o Paraguai envia ao Império um ultimatum condenando as ações em relação ao Uruguai. Em carta oficial enviada de Assunção para o Império, os argumentos giravam em torno da ideia de que o Solano estava desapontado com o Império que

tinha a fama de resolver os problemas de forma pacífica e moderada e que a falta de participação do Paraguai neste caso havia sido por conta desta notoriedade em resolver contendas que o Império detinha.

O reclamo fundamentava-se na certeza de que uma presumível incursão de brasileiros no Uruguai iria atingir/limitar os interesses legítimos da República do Paraguai. Portanto o governo da República deplorou profundamente o abandono da política de moderação, principalmente depois da adesão do Brasil às estipulações do Congresso de Paris e que na ocorrência de um descumprimento dos acordos anteriores seria encarado como um "[...] atentatório al equilíbrio de los Estados del Plata que interesa á la Republica del Paraguay como garantia de su seguridad, paz e prosperidad [...] (Cartas oficiais, 1863: 8), sobretudo a garantia de que as transações comerciais ocorreriam livremente. A partir desses ultimatos limitava-se a participação diplomática, pois, estes órgãos seria sumariamente substituídos pelas lideranças militares. Prova disso foi que em 16 de outubro as tropas brasileiras invadiram o Uruguai declarando apoio aos 'colorados', bem como a Flores. Nesta conquista destaca-se o bloqueio promovido pela marinha brasileira à Montevidéu, que para o Paraguai foi um caminho sem volta – casus-belli. A luta pela abertura significava o continuísmo da prosperidade econômica libada pela República.

O teatro de combate, apesar de riquíssimo em informações históricas, não é o foco do nosso trabalho. Por isso, nos limitaremos em apontar os aspectos gerais no conflito. Assim, a Guerra do Paraguai aconteceu entre os anos de 1864 e 1870 envolvendo a camada 'Tríplice Aliança' – Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai. Foi constituída basicamente de treze batalhas: Forte Coimbra, Corrientes, Yataí, Uruguaiana, Estero Belaco, Tuiutí, Curuzú, Curuoaití, Humaitá, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Cerro Corá. E ao seu termino contabilizou-se incrível marca de cerca de 424.000 mortos, o que colocou este conflito como o maior em número de mortos na América (AMAYO, 1995, p. 26).

3.3.1 Economias na Guerra do Paraguai

O nosso objeto de pesquisa são os empréstimos estrangeiros aos governos latino-americanos no âmbito das guerras internacionais, sendo os empréstimos

investidos ou não diretamente nos conflitos. Esta tem sido uma questão cara para a Historiografia latino-americana uma vez que os empréstimos foram importantes para a condução dos conflitos e alguns autores arriscam dizer que foram determinantes[78]. Em nossa opinião ao se atribuir ao imperialismo britânico o papel de eminência na deflagração do conflito, alguns autores ignoram que a guerra poderia não ser interessante para a Grã-Bretanha, pois, o anseio maior poderia ser justamente preservar o mapa geopolítico do Prata, mantendo, assim, o equilíbrio de poderes na região. Além disso, a guerra não só poderia colocar em risco as vidas, as propriedades e os negócios britânicos na região, fato que se confirmou ao término da guerra, quando o que se observou foi o decréscimo dos investimentos e das importações de produtos britânicos para o Paraguai. Isto não quer dizer, todavia, que uma vez tendo sido detonada a guerra, quaisquer que fossem os seus desdobramentos e desfecho, não importariam à Grã-Bretanha. Não há como negar que havia por parte dos britânicos certa preferência pelos países aliados, pois, afinal de contas concentravam a maior parte dos investimentos britânicos na região, ou seja, apoiar os aliados significava apoiar os próprios negócios. Por isso não é de se surpreender que cerca de 40% (quarenta por cento) das despesas totais da guerra foram cobertas por empréstimos externos, britânicos, pois assim estes empréstimos significavam a continuidade dos negócios internacionais (Figueira, 2001, p.50).

Tabela 6
Empréstimos contratados - Guerra do Paraguai (1864 – 1870)

País	Ano	Valor (£)	Tipo	Fornecedor
Brasil	1865	6.963.600	74	N. M. Rothschild & Sons
	1871	3.459.600	89	N. M. Rothschild & Sons
Argentina	1866-68	2.500.00	75	Baring Bros.
	1871	6.122.400	88	C. de Murrieta

[78] Chiavenatto talvez tenha sido um dos autores mais populares que defenderam esta teoria. Neste sentido ele enumera os objetivos britânicos alcançados com a premeditada Guerra do Paraguai: Seria cumprido um destino historicamente delineado: a) destruir o Paraguai porque era um país progressista com uma economia autônoma; b) garantir o equilíbrio econômico no Plata, defendido pelos representantes do imperialismo britânico; c) salvar o Império brasileiro e as províncias argentinas da desagregação, para que o domínio britânico não sofresse solução de continuidade; d) satisfazer os desejos expansionistas do Brasil e Buenos Aires; e) estabilizar finalmente a situação na bacia do Plata, sedimentando um estado tampão entre o Brasil e a Argentina (CHIAVENATTO, 1983: 37-38).

Uruguai	1871	3.500.000	72	Thomson, Bonar Ditto
Paraguai	1871	1.000.000	80	Robinson, Fleming and Co
	1872	2.000.000	85	Robinson, Fleming and Co

Fonte: Investor's Monthly Manual, janeiro de 1885.

Apesar de o Brasil estar de relações diplomáticas rompidas com a Grã-Bretanha isso não impediu que em 12 de setembro de 1865, o Barão de Penedo, negociasse com a Casa Rothschild um novo empréstimo em favor do Império do Brasil. Este empréstimo foi efetuado em Londres, em 1865, no valor líquido de £ 5.000.000 (cinco milhões de libras esterlinas), porém cujo valor bruto era de £ 6.963.613 – quase sete milhões de libras, com juros de 5% ao ano e 37 anos para pagar. De acordo com a fazenda nacional do Brasil, todo este empréstimo de 1865 foi consumido nas despesas da guerra e para satisfazer às necessidades dos aliados, os quais, sem essa ajuda, poderiam ceder às pressões e abandonar a luta. Esse empréstimo foi extremamente desfavorável, do tipo 74, isto é, de cada 100 libras emprestadas, o Brasil receberia somente 74, enquanto outros empréstimos, anteriores, foram dos tipos 95, 90 e 88, em 1858, 1859 e 1863, respectivamente. (Figueira, 2001,p. 29 e 46-62). Isto denota que como não se tratava de uma atividade com retorno comercial, as empresas que se envolveriam no fornecimento do material bélico cobravam altas taxas na fonte para obtenção dos bônus brasileiros, prova disso foi que pouco tempo depois outro empréstimo foi negociado em 1871, só que desta vez do tipo 89, ou seja, uma diferença de quinze libras por centena emprestada. Este empréstimo que rendeu ao Império três milhões de libras e valor bruto de 3.459.600 libras (ZILIOTO, 2011, p. 48).

Naquele momento o império era a nação mais próspera e estável politicamente dos envolvidos no combate. Por isso que por seu intermédio a Argentina conseguiu entre 1866 e 1868 dois empréstimo junto à casa Baring & Brothers, especificamente para fazer face às despesas com a guerra, num total de dois milhões e meio de libras esterlinas. Apesar desse grande investimento britânico na América Latina, foi fracassada a tentativa de agentes de Lopez de obter um empréstimo na praça de Londres antes da guerra. Para Doratioto (2002, p.91), o empréstimo foi negado porque pela lógica empresarial seria uma atitude arriscada. Como resultado deste embate venceu a força do capital e das armas dos aliados.

Mais uma vez queremos salientar que nossa intenção não é determinar culpados ou inocentes, mas sim beneficiados e beneficiários. Neste caso, sob o apoio do capital britânico, a Tríplice Aliança conseguiu derrotar o Paraguai na Guerra.

Aconteceu que durante meados da segunda metade do século XIX, deu-se, por parte da burguesia industrial europeia, um incremento nas políticas comerciais em âmbito internacional, favorecendo a diluição de fronteiras à internacionalização do capital. Objetivava-se transpor as barreiras monopolistas mercantis que limitavam a expansão do processo de produção e reprodução do capital. Mesmo que o mercantilismo preponderasse nas relações com as ex-colônias, os germes imperialistas já haviam sido lançados e, por conseguinte, uma parte significativa do capital produzido era direcionada ao surgimento e desenvolvimento do capital financeiro (LÊNIN, 1991). Desta maneira, a economia relativamente autônoma do Paraguai escapava ao circuito do capital financeiro e a possível ampliação do seu domínio soava como uma ameaça às posições das demais nações latino-americanas. Por isso, entendemos que a derrota imposta ao Paraguai funcionou como um marco regulatório nas relações econômicas da América latina com a economia mundo.

A concepção liberal, amparada no protecionismo nacionalista, impunha a livre concorrência enquanto prerrogativa básica das políticas econômicas, cabendo aos Estados Nacionais a missão de salvaguardar tal objetivo. Para inserir as mais remotas economias no modo de produção capitalista, necessitava-se adaptar as forças produtivas das neocolônias. Nesse sentido, a primeira metade da década de 70 do século XIX foi determinante para o futuro do capitalismo no Paraguai, por conta das mudanças estruturais levadas a cabo com o intuito de inseri-lo na divisão internacional do trabalho na condição de nação subordinada ao capitalismo internacional (leia-se britânico).

Os anos em que o Paraguai esteve envolvido na Guerra depreciaram seus meios de produção e debilitaram cruelmente suas forças produtivas, destruídas quase em sua totalidade. Para que tenhamos uma ideia, a força de trabalho disponível beirava à incapacidade fisiológica para o trabalho disponível (BARROS, 2007, p. 103). Tal quadro, no entanto, diferentemente do que possa parecer, favorecia os capitalistas britânicos, que buscavam razões para exportar capitais e, consequentemente, criar laços de dependência financeira (que justificaria a

importação de capitais para a reconstrução econômica do país) e facilitaria o uso e abusos da mão de obra feminina e infantil para exploração de caráter capitalista.
Aos dois primeiros governantes paraguaios do pós-1870 – respectivamente Cirilo Antônio e Juan Bautista –, caberia assumir a missão de forjar as bases para a reconstrução do Estado. Em linhas gerais, foram tomadas três atitude que adequavam a República del Paraguai aos moldes do capital internacional: 1 – Promulgação da constituição de 1870, de caráter liberal; 2 – Contração de empréstimos junto a instituições financeiras internacionais; 3 – Venda de propriedades públicas. Em 15 de agosto de 1870 reuniram-se no Paraguai cerca de 60 deputados para a primeira Convenção Nacional sem a interferência do antigo governo.

A primeira ocupação destas reuniões foi a proclamação da Constituição da República, que foi finalizada na Convenção Nacional – carta fundamental da constituição, e aproveitando-se o ensejo houve a eleição do primeiro governo constitucional da República do Paraguai – na presidência Cirilo Rivarola e a vice-presidência Caio Miltas (MENEZES, 2012). Ao ser eleito, o presidente, buscou organizar os ministérios - com vistas a melhorar o sistema de arrecadação impostos, fomentou a participação estrangeira nos principais artigos produzidos internamente, investiu no melhoramento dos portos de Vila do Pilar e Encarnação – habilitando-os ao comércio internacional, reiniciou a reforma do forte de Humaitá e principalmente registrou as terras públicas sob a forma de hipoteca (POMER, 2008, p. 200).

Estando promulgada cerca de dois meses após a morte de Solano López, a Constituição de 1870 garantiu liberdade irrestrita ao capital comercial e financeiro para transitar no território nacional, garantindo, assim, um dos princípios basilares do liberalismo. A história dava razão a Marx que, ao versar sobre a moderna colonização, entendia os métodos utilizados pelo imperialismo nas ex-colônias nos parâmetros dados então. Nesse mesmo sentido, a privatização das terras paraguaias - pelo menos as que sobraram após a extorsão da Tríplice Aliança, foi levada a cabo, inicialmente, pelo então Presidente Cirilo Antonio Rivarola , por volta de 1871. Mediante concessão de lotes de terra, prevista na Constituição de 1870, no artigo quatro, se desestatizou o principal meio de produção paraguaio e, ao mesmo tempo, deu um incremento econômico ao Tesouro Nacional, cumprindo a prerrogativa da Carta Magna que estabelecia em seu citado artigo: “El Gobierno provee los gastos de la Nación con los fondos del Tesoro Nacional, formado del

producto de derechos de exportación e importación, de la venta o locación de tierras públicas[...].”(Constituição do Paraguai, 1870). Concomitantemente, autorizava-se a tomada de empréstimos junto às instituições financeiras europeias.

Embora a Grã-Bretanha não tenha participado diretamente na horrorosa façanha, foram seus mercadores, seus banqueiros e seus industriais que se beneficiaram com o crime do Paraguai. A invasão foi financiada, do começo ao fim, pelo Banco de Londres, a casa Baring Brothers e banco Rothschild, em empréstimos com juros leoninos que hipotecaram o destino dos países vencedores. Estava montada, assim, a estrutura que deveria “matar dois coelhos numa cajadada só”, já que já estava garantida a fiança da concessão dos empréstimos (capital e juros) britânicos pela hipoteca das posses estatais, materializada na terra. Para corroborar com o processo, o presidente Juan Gill procedeu a venda das terras. A privatização em massa de terras públicas compôs o quadro de expropriação do trabalhador. É dispensável dizer que a maciça introdução de capital estrangeiro nas possessões paraguaias não significou uma imediata melhoria na condição de vida dos trabalhadores. Para tentar garantir ao povo paraguaio o mínimo de condições de subsistência, o Presidente Cirilo Antonio Rivarola foi eleito nos parâmetros da democracia burguesa então em vigência, com o intuito de implementar medidas que assegurassem o sustento dos poucos sobreviventes da Guerra da Tríplice Aliança.

Dois foram os empréstimos emitidos em favor do Paraguai após a guerra, o primeiro em 1871 no valor de um milhão de Libras, sendo que do tipo 80 e um segundo empréstimo chegou ao Paraguai em 1872 no valor de dois milhões de Libras, sendo que este segundo foi do tipo 85. Ambos os empréstimos foram contratados junto à Casa Robinson, Fleming and Co. e tiveram como garantia por parte do Ministério da Fazenda do Paraguai a Hipoteca de todos as rendas da nação – terras, impostos, obras públicas, etc. (ACOSTA, 1998).

Depois da guerra mudou-se também a legislação de terras do Paraguai, facilitando a aquisição de grandes glebas por pessoas que nem ali residiam. As vendas de terras fiscais e as concessões gratuitas feitas a beneficiários do regime “legionário”, especialmente para as companhias britânicas, que assumiram proporções crescentes, dia-a-dia. Era a doutrina liberal em sua aplicação mais impudente. O país foi perdendo as suas riquezas por meio deste canal de desordem e malversações. Nacionais e estrangeiros de boa fé contemplavam com horror essa expropriação contínua da própria base física sobre a qual se poderia assentar a

reconstrução dos povoados. Os especuladores argentinos, britânicos e norte-americanos se lançavam sobre a presa, sem respeitar sequer as pequenas porções em que as famílias guaranis cultivavam o solo geração após geração sem que jamais tenham tido a necessidade de adquirir-lhes o título de propriedade. Em poucos anos os vastos territórios foram adjudicados a proprietários ausentes e, logo depois, nenhum agricultor paraguaio pôde cultivar o solo sem pagar renda aos banqueiros de Nova Iorque, Londres ou Amsterdam (HALE, 1991, p. 43).

Os países partícipes da Guerra do Paraguai saíram economicamente arrasados após cinco anos de guerra. Segundo Cardozo (1996), após o término do embate, uma nova configuração político-administrativa se deu no cone sul da América. No Paraguai ao terminar a guerra em 1870, foi jurada uma nova constituição de caráter liberal, imposto pelos exércitos vencedores, principalmente o brasileiro. Na Argentina se encerrou a centenária disputa entre Buenos Aires e as províncias do interior argentino. No Brasil, a partir do fortalecimento das forças militares, o centro político sofreu um rápido deslocamento rumo ao fim da monarquia constitucional. No Uruguai, finalmente uma unidade territorial e política ganhou força, dando um caráter etéreo à nação.

De acordo com Marichal (2014, p. 91), dentre os maiores problemas que as nações enfrentaram no pós-guerra, os fiscais foram os mais graves, pois ao serem estabelecidas novas formas de governo, havia a necessidade de recursos para suprir suas necessidades elementares, pois mesmo os vencedores saíram endividados do combate. Devido à falta de recursos financeiros nos países, recorreram-se constantemente às emissões monetárias e a empréstimos no exterior, aumentando ainda mais a depreciação fiscal. Ainda Segundo Marichal (2014, p. 91), as estruturas econômicas dos países, assentadas na obtenção de rendas pela venda de produtos primários no mercado exterior e logo reinvestidas no comércio de importação de bens industrializados, estavam limitadas pela capacidade de absorção do mercado interno, que muitas vezes os impedia de seguir expandindo.

A limitada capacidade de poupança e da formação de capitais fazia com que as economias dependessem totalmente da afluência de capital estrangeiro para a expansão e desenvolvimento das atividades produtivas. Por esta limitação, parte dos recursos obtidos poucas ou nenhumas vezes eram investidas em indústrias, mas sim em bens de raiz na capital. Assim, as atividades comerciais estavam sujeitas às variações do mercado mundial, onde as cíclicas recessões do mercado externo

acabavam por levar a quebra dos progressos até então conquistados. Se quisesse, de um golpe, transformar toda base fundiária de propriedade do povo em propriedade privada, destruir-se-ia — é verdade — o mal pela raiz, mas também — a colônia. A proeza consiste em matar dois coelhos com uma só cajadada. Faça-se o governo fixar para a terra virgem um preço artificial, independente da lei da oferta e procura que force o imigrante a trabalhar por tempo mais longo como assalariado, até poder ganhar dinheiro suficiente para adquirir sua base fundiária e transformar-se num camponês independente. (MARX, 1984, p. 390, v.2).

3.4 Relações internacionais a partir de 1873

Como o campo da economia evolui dentro da instabilidade, ocorreu um longo período de queda dos preços, entre 1873-1896, que ficou conhecido como ‘Grande Depressão’, termo que foi usado principalmente por autores britânicos quando pretendiam sublinhar a importância da queda nos lucros que estava ocorrendo em todo o sistema capitalista desde 1873. A ‘Grande Depressão’ foi localizada, como o ponto de partida do estágio do capitalismo monopolista, embora a consolidação dos monopólios fosse apenas ao final do século XIX e início do século XX. Esta transformação do capitalismo em monopólico, expressão da ‘Grande Depressão’, marcou também o "começo do fim" da liderança britânica na economia global, na medida em que ela significava o surgimento de um "grupo de concorrentes" nas palavras de Hobsbawm (1998, p. 235), ou "um ponto de viragem nas fortunas britânicas" de acordo com Lewis.

No entanto, a Grã-Bretanha venderia caro este posto de liderança, prova disso foram as lutas por novos mercados para o fornecimento de matérias-primas e colocação de capitais que adquiriram nova força ligando países dependentes dos capitais das economias mais desenvolvidas – principalmente britânico. No tocante à América Latina, essa ligação envolveu o que Donghi (2004) chamou "A substituição finalmente consumada do pacto colonial imposto pelas metrópoles ibéricas por um novo", que "começa a mudar em favor da metrópole". Finalmente, não nos esqueçamos de que, obviamente, entre 1873 e 1896, a queda no nível de atividade

era muito forte em todas as principais economias, embora durante os vinte anos da ‘Grande Depressão’ houve comportamento assíncrono em diferentes níveis de atividade.

No campo do comércio exterior e do investimento estrangeiro da economia do Reino Unido, os efeitos da crise de 1873 foram particularmente graves: o total das exportações britânicas estagnou e investimentos fora da Grã-Bretanha entraram em colapso. Uma característica interessante de se destacar em relação à ocorrência da crise de 1873 foi que o ponto da queda foi localizado nos circuitos financeiros da Europa, neste caso a queda da Bolsa de Valores de Viena em 8 de Maio de 1873 foi um dos principais sintomas da eclosão da crise, imediatamente afetando os mercados monetários e financeiros na Alemanha e se espalhando para o restante do mundo. Para os Estados Unidos, foi a queda da Bolsa de Nova York em setembro de 1873 e um colapso do sistema bancário marcado pela falência de 300 bancos (REYNO, 1996, p. 208).

Para a América Latina, as consequências da crise em 1873 foram sentidas tanto no setor comercial - com declínios em volumes e preços de exportação-, assim como nos fluxos de capitais, empurrando a falência de inúmeras empresas, acentuado declínio das receitas do Estado e causando uma série de moratórias da dívida externa. Assim, quando a crise deflagrou, as exportações e importações britânicas em relação à América Latina diminuíram para cerca de 30% (MAURO, 1973). Com relação aos investimentos britânicos na região, os fluxos anuais foram reduzidos a quase zero, a partir de números superiores aos 21 milhões de libras em 1871 e 1872, a um montante pouco mais de meio milhão em 1877.

Tabela 7
Moratórias e renegociações das dívidas Latino-americanas na crise de 1873

País	Valor da emissão de títulos em milhares de £	Suspensão dos pagamentos	Data das Negociações
Bolívia	1654	1 de Janeiro de 1875	1880
Paraguai	957	15 de Junho de 1874	1885
Paraguai	548	1 de Julho de 1874	1885
Peru	265	1 de Janeiro de 1876	1890
Peru	11142	1 de Janeiro de 1876	1890
Peru	21547	1 de Janeiro de 1876	1890
Uruguai	3165	1 de agosto de 1876	1879

Fonte: Corporation of Foreign Bondholders, Annual Reports, 1873-1890, 1895, 1905; Journal of the Statistical Society (Londres).

Uma das principais consequências da crise do capitalismo que nos interessa é a moratória que os países devedores declararam no âmbito da crise. Entre os países latino-americanos que não declararam falência, os casos mais notáveis foram os do Brasil, Argentina e Chile, que estavam entre os principais credores da região. No caso do Brasil, a ausência de moratória se deu porque a deterioração no comércio externo só foi sentida até 1876, quando o governo brasileiro, por intermédio da casa Rothschild, já tinha conseguido colocar (em 1875) uma nova emissão de títulos na Bolsa de Londres, o que lhe permitiu continuar a cumprir o seu serviço da dívida. Em 1873 a economia chilena passou por sérios problemas ligados não só à queda no comércio exterior e ao baixo fluxo de capital estrangeiro, mas também o esgotamento das minas de prata e uma situação de crise agrícola profunda que levou o Chile a declarar inconversibilidade da moeda. Já para a Argentina, depois de um primeiro impacto da crise, houve uma rápida recuperação do sector privado, que foi seguido por novos empréstimos estrangeiros e aumento das exportações.

Sem dúvida, o país latino-americano cuja falência causou o maior impacto sobre os mercados financeiros europeus foi o Peru, que ocupou o posto de maior mutuário na região, mas também um dos maiores devedores do capitalismo tardio. Enquanto entre 1873 e 1876 as exportações peruanas continuaram inabaláveis e até aumentaram, em grande parte como resultado dos níveis de produção mais elevados de nitrato, um fator negativo importante foi a perda de receitas dos derivados de guano, cujas explorações tinham sido transferidas de 1869 à empresa francesa Dreyfus (REYNO, 1996, p. 38). O Peru vinha em desacordo com as práticas da Dreyfus, sendo que desde 1874 tinham trocado acusações mútuas de não cumprimento dos contratos de exploração.

Assim, apesar de várias reformas que o governo lançou em 1875 para janeiro 1876 foi declarada a suspensão dos pagamentos da dívida, no meio de uma crise ampliada pelos efeitos da guerra com o Chile. Dos países latino-americanos inadimplentes, os menores atravessaram as piores situações, e, portanto, foram os primeiros a declararem a suspensão dos pagamentos. Para os anos de 1874 e 1875 estas suspensões, por serem as primeiras, chamaram a atenção da imprensa britânica e dos credores, que desde 1868 foram agrupados no Conselho de Obrigacionistas Exteriores, uma organização que foi criada para representá-los em

negociações com os mutuários inadimplentes, e que durante seus cinquenta anos de existência, só não chegaram a acordos com os governos estaduais dos Estados Unidos (REYNO, 1996, p. 38-39).

Dado o grande número de evidências de que as obrigações acertadas pelos países latino-americanos não mantiveram correspondência com a sua real capacidade de pagar, ganhou força a ideia de que os problemas da Bolsa de Londres tinham sido causados pela especulação em tais obrigações. Sob esta pressão, o Parlamento Inglês formou a "Comissão Especial de empréstimos a Estados estrangeiros", encomendado para investigar empréstimos a Honduras, Santo Domingo, Costa Rica e Paraguai (REYNO, 1996). O relatório dessa Comissão, que foi publicado em abril de 1875, declarou que aqueles que colocaram os empréstimos pareciam "ter ignorado os recursos financeiros dos países tomadores de empréstimos" não considerando possíveis exageros na capacidade de pagamento das dívidas destes países. O relatório, e a pesquisa que o precedeu, expusera uma série de transações irregulares, fraudes e práticas usurárias na colocação dos títulos, com apoio de funcionários de responsabilidade direta dos governos latino-americanos, especuladores, empreiteiros, os bancos e corretores.

As negociações para levantar a moratória sobre a dívida externa depois de 1872, na maioria dos casos só resultou em acordos a partir de meados dos anos oitenta. Dos países que declararam moratória de 1873 os primeiros que chagaram a acordos foram o Uruguai em 1879 e a Bolívia em 1880, seguido em 1882 por Paraguai e Peru. Na maioria dos acordos que foram arranjados, o tom era que eles fossem prontamente desfavoráveis para os países devedores. No caso do Paraguai e do Peru, os credores concordaram em trocar as dívidas principalmente por propriedades do estado, por exemplo, no Paraguai a dívida foi reduzida de 3.000.000 a 800.000 libras em troca de um milhão de hectares de terras do estado. Como para o Peru, em 1890, o Contrato de Grace foi assinado cancelando os títulos emitidos entre 1869 e 1872 (MARICHAL, 2014, p. 85). Os credores receberam a atribuição da gestão dos caminhos de ferro durante 66 anos, a concessão para a exploração de navios no lago Titicaca, o direito de explorar as minas de Cerro de Pasco e dois milhões de hectares de terras públicas.

Nos anos setenta do século XIX, a Grã-Bretanha resolveu negociar junto aos países devedores e para isso escolheram serem representados por comissões, em alguns casos existentes. Por exemplo, alguns credores britânicos foram agrupados

no Conselho da Corporação de Obrigacionistas Exteriores, que tinham surgido em 1898, houve também a Corporação Britânica de Obrigacionistas Exteriores e no mesmo ano foi criada na França, a Associação *Nationale des Francais de Valeurs Mobiliários Pourters*, em 1927 criou-se uma instituição semelhante na Alemanha e em 1933, entra em cena o Conselho Obrigacionista dos Estados Unidos, que durante todo o período de moratória da América Latina pediam uma ação mais forte do governo dos EUA, que falhou devido à prioridade que o governo tinha atribuído à revitalização do comércio com a América Latina (REYNO, 1996, p. 75).

Significou que cada país devedor da América Latina negociou bilateralmente com os vários países credores, e até mesmo em alguns casos, com os vários credores pertencentes ao mesmo país. Os mecanismos através dos quais os governos inadimplentes enfrentaram o problema da dívida, bem como as propostas apresentadas aos credores e procedimentos de liquidação que foram finalmente incluídos nos acordos, em todos casos apontaram para taxas declinantes de juros e a ampliação dos prazos de vencimento ou montantes reduzidos de capital, e a maioria dos contratos de renegociações eram identificados por meio da emissão de novas obrigações para substituir os anteriores.

3.5 Guerra Do Pacífico (1879-1883)

Os Andes constituem um dos sistemas montanhosos mais imponentes do mundo. Os picos mais altos atingem 7023 m como o Aconcágua, 6882 m como o Illimani e só são ultrapassados pelo Himalaia. Entre o 11º de latitude norte e 55º de latitude sul, forma uma cadeia contínua que separa a drenagem do continente em dois sistemas. Na Colômbia, no Equador e no Peru, os Andes Orientais descem bruscamente para as florestas amazônicas, cuja altitude é inferior a 150 m. Nessa região os cursos d’água abrem passagem através da Cordilheira Oriental por gargantas profundas, depois cruzam as terras baixas formando meandros tranquilos. Criando assim ao longo da cordilheira três paisagens bem diferentes: litorânea, montanhosa e paragens florestais.

Até a conquista espanhola, no século XVI, as regiões que formam atualmente os países andinos (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Chile) eram essencialmente vinculados entre si pelas peculiaridades geográficas, visto que a direção política e a organização econômica fixadas nas terras altas se orientavam no sentido longitudinal. Após a chegada dos espanhóis, no Peru, o eixo de direção e organização mudou completamente com o deslocamento para a costa do oceano pacífico com o núcleo dominante de coesão concentrando as cidades mais importantes, os latifúndios mais produtivos e as principais riquezas. Riquezas estas que vinham do interior sob a forma de metais preciosos e como acontecia na maioria dos países metalistas, tendiam a enriquecer os intermediários como os transportadores e comerciantes. Nessa circunstância, a geografia dos andes determinou em certa medida a sua política, pois, a exploração da saída litorânea com vistas ao comércio internacional rivalizando com a ocupação interiorana seria a tônica das relações internacionais do pacífico sul.

A primeira metade do século XIX foi marcada pelo nascimento dos Estados Nacionais na América Latina. Naquele momento, os mais distantes rincões do continente americano construíam uma nacionalidade a fórceps, diretamente vinculados aos interesses do capital sob tutela das oligarquias locais. Porém, dentre os limites que se impunham a tal projeto, um em especial travava o processo: a formação da estrutura social, pautada no vínculo com a terra. Nesse sentido, a busca pela delimitação dos limites territoriais como forma de organização da produção se impunha como necessidade para a acumulação na economia-mundo capitalista (DONGHI, 1975). Os nascentes estados nacionais, portanto, buscavam constantemente formas de incrementar as receitas e delimitar as possessões estatais, atitude indispensável no processo de cobrança de tributos. Principalmente na costa do pacífico sul, onde as riquezas minerais em abundância poderiam ser facilmente encontradas nas mais remotas áreas da nação.

Do ponto de vista comercial, a mineração com vistas à exportação foi o setor mais importante da economia do pacífico sul, sendo que os três principais metais produzidos eram o ouro, a prata e o cobre (DONGHI, 1979). A busca por estes metais atraía para regiões de difícil sobrevivência humana, como o deserto, inúmeros comerciantes, especuladores e garimpeiros. Estes exploradores acumularam as maiores fortunas da época, constituindo a porção mais dinâmica das economias, em detrimento do que ocorria nas haciendas, onde a falta de

investimentos maciços para expansão da agricultura limitava este ramo ao nível de subsistência. Como a agricultura não apresentava muitas formas de ganho gerava uma mão-de-obra excedente, que logo eram destinadas a uma colocação nas minas. Evento este que deixava os proprietários das minas muito contentes, pois, os métodos de mineração evoluíram lentamente durante o período colonial e como se tratava de uma atividade sofrível que reduzia a expectativa de vida dos trabalhadores pelas péssimas condições de exploração era necessária uma constante substituição da mão-de-obra. Este panorama só começa a mudar a partir da década de 1850 com a chegada do capital e das técnicas de refino britânicas, quando ocorreu uma pequena revolução tecnológica. Esta mudança foi mais significativa para o Chile, pois, as fundições instaladas na região costeira (Guayacán, Tongoy, Lirquén e Lota) cresceram de importância e passaram a ser responsáveis por processar os minérios peruanos e bolivianos (GAZMURRI, 2006).

Na verdade a proeminência chilena sobre a Bolívia e o Peru sofreu uma revolução na década de 1850, pois, desde o período colonial, dentre os países do cone sul da América, banhados pelo Pacífico, o Chile se destacou por não ser o maior atrativo de recursos estrangeiros. Só para se ter uma ideia a capitania geral do Chile recebia 700.000 pesos anuais do Vice-Reinado do Peru para cobrir o orçamento colonial (LOCKHART, 1990, p. 100). Mas quais eventos mudariam o destino do Chile que o transformariam na maior potência do Pacífico Sul? Inicialmente é importante considerar que a esmagadora maioria dos chilenos vivia e trabalhava no coração tradicional do país, o vale central, que se estendia por 500 quilômetros ao sul de Santiago. Isto se deu principalmente por conta da herança colonial que as haciendas impuseram à organização econômica-espacial da República. Havia outras regiões - ligadas à mineração – que eram economicamente viáveis, mas como exigiam pouca mão-de-obra, não representavam foco de atração da população. Se compararmos, por exemplo, com a ocupação ocorrida na Argentina, Peru ou mesmo Nova Granada, o Chile foi um tipo de ocupação compactada (LOCKHART, 1990, p. 102).

Após a proclamação da independência chilena (1810 - 1816) a população ficou socialmente dividida em uma pequena alta classe criolla (elite aristocrática) que divida espaço com os mestizos (trabalhadores pobres – eminentemente rurais). Em certa medida essa estrutura social manteve-se constante já que não houve grandes divergências entre a classe dirigente e os demais estratos sociais. Desta forma

Santiago e seu rico vínculo com o interior dominavam a vida econômica da República. Neste sentido as lideranças chilenas contaram com medidas ímpares como forma de centralização política, a exemplo da eliminação do federalismo em 1820, que na prática significou a subjugação dos intendentes de cada província à autoridade presidencial. Os intendentes passavam assim a ser agentes naturais e imediatos do presidente, ou seja, funcionários a serviço do regime que tinham por missão reforçar a integração nacional, que num sentido real significava o fortalecimento de Santiago à custa das iniciativas regionais[79] (BETHEL, 2004, p. 78).

O Chile tinha ao dispor exuberante riqueza natural, além de privilegiada posição geográfica que eventualmente lhe dava acesso às maiores bacias hidrográficas da América, além do fácil acesso aos oceanos Pacífico e Atlântico. Mas o que marcou para sempre a história do Chile na segunda metade do século XIX foi a sua aproximação econômica junto aos capitais britânicos. Neste sentido, os governantes do estado nacional chileno empunharam a missão de levar a cabo a estratégia de lucro máximo, sacrificando inclusive a liberdade dos Ameríndios em detrimento da acumulação. No entanto, esta não seria uma tarefa fácil, pois, no caminho da hegemonia chilena no pacífico sul estavam duas nações grandes e problemáticas: o Peru e a Bolívia (BETHEL, 2004).

Politicamente, o Chile se diferenciou do Peru e da Bolívia por um maior controle exercido pela burguesia sobre as forças armadas, enquanto para os segundos aconteceu o contrário, ou seja, as forças armadas ocuparam desde a independência os principais postos de comando da nação. Talvez por isso em um quadro em franca mudança na formação dos estados nacionais, não foi complicado o pacto entre a Bolívia e o Peru. Este processo se iniciou em janeiro de 1829 quando Andrés de Santa Cruz (1829-1839), então presidente da Bolívia, suscitou projetos para aumentar a importância da região no comércio internacional. Assim, parte deste esforço foi destinada na criação da Confederação Peruano-Boliviana,

[79] Porém, ocorreram algumas ocasiões em que este apoio não estava satisfatoriamente executado, então o governo central recorreu a diversos outros métodos – a intimidação, prisão temporária, falsificação de identidades ou o suborno – para impedir que qualquer foco de oposição política chegasse ao poder. Estas disputas só chegaram a ser abafadas em 1865/66 quando a esquadra espanhola empreendeu agressivamente contra o Chile e três outras repúblicas do pacífico.

firmando a união dos dois países andinos[80]. Este desejo foi favorecido pelas relações econômicas e comerciais, culturais, étnicas e históricas que existiam entre Alto Peru (Bolívia) e o Peru, mas também pelo desejo de frear a anarquia política em que a República do Peru estava inserida, onde a eminência de uma guerra civil ameaçava desmembrar o país, bem como para unir forças na defesa das pretensões anglo-chilenas em relação à autonomia da região (BONILLA, 1974, p. 15).

Desde a criação da confederação que houve o despertar da animosidade dos comerciantes britânicos e chilenos que se estabeleceram em Valparaiso e que viram no potencial de desenvolvimento da Confederação Peru-Bolívia uma ameaça aos seus interesses comerciais. Diego Portales, o homem forte do Chile, foi encarregado de organizar a campanha contra a confederação, considerando que "Unindo estes dois estados será sempre mais do que o Chile [...]. A Confederação deve desaparecer para sempre da cena da América." Ante a ameaça que a Confederação representava aos negócios chilenos, estes não tiveram dúvidas: a guerra era a melhor forma de anular esta ameaça. A guerra eclodiu em 26 de dezembro de 1836 (BONILLA, 1974, p. 17).

Na segunda metade de 1837, o exército do Chile, liderado pelo almirante Manuel Blanco Escalada, ocupou o deserto de Islay, mas a resistência dos Confederados conseguiu sucesso parcial na batalha Paucarpata, em Dezembro de 1837. A iminência desta se transformar em uma batalha longa levou os beligerantes a acordar um tratado de paz que previa a assinatura de um novo acordo comercial entre a Confederação Peruano-Boliviana e o Chile. Este acordo representou uma derrota para os confederados, pois, havia artigos desvantajosos que foram as únicas condições exigidas pelos chilenos para a retirada da força expedicionária. No entanto, esta resolução provisória deixou descontente a ala conservadora do governo chileno que dentre outras medidas trataram de despedir o comandante Blanco e prontamente começaram os preparativos para uma nova invasão, pois, o Peru e Bolívia ainda continuavam unidos (QUIROZ, 2013, p. 54).

O não convencimento da submissão da Confederação Peru-Bolívia, levou o Chile a enviar uma segunda expedição que desembarcou no Peru em julho de 1838, sob o comando do General Manuel Bulnes e desta vez contava com a colaboração

[80] O presidente Santa Cruz, lançou uma ofensiva militar em 15 de junho de 1835 e, após a vitória de Socabaya, proclamou o estabelecimento oficial de uma Confederação entre Peru e Bolívia (20 de outubro 1836).

de peruanos adversários do presidente Santa Cruz. Nesta ocasião, para derrotar a Confederação, os chilenos lançaram mão de várias estratégias, inclusive abalar a unidade política da Bolívia e do Peru. Por isso, o primeiro ponto de desembarque no território peruano pelas tropas chilenas foi ao norte do país, uma região menos beneficiada pelo protecionismo comercial do poder central. Esta foi uma boa estratégia, pois, as notícias se espalharam e a conturbada política peruana veio à tona e coexistiram ao final de 1838 sete governos no território confederado. Diante da falta de integração nacional não foi difícil para o exército do o Chile continuar seu avanço para o norte e vencer as tropas de Santa Cruz na batalha de Yungay em 18 de janeiro 1839. Deste modo o Chile conseguiu desde a primeira metade do século XIX demonstrar ser a nação mais proeminente do pacífico sul, através da submissão dos principais países concorrentes (BUSHNELL, 1990, p. 109).

3.5.1 - O caminho para a segunda Guerra do Pacífico

Estando definida a grandeza chilena através do combate de 1838 e a consequente submissão do Peru e da Bolívia em relação ao capital anglo-chileno, certo apaziguamento tomou conta das relações internacionais do pacífico sul. O resultado geral desta primeira guerra foi o domínio por parte do Chile das principais casas de fundição e dos portos de escoamento para os minérios produzidos no pacífico sul. Mas, outras fontes de renda estavam disponíveis e a cega rapacidade com que atuava o capital anglo-chileno não tinha limites, principalmente quando envolve negócios lucrativos como foi o caso da exploração dos dois fertilizantes que motivaram a Guerra do Pacífico, são eles o guano e o salitre (SILVA, 2010). Devemos compreender em primeiro lugar que os ramos dos fertilizantes ganharam uma importância superior a outros ramos comerciais a partir da falência energética da terra nos campos europeus, em meados de 1850, que exigiram medidas para evitar baixas na produção agrícola. Por isso, a utilização do guano e do salitre nos campos britânicos pode ser explicada por conta da natureza mal explorada que começa a não apresentar as mesmas produtividades anteriores. Por toda parte na Europa ocorria um intenso deslocamento da mão-de-obra dos campos para as

cidades e esta falta de braços para a agricultura só poderia ser compensada com o aumento na produtividade (ORTIZ, 2001, p. 45).

Os principais depósitos de guano e salitre do mundo estavam localizados na costa do pacífico e o panorama econômico do Chile, Bolívia e Peru começa a mudar a partir de 1845 quando as esferas sociais que chegaram ao poder se ampararam nestas novas fontes de riqueza. No entanto, cada país deu um tratamento diferente a esta fonte de riqueza. Na Bolívia, onde os governantes não impuseram a propriedade das riquezas, fornecendo o direito de exploração a empresas sediadas principalmente no Chile, este não foi incialmente um ramo lucrativo. Já em relação ao Chile e o Peru, cada um a sua forma encarou estes produtos primários como uma real possibilidade de desenvolvimento. Os chilenos, velhos parceiros comerciais dos britânicos, investiam em formas de exploração dos recursos através do capital britânico, enquanto o Peru ficava as voltas para conseguir atrair o capital estrangeiro, lucrar com a exploração e impedir a expropriação das suas jazidas. O capitalismo chileno com o constante incentivo britânico se mostrava cada vez mais expansivo, principalmente com investimentos nas empresas da Bolívia e do Peru, centrando o controle e escoamento da produção em Valparaíso, onde empresas de importação e exportação exerciam influência no novo mercado e no setor corporativo que estava se instalando (SILVA, 2010).

Desde o aparecimento desta nova forma potencial de riqueza que as relações entre o Chile e o Peru e a Bolívia se deterioraram bastante por conta da rivalidade comercial, intensa guerra tributária. A situação era menos extremista na relação entre o Peru e a Bolívia, pois, mesmo após a restauração da política como repúblicas independentes em 1839, cada país seguiu o seu próprio caminho e as pretensões imperialistas tendiam a separar cada vez mais os países. Enquanto na Bolívia a estagnação econômica aprofundou os problemas nacionais, cujo desenvolvimento pré-capitalista limitava qualquer perspectiva de desenvolvimento social e a possibilidade de tirar partido do seu acesso ao Pacífico, o Peru começou uma rápida ascensão nos campos social e econômico experimentados desde meados da segunda metade do século XIX em decorrência da situação favorável das exportações de guano.

Do princípio da década de 1840 ao começo da Guerra do Pacífico em 1879, a evolução econômica e política do Peru esteve na dependência, de um modo ou de outro, da exploração dos depósitos de guano das ilhas costeiras. A ausência de

chuva ao longo do litoral peruano significava que o guano acumulado nas ilhas não perdia seu teor químico. No entanto este que não era um produto de destaque comercial na colônia, além do guano o Peru exportava nesta época o cobre, a alpaca e lã de carneiro, algodão, açúcar e nitratos e em menor quantidade o café, cacau e o estanho. No entanto, repentinamente o guano ganhou uma importância suprema para a economia peruana e foi responsável por uma média de 45% das exportações anuais a partir de 1850. A partir daí o Peru possuía, portanto, potencial de capital necessário para começar a reconstruir sua economia, diversificar sua produção e gerar uma taxa de crescimento mais estável. Dessa maneira quando o guano se tornou a fonte de renda mais importante do governo peruano, tanto os credores internos quanto externos buscavam uma forma de garantir o pagamento dos seus dividendos (QUIROZ, 1995, p. 75).

Diante da riqueza potencial que representava a exploração do guano, em 1842, o governo peruano declarou a propriedade exclusiva e controle estatal sobre os depósitos ricos e abundantes de guano do seu litoral e das ilhas mantidas por várias décadas. Essa medida ocorreu quando as vendas de fertilizantes atingiram preços elevados no mercado mundial e as concessões da exploração do guano por empresas privadas de extração e comercialização rederiam ao Estado uma percentagem fixa das exportações de produtos. Os depósitos de guano foram avaliados em mais de 100 milhões de toneladas e se tratava de uma atividade de simples exploração e com rotas de comércio garantidas pelo Pacífico (QUIROZ, 2013, p. 83).

Era um período de abundância financeira para as receitas peruanas, uma vez que desde a declaração de independência esta ocasião havia sido a primeira vez que o Estado peruano podia contar com uma fonte de renda significativa no incremento das receitas fiscais. Deste modo, o primeiro presidente beneficiário deste despertar econômico foi o general Ramon Castilla (1845-1851). Seu governo se esbaldou com o potencial financeiro e aprovou 17 contratos com empresas privadas, embora o mais significativo tenha sido feito para a casa de comércio britânica Anthony Gibbs. Graças ao crescimento extraordinário e súbito das finanças peruanas, o regime de Ramón Castilla conseguiu eliminar o tributo indígena, o dízimo e a escravidão. Além disso, possibilitou o fim das dificuldades financeiras do Estado peruano, permitindo a Castilla consolidar a dívida interna e estabelecer as bases para resolver os problemas externos, causados pelos vários empréstimos

contraídos pelas administrações anteriores e também pelas "reparações de guerra" impostos pelo Chile (VITALE, 2012, p. 60).

Na Bolívia, entre 1850 e 1873, ressurgiam lentamente as atividades mineiras que continuaram essencialmente extrativistas e voltadas para a exportação de prata nas zonas tradicionais do planalto, marcando a saída da estagnação e o surgimento de novos grupos empresariais apoiados no capital britânico (BETHEL, 1991, p. 231). A partir daí, a Bolívia foi alçada à posição de um dos maiores produtores de prata do mundo, mas foi latente a incapacidade da mineração boliviana em estimular o desenvolvimento da agricultura nacional, que entre outros motivos, se explica pela resistência da população indígena em manter, por longo tempo, seus lotes de terra. Por consequência, as terras comunais se apresentavam como um empecilho para o desenvolvimento interno da Bolívia e a partir da década de 1860 os “barões da prata” conseguiram desfechar um ataque mais vigoroso e melhor sucedido contra a propriedade e a cultura indígenas.

Enquanto isso o Chile e o Peru buscavam intensamente a diversificação dos negócios. Desta forma a riqueza produzida pelo guano integrou certos setores de proprietários privados da economia peruana e chilena à Europa através do pagamento de direitos fixados ao erário, efetuados pelos exportadores estrangeiros. As riquezas constituídas pelas jazidas tinham encontrado um modo de passar das mãos das entidades públicas às privadas, pois, os ricos adquiriram a preços baixos os títulos de crédito do Estado e no momento do reembolso lucravam altos numerários (DONGHI, 1975, p.207). Desde 1840 que empresas britânicas, chilenas – de capital britânico e francês, se interessaram pela colonização e exploração da costa boliviana, próximo à província de Atacama, objetivando explorar cobre e os depósitos do guano. Em 1857, após a descoberta das jazidas de nitrato na região de Mejillones, no sul de Atacama, mais empresas foram atraídas para lá, a exemplo da Melbourne Clark and Co. – companhia que serviu de base para a Compañia de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta e que ganhou importância internacional, em 1870, com a exploração das minas de prata de Caracoles, através do porto de Mejillones (DONGHI, 1975, P. 585). Por isso que a partir de 1860, os capitalistas de Lima e Santiago que participaram na exploração do guano viam os lucros diminuírem, pois, as atividades de exploração/exportação estavam cada vez mais vinculadas a organizações de capital misto, enquanto a comercialização na Europa

era executada por uma cadeia de firmas comerciais ultramarinas da qual os sul-americanos pouco lucravam[81].

Diante da constante queda nas rendas nacionais, os governantes do Chile e do Peru não tiveram outra alternativa que não fosse controlar através de ações afirmativas o comércio do Guano e do Salitre. Os governantes chilenos optaram pela ampliação das arrecadações através do alargamento das zonas de extração dos minérios. Isto na prática significou a ocupação cada vez mais dos territórios bolivianos. Tanto que os principais veios descobertos na década de 1840 – Chañarcillo e Três Puntas – encontravam-se em território litigioso e as descobertas em Caracoles encontravam-se efetivamente em território boliviano (OSTRIA, 1994, p. 11). Outro destacável ataque em relação às minas bolivianas foi dado em lei de 31 de dezembro de 1842, quando o Estado chileno, declarou a posse dos depósitos de guano na costa da província de Coquimbo, no litoral de Atacama e nas ilhas adjacentes. (OSTRIA, 1994, p. 12).

Para o Peru a estratégia para ampliar seus lucros ocorreu principalmente durante o governo do Coronel Balta (1868-1872), quando houve uma mudança radical na exploração do guano, pois, são suspensas todas as autorizações anteriores e concedida apenas à empresa francesa Dreyfus (1869. Piérola, então Ministro da Fazenda do Peru projetou uma nova concepção governamental, pois, segundo ele os rendimentos do guano não estavam sendo bem empregados na melhoria estrutural do Peru. O principal obstáculo que os ministros encontraram foram as empresas consignatárias que lançavam mão de uma estratégia tentadora, que era ceder aos estados um adiantamento de capital como forma de garantir a exploração. A estas empresas o fisco devia em 31 de dezembro de 1868, a soma de 15.684.000 soles; e, dois anos depois, 34.562.313 soles. A dívida do Estado, no exterior, já se elevava a 116.501.485 soles e a interna montava a 6.220.840 soles, excluídos os empréstimos dos consignatários (QUIROZ, 2013). Para tentar eliminar tantos problemas fiscais é que Piérola celebra um contrato junto a casa francesa

[81] O capital das empresas que atuavam no país era predominantemente britânico, a exemplo da Pacific Steam Navigation Company (PSNC), que inaugurou a linha Valparaíso- Liverpool, ou seja, do principal porto de escoamento chileno para a região com maior número de fundições do mundo (HOBSBAWM, 1998). Além da primeira estrada de ferro que ligava Copiapó ao porto de Caldera que foi construída pelo americano Wheellwright com financiamento dos mineiros.

Dreyfus Frères & Cie., para ser o único vendedor em todos os mercados , a 5 de julho de 1869, em Paris, e ratifica o pacto em Lima mais de um mês depois.

O contrato estipulava:

a) Venda de dois milhões de toneladas de guano, a 36 soles e 50, por tonelada .

b) Supressão das despesas relacionadas aos consignatários

c) A Dreyfus se comprometia a prestar contas com o isco em encontros anuais.

d) Dreyfus entregaria 2.400.000 no início do contrato e daí por diante 700.000 por mês.

e) Substituição imediata dos consignatários .

O contrato Dreyfus, assinado com o governo peruano em 17 de Agosto de 1869, não melhorou a situação financeira do país. Dada a deterioração contínua da economia e a queda dos preços do guano, a saída de Piérola da pasta do Ministéio da Fazenda do Peru marcou a volta dos antigos problemas com o fisco. Imaginou-se que a consignação a uma empresa favoreceria os peruanos, mas revelou-se apenas mais uma fonte de créditos junto aos bancos franceses (QUIROZ, 2013, p. 120). O presidente Balta (1868 -1872) contraiu novos empréstimos estrangeiros, prometendo rendimentos aduaneiros e ferrovias estatais. Os recursos captados foram utilizados para novos projetos, especialmente estradas de ferro, construídas pela empresa norte-americana Henry Meiggs. Contudo, o problema foi que a garantia de pagamento continuavam sendo os depósitos de guano, que aquele tempo já não eram suficientes para pagar tão altos dividendos em pouco tempo e pior, colocava todo o país na dependência dos exploradores do fertilizante. Em 1875, o negócio do guano entra em colapso e o Estado peruano declara falência total. Nestas circunstâncias graves, o governo Pardo (1872-1876) cancelou o contrato Dreyfus e ordenou o regresso ao antigo sistema de destinatários, enquanto as relações de estranheza com o Chile foram se agudizando (QUIROZ, 2013, p. 125).

Estes movimentos expansionistas empreendidos pelo Peru e pelo Chile causaram tensões na política internacional do pacífico sul com auge na década de 1870. Com relação à Bolívia a situação era de litígio pelo direito de propriedade do deserto do Atacama, uma região que se tratava de um dos principais focos da expansão econômica chilena nas últimas décadas. No litoral boliviano, os empresários chilenos José Ossa e Francisco Puelma deram início à exploração do nitrato e a concorrência com as concessões bolivianas à Compañía de Salitres y Ferrocarril de Antofagasta soaram muito mal para os chilenos (DONGHI, 1979).

Nestas condições, os incidentes fronteiriços foram se intensificando. Desde 1862, que parecia que um conflito armado era iminente entre a Bolívia e o Chile e no ano seguinte a situação estava ainda mais tensa quando o governo chileno se recusou a reconhecer a jurisdição da Bolívia, estendendo suas reivindicações territoriais para os campos de nitrato de Mejillones. A partir de então a disputa pela região estava oficialmente declarada e só não virou uma guerra entre o Chile e a Bolívia porque se tornou momentaneamente um segundo plano pela inesperada agressão colonialista que os espanhóis empreendiam na região. Assim, as contendas foram suspensas por um tempo em detrimento da aliança de todos os países do Pacífico contra a Espanha (1864-1866).

O clima de amizade criado pela aliança favoreceu os acordos pacíficos entre Bolívia e Chile, que assinaram em 10 de agosto 1866 um tratado de limites para compartilhar os recursos valiosos na região de Mejillones. O acordo deu ao Chile o controle direto dos recursos localizados abaixo do 24º de latitude sul paralela, que foi criada como uma fronteira reconhecida entre os dois países. Além disso, os chilenos se comprometeram em buscar a igualdade de participação em depósitos minerais e de guano, cuja maior parte deixou no lado boliviano e que foram descobertos na área entre os paralelos 23 e 25 de latitude sul. O Tratado de 1866, assinado em nome da Bolívia pelo governo de Mariano Melgarejo (1864-1871) não só abandonou as posições em favor das ocupações Chile em Mejillones, mas também estipulou que os portos bolivianos do Pacífico fossem abertos para exportações de minerais sem taxas. Foi na prática um acordo de livre comércio entre o Chile e a Bolívia. Estes avanços nas questões de política internacional atraiu a chegada de novos empresários estrangeiros, seduzidos principalmente pelos contratos de longo prazo assinados para transporte e concessões especiais de exploração do salitre. O presidente boliviano Melgarejo (1864-1871) foi duramente pressionado pela sua falta de liquidez, aceitando contratos em piores condições para a Bolívia, hipotecando os recursos nacionais a longo prazo (URRUTIA, 2008, p. 17).

O crescimento contínuo das riquezas a partir da mineração em Antofagasta pelas empresas do Chile, sem nenhum benefício para a Bolívia, foi uma das motivações para a saída do presidente Melgarejo. Após a saída de Melgarejo, a situação política na Bolívia não era das mais favoráveis, ocorrendo uma sequencia de 4 golpes presidenciais, mas apesar desta instabilidade o governo boliviano iniciou um movimento para pedir a revisão do acordo feito com o Chile em 1866. As

negociações entre os dois países resultou na assinatura de um protocolo em 1872 (Linsay-Corral) e um novo tratado de limites em 1874. Pelo acordo, o Chile reiterou o seu reconhecimento do 24º de latitude sul paralela à fronteira com a Bolívia, em troca de impostos mais altos sobre a extração chilena dos recursos naturais em Antofagasta (URRUTIA, 2008, p. 19).

Entretanto esta era uma situação que estava longe de ser resolvida, pois, em 1875, a situação econômica da Bolívia piorou como resultado da queda abrupta das exportações de prata, elevando a dívida externa do país para mais de oito milhões de dólares. Em busca de uma saída para as quedas nas receitas estatais o governo de Hilarión Daza (1876-1879), anulou a maior parte das concessões de mineração concedidas a empresas chilenas em Antofagasta, dedicadas na extração de salitre, mantendo apenas o contrato com a Nitrato e Railroad Company de Antofagasta. Esta empresa chileno-britânica, fundada em 1872, foi a mais importante daquelas que operavam na costa boliviana e tinham uma ferrovia que ligava o porto com os campos de nitrato e de prata de Caracoles. A empresa Nitrato e *Railroad Company of Antofagasta* dominou não só os depósitos de nitrato e prata, bem como o transporte e exportação (OSTRIA, 1994; VERA, 2013).

Em 14 de Fevereiro 1878, a Assembleia Nacional da Bolívia, reunidos em Chuquisaca, resolveu dificultar também os negócios da empresa Nitrato *e Railroad Company of Antofagasta* aumentando o imposto de exploração para o valor de dez centavos por quintal de embarque. O gerente britânico da empresa Nitratos e *Railroad Company of Antoagasta*, com o apoio do governo chileno, se recusou a pagar o imposto alegando que esta nova disposição violava as disposições dos tratados existentes entre o Chile e a Bolívia. Esta discussão ficou no campo jurídico durante cerca de um ano. No ano seguinte, em 1879, um ano após a emissão do veredito soberano pelo Congresso da Bolívia, o Presidente Daza (1876-1879) exigiu a execução de pagamentos em atraso. Diante de repetidas negativas da empresa estrangeira, o governo boliviano ordenou que todos os ativos da companhia Nitratos e *Railroad Company of Antofagasta* fossem colocados nos erários públicos e que se executasse a venda de suas propriedades para garantir a satisfação da dívida junto às finanças públicas (URRUTIA, 2008).

Este foi o estopim para o início da Guerra. Em 14 de Fevereiro 1879, a província boliviana de Antofagasta foi ocupada pelo exército de Chile que invadiu a Bolívia com o pretexto de proteger os residentes chilenos. Dois dias depois, as

forças militares do Chile tomaram as minas de prata de Caracoles. Em 1879, o Peru também entrou em conflito com o Chile – que há muito tempo visava as ricas jazidas de salitre dos territórios fronteiriços. As reivindicações chilenas eram desrespeito apenas à Bolívia e não diziam respeito às jazidas peruanas. Mas o governo peruano suspeitava que diante da ruína iminente dos bolivianos pudesse haver um acordo com os chilenos no sentido de entregar as jazidas de salitre e em compensação ganhariam o direito sobre as riquezas peruanas mais ao sul. Destarte a união defensiva do Peru e da Bolívia significou uma aliança de resistência à invasão do imperialismo britânico. (DONGHI, 1979).

Assim como foi dito no subcapítulo sobre a Guerra do Paraguai, não faz parte dos nossos objetivos a detida apreciação do desenrolar do evento bélico em si. Grosso-modo podemos afirmar que a Guerra do Pacífico (1879 – 1883) foi travada em sete batalhas – Dolores, Tarapacá, Alto da Aliança, Arica, Chorillos, Miraflores e Huamachuco, contabizando ao fim cerca de 14.000 mortos. Ao fim do conflito o governo peruano, liderado pelo general Miguel Iglesias (1882-1885), assinou em 20 de Outubro 1883, o Tratado de Ancón, aceitando o que todos os seus antecessores tinham recusado: a cessão de territórios de Tarapacá em favor dos interesses chilenos que ocupariam por dez anos as províncias de Tacna e Arica, até, um plebiscito nesses locais definisse o seu estatuto final[82] (URRUTIA, 2008, p. 114). A guerra significou para o Peru um estrago de amplo alcance, encerrando um período marcado pela corrupção e prosperidade efêmera produzida pelo guano e pelo salitre. Para a Bolívia, a derrota teve um significado econômico maior do que para seu vizinho setentrional apesar do boom do salitre no período anterior não chegar a assumir proporções capazes de modificar a realidade boliviana. Mas, este país experimentou uma perda muito mais expressiva, ou seja, a perda do acesso ao oceano pacífico. Este acordo ocorreu em 1884 quando foi assinado o Tratado de Santiago, entre Chile e Bolívia, pelo qual o Chile recebia toda a saída para o litoral

[82] Consequentemente, em 23 de Outubro as forças armadas do Chile retiraram-se da capital peruana. Depois de adiamentos contínuos, o referendo planejado nunca aconteceu. Em 1929, depois de pressões de comprimento e de lobby diplomático, um acordo peruano-chilena determinou que a soberania do Chile sobre Arica e Tacna fosse devolvida ao Peru, juntamente com a compensação de 6 milhões. O pacto incluiu um registro secreto (Protocolo Adicional ao Tratado de Lima), que afirmou: Os governos do Peru e do Chile não pode, sem acordo prévio entre eles, atribuir a um terceiro poder a totalidade ou parte dos territórios, de acordo com o tratado da mesma data, permanecem sob suas respectivas soberanias, ou pode, se essa exigência, construir, através deles, novas linhas ferroviárias internacionais (URRUTIA, 2008).

Boliviano, ou seja, o território de Atacama - com seus quatro portos: Antofagasta, Cobija, Mejillones e Tocopilla. “Região rica em salitre, cobre e prata, sedo que na província de Antofagasta encontrava-se a mina de Chuquicamata, uma das maiores produtoras de cobre do mundo.”

3.5.2 Os empréstimos estrangeiros aos beligerantes da Guerra do Pacífico (1879 – 1883) -

Até a Guerra do Pacífico, em 1879, a exportação de capitais ocorria, geralmente, na forma de empréstimos em longo prazo feitos aos governos. A maneira mais prática de garantir o pagamento dos empréstimos era afiançar as grandes porções de terra concentrados nas haciendas - unidade básica de produção e aglomerante da população regional além de avalizar também parte dos ganhos dos estados, normalmente provenientes das rendas aduaneiras. Estando garantidas as condições mínimas para a transferência financeira para a América Latina é que ocorreu a exportação de capitais, geralmente, na forma de empréstimos em longo prazo feitos aos governos. Para os países envolvidos na Guerra do Pacífico (Bolívia, Peru, Chile) não foi difícil oferecer as condições mínimas para a adoção de empréstimos, já que havia uma enorme disponibilidade de terras e um intenso comércio externo de bens metálicos. Durante a Guerra do Pacífico não houve por parte das nações beligerantes a adoção de empréstimos para desenrolar dos combates. Várias são as explicações para este fato:

a) A riqueza gerada pela exploração dos recursos minerais já havia capitalizado os estados nacionais.

b) Os exércitos regulares já dispunham de armamentos para condução dos conflitos, uma vez que haviam participado de um conflito cerca de uma década antes, contra a invasão espanhola (1864-1866), além do constante clima de instabilidade política que levava a uma intensa militarização das nações.

c) A Guerra do Pacífico ocorreu em um momento de crise no capitalismo iniciada em 1873 e que teve o seu auge no fim da década de 1870 na América Latina, período em que houve uma queda vertiginosa na exportação de capitais nas grandes economias.

d) O guano que desde 1850 serviu como garantia para a contração dos empréstimos, demonstrava claros sinais de esgotamento.

e) A dívida externa dos países beligerantes aquela altura não proporcionava boas garantias nas praças de crédito londrinas.

Dentre os empréstimos contraídos na década antecessora à Guerra do Pacífico, destacamos.

Tabela 8
Empréstimos Bolívia, Peru, Chile na década de 1870

País	Ano	Tipo	Valor	Fornecedora
Bolívia	1872	68	1.700.000	Lumb, Wanklyn, and Co.
Peru	1870	81	11.920.000	Schroders
	1871	77	23.215.000	Schrdrs. & Strns.
	1872	71	290.000	Thomson, Bonar.
Chile	1870	83	1.012.700	J. S. Morgan & Co.Old Broad Street
	1873	94	2.276.500	Oriental Bank
	1875	82	1.000.000	Oriental Bank

Fonte: The investor's monthly manual, janeiro de 1885

Ao observarmos a Tabela 8 a primeira coisa que nos chama atenção é o fluxo de capital que foi destinado à Bolívia. Por cerca de quarenta anos pós-proclamação da República, o governo da Bolívia não teve acesso a crédito estrangeiro, coisa muito diferente dos demais países sul-americanos no pós-independência. Para tentar conseguir crédito, os governos lançaram mão de um dos únicos recursos que o estado dispunha: a emissão de títulos da dívida pública (DONGHI, 1975). Estes títulos deveriam estar amparados em propriedades estatais – passiva de negociação, por isso que a privatização das terras era o recurso mais imediato. O diminuto comércio externo da Bolívia não assegurou acesso aos empréstimos nas casas de crédito londrinas. Pelo menos não diretamente, pois, o destino preferencial do capital britânico no pacifico sul era o Peru e o Chile. Então, para a Bolívia restou solicitar a estes Estados os empréstimos, que em 1865 foi realizado junto ao Peru e em 1868 no Chile, totalizando uma dívida externa de 283.333 libras. (Peñaloza apud

Bonilla, 2004, p. 585.). Um dos únicos empréstimos contraídos junto às praças londrinas foi realizado em 1872, para a construção de ferrovias. Mas, este projeto não obteve grandes êxitos, pois, a geografia acidentada da Bolívia que exigiu um investimento muito maior do que normalmente este tipo de empreendimento agregava.

A dívida pública do Peru na ocasião da Guerra do Pacífico teve um firme atrelamento com os negócios do guano, uma vez que a riqueza proveniente deste ramo comercial serviu para avalizar diversas contrações de empréstimos. No entanto, as garantias do guano diminuem a partir do reconhecimento estatal da impossibilidade do Peru de saldar as dívidas públicas baseando-se apenas no Guano, pois, em um levantamento acerca das ilhas guaneiras em 1853, afirmou a existência de 12.376.100 toneladas de fertilizante, ou seja, setenta e cinco milhões de libras esterlinas. Daí para frente não restou alternativa ao Peru que não fosse investir pesadamente no negócio do guano como forma de ampliar as rendas. Prova disso foram os empréstimos acordados pelo governo peruano nos três primeiros anos da década de 1870 no valor de mais de 35 milhões de libras (MARICHAL, 2014, p. 86).

A grande ameaça para a prosperidade do Peru era exatamente os negócios chilenos, pois, esta nação também detinha um grande interesse na extração dos fertilizantes e através de um investimento imensamente menor, na década de 1870, estava conseguindo uma ampliação vertiginosa nos negócios, inclusive exportando seus negócios rumo ao território boliviano, um dos motivos para a eclosão da Guerra do Pacífico. Para se ter uma ideia de como os negócios chilenos andavam, esta nação entre 1870-1875 tomou apenas 4 milhões de libras em empréstimos, sendo que dizemos ‘apenas’, pois, em comparação com os números peruanos significava um valor nove vezes menor (MARICHAL, 2014, p. 79).

3.6 A Terceira onda de empréstimos (1893 – 1920)

Para completar a nossa avaliação da dívida externa da América Latina durante a paz britânica, agora nos concentraremos no período de 1880-1913, durante o qual ocorreram dois períodos de dívida rápida: a primeira durante os anos

oitenta e, portanto, ainda anos da ‘grande depressão’ e a segunda no final do século XIX e início do século XX. Todo o período de 1880 a 1913 correspondeu a uma fase de consolidação do capitalismo monopolista, de aprofundamento da luta econômica entre as grandes potências e, em particular, uma multiplicação clara desde 1880 do capital de exportação, incluindo empréstimos dos países desenvolvidos para o resto do mundo, uma tendência que se manteve até o início da primeira guerra mundial e algumas expressões são constatáveis na história da América Latina.

Entre 1880 e 1890, quando ainda estava em marcha o processo de renegociação de dívidas em atraso, os fluxos de capital para a América Latina aumentaram rapidamente, de modo que a região ocupou um lugar respeitável como o destinatário da maior quantidade de capital que, em seguida, começaram a ser exportados dos países centrais.

Tabela 9
Montante das emissões em valores nominais latino-americanos
1880-1890

País	**1880**	**1890**
Argentina	11.2	72
Brasil	23.1	37
Chile	7.8	9.5
Peru	32.7	******
Uruguai	3.5	16.2
Total	78.3	134.7

Fonte: Cepal, 1965.

Do capital britânico investido na América Latina, os valores emitidos no London Stock Exchange duplicaram entre 1880 e 1890, alcançando no fim destes anos, mais de 420 milhões de libras, capital este concentrado principalmente no Brasil, México e, especialmente, na Argentina. Do total de títulos latino-americanos emitidos no London Stock Exchange em 1880, cerca de 31% corresponderam a empresas privadas que fizeram investimentos ativos na região, enquanto em 1890 esses valores absorvidos eram de 54%, o que indica o quanto as empresas ganharam a título de empréstimos dos governos latino-americanos (MARICHAL 2014, p. 141; RIPPY, 2000). A distribuição setorial dos investimentos feitos pelas empresas da Grã-Bretanha continuou a atribuir maior importância às ferrovias.

Houve uma tendência ao declínio relativo dos empréstimos como principal fonte de capital/investimento britânico. Uma explicação para este declínio foi que

durante os anos oitenta aumentou significativamente o investimento francês na América Latina, enquanto os investimentos alemães e americanos tiveram um estilo bastante marginal até o final do século. Com relação à França, o total de títulos latino-americanos emitidos na Bolsa de Paris aumentou de 153 milhões de francos no período de 1870-1880 para 388 milhões no período de 1880-1889, caindo para 104 milhões na década de 1890-1899 (MARICHAL, 2014, p. 96 e p. 143). Informações dão conta que dos empréstimos externos negociados entre 1880 e 1890, em Londres, Paris, Berlim, Hamburgo e Amsterdam destinados à América Latina, em torno de 90%, destinavam-se aos governos da Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai.

Tabela 10
Empréstimos externos a governos latino-americanos, por país
1880 – 1890

País	Nº de Empréstimos	Valor nominal em Milhares de Libras
Argentina	49	77.985
Governo Nacional	13	39.223
Governos Provinciais	26	32.505
Gov. Municipais	10	6.257
Brasil	8	38.914
Governo Nacional	4	37.164
Governos Provinciais	2	1.050
Gov. Municipais	2	700
Chile	4	9.525
Governo Nacional	4	
Uruguai	4	18.782
Governo Nacional	3	17.382
Gov. Municipais	1	1.400
Total	65	167.056

Fonte: Marichal, 1988. Pg. 284 a 286

Na tabela 10, se percebe que dos países latino-americanos, a Argentina e o Uruguai tornaram-se os maiores devedores na região, cujos governos nacionais, provinciais e municipais emitiram títulos no valor de cerca de 96 milhões de libras. Para Hora (2010, p. 89), na Argentina, o aumento da dívida correspondeu claramente com o crescimento da atividade econômica e das exportações em relação a outros países da América Latina. Neste contexto, a principal utilização dada pela Argentina aos empréstimos externos foi para obras públicas, entre as

quais se destacaram a construção de ferrovias, o porto de Buenos Aires e uma capital provincial La Plata. Na segunda metade dos anos oitenta, estes empréstimos emitidos somaram-se a outros para apoiar o crescimento dos bancos estatais em nível nacional e provincial, bem como bancos hipotecários, esta última tendência também ocorreu no Uruguai.

Entre 1890 e 1891, a atmosfera de prosperidade foi substituída por uma nova crise da dívida na América Latina, processo que foi liderado por Argentina e Uruguai. Nos países centrais, no contexto da 'Grande Depressão', as crises cíclicas na Grã-Bretanha, França e Alemanha, colocaram estes países em desaceleração no comércio mundial. Na Argentina, a crise da dívida teve seus primeiros sinais com a queda dos preços de exportação desde o final de 1889 e as dificuldades que eles passaram desde março de 1890 (HORA, 2010, p. 97). Um grande complemento à piora da crise na nação Argentina foi o colapso do banco britânico Baring Brothers que tinha grandes interesses na Argentina e tinham sido particularmente afetados pela suspensão dos pagamentos da dívida do Banco Nacional deste país e atingiu o pico em abril de 1891 com a falência ou declarações moratória interna de outros bancos estatais argentinos.

Ao fim do primeiro semestre de 1891, os banqueiros, principalmente britânicos chegaram a um acordo com o governo argentino. O acordo envolveu assumir a moratória oficial em troca de novos títulos emitidos, que foram entregues aos credores para juros vencidos, enquanto o governo nacional assumiu as dívidas dos governos provinciais e municipais. Em uma segunda etapa, que terminou no início de 1892, o governo chegou a um acordo com os banqueiros franceses e alemães. A terceira fase começou com a mudança de governo em outubro de 1892 e terminou em meados de 1893, com a assinatura de um novo acordo, que previu a suspensão de 10 anos de pagamentos da dívida e uma redução significativa em pagamentos de juros por um período de 5 anos diretos (SILVA, 2010). O resultado do processo de renegociação durante a década de 90 do século retrasado tornou a Argentina uma exportadora líquida de recursos, enquanto a sua dívida externa continuou a subir.

3.6.1 Tempos de concorrência financeira

Desde o final dos anos 90 do século XIX até o início da Segunda Guerra Mundial, praticamente ocorreu uma ascensão ininterrupta nos fluxos de capitais para a América Latina, sob a primazia de credores da Grã-Bretanha, França, Alemanha e dos Estados Unidos (SILVA 2010, p. 135). A América Latina durante este período reafirmou a sua participação nos mercados internacionais de commodities e alimentos e, em certa medida, reforçou o seu papel de fornecedor desses produtos para as economias industrializadas, enquanto a presença do capital estrangeiro foi estendida a novos setores. Na maioria das economias da região a nova divisão internacional do trabalho foi acompanhada por um enfraquecimento progressivo das classes superiores desbancadas pela classe média emergente.

A exportação de capitais britânicos para a América Latina, como pode ser observado na Tabela 11 deu um salto substancial se comparado com os valores da Tabela 10, verifica-se que quase o dobro de libras em títulos latino-americanos foi negociado na Bolsa de valores de Londres em 1913 comparado com o montante negociado em 1890. No entanto a divisão das áreas de destino dos capitais tendeu a sofrer concentração nos maiores países da região. Por isso, em 1890, por volta de 67% de todos os valores latino-americanos correspondiam a Argentina, Brasil e México, enquanto em 1913 esses três países são responsáveis por 74% deste total. Além disso, a Tabela 11 mostra que em 1913 as obrigações emitidas por empresas privadas localizadas na América Latina tinham vindo a representar quase 70% de todos os títulos latino-americanos negociados na London Stock Exchange (REYNO, 1996, p. 98).

Tabela 11
Montante das emissões em valores latino-americanos entre 1913 E 1928 na Grã-Bretanha (milhões de dólares)

País	1913	1928
Argentina	81.6	65.5
Brasil	117.4	165.0
Chile	34.7	29.2
Peru	1.7	2.9
Uruguai	25	21.3
Outros	13	11.1

Total	237.4	295

Fonte: Cepal, 1965.

Os capitais britânicos na América Latina tinham como principal concorrente o sistema de crédito internacional francês. No que diz respeito ao capital francês, a Tabela 12 mostra que na década de 90 houve uma diminuição acentuada da quantidade de ações latino-americanas negociadas na Bolsa de Paris e que o montante só foi recuperado entre 1900 e 1913, tendendo a focar claramente nos valores mobiliários emitidos por empresas privadas, em detrimento dos títulos públicos. Para isso deve-se acrescentar que, de acordo com informações não incluídas na Tabela 12 para o período 1900-1913 os títulos latino-americanos correspondiam a 71% do valor total de empresas estrangeiras negociadas na Bolsa de Paris.

Tabela 12
Emissões de Títulos latino-americanos na Bolsa de Paris, 1870-1913
(Milhões de francos anuais)

Período	Governo	Sociedades Privadas	Total
1870-79	150.0	3.2	153.2
1870-79	157.4	180.8	338.2
1890-99	51.3	52.8	104.1
1900-13	147.1	358.1	505.2

Fonte: Cepal, 1965

Além do capital britânico e francês, outra fonte importante de financiamento dos governos latino-americanos foi a Alemanha. De acordo com essa informação da tabela 13 - que só permite definir faixas sobre o destino da capital alemã no exterior- em 1904 investimentos alemães na América Latina tinham alcançado cerca de 3 bilhões de marcos, representando aproximadamente 36% de todo o investimento estrangeiro do país, que é a maior participação de todas as áreas-alvo consideradas.

Tabela 13
Investimentos Alemães em Países estrangeiros
(Milhões de Marcos)

Região	1898	1904
América Latina	2370-2970	2880-3350
A. Central	1000-1250	1080-1200
Costa Oci. Amé. Do Sul	370-420	500-550
Costa Ori. Amé. Do Sul	1000-1300	1300-1600
EUA e Canadá	2025	2500-3000
África e Turquia	1370-1380	1625-1700
Ásia	660-690	725-775
Austrália e Polinéia	610-730	300-400

Fonte: The investor's monthly manual, Outubro de 1910

Quanto aos investimentos dos Estados Unidos na América Latina, entre o período de 1897-1914, observa-se que, inicialmente eram de apenas 300 milhões de dólares no primeiro desses anos. No início do século XX os investimentos dos EUA na região aumentaram mais de cinco vezes, atingindo um montante superior ao 1 bilhão e 600 milhões de dólares, dos quais mais de três quartos correspondem ao investimento direto. O investimento direto e o de investimento de carteira na América Latina, entre 1897 e 1914 foram concentrados em áreas próximas ao EUA, ou seja, no México, América Central e no Caribe. Somente em anos posteriores a 1914, quando os capitais dos Estados Unidos na América do Sul aumentaram significativamente, especialmente por meio da emissão de títulos, que houve a tendência a diversificar para outros países e, em particular, para o extremo sul da região (CEPAL, 1965).

A dívida pública externa dos países latino-americanos em 1914 elevou-se a cerca de 30% do valor correspondente ao investimento privado, e foi fortemente concentrada na Argentina e no Brasil. Dos países credores, pouco mais de dois terços da dívida latino-americana foi contratada com o Reino Unido, enquanto os EUA ficaram em terceiro lugar como credor, com apenas 4% desse total. A este respeito, vale a pena reter a diferença, existente até o início da Primeira Guerra Mundial, entre a cota de 4% dos EUA na dívida pública na região e os 21% de participação nos investimentos privados localizados na América Latina. Como veremos mais tarde, essa diferença é reproduzida em um nível mais geral, e expressou um menor nível de internacionalização de bancos norte-americanos em relação ao capital industrial do país, uma situação que se reverteu,

temporariamente, desde o fim da Primeira Guerra Mundial para a depressão os anos trinta (CEPAL, 1965).

Finalmente, concluímos esta seção recordando dois fatos:

- As tendências de fluxos de capital para a América Latina, no período 1896-1914 são alteradas significativamente desde o início da Primeira Guerra Mundial, e as posições de liderança o fornecimento dos empréstimos que os credores tinham em 1914 na região também começam a variar em favor das casas financeiras localizadas nos Estados Unidos. Após a eclosão da guerra, houve uma queda no fluxo de capitais e mercadorias entre a América Latina e o mundo, e, no caso das relações econômicas com a Europa houve uma suspensão quase total das entradas de capital, afetando fortemente o comércio transatlântico. Em relação ao comércio mundial, na América Latina, os dados disponíveis indicam que o maior impacto ocorreu em importações da região, que caiu drasticamente no início da guerra e manteve-se em baixa, enquanto as exportações se recuperaram rapidamente após uma queda inicial resultando em um aumento significativo no superávit comercial na região (FRANCO, 2011, p. 22).
- Esse elevado superávit comercial foi crucial para a América Latina não parar os pagamentos de juros sobre a sua dívida externa, especialmente se tivermos em conta que não só era uma suspensão das entradas do capital europeu. Ainda houve uma saída de capitais defendidos por investidores franceses e britânicos, a qual não chegou a ser superada pelo aumento da renda do capital americano, ou seja, a Primeira Guerra Mundial (1914) marcou a entrada de vez dos Estados Unidos no grupo das grandes potências mundiais (FRANCO, 2011, p. 18). Nestas condições, cerca de metade do excedente da balança comercial Latino-americana alcançada durante o período, ou seja, cerca de 2 bilhões de libras, foram transferidos ao exterior para pagamento da dívida externa e investimentos diretos (SILVA 2010, p. 412).

3.6.2 A dívida externa da América Latina nos anos vinte do Século XX

Nos anos vinte vieram à tona os problemas cíclicos da economia mundial, como a onda de longa duração, como a instabilidade da moeda, a deterioração do

preço dos produtos agrícolas e as tensões decorrentes de reparações e dívidas de guerra alemãs. Apesar de tantos problemas esta foi uma década qualificada como um momento auge no funcionamento da economia mundial, que também incluiu América Latina e os empréstimos para a região.

Ao longo de toda a década de vinte do século XIX foi constante o crescimento do crédito internacional, e pode-se acrescentar que esta oferta foi concentrada na economia dos EUA, de modo que, para o período de 1924-1929 este país forneceu quase o dobro de empréstimos no exterior em relação à Grã-Bretanha. O efeito desestabilizador que “em última análise” o crescimento dos empréstimos estrangeiros estadunidenses exerceu sobre a economia global, em grande parte foi devido precisamente ao fato do país ter sido a principal fonte de oferta de capitais. Por um lado, comparando o mercado de títulos London Stock Exchange com a Bolsa de Nova York, a primeira provou ser muito mais ligada ao comportamento do movimento cíclico. Por outro lado os investidores, intermediários financeiros e agências controladoras norte-americanos naquela época estavam se desenvolvendo muito mais rápido do que tinham feito o seu equivalente europeu e, sobretudo, britânico. Neste contexto, durante os anos vinte, os EUA experimentaram um crescimento explosivo nas concessões de empréstimos para os governos da América Latina, criando uma situação que tem sido corretamente descrita como "a dança dos milhões".

Continuando esta analogia, vamos ver quem foram os principais protagonistas dos empréstimos, quais as condições para a tomada do capital e quais foram as características ao longo da década. A Tabela 08 resume os empréstimos externos dos governos da América Latina entre 1921 e 1930, incluindo o número e quantidade de tais empréstimos por parte dos países, especificando o número de empréstimos, os valores aproximados e a autarquia contratante (nacional, provincial, municipal). Em relação a toda a região, a Tabela 14 mostra que durante os anos vinte, os governos receberam pouco mais de 2 bilhões de dólares por meio de um total de 137 empréstimos, dos quais 60 eram para os governos nacionais, 38 governos provinciais, administrações municipais e 29 bancos hipotecários Colômbia e Chile. Na mesma é possível avaliar o peso relativo que tinham os diferentes países da América Latina no total da dívida contraída pela região. Desse total, 30% correspondem ao Brasil, 20% na Argentina, 16% no Chile, países sul-americanos que acumularam quase três quartos da dívida regional (CARDOSO, 1984).

Além disso, de acordo com a tabela 14, 46% dos empréstimos recebidos pelos governos na região foram destinados a obras públicas, pelo menos de acordo com os objetivos enunciados na emissão dos títulos, enquanto 39% consistiam em empréstimos para refinanciamento das dívidas e os restantes 15% correspondem à categoria "outros". Nesta última categoria correspondeu, por exemplo, três empréstimos contraídos pelo Estado de São Paulo (que representam 47% da categoria "outros"), e 10 empréstimos contraídos pelo Banco Hipotecário do Chile e Colômbia (que representam 36 % da categoria) e foram utilizados para promover o desenvolvimento agrícola (FURTADO, 1978).

Tabela 14
Empréstimos externos a governos latino-americanos
1920-1930

País e/ou entidade devedora	Milhões de Dólares US$
Argentina	25
Governo Nacional	10
Gov. Provincial	8
Gov. Municipal	7
Bolívia	3
Gov. Nacional	3
Brasil	36
Governo Nacional	5
Gov. Provincial	21
Gov. Municipal	10
Chile	18
Governo Nacional	10
Gov. Municipal	3
Banco Hipotecário do Chile	5
Peru	7
Governo Nacional	5
Gov. Provincial	1
Gov. Municipal	1
Uruguai	5
Governo Nacional	3
Gov. Municipal	2

Fonte: Marichal, 1988, 287 a 292.

Além de casos de uso improdutivo ou corrupção que ocorreram em alguns dos empréstimos contraídos por governos da região, certo número de créditos recebidos pelas nações latino-americanas foi canalizado em grande parte para o desenvolvimento de meios de comunicação e, acima de tudo, para os processos de urbanização acelerada que estavam ocorrendo em vários países, todos com uma presença ativa e lucros em alta das empresas estrangeiras e especialmente os americanos.

Neste contexto, os principais devedores da região foram o Brasil e a Argentina, dois exemplos mais claros do uso de empréstimos para impulsionar programas de obras públicas (FURTADO, 1978). No Brasil, os governos municipais e provinciais tornaram-se grandes tomadores de empréstimos, com destaque para as lideranças provinciais que alcançaram níveis de dívida ainda mais elevados do que os do governo nacional. Uma das exceções mais contundentes no caso do Brasil e que merece uma menção especial foram os três empréstimos contraídos pelo Estado de São Paulo que foram utilizados pelo Instituto de café como parte de um ambicioso programa para apoiar os preços desse produto através da compra de excedentes de produção, uma forma de tentar regular o preço do mercado. (IANNI, 1973).

No marco do modelo de crescimento para o exterior, a extensão das redes de transporte em todo o território era condição *sine qua non* para o dinamismo econômico na região atingir seu pleno potencial e não se limitar às áreas costeiras. Ao se expandir para o espaço latino-americano, as novas tecnologias de transporte do século XIX permitiram colocar os recursos naturais de grande parte da região (e não só suas áreas costeiras) a disposição dos mercados internacionais. As estradas de ferro permitiram que os movimentos de massas e de integração econômica da América Latina se tornassem constantes e se revelassem como um dos principais motores do crescimento das exportações e do crescimento econômico região. A ligação entre a construção de ferrovias e expansão das exportações de recursos naturais era tão estreita que, de fato, poderiam ser considerados como os dois lados de um mesmo fenômeno. Se a estrada de ferro tornou possível o desenvolvimento das exportações, foi o capital gerado por este desenvolvimento que possibilitou remunerar o capital estrangeiro no financiamento da maioria dos edifícios ferroviária.

A necessidade de encontrar um sistema de transporte rápido, seguro e barato entre centros produtores de matérias-primas e portos de embarque, constituiu um

dos principais desafios tecnológicos, financeiros e políticos na história da América. Especialmente a partir de meados do século XIX, quando o aumento da produção e das exigências do comércio internacional transformou o transporte em uma preocupação crescente da classe dominante dos principais países da região. Desde meados do século XIX, o continente experimentou um claro padrão de ondas de expansão em correspondência às alterações que ocorriam na economia global. Neste contexto, a necessidade para o crescimento, e modelo de desenvolvimento das exportações levou a rápida concentração da produção de mineração, inserindo o capital internacional nas áreas de maior demanda de produção.

No entanto, um problema eram os desejos do partido no poder e outra completamente diferente eram políticas públicas necessárias para a construção da ferrovia. O principal obstáculo para construção de ferrovias era a falta de recursos e a superação desta barreira contou com a participação ativa do capital estrangeiro. Assim, as inversões britânicas em ferrovias têm sido frequentemente criticadas, porque a estes investimentos é creditada uma possível subordinação dos verdadeiros interesses nacionais dos países latino-americanos, em detrimento do desenvolvimento das relações de dependência que submetiam as economias como meras economias agrícolas dos países industrializados. Em defesa temos a dizer que mesmo o boom das ferrovias não surgiu dos próprios fatores de instalações econômicas e sociais, mas foi um resultado da pressão externa. Assim, entendemos que estas críticas superestimam, em nossa opinião, a influência direta estrangeira em decisões "políticas nacionais" para o projeto de desenvolvimento para fora onde o traçado da rede ferroviária foi um elemento dominante, era uma escolha histórica feita e impulsionada por classes e dirigentes urbanas em um país rural.

3.7 Guerra do Chaco (1932-1935)

A Guerra do Chaco foi o maior embate bélico ocorrido na América no século XX. Ao longo de três anos (1932 a 1935), a Bolívia e o Paraguai ficaram envolvidos em uma guerra brutal pela detenção do Chaco Boreal, um deserto inóspito, situado no coração da América do Sul, medindo cerca de 150.000 milhas quadradas e até o final dos anos trinta, tinha permanecido despovoado e inexplorado. Com relação à

sua geografia, o Chaco é duplamente limitado ao sul, pelo rio Pilcomayo e pela Argentina, a leste, pelo rio Paraguai e pela região fértil do Paraguai central. A oeste o Chaco é limitado pelas planícies andinas da Bolívia e, ao norte, por regiões florestais do Brasil e da Bolívia. Em relação à vegetação a região é coberta com mata espessa, com destaque para o quebrachos, um dos poucos recursos exploráveis na região. A maior parte do ano a temperatura é quente e o clima seco favorece abrigo uma variedade de cobras venenosas e insetos transmissores de doenças. A água potável é extremamente escassa no Chaco e os poucos mananciais e lagos da região assumiram importância estratégica para a pouca população que ali habitava, bem como nas campanhas da guerra. As primeiras ocupações com intuitos exploratórios do Chaco foram realizadas nos anos vinte pelo Paraguai, que fixou ali alguns assentamentos agrícolas, povoados por imigrantes alemães menonistas (BEJARANO, 1982, p. 12).

Esta exposição inicial das condições geoclimáticas se faz importante uma vez que esta região dotada de pouca importância comercial até as primeiras décadas do século XX, subitamente foi elevada no conceito dos governos paraguaio e boliviano. Um valor tão elevado que a posse desta área estimulou uma guerra internacional que contabilizou um enorme número de baixas (60.000 bolivianos e 30.000 paraguaios mortos). Das várias explicações que tentam justificar a ocorrência da disputa, integramos duas que mais tem apelo junto à historiografia sobre o tema. Para a maioria dos autores que versam sobre o tema, a Guerra do Chaco ocorreu pela disputa da posse da região rica em recursos minerais (petróleo, gás), assim como o acesso (no caso da Bolívia) ou o domínio (no caso do Paraguai) do rio Paraguai (BEJARANO, 1982).

Exploremos primeiro a segunda motivação, ou seja, o domínio da rota comercial rio Paraguai rumo ao oceano Atlântico. Para isso devemos rememorar que uma das piores consequências para Bolívia com perda da Guerra do Pacífico (1879-1883) foi a entrega de seu litoral e do acesso ao Oceano Pacífico em favor do Chile. Depois deste prejuízo territorial a Bolívia, que até então não explorava com veemência o acesso que tinha ao litoral, passou a buscar uma saída para o oceano. O rio Paraguai, que limita o Chaco a leste, é um rio amplo e profundo, acessível a embarcações de grande porte e dava acesso ao oceano Atlântico, perfeito para as pretensões bolivianas no início do século XX, principalmente depois desta nação ter sido transformada na maior produtora de estanho do mundo. A Bolívia desejava

instalar um porto oceânico no rio Paraguai e, para isso precisava ocupar o Chaco. A única dificuldade é que os paraguaios ocuparam a região antes. Não só chegaram, como, além disso, os paraguaios dirigiam algumas operações de corte das árvores de quebrachos, uma planta rica em tanino, material útil para a curtição de couros, e haviam até construído algumas ferrovias de bitola estreita para o interior do Chaco, a fim de transportar as toras até o rio Paraguai (BULMER-THOMAS, 1997, p. 26).

Na primeira década do século XX, a Bolívia reanimou antigas reivindicações de terra do período colonial, quando o Chaco estava sob a soberania do Vice-Reino do Peru e consequentemente foi herdado pela Bolívia após a separação. Por outro lado o Paraguai fazia reivindicações quanto à posse do Chaco com base em escrituras do século XVI, quando esta região fazia parte do Vice-Reino do Rio de la Plata. O clima de negociação se arrastou durante anos, sendo que a única tentativa real de acordo se deu quando o Paraguai ofereceu à Bolívia um porto livre no rio Paraguai, mas cedendo apenas a livre navegação pelo rio, sem que houvesse a ocupação efetiva da maior parte do Chaco. Surpreendentemente a Bolívia não aceitou o acordo antes tão desejado e desde meados de 1920, as autoridades bolivianas declararam que o único acordo possível a partir de então seria a posse da maior parte da região do Chaco. Para a Bolívia, tornou-se uma questão de honra nacional e também uma necessidade econômica apropriar-se do Chaco (BULMER-THOMAS, 1997, p. 31-32).

Para o Paraguai, a situação era análoga, pois, o Paraguai tinha perdido uma grande porção territorial na Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), além disso nesta ocasião quando enfrentara as forças aliadas do Brasil, da Argentina e do Uruguai, cerca de oitenta por cento de sua população paraguaia adulta masculina foi morta e de certa forma a nação guarani ainda se recuperava das enormes perdas que sofreu na guerra (CHIAVENATO, 1980, p. 184). Desta forma, perder outra porção significativa de seu território reduziria o Paraguai a não mais que um terço do território que lhe coubera quando se tornou independente da Espanha, em 1811. Se outra parte do território fosse usurpada, o Paraguai ficaria tão reduzido que sua soberania como nação estaria em suspeita. Assim, resistir às reivindicações bolivianas pelo Chaco significava para o Paraguai uma questão de sobrevivência nacional. Ainda mais em 1930, quando o Paraguai era uma das nações mais pobres da América contando com um milhão de habitantes enquanto a Bolívia tinha uma população de três milhões. Em relação à economia, os bolivianos mais uma vez

tinham superioridade naquele momento, pois, se apoiavam em suas ricas minas de estanho e prata, enquanto a economia do Paraguai, três vezes menor se baseava na pecuária, no óleo de palma e na plantação de algodão (CHIAVENATO, 1998, p. 185).

No entanto um novo fato se abria para literalmente inflamar a disputa pelo Chaco Boreal: aconteceu a descoberta de derivados do petróleo na região. O petróleo naquele momento já apresentava o seu enorme potencial de aplicação nos processos produtivos e ficava cada vez mais claro que a detenção de fontes desse recurso daria proeminência mundial aos detentores. Por conseguinte as especulações sobre a potencialidade da produção de petróleo no Chaco funcionou como mais um incentivo para a corrida armamentista que ocorria no Paraguai e na Bolívia (VILARINO, 2006, p. 52). Dada a importância que este bem de capital assumiu no início do século XX, dedicaremos alguns apontamentos para analisar o crescimento das empresas exploratórias de petróleo, aproveitando este mote para rememorar aspectos relevantes do processo de cartelização do mercado, utilizando este ramo comercial como modelo por ter sido considerada a atividade econômica onde as práticas monopolistas se fizeram presentes de forma mais eficaz em curto espaço de tempo (VILARINO, 2006, p. 54). Desta forma acreditamos ser conveniente apreciar o desenvolvimento deste ramo fora da América do Sul e depois passar para uma apreciação mais detida do tema na região do Chaco.

3.7.1 Os cartéis de Petróleo

Os cartéis de petróleo que se desenvolveram pelo mundo afora nas primeiras décadas do século XX apresentaram como núcleo irradiador três grupos de empresas identificados como Rockfeller, Rothschild e um consórcio anglo-holandês[83]. Para efeito de detalhamento da importância que este ramo comercial teve na história econômica mundial, examinaremos aqui a estrutura básica de um

[83] Que preferimos ocultar o nome por conta da pouca expressividade da marca, além das mutações que sofreu ao longo do século XIX, ao passo que os dois primeiros grupos se consolidaram e por isso receberam maior destaque.

cartel de petróleo problematizando a constituição das petrolíferas que disputaram as riquezas do Gran Chaco. Incialmente apontamos que os diversos acordos que as grandes corporações privadas celebraram, buscava dentre outras coisas uma adequada direção empresarial, mirando a maximização de seus ganhos. Para alcançar este objetivo, desde o fim d século XIX grandes empresas dividiram o planeta em áreas de atuação, a fim de evitar uma concorrência desgastante e até certo ponto desnecessária. Por isso, se alguém que estivesse fora deste circuito concorrencial decidisse dele fazer parte deveria iniciar, pois, alargando a sua participação de mercado, acompanhando a redução de custos com hábil política de preços e transferindo ao consumidor a economia de escala obtida. Estas medidas tiveram como resultado mais imediato o empecilho do surgimento de novos concorrentes. (VILARINO, 2006, p. 55).

Contudo, o domínio empresarial de determinado ramo produtivo deveria vir necessariamente acompanhado do acesso aos melhores meios de produção possíveis, sendo este o segredo do sucesso de várias corporações multinacionais. Esta não foi uma verdade contundente até meados de 1850, pois, até então não se desejava tanto o controle das técnicas, mas sim dos profissionais detentores do conhecimento técnico. A partir da segunda metade do século XIX ocorreu uma mudança expressiva no mundo dos negócios, pois, a partir de então não se buscava mais a exclusividade da técnica e de técnicos. A partir deste período os empresários ganharam consciência que era mais lucrativo cobrar pelo uso dos maquinários e das técnicas do que esconder as invenções. Bastava deter a primazia das invenções e a partir daí formar pools de patentes licenciando aos interessados o direito de utilizar os recursos que muitas vezes eram tão caros que blocos de empresas contratavam o sistema de licenciamentos mútuos (Cross-Licensing). O objetivo principal desta forma de compartilhamento de tecnologia era arrematar e monopolizar todas as patentes e inovações tecnológicas referentes aos processos industriais favorecendo os rateios somente entre os membros dos cartéis (MIROW, 1979, p. 76).

Não existe dúvida de que estas formas de acordos de compartilhamento de tecnologia significaram em todo o mundo uma rápida divulgação dos avanços tecnológicos, favorecendo os países industrializados, mesmo que os licenciados muitas vezes estivessem sujeitos ao cumprimento de certas obrigações contratuais como, por exemplo, a proteção de mercados em favor das empresas acordantes e a manutenção de preços mínimos garantindo uma taxa de lucros satisfatória. Além do

mais, poucos eram as empresas que tiveram acesso à tecnologia ‘de ponta’ e também aos pools de patentes, sendo que esses acordos de exclusividade invariavelmente implicaram na divisão do mercado (VILARINO, 2006, p. 82). A recomendação geral aos membros participantes dos cartéis era que resguardassem os valores dos produtos nos mercados cativos e em caso de dúvida consultasse os outros membros do monopólio antes de qualquer mudança nos preços, além d compromisso de não invadir o território comercial alheio oferecendo produtos concorrentes. Observamos esta atitude em todos os países industrializados, cujos consumidores prazerosamente pagam preços elevados em seus mercados protegidos.

Foi se baseando amplamente nestas técnicas controle de mercado que a Standard Oil e a Dutch Shell alcançaram projeção mundial. Na tentativa de localizar o ponto de inflexão deste mercado, consideraremos os apontamentos de Mirow (1979, p. 75) que oferece a década de 1890 como um marco para as mudanças neste setor. De acordo com este autor, reinava, na pérsia o xá Nasreddin, que no decorrer de sua vida pouco contato teve com estrangeiros europeus, mas ciente do tino exploratório daquele continente autorizou que os mesmos empreendessem viagens através do país, recebendo em troca altas somas em dinheiro. Entre os viajantes figuravam o engenheiro D’Arcy, sujeito que ficou rico explorando ouro no Canadá e mais tarde fundaria um império petrolífero comparável aos dividendos russos e norte-americanos.

Havia na Pérsia um clima de desconfiança e hostilidade em relação aos projetos dos buscadores de petróleo. D’Arcy sabia que a dura vida no deserto e a solidão a que estavam submetidos não era evitável, mas mesmo assim continuou a perfurar poços em busca do ouro negro. Procurou tanto que acabou por consumir consideráveis somas de capital e sentiu a necessidade de conseguir novos créditos para dar continuidade aos empreendimentos. A praça de crédito preferencial era a londrina, onde D’Arcy conseguiu convencer alguns pequenos banqueiros da lucratividade que o negócio envolvia. As garantias que o aventureiro fornecia aos detentores do capital eram tão seguras que após conseguir uma considerável soma em Londres e entregou ao xá a quantia de 200.000 francos pela concessão de exploração irrestrita das profundezas do solo pérsico pelo prazo de 66 anos (ZISCHKA, 1936).

Negócio certo, pois, após a concessão de exploração foi declarado que na região de Shustar, ao norte do Golfo Pérsico, a existência de ricos mananciais (ZISCHKA, 1936). Mas, por motivos análogos, D'Arcy não explorou as jazidas, vendendo-as posteriormente a sociedade britânica chamada Burmah Oil, além de negociar também com esta empresa o direito de exploração válida para toda Pérsia. A empresa que adquiriu os direitos de exploração estava fora do circuito dos grandes cartéis (Londres e Nova York) e a detenção dos mananciais não durou muito tempo, pois, algum tempo depois o mananciais foram cedidos à Anglo Persian Oil[84] que dispunha de dois milhões de libras esterlinas e por isso uma condição maior de prospecção (ZISCHKA, 1936). Anton Zischka (1936) afirmou que a compra das fontes de petróleo foi uma jogada preventiva, também do governo britânico que percebeu que as outras nações estavam em busca do petróleo e era importante garantir as fontes. Somente em 1914, quando a guerra mundial tornou-se o palco real de disputa é que a governo da Grã-Bretanha pode assumir a propriedade de parte do capital da Anglo Persian e sob o auxílio de Deterding e Samuel, controlava metade do petróleo do mundo. Só para se ter uma ideia da diferença que fez esta revelação, o capital da Anglo Persian subiu de 2 a 13 milhões de libras e as toneladas de petróleo partiram de 80.000 em 1913 para 6 milhões em 1930 (MIROW, 1979, p. 117).

Ao mesmo tempo em que começou a luta da Grã-Bretanha pelo petróleo, Charles Stump e William Winkfield defendiam os interesses do principal concorrente da Anglo, ou seja, a empresa estadunidense Standard Oil (MIROW, 1979) . O petróleo alimentava as caldeiras dos navios, aparecimento do automóvel encetava sua marcha pelo mundo inteiro, cada vez mais as ruas eram iluminadas por lampiões à petróleo. Neste processo o único incômodo era a pouca produção, pois, mais da metade do petróleo lavrado era convertido em benzina, um produto que tinha limitadas aplicações. Mas a primeira década do século XX era um tempo de mudanças onde os motores começavam a reinar e a benzina a virar uma dos produtos mais importantes do mundo. Afinal chegou o tempo de reconhecer o valor do petróleo. Tornou-se tão lucrativo que dez anos após a descoberta dos primeiros

[84] Em 1914, Churchill, revelou que 56% das ações da Anglo estavam nas mãos do serviço de inteligência britânico.

poços rentáveis, 200 milhões de dólares estavam investidos na região petrolífera estadunidense, onde 60.000 trabalhadores viviam do petróleo (VILARINO, 2006).

Os Rothshilds que ergueram o petróleo na Rússia ficaram muito interessados no petróleo pérsico por volta de 1910 e resolveram aliciar o xá no intuito de receber a concessão de exploração, de tal maneira que a Pérsia foi dividida em duas áreas de prospecção: o sul que ficaria com os britânicos e o norte dos russos. Contudo, ficou comprovado que as posições russas eram mais vantajosas e isto causou uma revolta nos britânicos de tal forma que o xá viu-se obrigado a reaver as terras e expulsar os russos. Um dos maiores nomes do negócio do petróleo naquele momento era Deterding que não possuía navios-tanques, todavia era detentor dos direitos dos ricos campos petrolíferos das Índias Holandesas, ao contrário do grupo Rockfeller que produzia muito em campos pequenos. Prevendo o acirramento da disputa é que os norte-americanos empreenderam na Europa e na Ásia uma guerra tarifária contra Deterding e os holandeses. Daí aconteceu o óbvio: a união defensiva de Deterding contra o grupo Rockfeller. A união preservativa resultou na fusão da Shell Transport & Tradin Co. com a Royal Dutch em 1897 dando a Deterding a proteção no Império Britânico (MIROW, 1979, p. 128).

A disputa pelo mercado internacional foi um aspecto que poucos perceberam visualizaram antes da Primeira Guerra (1914), principalmente que esta disputa não estava reclusa às empresas, mas invariavelmente se tornaria uma briga entre nações. E, sendo a Holanda uma nação fraca para defender os interesses a nível mundial é que o apoio britânico foi imprescindível para as pretensões de Deterding. Estava fundado assim o “trust” do petróleo anglo-holandês tendo como principais adversários os Rockfeller e os Rothschilds. O poderio da Standard Oil não poderia ter sido alcançado não fosse a monopolização dos meios de transporte para o petróleo próprio e estrangeiro. Por exemplo, o uso de Pipe-Lines como meio de escoar a fabricação – que anteriormente sofria com a logística – e consequentemente reduziu imensamente os preços para transportar a produção. Um conduto de um quilômetro de comprimento custava cerca de 50.000 marcos, sendo que somente na América do Norte havia cerca de 200.000 quilômetros de condutos em 1935 (ZISCHKA, 1936, p. 115).

A situação de controle do mercado virou um problema político-econômico em todo o mundo, tanto que a luta nos Estados Unidos contra o truste do petróleo,

constituído por John P. Rockefeller, em 1870, foi longa e árdua e, na verdade, embora acompanhada de lances dramáticos com a decisão de 15 de maio de 1911, que impôs a dissolução da Standard Oil of New Jersey, jamais cessou. Como se tratava de um mercado altamente especializado e capitalizado, bastavam poucas empresas para dominar todo o processo produtivo, de transporte, beneficiamento e comercialização. Prova disso foi que a Standard Oil, a The Texas Company, a Standard Oil Indiana Shell Development Comp., a Universal Oil Products Comp. M. W. Kellog Company, e a Iranian Oil Co. firmaram entre si acordos de cooperação e constituíram um pool destinado a arrematar todas as patentes, inventos, Know-how relacionados com os processos de refino de petróleo (MIROW, 1979, p. 136). Este acordo, em franca violação a todas as leis antitrustes, dividia o mundo excetuando meramente a Alemanha, território de cessão acordada a I. G. Farben. Os membros do cartel decidiram que as patentes seriam cedidas unicamente às signatárias que concordassem em vender seus produtos aos que firmaram o contrato.

Entretanto, o mais duro golpe contra a concorrência no mercado de petróleo foi dado em 1928, quando os líderes da indústria de petróleo, o grupo anglo-holandês da Royal Dutch Shell e o grupo norte americano Standard Oil, resolveram dividir entre si o mundo, encerrando uma guerra comercial sem tréguas (ZISCHKA, 1936, p. 120). Investigações revelaram as linhas mestras do cartel mundial de petróleo, que objetivava a ampliação ininterrupta e contínua dos acordos de cartel básicos, criando uma rede mundial, pela qual sete empresas controlam:

a) Todas as áreas importantes de produção de petróleo fora dos E.U.A.

b) As operações de refino no exterior.

c) Patentes, Know-how e tecnologia do processo de refino.

d) Dividem efetivamente os mercados mundiais.

e) Fixam preços não competitivos para o petróleo e seus derivados; Controlam oleodutos e a frota mundial de petroleiros.

Este acordo foi ratificado em 17 de setembro de 1928, num castelo escocês, através de um plano assinado entre a Standard, a Shell e a Anglo Persian Oil Comp., onde ambas empresas se comprometiam a não invadir o setor químico à base de carvão da a I. G. Farben e esta em contrapartida se absteria de toda a atividade no campo petrolífero. No geral este acordo estava destinado a eliminar a concorrência e dividir o mundo, evitando excesso de produção com fixação de cotas de mercado atribuídas a cada empresa (MIROW, 1979,).

Embora a descoberta de Petróleo no Chaco fosse datada do final do século XIX, a primeira das concessões só foi dada à Standard Oil em 1920 que sob a representatividade da Rhmond Levering Co. obteve cerca de 1 milhão de hectares e Spruille Braden conseguiu 2 milhões para pesquisar a viabilidade produtiva boliviana (ZISCHKA, 1936) . Os primeiros dados da produção, apontam que fora de 424 m³ em 1925, subira para 4.386 m³, em 1929, quando então os poços de Camiri e Sanandita já estavam em funcionamento. A Standard Oil, até aquela data encontrara petróleo em 9 poços dos 21 perfurados, uma média viável para os planos da gigante do petróleo e motivos suficientes para que se fizessem adaptações nas leis para possibilitar o irrestrito monopólio (SARDENBERG, 1977) . E isto se concretizou na década de 1920 quando ficou promulgado que ninguém – exceto a Standard – poderia explorar uma área maior que 100 mil hectares em território boliviano. Entretanto, havia o incômodo da dificuldade de escoar a produção e para tentar solucionar este impasse a Bolívia solicitou à Argentina autorização para construir em seu território, dois oleodutos, um dos quais desde Mirtle, à margem do Bermejo, até a estação ferroviária de Embarcación, e o outro, o principal, partindo da Yacuiba até o porto de Formosa, Santa Fé ou Campana, sobre o rio Paraná. O Presidente Hipólito Yrigoyen (1928 – 1930) não a concedeu e as tentativas de construir um oleoduto através do Paraguai batiam de frente com os interesses exploratórios da Royal Dutch que influenciava ambos os governos - paraguaio e argentino para não ceder a concessão de construção (MIROW, 1979).

Diante deste impasse para a exportação do petróleo, que não parava de ser produzido, se arrumou uma alternativa para o escoamento, que passou a ser feito desde 1925 através de um oleoduto clandestino que fluía o óleo através do rio Bermejo (CHIAVENNATO, 1980). Por esta rota a Standard Oil contrabandeou até 1935 mais de nove milhões de barris. Notável é o fato de que o oleoduto funcionou mesmo durante a guerra de 1932, onde oficialmente estavam rompidas as relações entre os Estados, mas quando na realidade o combustível produzido em território boliviano servia para alimentar o exército paraguaio.

Antes de explodir o conflito a Standard e a Royal Dutch começaram a manipular os governos boliviano e paraguaio no sentido de se armarem defensivamente para uma suposta agressão do vizinho. O motivo encontrando para encetar o combate foi a instabilidade na região do Chaco, onde não havia demarcação oficial dos limites fronteiriços entre a Bolívia e o Paraguai. Durante

muito tempo as corporações petrolíferas aliciaram as lideranças governamentais no intuito de maquiar os verdadeiros motivos para que existisse o confronto, atribuindo o embate a indubitável honra nacional que havia sido ferida. Mais, durante a guerra, agentes da Standard facilitaram um empréstimo junto à Chase Manhattan Bank que fazia parte das possessões imperialistas de Rockfeller, submetendo à Bolívia a uma dívida que estava muito além da sua capacidade de pagamento. Este absurdo foi denunciado por um senador estadunidense chamado Huey Pierce Long em maio de 1934, onde segundo suas convicções estavam claro que a Standard era responsável por vários conflitos que surgiram na América do Sul.

3.7.2 Preparando para o conflito

Nem Paraguai, nem a Bolívia eram produtoras de armamentos bélicos, por isto, essas duas pequenas nações exigiram de suas economias até o máximo, a fim de recrutarem grandes exércitos e se equiparem com as armas que puderam comprar no mercado mundial. As forças armadas de ambas as nações foram treinadas por comandantes europeus e compreenderam o papel importante que estas modernas instruções poderiam significar na organização das forças militares. Este é um dos temas mais polêmicos que evolve a Guerra do Chaco, pois, ao constatarmos a efetiva participação estrangeira no desenrolar do conflito uma suspeita fica no ar: Seria a participação estrangeira (de capital, pessoal, armamento) um sinal de submissão das nações latino-americanas em relação aos interesses externos? Provavelmente, esta é uma questão sem resposta. O que podemos fazer é apontar em que medida ocorreu esta influência e quais os impactos que esta participação causaram no embate, tentando assim passar ao largo da discussão culpados ou inocentes, vítimas ou algozes, etc. (GONZALES, 1977).

Neste caso da Guerra do Chaco, a versão mais difundida foi a de que a Standard Oil of New Jersey e a Royal Dutch Shell armaram a Bolívia e o Paraguai, para que disputassem, a posse das jazidas de petróleo existentes naquela região. Em outras palavras, nesta visão esquemática e simplista, o conflito refletiu, sobretudo, a competição entre duas potências imperialistas, os EUA e a Grã-Bretanha, representada respectivamente, pela Standard Oil e Royal Dutch Shell.

Estes argumentos se fundamentam na forte influência que os EUA exerciam no Paraguai, desde a Conferência de Não-Agressão (1931) onde as regras impostas ao Paraguai levantaram a suspeita de que estas medidas estariam favorecendo a Bolívia. Logicamente que caso a Bolívia conquistasse o Chaco e obtivesse um porto sobre o rio Paraguai, a Standard Oil e outros ramos comerciais seriam beneficiados e a negativa de acordo por parte do Paraguai era mal vista pelos EUA. Segundo o diplomata britânico Tottenham-Smith, a opinião pública no Paraguai estava geralmente convencida de que a Standard Oil exercia pressão sobre o Governo dos EUA, a fim de obter fundos, armas e toda espécie de assistência para a Bolívia.

Um grande incentivo para versão dos fatos foi o discurso do Senador norte-americano, por Louisiania, Huye Pierce Long, pronunciado em 30 de maio de 1934 e no qual acusou a Standard Oil e outros interesses a ela associados de promover a guerra e prover fundos à Bolívia, com o propósito de arrebatar o Chaco ao Paraguai. Aos que condenam esta versão da história da Guerra do Chaco se apoiaram no fato de que logo depois de iniciado o conflito, a Standard Oil começou a desmontar uma de suas refinarias, a fim de removê-la para a Argentina, quando o Governo boliviano descobriu e a forçou a repor os equipamentos e recomeçar a refinação do petróleo[85]. Dentre outros motivos que denotam certa 'imparcialidade' da Standard, quando, por exemplo, durante a guerra, ela fornecera combustível, em proporções e preços equivalentes, tanto à Bolívia quanto ao Paraguai. Além de ocultar do Governo boliviano a exploração de vários poços, com vistas à sonegação de impostos, bem como evitar o pagamento de royalties, e desde 1925 – 1926 até 1935, bombeando, através de um oleoduto clandestino, que cruzava o rio Bermejo, cerca de 9,1 milhões de barris de petróleo para a Argentina. Este comportamento tão contrário e

[85] Além do estreitamento das relações da Standard Oil junto ao governo argentino, em outro momento crítico do combate, a petroleira avisou ao governo boliviano que os poços haviam cessado a produção e que não mais teria gasolina disponível para as necessidades mínimas do estado boliviano. No entanto, tão pronto o Presidente boliviano Daniel Salamanca (1931 – 1934) ameaçou nacionalizar seus campos e refinarias, prontamente a Standard Oil voltou atrás no seu anúncio e afirmou que a produção continuaria na mesma quantidade anterior. Contudo, uma coisa era dizer que a produção continuaria, outra completamente diferente era garantir o fornecimento ao governo da Bolívia, tanto que o exército boliviano ao concentrar sua Força Aérea em Puerto Suarez para defendê-lo de um provável ataque do Paraguai, houve necessidade de combustível para abastecer as aeronaves. A Standard Oil se dispôs a fornecer o combustível mediante pagamento à vista, por um preço duas vezes mais alto e seria entregue em Corumbá, no Brasil. Foram atitudes como essa que pesaram contra a Standard e a favor dos argumentos de que a petroleira havia escolhido um estado para apoiar, assim Alfredo M. Seiferheld assinalou que "la Standard Oil no jugó límpio con Bolívia" (CHIAVENATO, 1980)

hostil aos interesses da Bolívia voltou-se fortemente contra ela e tornou inevitável e irreversível o confisco de suas propriedades, como fez o Coronel David Toro, após derrubar o Presidente José Luis Tejada Sorzano (1935-1936) (CHIAVENATO, 1980, p. 180).

Quanto à Royal Deutch Shell, nada se soube que comprovasse qualquer influência sobre a eclosão do conflito no Chaco. A acusação, amplamente difundida de que a disputa entre a Royal Dutch com a Standard Oil pelas jazidas de petróleo existentes no Chaco Boreal, devem-se, sobretudo, à posição assumida pela Argentina, onde os interesses da Grã-Bretanha predominavam. Entretanto, interesses da Grã-Bretanha também havia na Bolívia, à qual a companhia Vicker Armstrong vendera armamentos e, em 1933, solicitou a interferência do Foreign Office junto ao Governo do Chile, no sentido de que permitisse a passagem de um carregamento, no valor de £ 300.000, pelo porto de Arica. A Grã-Bretanha, na verdade, exportara grandes quantidades de armas, munições e outros petrechos de guerra, inclusive aviões, tanto para a Bolívia quanto para o Paraguai, entre 1932 e 1935. De modo geral, as indústrias de material bélico não só da Grã-Bretanha e dos EUA como também da Alemanha, França, Bélgica, Tchecoslovaquia, Espanha e Suíça realizaram com aqueles dois países beligerantes vultosos negócios, financiados por grandes bancos europeus e norte-americanos, entre os quais o Midland Bank, o Banque de Paris et Pays-Bas e o Chemical Bank and Trust Co (CHIAVENATO, 1980, p. 76).

Outra explicação plausível para teoria da influência estrangeira na Guerra do Chaco repousa no fato de o Paraguai ter enviado um destacamento do seu exército em duas missões especiais para o Chile e para a Argentina no intuito de receberem instrução militar. Além disso, ambos os países (Bolívia e Paraguai) receberam uma missão militar alemã que também se ocupou de instruir o exército paraguaio. Entretanto, para o exército paraguaio as instruções alemãs duraram pouco e foram prontamente substituídas pela influência francesa depois da Primeira Guerra Mundial, de forma que a mudança mais significativa foi a estruturação do exército paraguaio. Enquanto na Bolívia o destaque especial se deu na figura do oficial alemão, Hans Kundt que ao assumir o comando do exército boliviano, programou o rearmamento intentado a ocupação do Chaco Boreal (BETHEL, 2002).

A Guerra do Chaco (1932-1935) foi travada, principalmente, em oito batalhas, foram elas, Boquerón, Campo Via, Alihuatã, Cañada Strngest, Yrendagué,

Carandaití, Roboré e Charaguá. O maior destaque bélico deste conflito se deu pelo uso de aeronaves aplicadas militarmente. As forças aéreas paraguaia e boliviana, que não dispunham de mais de 15 aviões de combate, desempenharam papéis importantes em todas as fases do conflito, a exemplo do apoio aeromédico que conseguiu poupar muitas vidas de soldados que muitas vezes pela complexidade dos ferimentos teriam morrido nos hospitais de campanha. Além disso, muitas vezes quando um dos exércitos se encontrava em desvantagem na batalha e planejava bater em retirada, os aviões serviam para retardar a perseguição que o exército vencedor empunhava (VIZCARRA, 1976).

Durante a guerra, a Bolívia consagrou-se por ser o primeiro país do mundo a nacionalizar o petróleo. Esta medida desesperada já não surtiria tantos efeitos, uma vez que a os bolivianos estavam entregues à própria sorte. A medida que os bolivianos recuavam em direção aos Andes, os paraguaios queriam cada vez mais conquistar territórios. Os últimos episódios da guerra acontecem no sopé dos Andes em maio de 1935, quando diante do exaurimento dos recursos e da negativa de empréstimo ao Paraguai, não restava outra opção a não ser encerrar a guerra, que ocorreu em 12 de junho de 1935. O evento que marcou o fim do combate foi a Conferência de Buenos Aires , onde a coagida Bolívia viu-se obrigada a reconhecer o Chaco como propriedade Paraguai, além de ter que devolver todos os bens confiscados, incluindo a nacionalização do petróleo e também pagar os soldos da guerra que alcançavam a cifra de 250 milhões de dólares (SILVA, 2010, p. 560).

Após a Guerra do Chaco, em 1935, e por causa da importância que o petróleo adquiriu no cenário internacional, na Bolívia nasceu uma ideia de formar uma empresa estatal de petróleo. Incialmente a empresa estatal se dedicaria à produção e exploração hidrocarbonetos, com a finalidade de fornecer energia combustíveis no mercado interno. Deste modo em 21 de dezembro de 1936, durante a presidência do General David Toro, foi estabelecida a YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos), a primeira empresa pública de exploração de petróleo no mundo (VILARINO, 2006, p. 69)

3.7.3 Os Empréstimos Na Guerra do Chaco

A guerra do Chaco ocorreu em um momento muito peculiar da economia mundial, pois, desde o final da década de 1920 que o capitalismo nos países centrais vinha sofrendo vertiginosa queda na taxa de lucro. Portanto, não é de espantar que durante a Guerra do Chaco (1932-1935) não tenha ocorrido concessão de empréstimos durante o conflito. Mas, o mesmo não pode ser dito das duas décadas que antecederam a Guerra do Chaco, quando um intenso fluxo de capitais foi destinado ao cone sul da América. A novidade mais destacável desta onda de transferência de capital ocorrida no início do século XX foi a concorrência dos capitais estadunidenses em relação aos britânicos, visto que diferente do que havia ocorrido no âmbito da Guerra do Pacífico quando os britânicos enfrentaram a concorrência do capital nos negócios do guano, desta vez a concorrência era mais restrita ao mercado de capitais.

Vejamos como tudo se processou. Entre 1908 e 1920 foram contratados cinco empréstimos pela Bolívia (MARICHAL, 2014):

a) O primeiro deste período foi contratado junto ao banco Morgan em Nova York, no valor de 500.000 libras, a juros de 6%. A justificativa para a adoção deste empréstimo era para o financiamento da entrada da Bolívia no regime do padrão-ouro.

b) O segundo, deste grupo de empréstimos foi tomado junto à Crédit Mobilier, no valor de 1.500.000 libras, com juros de 5%, para financiar a instalação do Banco de la Nacion Boliviana (BNB).

c) Um terceiro empréstimo foi também acertado na casa de crédito Crédit Mobilier, no valor de 1.000.000 libras, com taxa de juros em 5%, desta feita se justificou a contratação como sendo essencial para a construção da estrada de ferro de Atocha-La Quiaca.

d) O quarto empréstimo do período foi concedido pela casa Chandler Bank, no valor em dólares de US$ 2.400.000, sobre uma taxa de juros de 6%, para a construção da estrada de ferro La Paz- Yungas.

e) Por último, mas não menos importante foi o empréstimo tomado junto ao Ullen Co., numa cifra de US$ 2,253,000 dólares, com juros de 6%, destinados para a melhoria do saneamento de Cochabamba e La Paz.

Apesar de toda soma de capital que adentrou a Bolívia entre 1908 e 1920, este país ainda continuava em sérios riscos fiscais e para melhorar a situação o então presidente Bautista Saavedra (1921 – 1925), resolve solicitar mais uma vez ao mercado de capitais estadunidense a emissão de mais empréstimos para melhoria estrutural e da economia boliviana. Entravam em cena então os dois mais onerosos empréstimos que a Bolívia fez ao longo da sua remota história enquanto nação independente.

O primeiro destes novos empréstimos foi batizado de empréstimo Stifel Nicolaus e foi autorizado no ano de 1922, no valor total de US$ 33.000.000 de dólares, do tipo 85, com juros de 8%. Foi contratado junto às casas Equitable Confiance Company e Spencer Trask, e destinado prioritariamente para a construção da Estrada de Ferro Potosi-Sucre, além ao resgate da dívida interna. Podemos verificar problemas desde o início, pois, uma nação com sérias dificuldades ficais e com uma dívida interna crescente, dificilmente seria um país confiável para se emprestar dinheiro. No entanto, os investidores não eram ingênuos, pois, para fornecer este volume de capital fizeram duras exigências como o direito a mais de cem mil ações do Banco de la Nacion Boliviana (BNB) , além de uma porcentagem nos impostos sobre as principais atividades comerciais da Bolívia (SILVA, 2010, p. 578).

Ainda se recuperando do baque fiscal proporcionado pelo empréstimo Nicolaus, a Bolívia foi sacudida mais uma vez por outra tomada de empréstimo externo. Desta vez se tratava do empréstimo Dillon Read & Cº. de 1927, que foi colocado no valor de US$. 14.000.000 de dólares, sendo do tipo 90, com juros de 7%. Este empréstimo tinha objetivo de financiar a construção da estrada de ferro Cochabamba-Santa Cruz, Potosi-Sucre e Atocha Villazón. Apesar de ser um valor quase metade do que emprestado no anterior e os juros e o tipo não serem tão desvantajosos, o mesmo não podemos dizer das exigências que foram feitas para a concessão do empréstimo. Dentre as garantias, destacam-se a participação nos impostos sobre patentes de petróleo, além da participação nos lucros da empresa estatal de exploração (MARICHAL, 2014).

Para o Paraguai a questão dos empréstimos no âmbito da Guerra do Chaco funcionou diferente em relação à Bolívia, pois, o Bank Of London fundou em 1919 uma subsidiária em Assunção e marcou a partir de então o destino econômico da nação Guarani. Esta instituição bancária sediada em Londres foi o primeiro banco

estrangeiro da Grã-Bretanha a ser estabelecido em Buenos Aires e desde então a economia argentina trabalhou em regime de cooperação com os desígnios do banco. Tanto que depois da declaração de falência Banco Mercantil o Bank of London assumiu as propriedades, bem como as dívidas do Banco Mercantil. No entanto, assumiu também a participação na propriedade dos equipamentos industriais da Paraguaya S.A (MARICHAL, 2014, p. 174)

Este grupo fez vultosos empréstimos ao Estado paraguaio durante a Guerra do Chaco. Tudo começou com uma lei publicada em 31 de dezembro de 1928, onde o governo paraguaio autorizou a emissão de um empréstimo até ao montante de 100 milhões de pesos para a defesa nacional. Para isso teve de haver uma expressa contribuição do Poder Executivo ao converter a dívida interna em externa e assim abrir espaço para a contratação de empréstimos pelos governos locais, numa operação que ficou conhecida como "Bônus da defesa nacional". Esta dívida só seria consolidada após a Guerra do Chaco, através da emissão da Lei nº 1.530 de 22 de novembro de 1935, em que consolidava a dívida pública paraguaia no valor final de US$ 124 milhões de dólares (MARICHAL, 2014, p. 189).

Mas, de onde vieram os recursos que financiaram o Paraguai na Guerra do Chaco? Esta ainda é uma questão carente de pesquisa na história econômica deste país. Entretanto, várias pistas foram deixadas com relação à influência da Argentina na economia de guerra paraguaia. Por exemplo, Vicente Rivarola (Ministro paraguaio na Argentina), nas Memórias Diplomáticas afirma que em várias ocasiões, a Argentina prestou assistência ao Paraguai através de empréstimos concedidos pelo governo argentino em um valor que girava em torno de US$8.000.000 de dólares, bem como empresas argentinas como Casado, Sastre e empresas Mihanovich também forneceram grandes somas de capital (STOCCO, 2012).

Contudo não dispomos de fontes históricas suficientes para avaliar este e outros empréstimos, uma vez que boa parte dos dados referentes à contratação se perdeu com o tempo. Muitas das informações disponíveis são oriundas de fontes as mais diversas possíveis e por conta disso apresentam uma enorme discrepância de valores, dentre outras falhas. Neste sentido, buscaremos no capítulo seguinte uma forma mais segura de analisar os movimentos do capital estrangeiro nas economias latino-americanas e a forma que encontramos para abordar este tema da forma mais segura possível foi buscando fontes lançadas pelos países credores, pois, mesmo

que ali havia também discrepância de valores a tendência geral é que houvesse uma preocupação maior entre os dados fornecidos e os dados ‘reais’.

4 QUARTO CAPÍTULO

4.1 Apresentação

Este último capítulo da dissertação pretende realizar o estudo comparado da negociação dos títulos da dívida pública latino-americana na Bolsa de Valores de Londres entre os anos de 1865 a 1929. Este capítulo será desenvolvido a partir de relatórios destinados aos investidores da bolsa londrina, onde compararemos a condução das negociações dos títulos relativos aos empréstimos fornecidos aos governos da América Latina. Nossa intenção é verificar, até onde for possível, como se deu o pagamento das dívidas públicas Latino-americanas.

A nossa principal fonte para este capítulo será o jornal mensal lançado pela Bolsa de Valores de Londres intitulado O Manual Mensal do Investidor (The Investor's Monthly Manual). Vários são os motivos que nos levam atribuir a este capítulo um valor especial para o fechamento do nosso trabalho, dentre os motivos destacamos a importância mundial que a Bolsa de Valores de Londres alcançou no mundo das finanças desde a primeira metade do século XIX, bem como a regularidade das fontes, uma vez que dispomos dos relatórios mensais entre janeiro de 1865 até dezembro de 1929 e finalmente pelo grau de confiança que a fonte inspira, já que foi uma das formas principais de comunicação e publicação que a bolsa dispunha de contato com os investidores do mundo financeiro[86].

Em acepção genérica, uma bolsa de valores é um mercado onde são executadas transações de compra e venda de produtos, matérias primas ou valores mobiliários. Estes bens comercializáveis remontavam de longa data com certa dificuldade de comunicação entre os comerciantes e o mercado de valores foi responsável por concentrar os comerciantes e dados sobre os negócios. Em relação aos recursos mobiliários, uma revolução estava em curso, pois, estes eram representados por títulos de empresas privadas e de instituições governamentais e

[86] Acrescentamos aos motivos o fato de que toda esta documentação desde o ano de 2010 ter sido doada para a Biblioteca Nacional Britânica (British Library) para fins de digitalização, publicação e autorização para fins de pesquisa.

até aquele momento nunca houve a negociação de títulos nacionais abertamente oferecidos a quem interessar pudesse. A princípio existem dois tipos distintos de bolsas: a de mercadorias/comércio e a de valores/financeiras. A bolsa de valores, que é o objeto deste trabalho, caracteriza-se pela negociação de valores mobiliários, em mercado livre e aberto, organizado pelos corretores e fiscalizado pelas autoridades competentes. Para a negociação dos valores mobiliários, as bolsas contam com local próprio, onde se concentram compradores e vendedores, que são os operadores credenciados para divulgar as ofertas.

A Bolsa de Valores de Londres (London Stock Exchange) situada na capital da Grã-Bretanha é uma das mais antigas bolsas de valores do mundo, tendo sido fundada por volta de 1801. Desde a sua criação até 1914, a bolsa londrina ocupou o posto de maior mercado financeiro de títulos do mundo, a partir da primeira Grande Guerra Mundial, esta posição passou a ser ameaçada por outros mercados financeiros como EUA e Alemanha. Porém, antes de entrar em cena o período concorrencial à titularidade no mercado de capitais mundial era da Grã-Bretanha que se destacou nesta modalidade de negociação com os chamados ‘mercados futuros’. Contudo, antes do domínio britânico no mercado financeiro, de acordo com Filho (1986, p. 93), a origem das ‘Bolsas de comércio’ vem de épocas muito distantes da inauguração da Bolsa de Londres, pois, segundo o autor, este tipo de atividade remontaria das relações comerciais desenvolvidas por gregos e romanos. Longe de fazer um trabalho teleológico, Filho (1986, p. 94) chama a atenção para o fato da natureza das relações comerciais greco-romanas serem em princípio diferentes dos moldes capitalistas, para esta forma nova de se negociar os títulos. A origem mais provável da bolsa de valores seria nas ‘lonjas’ espanholas durante o medievo que dada a escassa comunicação, serviam como um local divulgador de preços e produções.

Discussões sobre a origem das bolsas a parte, o correto é que as bolsas nasceram de uma necessidade dos comerciantes de concentrar a oferta e a procura de mercadorias e os preços comerciais. A evolução dos negócios resultou em uma classe diferenciada de mercado, segundo Filho (1986, p. 95) negócio este caraterizado pela ‘tipicidade dos mercados ‘ e a formação impessoal (objetiva) dos

preços[87]. Se pensarmos na estima que a Bolsa de Valores de Londres alcançou na segunda metade do século XIX, ocasião em que o poder nela agregado tinha a capacidade de influenciar o crédito público, bem como as atividades comerciais ao redor do mundo, dimensionaremos a importância desta agência concentradora de negócios. A bolsa londrina se apoiava numa política econômica de caráter liberal, onde o governo tinha pouca influência regulatória, principalmente por conta do ordenamento jurídico que regia esta instituição marcada por sociedades civis ou comerciais amparadas no direito privado (FILHO, 1986, p. 97). Portanto, em resumo, a London Stock Exchange ou Bolsa de Valores de Londres, no século XIX, foi uma organização privada, de natureza de sociedade anônima, submetida a uma rigorosa regulamentação interna que apoiada no desenvolvimento do imperialismo britânico se tornou o principal mercado de títulos do mundo.

Para que os valores que corriam na Bolsa de Londres fossem negociados, eram necessários os serviços de informação e liquidação que as bolsas prestavam aos seus investidores e é neste sentido que uma grande importância é conferida às publicações mensais que a bolsa fazia através do Manual Mensal do Investidor (IMM). Não dispomos do corpo documental completo dos relatórios desde o início dos trabalhos da bolsa, apenas os jornais datados a partir de janeiro de 1865, sendo que sobre negociações anteriores dispomos apenas de dados representativos e apontamentos gerais que acabam por escapar ao rigor documental que objetivamos neste capítulo. O jornal normalmente era publicado nos primeiros dias de cada mês e trazia dados e prospectos relativos aos negócios que envolviam o capital britânico e alguns dados sobre os capitais concorrenciais da Alemanha e da França. No entanto, o destaque maior ficava por conta das relações existentes entre o capital britânico, empresas nacionais e estrangeiras que exploravam principalmente ramos das ferrovias, sociedades financeiras, empresas com desconto, seguradoras, empresas de mineração, gás, água, canais e telégrafos. Resumindo, trata-se de um documento valioso por conta das informações que estes documentos revelam,

[87] Para Filho (1986) este é um caráter positivo desenvolve nas bolsas, pois, assim as relações comerciais estariam caminhando rumo a excelência financeira através da objetivação das transações. Em nossa opinião esta ‘objetivação’ não seria assim como descreveu Filho um avanço, pois, se pensarmos no campo social isto significa um retrocesso, pois, os investidores e tornariam cada vez mais distantes das relações de produção que os envolveria e ao se concentrar apenas em valores como lucro, prazo e amortização tenderiam a se esquecer que por detrás de tantos números existiam pessoas que seriam beneficiadas ou não das decisões tomadas visando o lucro.

mesmo que o nosso interesse principal seja em relação aos títulos públicos latino-americanos lançados na forma de empréstimo.

A nossa estratégia metodológica será a análise dos prospectos ano a ano, comparando, fazendo inferência e interferências e na medida do possível relacionando os dados com bibliografia pertinente onde a documentação não foi satisfatória. Quando for possível escolheremos no mínimo dois empréstimos por nação, pois, assim poderemos ver como os investidores se relacionavam com os títulos a depender da finalidade da adoção dos empréstimos. Assim dentre o número grande de informações que contém em cada relatório mensal, destacaremos alguns dados que serviram como informações gerais fornecidas aos investidores. Dentre o grupo de informações, destacaremos: a) Stock (Estoque) - refere-se às mercadorias, produtos ou outros elementos na posse de um agente econômico, no nosso caso os títulos da dívida pública das nações latino-americanas; b) Issue Price (Preço de emissão) - representa o preço que os interessados pela compra do título teriam que pagar para adquirirem um lote de títulos; c) Amount Subscribed or outstanding (Montante subscrito ou pendente) - representa a quantidade de dinheiro que o país necessitava naquele momento para fins de financiamento; d) Prices of the Month (Preços do mês) - apresenta dados sobre a cotação dos títulos que estavam sendo ofertados, muito útil para compararmos o valor das ações ao longo do tempo; e) Last and Next paid (Último e Próximo pagamento) - Informações sobre as continuidades dos pagamentos da dívida pelos países, importante para acompanharmos o ritmo dos pagamentos e os possíveis atrasos; f) Where and how paid or payable (Onde e como pago ou a pagar) - Revela quem são as empresas financeiras detentoras dos bônus que estão sendo ofertados na bolsa[88].

[88] Estes são os elementos que serão levantados e analisados. Ressaltamos que na medida do possível escaparemos ao rigor metodológico de comparação dos valores pelo bem da boa retórica. Entendemos que este sacrifício deve ser feito na medida da especificidade do nosso objeto de pesquisa.

4.2 Empréstimos belicosos – Bacia do Prata

A nossa primeira fonte disponível data de 30 de janeiro de 1869 e já na capa desta edição chama a nossa atenção o reconhecimento da falha na coleta dos dados, ressaltando que muitas vezes seriam recuperados os pagamentos dos quatro últimos dividendos como forma de suprir as lacunas informacionais. Os três empréstimos estrangeiros tomados pelos que fazem parte da Bacia do Prata[89] durante a Guerra do Paraguai, estavam sendo negociados na bolsa londrina. O primeiro se refere a empréstimo tomado pela Argentina em 1868, junto à Baring Brothers no valor de £ 2.500.000 libras, do tipo 75 e com pagamentos previstos para janeiro e julho. O outro empréstimo foi tomado pelo Brasil junto a Rothschild, nos ano de 1865 no valor de £ 6.612.300 libras, sendo do tipo 74 e com pagamentos previstos para setembro e março dos anos seguintes. Finalmente o terceiro empréstimo lançado na bolsa de Londres neste período havia sido contraído por Montevidéu junto à financeira do Barão Mauá em acordo com a Macgregor and Co., no ano de 1864 no valor de £1.000.000 libras, sendo do tipo 60, com vencimentos dos pagamentos em janeiro e julho. Os títulos do Brasil e da Argentina neste momento inspiravam certa confiança nos investidores que mantiveram uma média de cotação acima de 85/100£ durante todo o ano de 1869, mesmo que os pagamentos tenham sido bem abaixo da expectativa das financeiras que ansiavam 5% no caso do empréstimo brasileiro e 6% no caso do empréstimo argentino e uruguaio, mas que na realidade os detentores dos títulos receberam pouco mais 1% de pagamento sobre o montante total. Já no caso do Uruguai, a falta de estabilidade política às vésperas da Guerra do Paraguai dava a esta nação um status de país duvidoso para se investir, assim os títulos da dívida uruguaia eram negociados por uma média de 62-73/100£, visivelmente abaixo dos valores cotados para os títulos brasileiro e argentino, mesmo que sob um montante mais fácil de ser arcado.

Deste modo o não pagamento das obrigações creditícias era um problema para os investidores. Por isso, que diante do atraso dos pagamentos combinados, a bolsa de valores para não perder a confiança dos investidores e detentores dos títulos em atraso, cuidava de tranquilizar a situação, a exemplo do relatório expedido

[89] Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai.

no fim do ano de 1869, onde o IMM recomendava paciência, pois, “a guerra com o Paraguai elevou as despesas acima deste valor” [90], mas elevava a esperança nos títulos ao antecipar que “Acredita-se agora que esta guerra está no fim.” [91] (IMM, 12/1869, p. 355). Para o caso do Brasil o relatório foi incisivo, inclusive ressaltando que “Em consequência da guerra do Paraguai, a despesa tem durante os últimos 5 anos em média 12.000.000 £"[92], incrementando um montante total de 30.000.000 £ de déficit, mas como a finalidade era animar os investidores o IMM finaliza a apreciação tranquilizando que “A guerra está se encaminhando para um fim, e a maior parte da dívida é interna”[93] (IMM, 12/1869, p. 357). No entanto, esta tática de acalmar os ânimos dos investidores não era um modelo de conduta, pois, em relação ao Uruguai o relatório trouxe apenas o valor de £ 4.000.000 de libras, referente à dívida uruguaia e nenhuma perspectiva de melhora para a economia.

4.2.1 - Empréstimos pós-guerra do Paraguai

O ano de 1870 foi marcado pelo fim da Guerra do Paraguai. As nações beligerantes podiam a partir de então contar as baixas humanas, bélicas e financeiras, bem como os lucros consequentes da guerra. As três nações vencedoras – Brasil, Argentina e Uruguai, estavam em sérios riscos fiscais. Não por acaso as ações da dívida uruguaia continuavam sendo cotadas por uma média de 73/100£, um valor que representava uma zona de risco para os negociantes. As maiores surpresas destes dados, em nossa opinião, se dão por conta do fato de mesmo que os pagamentos feitos pelo Brasil e pela Argentina estarem abaixo dos valores acordados, as ações tenderam a subir de cotação alcançando uma média de 94/100£, no caso da Argentina, e 92/100£, no caso do Brasil. Uma possível explicação para este sucesso, apesar da falta de pagamentos, pode ser o fato da Guerra do Paraguai ter sido finalizada com a total submissão dos paraguaios frente

[90] “the war with Paraguay has raised the expenditure above this sum” (IMM, 1869, p. 355)
[91]“It is now believed that this war is at an end.”
[92] “In consequence of the Paraguayan war, the expenditure has during the last 5 years averaged 12.000.000 £” (IMM, 12/1869, p. 352)
[93] “The war is believed to be at an end, and the greater part of the debt is internal”

à Tríplice Aliança e dos possíveis espólios que seriam repartidos entre as nações vencedoras.

Uma das maiores provas da confiança que os investidores dedicavam aos países beligerantes da Guerra do Paraguai no período imediatamente posterior ao conflito foi a 'onda' de empréstimos que foram destinados. Quando nos referimos ao termo 'onda' o fazemos por conta das concessões ocorridas entre os anos de 1870 e 1872, que totalizaram 8 empréstimos no período e que serão analisados a seguir.

O primeiro empréstimo do período foi concedido em favor de Buenos Aires, no valor de £1.034.700 pela Murrieta & Co., sendo do tipo 88, com vencimentos em abril e outubro. Desse empréstimo podemos inferir que apesar da unificação política Argentina ter sido declarada durante a Guerra do Paraguai, a unificação ainda não era uma verdade para o mundo das finanças e a prova foi esse vultoso repasse para Buenos Aires. Entretanto, apesar da confiança depositada no potencial econômico das nações vencedoras da Guerra do Paraguai, o pagamento das dívidas ainda continuava sendo um problema fiscal para os latino-americanos, pois, os repasses de dinheiro, apesar de dentro do prazo acordado, se mantinham praticamente no nível de manutenção da dívida, raramente percebemos um abatimento significativo nas dívidas. Por exemplo, do empréstimo contraído por Buenos Aires em 1870, no fim do ano de 1871, ou seja, mais de um ano após a contratação, só havia sido pago £10.000 libras do montante total.

Diante da instável economia Argentina, o IMM em dezembro de 1871 previa a melhoria dos negócios, principalmente porque "ferrovias e outras melhorias estão sendo introduzidas"[94](IMM, 12/1871, p. 397). Provavelmente apoiados neste prospecto otimista em relação à Confederação Argentina, mais dois empréstimos são concedidos nos primeiros anos da década de 1870 pela financeira Murrieta & Co, marcando assim na Argentina o fim da hegemonia da Casa Baring no que concernia à concessão dos empréstimos. Dos montantes repassados, o primeiro realizado em 1871, no valor de £6.122.400, era do tipo 88, com vencimentos em março e setembro; já a segunda concessão realizada no ano de 1872 foi no valor de £1.225.000 de libras, do tipo 76, com vencimentos em janeiro, abril, julho e outubro.

Para o Brasil as notícias não eram tão animadoras, a dívida pela Guerra do Paraguai, havia alcançado as cifras de £30.000.000 de libras, acrescentando-se a

[94] "railways and other improvements are being introduced"

isso uma dívida per capita crescente, o que tendia a depreciar os termos de troca do Brasil. Por isso, um novo empréstimo no ano de 1871 foi concedido ao Império do Brasil, que contratou no valor de £3.375.000 libras mais uma vez junto a casa Rothschild, sendo do tipo 89, com vencimentos em fevereiro e agosto. Apesar das dívidas amontoadas pelo Brasil e pela Argentina com os constantes adiamentos dos pagamentos de dívidas anteriores, ambas as nações gozavam de prestígio na praça financeira de Londres e puderam ver os títulos lançados em 1871 serem cotados com a excelente média acima de 90/100£.

O caso do Uruguai era um pouco mais complicado, pois, após a Guerra do Paraguai, esta nação ficou refém das decisões das duas maiores potências envolvidas no combate (Argentina e Brasil) e não estava nos planos dos vencedores auxiliarem na pacificação do Uruguai. Por isso, o ano de 1871, significou para o Uruguai um ano de suspensão dos pagamentos do empréstimo de 1864, além da conversão em um novo empréstimo. Para este novo contrato feito junto a Thomson, Bonar, no valor de £3.500.000 libras, sendo do tipo 72, com vencimentos em fevereiro e agosto. Sobre este empréstimo do Uruguai em 1871 o relatório anual do IMM informava que “Um empréstimo de 3.000.000 para retirada no ano passado, devido a uma insurreição na República, o que tem causado muito sofrimento, mas isso foi recentemente colocado”[95] (IMM, 12/1871, p. 401).

Entretanto, sem dúvida a maior novidade deste período foi o primeiro empréstimo contraído pelo Paraguai junto a agentes financeiros londrinos. Este empréstimo foi contraído no ano de 1871 no valor de £1.000.000 de libras emitido pela casa Robinson, Fleming & Co., sendo do tipo 80, com vencimentos em março e setembro, com cotação média de 83/100£. Contudo, uma suspeita era inescapável aos pensamentos dos investidores e ao nosso, pois, como faria uma nação recém-destruída em uma guerra de seis anos para arcar com uma dívida de um milhão de libras? Aos investidores, o IMM avisava que “Este é o único empréstimo do Paraguai, e é levantado para completar ferroviária e outras obras" e como garantia de Pagamento, o Estado lançava mão das "as terras do estado, edifícios e

[95] A loan for 3.000.000 was last year withdrawn, owing to an insurrection in the Republic, which has caused much distress, but this has recently been placed

ferrovias“[96] (IMM, 12/1871, p. 401), ou seja, o estado havia hipotecado todos os bens de valor que sobraram após a guerra.

Esse primeiro empréstimo contraído pelo Paraguai não supriu todas as necessidades que o estado enfrentava no processo de reconstrução. Aparentemente esta renda ficou muito aquém dos anseios das elites locais, pois, em junho de 1872, o IMM estampa na capa o negócio mais importante que a bolsa londrina lançava em títulos naquele mês e se tratava exatamente do empréstimo contraído pelo Paraguai, novamente junto à casa Robinson, Fleming and Co., desta vez no valor de £2.000.000 de libras, sendo do tipo 85, com vencimentos em janeiro e julho. A princípio o que nos chama a atenção é o valor da cotação destes títulos que a partir da tomada do empréstimo, ao fim do ano de 1872, não ultrapassou 20/100£. Mais uma vez o relatório ressalta que estes eram os únicos empréstimos contraídos pelo Paraguai e tinham o objetivo de melhorar os meios de produção do país[97] (IMM, 12/1872, p. 413). Talvez, por conta desta extrema desconfiança dos investidores é que a primeira página do IMM no mês de junho de 1872 foi dedicada ao Paraguai[98]. Nenhuma outra nação beligerante recebeu tamanho destaque no IMM, o que nos conduz a concluir que o pós-guerra no Paraguai foi uma excelente oportunidade de investimento.

No intuito de organizar nossa linha de raciocínio resumiremos na tabela 15 os empréstimos tratados até o momento e que acompanharemos enquanto objeto de estudo deste subcapítulo.

---

[96] “This is only loan of Paraguay, and is raised to complete railway and other works” e como garantia de pagamento se lançou mão das “Hypothecations - State lands, buildings, and railway”

[97] “These are the only loans of Paraguay raised to complete railway and roads, and to establish a bank commercial routes, and immigration. Hypothecations - state lands, buildings, railway”

[98] As informações contidas são todas de interesse dos investidores. A primeira diz respeito ao modo como será o procedimento para a retirada dos lucros, as porcentagens a serem pagas e em que casa financeira deverão ser reclamadas. A segunda ‘reportagem’ sobre o Paraguai dizia respeito à convocatória feita pelo governo paraguaio para os imigrantes se mudarem para a nação Guarani (IMM, 06/1872, p. 181). O informe ainda ressaltava que as condições oferecidas pelo governo eram as mais liberais, incluindo o adiantamento de dinheiro da passagem, manutenção e despesas de localização, como um lote de 5 acres de terra e outras vantagens, a serem reembolsados em prestações ao longo de cinco anos (06/1872, p. 181).

Tabela 15
Empréstimos das nações beligerantes da Guerra do Paraguai
Lançados na Bolsa de Valores de Londres
Dezembro de 1872

Nação	Ano	Valor £	Montante não pago	Fornecedor
Confederação Argentina	1866/68	2.500.000	2.257.900	Baring Brothers
	1871	6.122.400	5.885.900	Idem
	1872	1.225.000	1.225.000	Idem
Buenos Aires	1870	1.034.700	1.013.400	C. de Murrieta & Co.
Império do Brasil	1865	6.756.756	6.291.000	Rothschilds
	1871	3.375.000	3.375.000	
Paraguai	1871	1.000.000	990.000	Robinson, Fleming and Co.
	1872	2.000.000	2.000.000	
Uruguai	1864	1.000.000	Permutável	Mauá, Maegreger and Co.
	1871	3.500.000	3.500.000	Thomson, Bonar

Fonte: IMM, Dezembro de 1872.

A contratação dos empréstimos sempre foi cercada de mistérios e cláusulas secretas acordadas entre os agentes financeiros, os detentores dos títulos e as casas de financiamento. Por isso, diante da tarefa difícil que seria analisar comparativamente o âmbito da contratação dos empréstimos, optamos por investigar como se deu o pagamento das dívidas. De acordo com o IMM (12/1972) a dívida pública da Argentina era de £16.500.00 libras, a do Brasil era de £60.000.000 de libras, a do Uruguai era de £6.000.000 de libras e finalmente a dívida do Paraguai girava em torno de £4.000.000 de libras.

O pagamento destas dívidas nunca foi uma tarefa fácil para os governantes que se alternaram na liderança política nacional latino-americana, pois, como as garantias de pagamento na grande maioria dos casos era baseada nas rendas estatais, as economias se encontravam diante de um impasse. Como fariam para incrementar as receitas através de investimentos significativos se as principais fontes de renda estavam todas empenhadas em favor dos empréstimos, ou seja, como fazer para pagar os empréstimos, se os próprios juros consumiam as poucas fontes de crédito.

4.2.2 Confederação Argentina

Para a Confederação Argentina e para Buenos Aires esta foi uma missão dolorosa, mesmo que ao longo de dez anos (1862-1872) as exportações tenham passado de £4.000.000 para £10.000.000. Na Tabela 16 está exibida a evolução do pagamento dos empréstimos composta pelos quadros A B C D. Os Quadros A, B e C representam os empréstimos contraídos pela Confederação Argentina com durante a Guerra do Paraguai. O valor inicial para o empréstimo do quadro A foi de £2.500.000 libras tomado em 1866, o valor inicial do empréstimo do quadro B foi de £6.122.400 libras tomado em 1871, e o valor inicial do empréstimo apresentado no quadro C foi no valor de £1.255.000 libras contraído em 1872. A título de comparação interna da economia Argentina, selecionamos mais um empréstimo que está apresentado no quadro D e representa o empréstimo contraído por Buenos Aires no valor de £1.034.700 libras no ano de 1870. Nos quadros da página seguinte acompanhamos o pagamento da dívida a partir do ano de 1872 até a ocorrência de alguma inflexão determinante no pagamento. A escolha por este recorte se deu na medida que todos os empréstimos a serem analisados estão dados facilitado a comparação do pagamento.

Tabela 16 – A B C D
Histórico dos Pagamentos dos empréstimos Argentinos
1872 a 1889

A		B		C		D	
Ano	**Montante não pago £**	**Ano**	**Montante não pago £**	**Ano**	**Montante não pago £**	**Ano**	**Montante não pago £**
1872	2.257.900	1872	5.885.900	1872	1.225.000	1872	1.013.400
1873	2.179.100	1873	5.716.100	1873	1.225.000	1873	1.001.800
1874	2.095.600	1874	5.536.600	1874	3.623.184	1874	989.500
1875	2.006.900	1875	5.345.000	1875	3.623.184	1875	976.300
1876	1.912.800	1876	5.142.300	1876	3.623.184	1876	962.600
1877	1.813.000	1877	4.927.200	1877	3.623.184	1877	947.900
1878	1.706.100	1878	4.699.200	1878	3.202.182	1878	17.700
1879	1.599.800	1879	4.457.200	1879	3.202.182	1879	901.200
1880	1.408.600	1880	4.200.400	1880	3.202.182	1880	883.700
1881	1.200.100	1881	3.928.000	1881	3.202.182	1881	865.200
1882	1.066.000	1882	3.638.900	1882	3.202.182	1882	865.200
1883	923.700	1883	3.487.800	1883	3.202.182	1883	839.400
1884	849.300	1884	3.007.000	1884	3.202.182	1884	839.400
1885	832.800	1885	2.837.000	1885	$14.615.611	1885	817.400
1886	677.900	1886	2.481.600	1886	$14.615.611	1886	794.400
1887	492.900	1887	2.184.500	1887	$14.615.611	1887	769.200
1888	305.300	1888	1.704.400	1888	$13.555.915	1888	742.900
1889	110.100	1889	1.704.400	1889	$23.496.345	1889	495.300

Fonte: IMM, 1872-1889

A primeira visa os quadros ABCD podem parecer ruins para as contas Argentinas, mas entendemos que o pagamento das dívidas relativas ao combate não foi de toda forma tão complicado para os governantes que conseguiram manter estes pagamentos em dia, bem como baixar os dividendos consideravelmente ao longo a série histórica analisada. O problema maior se concentrou nos empréstimos que não tinham tanta relação direta com os conflitos. Mais especificamente os empréstimos contraídos em 1871 por Buenos Aires e outro contraído em 1872, pela Confederação Argentina, respectivamente apresentados nos quadros C e D. Sobre o empréstimo tomado por Buenos Aires, supostamente para realizar melhorias no sistema de transporte. Não foi fácil fazer o pagamento deste dividendo e prova disso é que das £1.013.400 de libras que eram devidas em 1872, ainda restava quase 50 % a serem pagas em 1889. Na verdade ela nunca foi paga isoladamente, pois, ao o IMM informa que esta dívida havia sido incorporada à dívida pública da Confederação Argentina, o que impossibilita nossa pesquisa de acompanhar o pagamento individual deste empréstimo.

Contudo, nada se comparou ao dividendo acumulado pelo empréstimo contraído em 1872, inicialmente no valor de £1.225.000. Este empréstimo sofreu diversos incrementos ao longo da série analisada por falta de pagamentos. Na verdade o único pagamento realizado ocorreu durante o ano de 1878, quando o montante havia alcançado a cifra de £4.500.000 libras e após um pagamento dos juros o valor da dívida caiu para £3.202.182 libras. Mesmo com a tentativa constante de pagamento, a desordem financeira que a economia argentina apresentava era um dos principais empecilhos para que esta nação honrasse com os pagamentos dos empréstimos. Além disso, o fato da Argentina ter sua as rendas estatais extremamente vinculadas ao capital estrangeiro era algo que contava contra as pretensões econômicas desta nação, pois, ao menor sinal de queda nos lucros no mercado mundial representaria uma queda brusca na economia argentina.

Um exemplo clássico deste tipo de ‘efeito dominó’ nas economias ocorreu durante a década de 1890 quando a crise que havia ocorrido na Europa a partir de 1873 fez sentir seus efeitos na América Latina, sobretudo em países que tinham extremo vínculo com o mercado estrangeiro como foi o caso da Argentina. Aconteceu que o Banco Baring foi desde o início do século XIX o principal parceiro argentino no mercado de capitais londrino, sendo o principal agente financeiro tanto das províncias, quanto de Buenos Aires e mais tarde da nação Argentina. Enquanto

os capitais externos eram abundantes na economia argentina o pagamento dos empréstimos era mantido em dia, uma vez que a balança comercial era favorável ao acúmulo de capital.

Contudo, eis que a crise se abateu sobre os capitalistas centrais e posteriormente sobre os periféricos, como consequência para a economia Argentina ocorreu uma queda no poder de compra, aumento na desconfiança dos obrigacionistas na capacidade de pagamento dos empréstimos, por conseguinte, se deu o aumento nos juros e para piorar a situação uma queda considerável na venda dos itens produzidos no território argentino. Este era o quadro terrível em que se encontrava a economia argentina em meados de 1889, que diante da incapacidade de pagar os dividendos dos empréstimos estrangeiros optaram por suspender os pagamentos e foram tentar um novo empréstimo junto à Baring Brothers. Essa casa financeira se encontrava em crise gravíssima e negaram os dois pedidos, tanto de adiar os pagamentos, quanto de fornecer novo empréstimo. Este momento ficou conhecido como Crise Baring.

Mesmo após a diminuição dos efeitos mais graves da crise por volta de 1893 a Argentina não gozava de prestígio no mercado de capitais de Londres e por isso não pôde retornar com os pagamentos dos empréstimos. Esta nova suspensão significou a derrocada da Casa Baring que tinha com a Argentina uma das maiores parcerias financeiras da casa, chegando até mesmo a fechar as portas durante um período. Somente a partir de 1891, com a entrada do Presidente Pellegrini (1890-1892) é que a situação começa a apresentar melhora, mas a um custo interno altíssimo, com adoção de medidas que cortassem gastos como o fechamento de bancos, suspensão de obras públicas e demissão de funcionários ditos supérfluos. Simultaneamente o caso da dívida externa argentina passa a ser objeto de preocupação do governo britânico que diante da possível declaração de bancarrota da Casa Baring resolve instituir uma comissão especial liderada pelo Lorde Rothschild que objetivava a renegociação da dívida. A partir daí saiu o chamado Acordo Rothschild em que o Tesouro nacional inglês junto com o banco Nacional da Inglaterra se comprometia a emprestar £17.000.000 de libras esterlinas ao governo para que honrassem com os pagamentos e em contrapartida o governo argentino daria o controle monetário em favor do governo inglês. Assim, se encerra a nossa série histórica dos empréstimos argentinos analisados.

4.2.3 O Império do Brasil

Para o Império do Brasil o pagamento da dívida não funcionou de uma forma mais serena do que para a Argentina. A verdade é que equilibrar as receitas se baseando apenas em rendas aduaneiras sempre se revelou uma estratégia arriscada para as nações latino-americanas, principalmente porque a garantia dada para o pagamento eram estes mesmos impostos de que os estados se valeriam para financiar o seu crescimento. Por isso, que desde 1872, os pagamentos feitos em relação aos empréstimos de 1865 nunca foram contundentes dentro da série histórica analisada, mas em compensação poucas vezes foram suspensos. Ainda assim, com exceção do pagamento de uma parcela desse empréstimo feito em 1879, no valor de quase £200.000 libras, o restante dos pagamentos ficou bem abaixo deste valor, ou seja, cobriam-se os juros e pouco se abatia do montante original, sendo que ao final da série analisada o Brasil havia conseguido pagar menos de 30% da dívida original contraída em 1865.

Na tabela 17 trazemos dados a respeito da evolução do pagamento da dívida de dois empréstimos contraídos pelo Brasil no âmbito da Guerra do Paraguai (1864-1870). O primeiro se refere ao empréstimos contraído em 1865 no valor de £6.756.756 e o segundo empréstimo contraído em 1871 no valor original de £3.375.000. Ambos foram fortemente destinados para cobrir as despesas da guerra que havia mobilizado a nação e custado somas muito além da capacidade de financiamento do Brasil.

Tabela 17
Histórico do pagamento dos empréstimos do Brasil
1871 a 1889

Ano	Montante não pago do empréstimo de 1865 £	Montante não pago do empréstimo de 1871 £
1871	6.756.756	3.375.000
1872	6.291.000	3.375.000
1873	6.196.200	3.375.000
1874	6.096.600	3.375.000
1875	6.963.500	3.459.600
1876	6.074.400	3.366.000
1877	5.959.000	3.310.000

1878	5.899.100	3.255.000
1879	5.709.900	3.178.000
1880	5.575.900	3.178.000
1881	5.435.100	3.178.000
1882	5.360.200	3.043.900
1883	5.053.300	2.988.000
1884	4.890.000	2.988.000
1885	4.883.900	2.865.800
1886	4.708.100	2.797.800
1887	4.523.500	2.728.300
1888	4.329.400	2.655.900
1889	4.125.600	2.581.100

Contudo, este panorama foi muito pior em relação ao empréstimo contraído em 1871, pois, por diversos anos que o Brasil suspendeu o pagamento deste empréstimo teve que assumir o incremento do montante pelos onerosos impostos que eram cobrados. Tanto que para este empréstimo a porcentagem de pagamento em relação à dívida original passou pouco acima de 25%. Assim como os dados dos empréstimos da Argentina ficaram impossibilitados de serem acompanhados por conta de conversões da dívida, no caso das dívidas do Brasil também não foi possível acompanhar o desenrolar integral desta dívida, pois, em 1889 ocorre a proclamação da República do Brasil e se inicia também o processo de consolidação dos empréstimos (funding loans) e a exposição específica destes empréstimos desaparece em meio às consolidações.

4.2.4 Paraguai

O pagamento da dívida pública pelo Paraguai foi marcado por um constante clima de instabilidade econômica. Se lembrarmos que o Paraguai havia perdido a Guerra contra a Tríplice Aliança e com isso obrigado a arcar com os prejuízos ao fim do combate, poderemos avaliar que durante a tomada dos empréstimos, o Paraguai era uma nação que havia deteriorado sua principais fontes de renda – principalmente itens agriculturáveis, havia também perdido uma faixa imensa do seu território como forma de pagamentos às nações vencedoras, cerca de 85% da

população foi morta e a política nacional era conduzida pelas forças militares estrangeiras – principalmente do Império do Brasil. Portanto, o Paraguai do pós-guerra era uma nação destruída e sem perspectiva de desenvolvimento em curto prazo, por isso, é compreensível que para reestruturar a nação o mais rápido possível era imprescindível que o Paraguai adotasse a mais rápida forma de incrementar as receitas que neste momento era através de empréstimos estrangeiros.

Contudo, do que avaliamos até agora, percebemos que a contração dos empréstimos era mais fácil do que o pagamento da dívida. Não queremos dizer com isso que os concessionários de capital forneciam toda forma de incentivo para a exportação financeira, mas é inegável que os provedores dos empréstimos se encontravam em uma situação muito confortável, uma vez que as nações carentes de investimentos por diversas vezes colocavam ao dispor das casas financeiras os bens mais valiosos da nação como forma de garantir o pagamento dos empréstimos. No caso do Paraguai os únicos bens de valor que restaram ao estado foram os edifícios públicos – que só não foram destruídos por conta do teatro de combate ter se desenrolado fora das cidades, as terras públicas, uma boa garantia, uma vez que a maioria das terras eram públicas, e por fim as ferrovias, que apesar de poucas no Paraguai, agregavam grande valor na época.

Na tabela 18 expomos a evolução do pagamento da dívida paraguaia no mercado financeiro de Londres. O primeiro empréstimo contraído em 1871 foi no valor de £990.000 libras e o segundo empréstimo contratado em 1872 foi originalmente no valor de £2.000.000 de libras. Ambos empréstimos tiveram por objetivo reconstruir a destruída nação.

Tabela 18
Evolução do pagamento dos Empréstimos do Paraguai
1871 e 1872

Ano	Montante não pago do empréstimo de 1871 (£)	Montante não pago do empréstimo de 1872 (£)
1872	990.000	2.000.000
1873	973.400	1.969.400
1874	967.700	1.948.000
1875	967.700	1.948.000

1876	967.700	1.948.000
1877	967.700	1.948.000
1878	967.700	1.948.000
1879	967.700	1.948.000
1880	967.700	1.948.000
1881	967.700	1.948.000
1882	967.700	1.948.000
1883	967.700	1.948.000
1884	967.700	1.948.000
1885	957.100	548.300
1886	957.100	548.300

Fonte, IMM (1872-1886)

Apesar de todas as garantias e favorecimentos dados pelo Paraguai no pagamento dos bônus aos investidores, os títulos da dívida pública paraguaia sempre demonstraram uma instabilidade na cotação da Bolsa de Valores de Londres. Enquanto os títulos do empréstimo de 1871 eram cotados a uma baixa média de 65/100£, em relação aos títulos do contrato de 1872 a situação era pior ainda, pois, ao longo do ano de contratação a cotação dos títulos não ultrapassou uma média de 20/100£. Aos investidores, o IMM de dezembro de 1872, ressaltava o fato de o Paraguai ser uma nação em reconstrução após a guerra e estava em vias de conclusão de importantes meios de lucro, como estradas, ferrovias, instalação de bancos, ampliação de rotas comerciais e apoio à imigração. Aparentemente esta tática funcionou e empolgou os investidores que aumentaram a cotação dos títulos a uma média de 70/100£. Mas, nem só de promessas funciona o mercado futuro da bolsa e a capacidade de pagamento da dívida era uma boa indicação do desenvolvimento interno do Paraguai. Diferente de como ocorreu nos empréstimos concedidos ao Império do Brasil e à Confederação Argentina, em que estas nações faziam dois pagamentos anuais, para o Paraguai as exigências eram outras, pois, se deviam fazer quatro pagamentos anuais. Esta exigência não foi cumprida pelo governo paraguaio durante o ano de 1873, tanto em relação ao número de pagamentos, quanto em relação ao valor que deveria ser repassado. A consequência mais imediata foi uma vertiginosa queda na cotação dos títulos da dívida paraguaia ao longo do segundo semestre de 1873, chegando ao ápice negativo em dezembro deste ano quando os títulos eram cotados por no máximo 31/100£.

Não podemos esquecer que a década de 1870 foi muito complicada no campo das finanças internacionais, período que muitos afirmam ter sido um momento de crise financeira internacional e muitas nações seriam cobradas pela incapacidade de arcar com os seus compromissos e foi bem isso que aconteceu com a economia paraguaia. Durante o ano de 1873 o Paraguai efetuou um pagamento sobre o montante de cada empréstimo, dos quatro previstos, além disso, dos 8% de pagamentos anuais previstos sobre o dividendo, foi pago menos de 1%. Somando os pagamentos dos empréstimos não passaram de £30.000 libras, bem distante da dívida original de £3.000.000 de libras. Mais uma vez o reflexo mais imediato da moratória da dívida paraguaia na Bolsa de Valores de Londres foi a queda imensa que os títulos sofreram na cotação, quando ao fim do ano não ultrapassavam 17/100£. Dentre os títulos dos países beligerantes na Guerra do Paraguai, que foram lançados na bolsa, esses do Paraguai eram os títulos menos valorizados de forma que nem os detentores dos bônus faziam questão de enaltecer a capacidade de melhora, na verdade expunham claramente aos investidores que a partir daquele ano o Paraguai a partir de então era um devedor (IMM, 12/1874, p. 449).

No entanto as finanças paraguaias piorariam ainda mais, pois, os dividendos fixados ao fim do ano de 1874 eram de £967.700 libras para o empréstimo de 1871 e £1.948.000 libras do empréstimo de 1872. A partir de 1874 houve a suspensão do pagamento destes empréstimos que só seria retomado em 1885, ou seja, onze anos depois do último pagamento. A renegociação da dívida só foi reiniciada por volta de outubro de 1885, ocasião em que os títulos voltam a ser pagos pelo Paraguai, mesmo que a cotação ainda se mantivesse a uma baixa média de 10/100£. Os relatórios expedidos pelo IMM não são totalmente claros em relação ao que ocorreu no Paraguai para conseguir quitar os juros que se acumularam ao longo dos anos de suspensão do pagamento, a este respeito o memorando anual se resume a afirmar que “"Em descrições sul-americano uma característica proeminente tem sido uma espécie de renascimento na maioria das questões de classe baixa, como Paraguai, tendo chegado a um acordo com seus detentores de bônus"[99] (IMM, 12/1885, p. 587) Para sabermos o que aconteceu com o pagamento da dívida pública do Paraguai, lançamos mão das pesquisas de Doria (2010, p. 20) que afirma ter havido

[99] “In south American descriptions a prominent feature has been a species of revival in most low-class issues, such as Paraguay, having come to an arrangement with its bondholders.”

no Paraguai uma supervalorização das terras públicas e o governo quis aproveitar este momento para incrementar as receitas estatais através da venda das terras e simultaneamente aproveitou para enviar à Londres um representante que tivesse capacidade de negociar o pagamento da dívida contraída em 1871 e 1872.

Propriamente o sucesso da negociação da dívida dependia do sucesso da venda das terras, pois, até o momento a maioria das propriedades ainda continuava no poder do estado e nunca haviam sido negociadas publicamente, ou seja, ainda não se tinha ideia de quanto valiam as terras no Paraguai. Somente após a lei que autorizava a venda das terras públicas e posteriormente as primeiras negociações de venda é que o caminho estava aberto para a renegociação da dívida. O resultado das renegociações foi a manutenção dos acordos contratuais dos empréstimos, ocasião em que o estado entregou uma média de 937.500 hectares como forma de pagamento dos juros e de parte da dívida e os valores dos dividendos passaram para £957.100 libras para o empréstimo de 1871 e £548.300 libras para o empréstimo de 1872. Contudo, apesar destas onerosas medidas financeiras tomadas pelo governo paraguaio em relação aos erários, a situação não melhorou muito e os títulos continuavam depreciados, bem como o pagamento da dívida voltou a ser suspensa durante os anos de 1886 e 1887. A nossa apreciação do pagamento da dívida chega ao fim em dezembro de 1887, quando mais uma vez o Paraguai resolve renegociar a dívida junto aos obrigacionistas que detinham os títulos da dívida. O resultado desta renegociação foi a transferência dos títulos da dívida para a Robarts, Lubbock, and Co., o que impossibilita-nos de acompanhar condução desse pagamento, uma vez que as condições de pagamento não são totalmente claras nos relatórios o IMM.

4.2.5 Uruguai

Por último, mas não menos importante, analisaremos o caminho da economia uruguaia para o pagamento dos empréstimos contratados em 1864 no valor de £1.000.000 de libras e outro contratado em 1871 no valor de £3.500.000. Para a economia uruguaia estes empréstimos serviram com incentivo incomparável no processo organização do estado. A respeito do empréstimo de 1864 podemos

antecipar que apesar da baixa capacidade de pagamento do Uruguai, os títulos durante da década de 1860 eram muito bem cotados em uma média de 73/100£, sendo que boa parte desta confiança que era depositada no Uruguai durante a Guerra do Paraguai vinha avalizada pelo Barão de Mauá que dispunha de muitos negócios na região da Bacia do Prata e em sociedade com a Companhia Macgregor forneceram o que seria o primeiro empréstimo estrangeiro feito pelo Uruguai.

O Barão Mauá era um grande investidor no mercado financeiro, bem como um destacável incentivador da movimentação do chamado capital inerte que constantemente sobrava nos negócios desenvolvidos. Mas, a partir do ano de 1864 os negócios de Mauá demonstraram sério risco de deterioração e para evitar a eminente depreciação financeira dos seus negócios, Mauá viajou para Londres, para tentar evitar que a crise prejudicasse suas empresas, assim Mauá decide adotar medidas contra futuros prejuízos. Dentre as várias medidas financeiras que Mauá toma na Grã-Bretanha, destacamos a desistência de ampliação da rede de bancos que levava seu nome e a tentativa de fusão dos negócios do Banco Mauá, MacGregor & Cia., no Rio de Janeiro, o Banco Mauá & Cia. de Montevidéu, junto a um banco britânico que resultaria na fundação The London, Brazilian and Mauá Bank Limited. A transação, entretanto, não vai para frente principalmente porque os britânicos ficaram receosos com as instabilidades dos negócios do empresário, ou seja, negaram ajuda aos negócios do Barão de Mauá.

A partir de então Mauá estava praticamente sozinho na tarefa de reaver todo o capital emprestado e temeroso de levar um calote do Uruguai, Mauá comunica ao governo Aguirre, em 1865, a conversão de parte da dívida interna em libras esterlinas, ou seja, os títulos haviam sido negociados em Londres e assim os credores deixam de ser nacionais e passam a ser estrangeiros. Esta notícia deixou os líderes políticos uruguaios preocupados, pois, a partir de então os detentores dos títulos eram os britânicos e a pressão financeira que sofreria a economia uruguaia para pagar suas dívidas seria imensa. Várias tentativas de acordo foram tentadas nos anos seguintes, para que o Barão recebesse o que lhe era devido pelo Estado uruguaio. Entretanto, as dificuldades se acumulam e paralelamente e em boa parte consequentemente os sete bancos existentes no país fecharam as portas, incluindo o maior deles, o de Mauá, que entra em liquidação em fevereiro de 1869. A quebra no Uruguai acaba sendo uma das principais causas da falência do empresário e assim resumimos o não pagamento da dívida relativa ao empréstimo de 1864.

Tabela 19
Histórico do Pagamento dos empréstimos do Uruguai
1872-1884

Ano	Montante £
1872	3.500.000
1873	3.408.500
1874	3.311.500
1875	3.208.600
1876	3.208.600
1877	3.208.600
1878	3.208.600
1879	3.208.600
1880	3.208.600
1881	3.096.000
1882	3.096.000
1883	3.096.000
1884	11.112.600

Fonte, IMM (1872-1884)

Em relação ao empréstimo de 1871, o processo de pagamento seria sensivelmente diferente, pois, desde a sua adoção em meados de outubro de 1871 que o IMM considerava este como sendo uma das mais importantes transações comerciais feita no ano de 1871, prova disso foram o tipo do empréstimo que saiu por 72 e a sua alta cotação de 70/100£ que pode não parecer muito se comparado com a cotação de outros títulos no período, mas se torna bem visto no caso do Uruguai uma vez que esta nação vinha em processo de moratória do empréstimo de 1864. Para o ano de 1872 as únicas mudanças expressivas que ocorreram nas negociações dos títulos uruguaios foi o reconhecimento da unificação desta nação e apesar do não pagamento da dívida os títulos continuavam subindo de cotação na bolsa. O relatório do IMM (12/1872, p. 415) indicava que esta constante subida na confiança dos investidores se deu por conta da garantia dada pelo governo para o pagamento das dívidas que era justamente as ferrovias estatais em franco crescimento na região.

Nos primeiros anos após a tomada do empréstimo deu a impressão que o Uruguai conseguiria honrar a sua dívida e durante os anos de 1873, 1874 e 1875 conseguiu fazer um abatimento da dívida a uma média de £100.000 libras por ano. Assim, no final do ao de 1875 da dívida original de £3.500.000 libras, o montante havia sido reduzido para £3.208.600, o dado negativo nesta estatística foi a severa queda registrada na cotação dos títulos que ao final do ano de 1873 era em média

cotado no valor de 81/100£, no final de 1874 caiu para 61/100£ e no final de 1875 atingiu a assustadora média de 33/100£. Especulamos que a depreciação dos títulos tinha três explicações, primeiro a dívida pública não parava de crescer, em segundo os negócios uruguaios não se diversificaram e assim as garantias continuavam a serem as ferrovias e terceiro motivo era que este foi um momento difícil para as economias em todo o mundo.

Desta forma, o último pagamento realizado pelo Uruguai em 1875 travou a dívida no valor de £3.208.600 libras até o ano de 1881. Este foi um período conturbado na política uruguaia, pois, a partir da ocorrência de um golpe de estado, as principais rendas do estado seriam duramente controladas. Durante este intervalo de suspensão dos pagamentos os títulos continuavam a serem depreciados, de 26/100£ em 1876, 21/100£ em 1877 e 23/100£ em 1878. Para tentar elevar estes valores de cotação o IMM dizia aos investidores que estavam em trânsito negociações para o pagamento de parte da dívida no final de ano de 1878. Para tentar compensar os constantes atrasos nos pagamentos a Thomson Bonar, detentora dos títulos da dívida, resolve colocar na praça uma espécie de bônus de compensação que seria negociado ao longo de quatro anos. A partir daí os pagamentos feitos pelo estado uruguaio tenderam a diminuir vertiginosamente e a dívida a acumular-se monstruosamente. Quando chega o ano de 1883, o prazo máximo para o Uruguai liquidar a dívida, diante da falha neste intento, a dívida sofre uma conversão ao longo do ano de 1883 e no ano de 1884 aparece na bolsa no valor de £11.112.600 libras e os títulos cotados por no máximo 59/100£.

4.3 Empréstimos Pacífico Sul

Agora trataremos dos empréstimos públicos tomados pelas nações beligerantes no Pacífico Sul (Bolívia, Peru, Chile) durante a década de 1870. Referimo-nos à década de 1870, como marco da nossa exposição por conta do volume de capitais que foi destinado ao Pacífico Sul nesta década especificamente. Além disso, como dito no capítulo anterior nenhuma das nações que guerrearam na Guerra do Pacífico contraiu empréstimos durante o desenrolar dos conflitos, sendo que em nossa opinião dois fatos contribuíram para a não adoção dos empréstimos.

Um dos motivos para esta não contratação de financiamento externo foi que a Guerra do Pacífico (1879-1883) ocorreu durante um período difícil para as finanças internacionais, com claras baixas na disponibilidade de capital no mercado britânico. Somando-se a carência de capitais adicionamos o fato de que a Bolívia, o Peru e o Chile vinham de intensas disputas militares tanto internamente, quanto externamente, bem como a política nacional destes países foi marcadamente militarizada. Por isso, acreditamos que as forças militares nacionais contavam com recursos bélicos satisfatórios. Desta forma os empréstimos a serem abordados neste subcapítulo serão o da Bolívia de 1872, o do Peru de 1872 e os empréstimos do Chile de 1873 e 1875.

O primeiro empréstimo contratado foi o da Bolívia em 1872, junto à casa Lumb Wanklyn and Co. no valor de £1.700.000 libras, sendo do tipo 68, com vencimentos em janeiro e julho. A justificativa para a adoção do empréstimo era realizar o projeto de abrir caminho de acesso ao oceano Atlântico através da navegação pela bacia amazônica. Este projeto seria levado a cabo pela Companhia Boliviana de Navegação e as garantias oferecidas seriam as receitas líquidas da companhia. Apesar de a Bolívia ter conseguido este empréstimo para viabilizar o desenvolvimento nacional, os investidores não depositaram muita confiança na capacidade de pagamento da dívida. Tanto que no lançamento do empréstimo esse saiu do tipo 68, ou seja, do montante total fornecido apenas £1.156.000 libras seriam transferidas para os erários bolivianos. Ademais as cotações deste título nunca foram bem valorizadas, tanto que um ano após a contratação, os títulos eram cotados no máximo por 66/100£.

O segundo empréstimo disponível para análise na série documental foi contratado pelo Peru em 1872 no valor de £15.000.000 de libras junto a casa Schroders & Sterns, sendo do tipo 77, com vencimentos em janeiro e julho. Aos possíveis investidores o memorando de dezembro de 1872 chamava a atenção para os fatos de “"O governo está realizando ferrovias e muitas obras de melhoria. O item principal da receita é derivada de vendas de guano; e, além disso os especialistas de salitre e algodão estão aumentando. estimativa de receitas £ 11.800.000”[100] (IMM, 12/1872, p. 413). Contudo, apesar deste chamamento feito pelo IMM, a

[100] “The government are carrying out railways and many works of improvement. The chief item of revenue is derived from guano sales; and in addition the experts of saltpetre and cotton are increasing. Revenue estimate £11.800.000

repercussão não foi das melhores na bolsa e os títulos desse empréstimo foram quase sempre cotados pelo menor valor dentre os títulos peruanos, não passando de 65/100£.

Os outros dois empréstimos objeto de análise deste subcapítulo foram contratados pelo Chile. O primeiro empréstimo foi contratado no ano de 1873, no valor de £2.276.500 libras, sendo do tipo 94, sendo contratado junto à casa Oriental Bank, com vencimentos em março e setembro. Para o Chile este empréstimo de 1873 representou a sexta contratação junto às praças londrinas, indicando que esta nação tinha grande respeito dos investidores britânicos que demonstravam a confiança nas finanças chilenas ao fornecer melhores condições de entrada do empréstimo, além de cotar os títulos desta dívida quase sempre acima das 90/100£. Para os investidores no mercado financeiro uma boa notícia da saúde econômica de um investimento é o volume de capital movimentado. Ciente disso, para vender os títulos negociados na Bolsa de Valores de Londres, os agentes detentores dos bônus diziam que “"O Chile gastou cerca de 5 milhões em estradas de ferro, ea guerra com a Espanha aumentou a dívida. Receitas em 1870, 2 milhões. Importações média de 5 milhões; exportações, 6 milhões, de dois terços para o Reino Unido, metais principalmente"[101] (IMM, 12/1873, p. 419)

O Segundo empréstimo contratado pelo Chile no período aqui estudado foi contratado no ano de 1875, no valor de £1.000.000 de libras, sendo do tipo 88 e foi contratado junto à casa Oriental Bank, com vencimentos em março e setembro. Mais uma vez o Chile mostrava ser o destino preferencial dos capitais no Pacífico Sul, pois, a década de 1870 foi muito dura para as finanças no mercado de capitais londrino e mesmo assim, o Chile quase no auge de uma crise consegue uma concessão tão bem cotada com uma média de 88/100£. Novamente chamamos a atenção para a fiabilidade que os títulos chilenos despertavam em investidores britânicos, principalmente por conta do fato de metade dos negócios chilenos serem tratados com a Grã-Bretanha na época (IMM, 12/1875, p. 451)

Tabela 20
Empréstimos britânicos a nações do Pacífico sul

País	Ano	Valor £	Montante Não Pago	Fornecedor
Bolívia	1872	1.700.000	1.666.000	Lumb Wanklyn &

[101] “Chile has spent about 5 million on railways, and the war with Spain increased the debt. Revenue in 1870, 2 million. Imports average 5 millions; exports, 6 millions, two-thirds to the United Kingdom, chiefly metals.”

				Co.
Peru	1872	15.000.000	23.215.000	Schroders & Sterns
Chile	1873	2.276.500	2.182.500	Oriental Bank
	1875	1.000.000	1.000.000	Oriental Bank

Fonte: IMM, (1872-1875)

4.3.1 O Pagamento das dívidas

4.3.1.1 Bolívia

O único empréstimo contraído pela Bolívia junto aos mercados de capitas londrinos ao longo de toda a série documental que dispomos ocorreu em 1871 e foi lançado na Bolsa de Valores de Londres em janeiro de 1872. Como citado anteriormente a justificativa para a contratação deste empréstimo para viabilizar uma rota de saída para o oceano Atlântico através da Bacia Amazônica. Reconhecidamente, o início dos anos de 1870 não foi fácil para as finanças mundiais, ocorrendo clara depreciação das fontes de lucro, em especial do mercado financeiro. Ainda assim foi durante este período que a Bolívia conseguiu seu primeiro e único empréstimo na Praça de Londres no valor de £1.700.000 libras. Logo no primeiro ano após a contratação a Bolívia já demonstrava que os atrasos nos pagamentos seriam a tônica desta contratação e para tentar não perder a confiança dos investidores que haviam baixado a cotação dos títulos em mais de 10% do valor inicial de lançamento, o IMM (12/1872, p. 409) afirma aos detentores dos bônus que o atraso no pagamento por parte do governo boliviano se justificava por conta da construção de ferrovias e das rotas navegáveis, o que tendia a consumir as receitas do estado boliviano.

A tabela 20 traz a evolução do pagamento do único empréstimo contraído pela Bolívia que foi lançado na Bolsa de Londres ao longo da nossa série histórica. Do montante original de 1872, observamos que em 1880 pouco a dívida havia sido abatida. Forçando os prestamistas a sempre ampliarem as garantias e os incentivos dados aos compradores dos títulos.

Tabela 21
Histórico do pagamento do empréstimo boliviano 1872

Ano	Montante £
1872	1.700.000
1873	1.700.000
1874	1.666.000
1875	1.666.000
1876	1.666.000
1877	1.666.000
1878	1.666.000
1879	1.666.000
1880	1.666.000

Fonte: IMM, (1872-1880)

Inicialmente esta tática deu certo, pois, os títulos voltaram a subir lentamente de preço durante os primeiros meses de 1873, mas um novo adiamento dos pagamentos elevou a prudência dos investidores, o que na prática significou uma queda acelerada dos preços das ações que ao final do ano de 1873 caíram pela metade do valor que haviam iniciado o ano. O IMM (12/1873, p. 417) repetia a mesma tática do memorando do ano anterior tentando justificar o atraso por conta das surpresas que haviam surgido nos projetos de construção das ferrovias e das rotas de navegação pela Amazônia. Mas, os governantes bolivianos sabiam exatamente como aumentar o grau de confiança dos obrigacionistas nas finanças bolivianas e esta forma era honrar com os compromissos de pagamento da dívida. Por isso, durante o ano de 1874, a Bolívia realizou seu primeiro pagamento da dívida, baixando o montante para o valor de £1.666.000, uma atitude que imediatamente frutificou uma melhora na cotação dos títulos.

Entretanto, repetimos que esta foi uma fase difícil no campo das fianças internacionais e se para as grandes potências houve uma queda nos lucros, para as nações menores, vinculadas precariamente à economia-mundo significou sérios problemas nas receitas estatais, para a Bolívia, dentre outras coisas, significou novamente a suspensão dos pagamentos do empréstimo. Este fato foi informado aos obrigacionistas pelo IMM (10/1875, p. 449) o empréstimo de 1872 estava agora em vias de cobrança e mesmo assim a falta de pagamentos repercutiu negativamente no mercado financeiro, prova disso é que a cotação destes títulos atingiu o menor valor desde a tomada do empréstimo. Esta dívida não voltaria mais a ser paga até o fim da série analisada para ser mais exato após o início da Guerra

do Pacífico em 1879, os negócios relativos à dívida praticamente deixaram de existir na Bolsa de Valores de Londres.

Mas, o sofrimento boliviano não parou por aí, pois, a falta de pagamento bloquearia uma conta boliviana no Banco da Inglaterra com saldo de £800.000 libra referentes ao empréstimo e que foram bloqueados em favor dos obrigacionistas. Após esta vitória dos obrigacionista sobre o Ministério da Fazenda Boliviana, a situação deste país ficou cada vez pior para honrar com o pagamento do empréstimo, o que leva o governo a propor um acordo com os detentores dos bônus. Não temos informações suficientes sobre a continuação deste caso, mas do pouco que sabemos afirmamos que o representante do Comité de Obrigacionistas, Richard R. Harris, propôs que o governo boliviano fizesse um esquema de conversão que consistia na redução dos juros. Mas o Ministro das Finanças e da Indústria Salvatierra diante do montante impagável sugeriu a liberação da Bolívia quanto ao pagamento e a transferência de suas ações e direitos sobre o depósito à comissão obrigacionista. A partir de então o governo havia oferecido uma maior participação dos obrigacionistas na economia boliviana como forma de garantir a realização dos pagamentos devidos. Este acordo foi prontamente aceito pelo representante dos obrigacionistas e os títulos bolivianos saem da Bolsa de Valores de Londres no ano de 1881.

4.3.1.2 Peru

A ascensão da economia peruana durante a era guano foi um fenômeno extraordinário na história econômica do século XIX, pois, desde os anos quarenta, o Peru exportava uma quantidade grande de guano para a Europa e os Estados Unidos e esta matéria prima conseguiu atrair um enorme volume de capital. Os investidores estrangeiros consideravam os títulos Peruanos como instrumentos de risco muito baixos, por isso os títulos peruanos foram os mais valorizados dos títulos latino-americanos, durante a segunda metade do século XIX. Neste trecho nos dedicaremos a apreciar o pagamento do empréstimo contraído em 1872 no valor total de £23.100.00 libras, sem sombra de dúvida a maior transferência de capital

para nações latino-americanas durante o século XIX[102]. Pela tabela 22 podemos observar como se deu a evolução deste empréstimo entre 1872 e 1889.

Tabela 22
Histórico do pagamento do empréstimo do Peru
1872 a 1889

Ano	Montante £
1872	15.000.000
1873	23.215.000
1874	23.215.000
1875	23.215.000
1876	20.437.500
1877	20.437.500
1878	20.437.500
1879	20.437.500
1880	20.437.500
1881	20.437.500
1882	20.437.500
1883	20.437.500
1884	20.437.500
1885	20.437.500
1886	20.437.500
1887	20.437.500
1888	20.437.500
1889	20.437.500

Fonte: IMM (1872-1889)

Este empréstimo foi dividido em duas etapas, sendo a primeira no valor de £15.000.000 de libras fornecidas no mesmo ano da contratação, com cotação média de 71/100£, onde parte desta confiança vinha das certezas de que “O item principal da receita é derivada de vendas de guano; e, além disso os especialistas de salitre e algodão estão aumentando“[103] (IMM, 12/1872, p. 413). A segunda parcela foi fornecida no ano de 1873 e resultou no montante final de £23.100.000. No entanto ao se consolidar o empréstimo no final de 1873, as notícias não eram tão boas como foram para a primeira parcela do empréstimo, pois, diante de um montante tão exorbitante o IMM (12/1873, p. 414) recomendava cautela aos investidores, pois, os

[102] Para ver melhoro desenvolvimento histórico que envolveu a tomada deste empréstimo recomendamos o estudo deste texto a partir da página 67, onde expomos principalmente a participação do Contrato Dreyfus na garantia da tomada dos empréstimos.

[103] “The chief item of revenue is derived from guano sales; and in addition the experts of salpetre and cotton are increasing”

depósitos de guano apresentavam indícios de falência e os poucos pontos de exploração que restavam se encontrava em disputa entre o governo boliviano e a concessionária Dreyfus. Somando a isto o Peru atrasa o primeiro pagamento da dívida, o que eleva o valor em mais de £100.000 libras, assim a reação mais imediata do mercado foi baixar a cotação dos títulos para uma média de 52/100£ no fim de 1873. E a tendência de queda no valor dos títulos se manteve ao longo do ano de 1875, principalmente pela falta dos pagamentos do serviço da dívida e também pela falta de confiança que o governo forneceu a partir do cancelamento dos contratos do guano nesse ano. Esse era um fato que soava muito mal para os ouvidos dos investidores, pois, em caso de rompimento de contrato pouco poderia ser feito pelos prejudicados, já que estado-nação tinha prerrogativa sobre interesses externos. Aos obrigacionistas não restava outra opção além de depreciar os títulos peruanos na bolsa e foi o que aconteceu quando ao fim de 1875 atingiram a média de 26/100£.

No ano de 1876 as finanças começaram a melhorar consideravelmente, pois, o Peru assumiu a posição de devedor internacional e resolveu negociar junto aos credores um plano de pagamento da dívida, começando neste mesmo ano a retomada dos pagamentos e baixando o dividendo para £20.437.500. Este fato foi pouco comemorado pelos obrigacionistas que continuaram cotando os títulos peruanos por um valor baixo como nos anos de suspensão dos pagamentos. E os obrigacionistas tinham razão em manter a desconfiança, pois, novamente durante os anos de 1877, 1878 e 1879 o Peru suspende os pagamentos e consegue rebaixar mais ainda o valor da cotação, desta vez atingindo a surpreendente marca de 10/100£. A dívida referente aos empréstimos de 1869, 1870 e 1872 se arrastaram por longos anos sem pagamento no Peru. Vale a pena lembrar que esses empréstimos haviam sido tomados para a melhoria e ampliação do sistema ferroviário peruano e por isso, os obrigacionistas detentores dos títulos das dívidas faziam uma grande pressão sobre o governo peruano no sentido de pagar os empréstimos, já que as atividades ferroviárias eram altamente lucrativas para o estado. Não restou outra opção ao governo peruano na década de 1890 que não fosse colocar as ferrovias na mesa de negociação para pagamento da dívida.

Os obrigacionistas eram representados pelo Comitê Inglês de Titulares de Bônus da Dívida Externa do Peru na pessoa de Miguel Grace que apresentou ao governo de Andrés Cárceres (1886-1890) um projeto de cancelamento da dívida

peruana mediante a entrega das ferrovias e das últimas fontes de guano. Esta proposta era absurda para alguns parlamentares peruanos, pois, estas eram as duas principais fontes de capital para o estado e a havia uma preocupação conveniente a respeito de com o Estado peruano faria para obter as expressivas rendas de que necessitavam. Este pleito duraria entre os anos de 1887 até 1889, quando a ala contrária à assinatura do contrato teve seus mandatos rescindidos e o poder executivo abre novas eleições quando são eleitos parlamentares simpáticos à proposta. A partir daí foi uma questão de tempo até que o contrato fosse assinado em 25 de outubro de 1889. O resultado das negociações foi a assinatura do Contrato Grace que tinha como principais disposições a dispensa do Peru no pagamento dos empréstimos de 1860, 1870 e 1872 mediante a concessão de onze linhas férreas, uma parte dos depósitos de guano e direito de livre trânsito pelo prazo de 66 anos. Assim, a última vez que o empréstimo de 1872 foi oferecido na Bolsa de Valores de Londres em 1889, apresentava um montante de total de £36.800.000 o que conferia ao Peru naquele momento o ingrato título de um dos maiores devedores externos do mundo.

4.3.1.3 Chile

Aqui exporemos como se desenrolou o pagamento dos dois empréstimos contraídos pelo Chile, o primeiro em 1873 no valor de £2.276.500 de libras e o segundo de 1875 no valor de £1.000.000 de libras. Logo de início a primeira coisa destacável nestes empréstimos foi o tipo com que eles saíram, pois, foram muito bem avaliados quanto às possibilidades de pagamento e o primeiro saiu do tipo 94 e o segundo do tipo 88. Além disso, as cotações dos títulos no ano de 1875 mantiveram uma média de 89/100£. A título de comparação estes valores estão entre os melhores dentre os empréstimos contraídos pelo Chile até então, ou seja, esta nação gozava de boa confiança junto às financeiras de crédito internacional. Como dito anteriormente esta valorização que o Chile detinha junto às financeiras se dava por conta do seu intenso comércio internacional que movimentou em 1874 mais de £7.000.000 de libras em importação e por volta de £7.762.054 em exportações, ou seja, uma balança comercial positiva e somamos a isso o fato de

metade deste comércio ser feito com a Grã-Bretanha. Pela tabela 23 podemos acompanhar comparativamente como se deu o pagamento de dos dois empréstimos contraídos pelo Chile, respectivamente em 1873 e 1875.

Tabela 23
Histórico do Pagamento dos empréstimos do Chile
1873 a1886

Ano	Montante do empréstimo de 1873 não pago (£)	Montante do empréstimo de 1875 não pago (£)
1872		
1873	2.276.500	
1874	2.230.500	
1875	2.182.500	1.000.000
1876	2.131.600	961.600
1877	2.078.200	921.200
1878	2.022.000	878.700
1879	1.992.900	856.700
1880	1.992.900	856.700
1881	1.992.900	856.700
1882	1.992.900	1.756.700
1883	1.992.900	1.756.700
1884	1.992.900	1.039.100
1885	1.931.900	1.039.100
1886	1.868.300	988.200

Fonte: IMM (1872-1886)

A confiança depositada pelos investidores não era infundada, tanto que o Chile manteve a regularidade nos pagamentos dos empréstimos que só foi abalada durante a Guerra do Pacífico (1879-1883), quando houve ocasiões de atraso no pagamento, mas que não demorou muito para serem retomados. Talvez por esta fama de bom pagador foi que o IMM (12/1880, p. 469) informava aos detentores dos bônus que por conta da Guerra do Pacífico contra o Peru e a Bolívia os pagamentos estavam suspensos. Uma atitude muito diferente da tomada em relação aos outros dois países beligerantes, que ao invés de receberem apoio do IMM, na verdade recebiam pressão pelo pagamento das dívidas, inclusive com execução dos juros durante o conflito.

Para o Chile, o processo foi diferente, no sentido de que houve também a execução dos juros, mas somente ao fim do conflito. Esta atitude pode não parecer salutar a primeira vista, mas só o fato da economia não ter a constante pressão

externa pelo pagamento das dívidas se revelava de grande valia para os intentos beligerantes chilenos. Assim, somente após a guerra, mais exatamente em 1885 a dívida relativa ao empréstimo de 1873 estava na casa das £1.931.900 libras, enquanto o empréstimo de 1875 estava na casa das £1.039.100 libras. Um fato que nos chama a atenção é que mesmo com os pagamentos suspensos, os títulos continuaram a serem cotados com preços altos que nunca foram abaixo de 90/100£. E mantendo a fama de bom pagador o Chile continua abatendo suas dívidas em 1886, sendo que em relação ao empréstimo de 1873 o valor cai para £1.868.300 e o de 1875 cai para £988.200. Além da constante queda nos dividendos dois outros fatos chamam a atenção em relação aos títulos chilenos na bolsa, em primeiro lugar a crescente valorização que os títulos receberam sendo cotados ao longo do ano de 1886, ocasião em que a cotações mantiveram uma media acima de £100 libras, em segundo lugar o Chile estava em processo de pagamento de sete empréstimos externos, mas mesmo assim conseguiu em 1885 mais um empréstimo no valor de £808.900 libras junto ao City Bank.

Contudo, apesar da aparente inesgotável fonte de capital em favor do Chile ter sido um elemento determinante para o desenvolvimento econômico chileno, o fim da década de 1890 e em meio a crise do capitalismo mundial pode-se constatar a situação monopólica em que vivia essa economia. Coube ao presidente José Manuel Balmaceda (1886-1891) a tentativa de frear os desmandos dos capitais estrangeiros que fortaleciam a depreciação monetária e a inflação. Uma das tentativas mais louváveis que Balmaceda propôs foi a criação do Banco do Estado do Chile, além da tentativa de nacionalização dos depósitos de salitre. Ambas as propostas foram duramente criticadas pela ala liberal do governo chileno e combatidas não sendo levadas a frente neste governo. Mas, Balmaceda não desistiu de diminuir a dominância do capital estrangeiro sob a economia chilena e para isso lança mão de uma estratégia bastante utilizada por outras nações que gozavam de crédito externo, que foi a contratação de um novo empréstimo junto a uma financeira concorrente. Assim foi feito em 1886 um contrato junto à Casa Rothschild um empréstimo de £6.010.000 libras que serviram para resgatar as dívidas dos empréstimos de 1858, 1867, 1870, 1873 e 1875, convertendo-se assim em uma dívida externa de £6.859.200 libras esterlinas. Encerrando assim a nossa análise relativa a este empréstimo.

4.3.2 Comparando os Incomparáveis[104]

Do universo de empréstimos disponíveis para análise na documentação consultada do IMM (Manual Mensal do Investidor) optamos por analisar 14 empréstimos tomados pela Confederação Argentina (Buenos Aires), Império do Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile, Bolívia e Peru, entre os anos de 1866 e 1875. Resumimos os principais dados na tabela 24:

Tabela 24
Comparativo do pagamento dos empréstimos latino-americanos

País	Tomada Empréstimos		Pagamento da Dívida		Forma de Pagamento
	Data	Montante	Data	Montante	
C. Argentina	1866-68	2.500.000	1889	110.100	Conversão da dívida
	1871	6.122.400	1889	1.704.400	em favor de quem?
	1872	1.225.000	1884	3.202.182	
Buenos Aires	1870	1.034.700	1889	495.300	Incor. à div. Confede
Brasil	1865	6.756.756	1889	4.125.600	Conversão da dívida
	1871	3.375.000	1889	2.581.100	"Funding Loans"
Paraguai	1871	1.000.000	1886	957.100	Conversão da dívida
	1872	2.000.000	1886	548.300	Pgtº em terras estatais
Uruguai	1864	1.000.000	1869	1.000.000	Quebra do fornecedor
	1871	3.500.000	1884	3.096.000	Conversão da dívida
Bolívia	1872	1.700.000	1881	1.666.000	Participação nas rendas
Peru	1872-73	23.215.000	1889	20.437.500	Contrato Grace (Conversão)
Chile	1873	2.276.500	1886	1.868.300	Conversão da dívida
	1875	1.000.000	1886	988.200	em novo empréstimo

Fonte: IMM (1866-1889)

[104] Fazemos uso de uma paráfrase da famosa obra de Detienne, Marcel. Comparar o incomparável. São Paulo: Ideias e Letras, 2004. Utilizamos esta licença por ética por considerarmos os apontamentos pertinentes ao que fazemos neste capítulo, onde sacrificamos aspectos historiográficos em detrimento da comparação dos dados econômicos. Detienne nesta obra valoriza este tipo de atitude, lembrando que se deve redobrar a atenção para a compatibilidade das fontes, que no nosso caso são as mesmas.

Inicialmente percebemos que as únicas nações que adotaram empréstimos durante a ocorrência de conflitos internacionais foram a Argentina, o Brasil e o Uruguai que tomaram 1 (um) empréstimo cada nação e totalizaram £4.534.700 Libras. As demais nações tomaram empréstimos no âmbito dos conflitos sendo que nesta série histórica analisada dos empréstimos contraídos no âmbito dos conflitos, somente aqueles realizados pelo Peru e pela Bolívia em 1872 e 1873 foram os mais distantes do ano de início ou fim das guerras. Os demais pela proximidade em que ocorreram dos conflitos supomos que tiveram uma relação com gastos militares para fins bélicos. Fazemos este tipo de afirmação baseados no fato que as transferências de capital não eram realizada em parcela única, mas em muitas parcelas que por diversas vezes eram convertidas em meios de produção encomendados nos mercados fornecedores. Por isso, consideramos que, por exemplo, o empréstimo chileno de 1875 demorou cerca de dois anos para ser transferido em sua totalidade o que para nós significa véspera da Guerra do Pacífico de 1879. Além disso, tem ainda os empréstimos tomados até dois anos após a conclusão das guerras, que para nós significa o caminho do pagamento das dívidas de guerra, ou seja, de relação direta com o conflito.

Após a devida apreciação dos motivos que nos levaram a empreender este recorte temporal é hora de passar para outro importante tema que é em relação aos montantes emprestados. Sobre isso uma detida observação permite constatar que os maiores contratantes deste período foram o Brasil, a Argentina e o Peru que apresentaram valores muito superiores, acompanhados de Chile e Uruguai e por último figuram os dois destinos não preferenciais que foram o Paraguai e a Bolívia. Coincidência ou não estas nações foram as perdedoras nas Guerras do Paraguai e do Pacífico. A transferência deste volume de capital quase sempre era precedida de uma pesquisa da situação financeira da nação, além disso, era exigida uma série de garantias de pagamento para que o empréstimo fosse concedido. Quanto mais garantias, maior era o valor emprestado, bem como maior era o prazo dado para o pagamento das dívidas. Assim estados diferentes tinham tratamento diferente nas casas financeiras londrinas. Quanto a isso o jornal IMM tratava de ser bem específico em apontar as capacidades nacionais no intuito de não criar ilusão nos investidores, assim pelos relatórios tinha-se certeza se era um negócio de alto, médio ou baixo risco.

Em se tratando mais exatamente da questão dos pagamentos dos empréstimos, constatamos que com exceção do empréstimo tomado pelo Uruguai junto ao Banco Mauá - enquanto representante financeiro londrino, que foi suspenso em 1869, todos os outros treze empréstimos de que estamos tratando neste capítulo chegaram ao fim na década de 1884. Quando dizemos chegaram ao fim se trata de uma tentativa de agrupar os mais variados resultados para as dívidas, pois, apesar da coincidência da data a forma como foi resolvido o problema foi individual para cada país como visto anteriormente. Mas, a nossa intenção neste trecho é fazer uma comparação dos dados e desta forma percebemos que houve algumas resoluções comuns. Sem querer corroborar com as teorias do subdesenvolvimentismo dependente, percebemos que as casas financeiras e os comitês de obrigacionistas forneceram diferentes soluções para a mesma problemática.

No caso de países que gozavam de confiança e bom crédito junto aos obrigacionistas como era o caso da Argentina, Brasil, Uruguai e Chile os constantes atrasos no pagamento das dívidas não acarretaram consequências muito sérias para a economia, pois, durante a execução das dívidas essas nações tiveram a possibilidade de pagar os empréstimos anteriores através da contratação de novos empréstimos por valores muitas vezes superiores ao que era devido anteriormente. Essas medidas aliviaram as receitas nacionais e os créditos internacionais, pois, a partir de então as dívidas estando vinculadas a um mesmo devedor ficavam teoricamente mais fáceis de negociar. Para o Peru as exigências eram um pouco diferentes, pois, o montante da dívida era o maior dentre os devedores e os anos de suspensão da dívida elevaram o nível de desconfiança em relação a este país. Por isso, durante o acordo de negociação da dívida o Peru ainda conseguiu a conversão da dívida através da adoção de um novo empréstimo, porém foi penalizado com a obrigação de entregar a administração econômica do país aos conselhos de obrigacionistas estrangeiros. Um demérito para a economia mais lucrativa do cone sul na segunda metade do século XIX. Mas, nada se comparou ao que aconteceu ao Paraguai e a Bolívia que por não conseguirem arcar com os dividendos dos empréstimos foram obrigados a entregar para os obrigacionistas bens do erário público como forma de pagamento. No caso da Bolívia entregou as ferrovias e no caso do Paraguai foram entregues imensas porções de terra.

Por fim percebemos que estas dívidas se tornaram impagáveis a medida que os estados nacionais latino-americanos dependiam em grande parte das boas

relações com os mercados internacionais e que muitas vezes o pagamento da dívida era inviabilizado por este mesmo mercado, que aparentemente não via mal algum em não receber de volta o capital emprestado, pois, assim as relações entre as economias se aprofundariam cada vez mais na economia-mundo. Desta forma, compreendemos que os empréstimos tomados durante as independências funcionaram como o pontapé inicial deste processo de moratória, mas só viria a se consolidar na chamada segunda onda de empréstimos em meados de 1850, quando a conversão dos empréstimos em meios de produção e mercadorias criou bases mais firmes de exigência dos pagamentos. Era como se a partir de então os prestamistas se sentissem a vontade em cobrar dos erários estatais as dívidas com as casas financeiras.

5 Considerações Finais

Minha proposta nesta dissertação foi estudar comparativamente a relação que os países latino-americanos desenvolveram junto ao capital estrangeiro – leia-se britânico, no âmbito das Guerras do Paraguai (1864-1870), do Pacífico (1879-1883) e do Chaco (1932-1935), problematizando quais as consequências deste vínculo econômico para as economias americanas. Por se tratar de um objeto de pesquisa amplo, convinha fazer ajustes para que este objeto se tornasse algo possível de ser pesquisado no prazo de dois anos e coubesse em um número de páginas que caracterizasse como sendo uma dissertação.

Durante a nossa pesquisa no intuito de delimitar o objeto, percebemos que algumas discussões em aberto na historiografia contemporânea nos ajudariam neste trabalho. A princípio compreendemos que falar sobre relação entre economias tendenciava para o estabelecimento de relação de forças entre os capitais. Raras eram as obras que abordavam a temática sem indicar o domínio de uma ou mais economias nacionais sobre as demais do mundo. Foi assim que aceitamos os argumentos de que a busca pelo crescimento econômico de alguns, por vezes equivalia ao decrescimento das economias externas, ou seja, passamos a compactuar com a ideia de que neste jogo econômico nem todos os jogadores irão ganhar sempre. Nesse contexto surgiram para nossa dissertação como aporte teórico, os pressupostos da Teoria da Dependência que se propõem a estudar a realidade latino-americana considerando o estrangeiro como determinante no desenvolvimento da realidade local. Apesar da nomenclatura bastante incisiva percebemos que falar de Dependência não significava uma única visão da relação econômica, pelo contrário para nossa surpresa um número considerável de produções defendia a vinculação dependentista como sendo a única forma viável de se alcançar mais rápido o desenvolvimento das economias do cone sul da América. Daí que compreendemos que a dependência não significa um mal absoluto, nem um bem inquestionável, mas sim uma forma de relação internacional que para saber se funcionará positivamente ou negativamente dependerá muito dos atores sociais que estabelecem esta relação.

Para nós particularmente esta conclusão foi muito salutar, pois, no início dos nossos escritos estavam destacados elementos que tendiam à vitimização dos

povos latino-americanos, como se os nossos antepassados fossem dignos de compaixão pela falta de leitura da realidade em que estavam inseridos. Somente após esta apreciação foi que percebemos o quanto estes atores participaram ativamente desta suposta relação de dependência, superando significativamente a visão pouco realista que tínhamos da história. Entendemos a partir de então que os latino-americanos eram dotados de vontade própria e que agiam de acordo com esta vontade, talvez nesse sentido nosso pecado fosse querer transferir uma visão socialista a sujeitos que nem imaginavam a existência deste tipo de relação social, aplicando modelos estruturais a pessoas que agiam pelo desejo interior e comum de classe e que por vezes contrariavam os modelos explicativos.

Somente a partir desta reformulação do nosso pensamento autocaracterizado de neomarxista é que foi possível, mesmo utilizando bibliografia de inspiração marxista, devolver o protagonismo aos seres humanos, pois assim, quando falássemos de capital não estaríamos falando de uma entidade dotada de vontade e dinâmica própria, mas sim uma forma de relação econômica desenvolvida e fundamentada pelas pessoas. Em nossa opinião este foi um importante passo teórico porque nas seções seguintes quando abordamos a História dos conflitos nos ajudou a perceber de uma forma mais orgânica a conturbada relação internacional da América Latina e a partir daí indagar como os empréstimos serviram para agudizar ou acalmar os atritos existentes.

Mas, para isso não poderíamos simplesmente iniciar as análises no âmbito dos três conflitos internacionais, pois, antes da ocorrência dos mesmos, eventos anteriores marcaram a chancelaria internacional da América Latina. Para isso o início do nosso recorte foram as independências nacionais que reforçaram o perfil de cada país. Com isso queremos dizer que algumas nações demonstraram maior tendência a estabelecer as relações com o capital estrangeiro, enquanto outras nações por conta de motivos geográficos ou políticos optaram manter-se fechadas a esse contato. Desta forma é compreensível que valores antagônicos e opostos como são o expansionismo e a retração em algum momento cruzassem seus interesses e o resultado não poderia ser muito diferente de um conflito aberto.

Apesar do incremento econômico que os empréstimos estrangeiros forneceram desde as independências para as economias do cone sul, não percebemos a existência de um perfil de investimento de capital com intuito de favorecer determinadas economias em detrimento de outras. Neste sentido,

tendemos a concordar com as afirmações de Doratioto (2002) para quem o capital não tem ideologia, mas sim os agentes detentores deste capital. De forma que poderia até ser que os prestamistas resguardassem simpatia por uma ou outra liderança nacional, mas muito provavelmente este não seria um elemento decisivo no momento de fornecer os empréstimos de capital. Talvez reforçar determinado seguimento político poderia significar maiores garantias de manutenção dos lucrativos vínculos econômicos internacionais. Mas, não podemos esquecer que estas decisões ainda eram tomadas por seres humanos que costumam não cumprir sempre os acordos. Prova disso são os inúmeros atrasos no pagamento das parcelas relativas aos empréstimos, quando não se percebia um esforço supranacional para honrar com os pagamentos, ao contrário, no caso de haver dificuldade nas rendas, um dos primeiros componentes sacrificados eram as dívidas externas relativas ao empréstimo.

Neste sentido é louvável a paciência dos investidores na execução das dívidas, pois, não tinham muitas armas para obrigar os estados nacionais a pagar as dívidas, uma vez que os estados são soberanos em relação ao estrangeiro, só restando esperar o momento mais favorável para a cobrança dos dividendos. Houve casos em que as dívidas eram arrastadas por anos sem que existisse a mínima possibilidade de negociação. Para alguns teóricos os prestamistas eram os principais beneficiados da suspensão dos pagamentos, pois, forçavam o estado até um ponto que a única alternativa seria dispor dos erários nacionais ou entregar a administração financeira. Muitas vezes os governos se preocupavam mais em aumentar as rendas do que diminuir as despesas, não tendo aparentemente um plano de contingência para acertar os dividendos. Para nós esta é uma teoria falha por conta dos diversos governos que ocuparam as lideranças dos países devedores e da impossibilidade real de todos os líderes nacionais estarem sempre em acordo com os desmandos do capital-imperialismo.

As conclusões que tiramos dos eventos abordados vêm no sentido de complexificar o ponto de vista sobre a história da hegemonia econômica britânica no século XIX. A supremacia empreendida pelo Imperialismo britânico desde o início do século XIX ganhou força ao longo da primeira metade desse século e se revelou como sendo uma meta nacional na segunda metade do século. Contudo, desde os primeiros levantamentos ficou claro que hegemonia econômica no século XIX não significava exclusivamente superioridade, mas poderia significar uma simples

participação ativa, ou seja, percebemos que falar da evidência britânica não significa abandonar o estudo das concorrentes financeiras. Esta por sinal foi uma estratégia que constantemente encontramos nas obras pesquisadas, pois, mesmo que o foco não fosse somente as ações britânicas tendia-se a supervalorizar as ações britânicas. Quando na verdade sempre houve um clima de concorrência que dependendo do ramo comercial e da região geográfica elevavam ou não o grau da disputa. Esta conclusão escapa, por exemplo, das proposições da TMD que acreditava que as nações hegemônicas tem a prerrogativa de comandar a acumulação no mercado mundial, sendo que nós concluímos que não se tratava de uma veracidade velada, mas de um plano nacional que foi conduzido ao longo de todo o século XIX.

Esta conclusão nos foi importante porque a partir do segundo capítulo quando empreendemos a análise da primeira onda de empréstimos ocorrida na América Latina no âmbito das independências nacionais, certificamos que a Grã-Bretanha utilizou os empréstimos como forma de aprofundar os vínculos econômicos com a América Latina, mas que em momento algum significava zona de conforto. Aos negócios britânicos fazia parte o plano de ampliar a participação financeira ao redor do mundo como forma de ampliação dos lucros, mas também de submissão dos concorrentes. Por isso que no segundo capítulo destacamos o embate financeiro internacional, onde algumas atitudes a nosso ver podem soar como opressão, como foi o caso da exigência britânica de que para reconhecer as independências das nações latino-americanas, todas as dívidas indenizatórias estivessem acordadas. Mas, em todo caso percebemos que não era obrigatório aos nascentes governos contrair empréstimos, muito menos junto às financeiras londrinas.

Das diversas opções disponíveis para receber empréstimos, os britânicos eram os mais quistos por conta da potencialidade que este império representava e o segundo capítulo deixou claro para nós que muito mais do que opressores manipuladores, os britânicos eram os principais beneficiados de uma fase específica de desenvolvimento do capitalismo. Desta forma concluímos que estar na dianteira da expansão não quer dizer estar no controle. Assim através da explanação dos antecedentes dos conflitos podemos condicionar os empréstimos britânicos a uma lógica interna de cada nação, onde os governos Chile, Brasil e Argentina se destacaram pela capacidade de direcionar o capital em formas produtivas para o

Estado, enquanto nações como o Peru apesar do volume de capital recebido não conseguiu efetivar duradouros benefícios nacionais.

Em certa medida acompanhamos no segundo e terceiro capítulos a evolução das áreas de exploração de produtos primários na América Latina, evidenciando características das explorações. Este destaque era indispensável uma vez que o comércio exterior era uma das bases do Imperialismo britânico e serviria para comprovar possíveis preferências por área de atuação. Além disso, procuramos vincular a disputa por áreas de exploração às tomadas dos empréstimos e às ocorrências dos conflitos.

Por fim, através de relatórios sobre a evolução do pagamento das dívidas traçamos um quadro comparativo da condução dos pagamentos concluindo que houve um tratamento diferente para cada nação devedora. Mas, entendemos que os critérios utilizados na cobrança tinham muito haver com as garantias de pagamento e com a própria condução do pagamento.

Neste sentido concluímos que a pergunta principal do trabalho foi respondida. O modelo de vinculação econômica entre o Imperialismo Britânico e a América Latina em determinados aspectos poderia conduzir à um atrelamento econômico, mas concluímos que alguns dos extremismos propagados pela Teoria da Dependência conduz a uma simplificadora percepção deste complexo quadro de relações internacionais.

6 Referências Bibliográficas

ABREU, M. de P. A dívida pública externa do Brasil, 1824-1931. Estudos econômicos. V.15, n.02, 1985

ACOSTA, Alberto. La deuda externa en América Latina : origen, evolución y alternativas de solución. In: Ecuador Debate. Deuda externa en nuevos contextos, Quito : CAAP, 1998.

_____. La increíble y triste historia de América Latina y su perversa deuda externa. In.: Um Continente contra la deuda. Caracas: Nueva Sociedad – CDES, 1999.

ALBERNAZ, Cássio A. A. Da história política dos “grandes homens” a prosopografia das elites políticas: Considerações historiográficas e metodológicas. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. São Paulo: ANPUH, 2011.

ALMARAZ, Sergio. El Poder y la Caída – El Estaño en la Historia de Bolivia. 4a. edição. La Paz: Editorial Amigos del Libro, 1980. 1a. edição 1966.

ALMARZA, Alberto Sepúlveda. La formación del estado nacional en Chile. Revista Relaciones Interna cionales. La Plata, V.20, n. 40, 2011.

ALMEIDA, José Elesbão de. Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. 2009. 205 pg. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Globalização: a nova retórica do velho imperialismo. São Paulo: PUC/SP, (Tese de Doutorado), 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A diplomacia financeira no Brasil Império. Revista História Econômica e História de empresas, São Paulo, V. 4, n. 1, 2001. Disponível em: < https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjAgLHKp4PKAhXMj5AKHUqyBR0QFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.pralmeida.org%2F05DocsPRA%2F767DiploFinImperio2.doc&usg=AFQjCNEe6E8R0jNueZeLZDEdtv7kpUyRNA>. Acessado em 30 de dez. de 2015.

ALMIRÓN, Adrián. Los estudios agrarios en el Territorio Nacional del Chaco: una aproximación historiográfica. Revista Eletrônica da ANPHLAC, n.14, 2013.

AMARAL, Laura Beraldo. Ruy Mauro Marini e o subimperialismo Brasileiro. In: MARX E MARXISMO 2011: TEORIA E PRÁTICA. Niterói: NIEPMM, 2011.

AMARAL, Marisa Silva. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. 161 pg. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

AMAYO, Enrique. Guerras imperiais na América Latina – A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). A Guerra do Paraguai – 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

AMORIM, Ricardo Luiz Chagas. Teoria da Dependência? A problemática hoje. 2012. 305 pg. Tese

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. Moeda e banco no século XIX: historiografia e fontes brasileiras. Revista América Latina na Historia Econômica, São Paulo, V. 2, n. 3, 1995. Disponível em:<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiikPfRqYPKAhUGGZAKHbrICWQQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.acuedi.org%2Fddata%2F589.pdf&usg=AFQjCNHIKHxl6VNW20LsmFlBlnL4pUhMsg > Acessado em 30 de dez. de 2015.

ARAUJO, Priscila Santos. Desenvolvimento dependente latino-americano no século XXI – Desigualdade e Padrão de Reprodução. 2013. 264 pg. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

ARRUDA, Pedro Fassoni. O imperialismo e a dominação burguesa na Primeira República brasileira (1889-1930). 2007. 326 pg. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

os Sempat. La economía del Río de la Plata durante el siglo XIX. Anuario del Instituto de Historia Argentina, nº 11, 2011.

AUSTIN, Peter E. Baring Brothers and the Birth of Modern Finance. Nova York: Pickering & Chatto Publishers Ltda., 2016.

BAGÚ, Sergio. Tres oligarquías, tres nacionalismos: Chile, Argentina, Uruguay. Cuadernos Políticos, n.3, México,1975.

BAMBIRRA, Vania. El capitalismo dependiente latino-americano. 5ª edição. México: siglo XXI, 1978.

BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Brasília: Ed. UnB, 1998.

BANZATO, Guilhermo. La formación del mercado de tierras durante la expansión de la frontera bonaerense. Chascomús y Junín, 1860-1890. Argentina:Trabajos y Comunicaciones. N.35, 2009.

BARROS, Ruy Coelho de. A guerra com o Paraguay: Aspectos polêmicos. Aprofundamento. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Mato grosso, Cuiabá.

BASADRE, Jorge. Historia de la República del Perú (1822-1933). Lima: El Comercio, 2005.

BEJARANO, Ramon Cesar. Sintesis de La Guerra del Chaco. Asunción: Editorial Toledo, 1982.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Ensaios sobre o capitalismo no século XX. Campinas: Editora UNESP, 2004.

BEM, Augusto Pinho. Financeirização: uma abordagem marxista. 2009. Dissertação (Mestrado em economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BÉRTOLA, Luis. Ensayos de Historia Económica. Uruguay y la región en la economia mundial (1870 – 1990). Montevidéu: Ediciones Trilce, 2000.

BETHEL, Leslie. História da América Latina. Vol. V, de 1870 até 1930. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. História da América Latina. Vol. V, de 1870 até 1930. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. História da América Latina. Vol. III. Da Independência até 1870. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. História da América Latina. Volume III: Da independência até 1870. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

_____. A Presença Britânica no Império nos Trópicos. Acervo, Rio de Janeiro, v. 22, no 1, p. 53-66, jan/jun 2009.

_____. Cronologia da Guerra; Introdução – A Guerra do Paraguai (História e Historiografia) e O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. In: MARQUES, Maria

Eduarda Castro Magalhães (Org.). A Guerra do Paraguai – 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BICHIR, Maíra Machado. A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da

BONILHA, Heraclio. O Peru e a Bolívia da independência à Guerra do Pacífico. In BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina. Volume III: Da independência até 1870. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

_____. Notas en torno a la Historia Economica y Social de Bolivia (1821 - 1879). HISTORICA. V.II, N.2, 1978.

BONIN, Hubert; VALÉRIO, Nuno. Colonial and Imperial banking history. Nova York: Routldge, 2016.

BORGA, Ricardo N. Guerra da Tríplice Aliança – O conflito que mudou a América do Sul.

BURGA, Manuel. La Historia económica de Perú: Balance de Realizaciones y desafios. In: I ENCONTRO DE HISTORIADORES: 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BUSSOLA, Diego. As empresas de serviços públicos na Argentina (1880-2000). Análise Social, v.XLIII, n.4, 2008.

CARDEAL, André Morato Dias Cardeal. Imperialismo, Dependência e globalização: A contemporaneidade capitalista. 2007. 222 pg. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

CÁRDENAS, Alejandro Soto. Influencia Británica en el Salitre: Origen, naturaliza y decadencia. Santiago do Chile: Editorial Universidad de Santiago, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História Econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique; FELATTO, D. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARRANZA, Carlos Contreras. La minería en la Historia de Peru. Revista América Latina na História econômica. São Paulo, V.29, 2008.

CARVALHO, Estevão L de. A Paz do Chaco. São Paulo: Biblioteca do Exército, 1958.

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2ª ed.; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

CATANI, Afrânio Mendes. O que é imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1982.

CAVIERES, Eduardo F. Del crédito tradicional colonial al crédito moderno. Perspectivas y fuentes. Chile: El Crédito em la periferia. Revista América Latina na História Econômica. São Paulo, V.3, n.6, 1996.

CEPAL. Anuário estadístico de América Latina y el Caribe

CHIAVENATO, José Júlio. A Guerra do Chaco (Leia-se Petróleo). São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

_____. Bolívia – Com pólvora na boca, Editora Brasiliense: São Paulo, 1981.

_____. Genocídio americano: A Guerra do Paraguai. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

COLLIER, Simon. O Chile da independência à Guerra do Pacífico. In BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina. Volume III: Da independência até 1870. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

CONDE, R. C.; STEIN, S.J. A guide to Economic History, 1830-1930. Los Angeles: University of Califórnia Press, 1977.

CONTRERAS, Carlos y Marcos. Historia del Perú Contemporáneo: desde las luchas por la independencia hasta el presente. Lima: IEP-PUCP, 2005.

CONTRERAS, Manuel E. El Desarrollo Humano en el Siglo XX boliviano Una perspectiva histórica. La Paz: Cuaderno de Futuro, 1999.

CORMEJO, Gastón. Aspectos Historicos de la medicina durante la guerra del Chaco 1932 – 1935. Archivos bolivianos de historia de la medicina. V.2, N.2, 1996.

Corporation of Foreign Bondholders, Annual Reports, 1873-1890, 1895, 1905; Journal of the Statistical Society (Londres).

COTRIM, Ivan. O capitalismo dependente. 2001. 244 pg. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de Pós-graduação em Ciência Política , Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CRUZ, José Saraiva. Celso Furtado, o teórico do movimento nacional-desenvolvimentista cepalino-isebiano. 2008. 316 pg. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DA SILVA, Fabiana Luiza. Solano López e Duque de Caxias nos discursos Historiográficos brasileiros sobre a guerra do Paraguai (1893 -2003). 2010. 139 pg. Dissertação(Mestrado em História) Programa de Pós-graduação e História, Universidade Severino Sombra, Vassouras.

DECOUD, Héctor F. Compêndio de História do Paraguai. Assunção: Tip. e Encuad. De Jean Quell, 1904.

DIAS, Marcelo Francisco. Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estado do desenvolvimento periférico. 2012. 197 pg. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Programa de pós-graduação em Ciência Política , Universidade de São Paulo, São Paulo.

DONGHI, Tulio Halperin. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DORATIOTO, Francisco. O conflito com o Paraguai: A grande guerra do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1996.

DOS SANTOS, Theotônio. Imperialismo y dependência. Caracas: Colección Claves Políticas de América, 2011.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História. Universidade de São Paulo, São Paulo.

FAUSTO, B.; DEVOTO, F. Brasil e Argentina; Um ensaio de História Comparada. 1850 – 2002. São Paulo: Editora 34, 2010.

FERNANDES, Letícia. A História paraguaia através dos romances históricos de Augusto Roa Bastos. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. Maringá: PPHUEM, 2009.

FERNANDEZ, Carlos José. La Guerra del Chaco Vi el final de la lucha. Asunción: Imprenta Militar, 1976.

FERREIRA, Carla. OSÓRIO, Jaime. LUCE, Mathias. Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo – SP: Boitempo, 2012.

FERREIRA, Paulo Sérgio Souza. O imperialismo: os teóricos percussores e o debate contemporâneo. 2011. 117 pg. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai/Divalte Garcia Figueira. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP : FAPESP, 2001.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Mineração no Brasil : Aspectos técnicos e científicos de sua história na colônia e no império (Séculos XVIII e XIX). Revista América Latina na História Econômica. São Paulo, n.1, 1994. Disponível em :< http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/view/23>. Acessado em 19 de jan. de 2016.

FIGUEROA, Eduardo Cavieres. Expansión del capitalismo periférico en el Pacífico sur, siglo XIX. Crecimiento económico dependiente. Revista América Latina na Historia Econômica, São Paulo, V. 5, n.9, jun. 1998. Disponível em:< ttp://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4833158.pdf> . Acessado em 30 de dez. de 2015.

FILHO, Almir Cezar de Carvalho Baptista. Dinâmica, determinações e sistema mundial no desenvolvimento do capitalismo nos termos de Theotônio dos Santos. 2009. 99 pg. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FILHO, Ary Oswaldo Mattos. Natureza jurídica das bolsas de valores no direito brasileiro. Revista de Administração de Empresas. Vol. 26, n.1. São Paulo, 1986.

FILOMENO, Felipe Amin. Brasil e Argentina no quadros da economia-mundo capitalista: dívida externa e política econômica (1870/1930). 2006. 210 pg. Dissertação (Mestrado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FLORES, Alejandro Reyes. Finanzas en el Perú: 1895-1914. Lima: Revista del Instituto de Investigaciones Histórico Sociales. V.6, N.10, 2002.

FODOR, Jorge; O'CONNELL, Arturo. La Argentina y la economía atlántica en la primera mitad del siglo XX. Desarrollo Económico, Vol. 13, No. 49, 1973.

FRANCO, Thiago Fernandes. Imperialismo capitalista em três atos: Investigações sobre o capitalismo. 2011. 142 pg. Dissertação (Mestrado Economia), Programa de Pós-graduação em História.

FREIRE, Eduardo Maganha. Bolívia: Crise de coesão territorial no coração da América do Sul. 2008. 116 pg. Dissertação (Mestrado em geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FURTADO, Celso Monteiro. A economia Latino-americana. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1978.

GALARZA, Jaime. El Festin del Petróleo. 2ª. Edição. Quito: Cicetronic Cia. Ltda., 1972.

GALASSO, Noberto. De la banca Baring al FMI: historia de la deuda externa Argentina 1824 – 2001. Buenos Aires: Colihue, 2008.

GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. O banco da Ordem: política e finanças no império brasileiro (1853-66). 2010. 527 pg. Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GARCELAZ, Paulo da Silva. Dívida Pública: Uma abordagem teórica, um relato histórico e o caso do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Administração Pública. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000.

GAZIER, Bernard. A crise de 1929. Porto Alegre: L&PM, 2009.

GAZMURI, Cristián. La Historiografia Chilena (1842-1970). Santiago: Taurus História, 2006.

GONZALES, Antônio E. Trípico del Chaco. Asunción: Editora Comuneros, 1977.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Guerra do Paraguai: Estados Nacionais e regiões-províncias no espaço platino. In: Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, abril de 2002.

GUEDES, Max Justo. A guerra: uma análise. In: MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org.). A Guerra do Paraguai – 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. Dependência e subdesenvolvimento: A transnacionalização do capital e a crise do desenvolvimento nacional em Celso Furtado. 2009. 147 pg. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HEINS, Guillermo. Las armadas de guerra sud-americanas. Buenos Aires: J. Peuser, 1895.

HILFERDING, Rudolf. O capital Financeiro – Coleção os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1990.

HOBSBAWN, Eric J. A era do capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOBSON, John A. A evolução do capitalismo moderno. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HORA, Roy. História económica argentina em el siglo XIX, Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

IANNI, Octávio. Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

IRIGOIN, María Alejandra. Problemas y fuentes para el estúdio del financiamento de la formación del estado em argentina. Buenos Aires em 1850-1860. Revista América Latina na História econômica, São Paulo, V.3, n.6, 1996.

LAZAGNA, Angela. Lenin, as forças produtivas e o taylorismo. 2002. 151 pg. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LENIN, V.I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. Rio de Janeiro: Global, 1979.

LENZ, Maria Heloisa. Auge e início do declínio da economia argentina. Revista Análise Econômica. Porto Alegre, Ano 18, n33, 2000.

_____. Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX: o início da insustentabilidade do modelo aberto. Revista Economia e Sociedade, campinas, V.15, n.2, 2006.

LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre fontes para a história econômica do Brasil. Revista América Latina na História Econômica. São Paulo, V.3, n.6, 1996.

LIMA, Pedro Garrido da Costa. Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. Revista textos de economia, Florianópolis, V.10, n. 2, 2007. Disponível em: < https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/1851>. Acessado em 30 de dez. de 2015.

LOCÁN, Alfonso Herranz. El impacto directo del ferrocarril sobre el crecimiento económico Argentino durante la primera globalización. Asociación Uruguaya de Historia Económica. Montivideo, v.1, n.1, 2011. Disponível em :< http://www.audhe.org.uy/ano-1-numero-1.html>. Acessado em 19 de jan. de 2016.

LUCE, Mathias Seibel. A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria. 2011. 225 pg. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

MARICHAL, Carlos . Historia mínima de la deuda externa latino-americana, 1820-2010. México: Colégio del México, 2014.

MARICHAL, Carlos . Historia mínima de la deuda externa latino-americana, 1820-2010. México: Colégio del México, 2014.

MARICHAL, CARLOS. Perspectivas históricas sobre el imperialismo financiero en América Latina. In.: Economía de América Latina, semestre Nº 4, CIDE, México, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Colonialismo, Imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu. 2003. 292 pg. Tese (Doutorado em Economia), Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARTINEZ, María Victoria Benitez. Inmigrantes europeos en Paragauy 1818-1930. In: XIV ENCUENTRO DE LATINOAMERICANISTAS ESPAÑOLES. França: Université Paris III Sorbonne nouvelle, 2010.

MARX, K. O Capital – Crítica da Economia Política. Vol. 1 e 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAURO, Frédéric. História econômica Mundial: 1790 – 1970. Rio de janeiro: Zahar Editores, 1973.

MEIRELES, Monika Ribeiro de Freitas. Do endividamento externo ao novo desenvolvimentismo: trajetórias do capitalismo e da dependência na América Latina. 2008. 150 pg. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina). Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MELLO, Alex Fiuza. Marx e a globalização do Capitalismo. 1998. 358 pg. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MENEZES, Alfredo da Mota. A guerra é nossa: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai. São Paulo: Contexto, 2012.

MILLER, Rory. Britain and America Latina in the nineteenth and twentieth centuries. Londres: Routledge, 2013.

MIROW, Kurt Rudolf. A ditadura dos cartéis. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.

MONTEIRO, Denise Mattos. Casas comerciais francesas no Brasil e na América Latina do século XIX: fontes para pesquisa histórica. Revista América Latina en la Historia Económica; V.5, N.9, 1998.

MOYANO, Javier. Problemas y conceptos em torno a la caracterización de los regímenes políticos latino-americanos em el siglo XIX y primeras décadas del XX. Revista Eletrônica da ANPHLAC, N. 14, 2013. Disponível em:<http.:/revista.anphlac.org.br/index.php/revista>. Acessado em: 30 de dez de 2015.

ORREGO, Juan Luis. PERU - Independencia y Economía (1810-1825). Lima: Revista Ideele, n.211, 2011.

OSTRIA, Gustavo Rodríguez. Fuentes para uma historia de la minería boliviana del siglo XIX. Revista América Latina na História Econômica. São Paulo, V.1, n.1, 1994.

PACHECO, Vanessa. Miguel Luís Amunátegui e o debate histórico no Chile do século XIX. 2012. 202 pg. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PASTORE, Fortunato. Soldados nus: Filhos do acaso ou filhos da glória. Estratégia militar e economia na América Latina independente: 1810-2000. 2007. 333 pg. Tese (Doutorado em História), Programa de pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEASE G. Y., Franklin. Breve Historia Contemporánea del Perú. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

PEDRAJA, René Tomán de La. Wars of Latin America, 1899 – 1941. Carolina do Norte: McFarland, 2006.

PEREA, Natalia Sobrevilla. Entre el Contrato Gibbs y el Contrato Grace: la participación británica en la economía peruana (1842-1890)" en Histórica. Vol. XXVII, N° 2, Lima: PUCP, 2003.

PEREIRA, Leandro Ramos. Rentismo e capital financeiro, reforma e revolução: As diferenças de interpretação sobre o "novo capitalismo" entre Keynes e a Tradição Marxista

de Bukhárin, Hilferding e Lênin. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas), Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

POMER, Léon. La guerra del Paragay: estado, política e negócios. Buenos Aires: Colihue, 2008.

QUIROZ, Alfonso W. Fuentes, Temas Y Revisiones em la Historia financiera peruana. Revista América Latina na História econômica, São Paulo, V.2, n. 3, 1995. Disponível em:< http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4833301.pdf>. Acessado em: 30 de dez. de 2015.

_____. Historia de la Corrupción en el Perú. Lima: Instituto de estúdios peruanos, 2013.

REYNO, Jaime Estay. Pasado y presente de la deuda externa de América Latina. Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México, 1996.

RIPPY, J. Fred. British Investments In Latin America, 1822-1949 : Evolution Of International Business, 1800-1945 (The Rise Of International Business). Londres: Routledge, 2000.

ROLON, Gral Raimundo. La Guerra del Chaco Campaña de 1934 Vol. 1, 1961.

ROSAL, Miguel; SCHMIT, Roberto. Política comercial, flujos mercantiles y negocios: Buenos Aires y Montevideo frente al omercio exterior rioplatense en el siglo XIX. Revista de Indias, v.LIX, n.215, 1999.

ROSS, César. Poder, mercado y estado. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

SADER, Emir. Século XX: uma biografia não-autorizada : o século do imperialismo. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. Chile (1818-1990) – Da independência à redemocratização. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SAID, Edward W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia de bolso, 1993.

SANCHEZ, Alejandro M. S. Ferrocarriles e Imaginario Modernista en el Perú y México, 1860-1890. Lima: Universidad Mayor de San Marcos, 2010.

SANTILLANA, M. E. La importancia de la actividad minera en la economía y sociedad peruana. Santiago de Chile: CEPAL, 2010.

SANTILLI, Jorge Gelman y Daniel. Los Salarios y la desigualdade em Buenos Aires, 1810-1870. Revista América Latina na História econômica, São Paulo, V.2, n.3, 1995. Disponível em:< http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=279131794003>. Acessado em 30 de dez. de 2015.

SANTOS, Theotônio dos. A teoria da dependência: balanço e perspectiva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SARDENBERG, Carlos Alberto. Uma pequena história dos grandes grupos de petróleo. In KUCINSKI, Bernardo (Coord.). Petróleo: contratos de risco e dependência. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SCHEIDT, Eduardo. Concepções de “República” nos países do Prata na época do regime Rosas (1829-1852). In: III ENCONTRO DA ANPHLAC. São Paulo: ANPHLAC, 1998.

SCHNERB, Robert. O Século XIX: 1815-1914. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 2004.

SCHVARZER, Jorge; REGALSKY, A; GÓMEZ, T. Estudios sobre la historia de ferrocarriles argentinos 1857-1940 . Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2007.

SEBBEN, Fernando Dall’Onder. Bolívia: Logística nacional e construção do estado. 2010. 188 pg. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SESTO, Carmen. Las ventajas competitivas de las carnes argentinas 1856-1900: Fuentes para su estúdio. Revista América Latina na História Econômica. São Apulo, V.10, n.2, 2003. Disponível em:< http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/view/327/405>. Acessado em 30 de dez. de 2015.

SIENRA, Mayor Alejandro. La Guerra del Chaco. Asunción: FF. AA., 1980.

SILVA, Adalberto Oliveira da. A dependência latino-americana: O “desenvolvimento do subdesenvolvimento” à luz da Teoria Marxista da Dependência. 2011. 100pg. Dissertação (Mestrado em Economia Política), Programa de Pós-graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Rodrigo Marcelino. Capital financeiro e financeirização – resgate das chaves heurísticas para análise da contemporaneidade. In: MARX E MARXISMO 2011: TEORIA E PRÁTICA. Niterói, NIEPMM, 2011.

SILVEIRA, Helder Gordim. Argentina x Brasil: a questão do Chaco Boreal. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. In: FAUSTO, Boris(Org.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1977.

SIVOLELLA, Cristina Retta. Los tratados de 1851: repercusiones inmediatas en Uruguay y en Brasil. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA (SBPH), Anais da VI Reunião. São Paulo, 1987.

SOTO, Guilhermo Guajardo. Infraestructura y logística en la historia económica: una contribución a partir de los casos de Chile y México, ca. 1850-1970. Revista América Latina na História econômica. São Paulo, v.22, n.2, 2015. Disponível em:< http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=279138104001>. Acessado em 18 de jan. de 2016.

SOUZA, Rafael Rodrigo Ruela. Mauá e a tradição da modernização industrial no Brasil. 2007. 249 pg. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOUZA, Susana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ; GUAZZELLI; KÜHN; NEUMANN (org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul: texto e pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

STEIN, Stanley J.; STEIN, Bárbara H. A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica. 2. ed. Paz e Terra, 1977.

STOCCO, Sandra Pérez. La neutralidade Argentina en la Guerra del Chaco. Revista de historia – usal. N.5, 2012.

TAJAM, Héctor. El comercio exterior de Uruguay hasta 1940. Problemas de medición, alternativas e resultados. Revista América Latina na História econômica, São Paulo, V.9, n.17-18, 2002. Disponível em:< http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4833386.pdf>. Acessado em 30 de dez. de 2015.

TANZER, Michael. Os trustes petrolíferos e os países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

TAUNAY, Visconde de. A Guerra do Pacífico – Chile versus Peru e Bolívia. 2ª. edição. São Paulo: Melhoramentos, 1925.

_____. Memórias. São Paulo: Iluminuras, 2004.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial. 2007. 352 pg. Tese (Doutorado em Economia),

Programa de Pós-graduação em Ciências Econômicas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. Visões da Cisplatina: a criação do Estado Oriental – por Lavalleja e Anônimo. Revista Aedos (UFRGS), v. 2, n.3, p. 1-22, 2009.

TILLY, C. Grandes estructuras, procesos amplios, comparaciones enormes. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

URRUTIA, Carlo L. Guerra del Pacífico. Madrid: Ristre Multimedia, 2008.

VERA, Loreto Correa. Del poder a los tratados: desarrollo y ferrocariles en Bolivia, 1870-1904. Revista História. Santiago do Chile, v.2, n.46, 2013.

VILARINO, Ramon Casas. Acordos Roboré – Brasil, Bolívia e as questões do petróleo, desenvolvimento e dependência no final dos anos 1950. São Paulo: PUC/SP, (Tese de Doutorado), 2006.

VILLAGRA, Luis Rojas. Processo histórico de la economia paraguaya. Assunção: Secretaria Nacional de Cultura, 2012.

VITALE, LUIS (1986) Historia de la deuda externa latinoamericana y entretelones del endeudamiento argentino. Ed. Planeta: Argentina, 1986.

VIVÓ, Cristina Mazeo. Comerciantes en conflicto. La Independencia en el Perú y la transformación de la elite mercantil 1780 – 1830. Argentina: Anuario del Instituto de Historia Argentina, nº 11, 2011.

VIZCARRA, Catalina. Guano, Credible Commitments and Sovereign Debt Repayment in Nineteenth-Century. The Economic History Association. The Journal of Economic History, v.69, N.2, 2009.

VIZCARRA, Catalina. Guano, Credible Commitments and Sovereign Debt Repayment in Nineteenth-Century. The Economic History Association. The Journal of Economic History, v.69, N.2, 2009.

VIZCARRA, Dr. Nicanor Velarde. Remembranzas de La Guerra del Chaco. La Paz: EAGC Dom Bosco, 1976.

WALLERSTEIN, Immanuel. O capitalismo histórico. Lisboa: Ed. Estratégias criativas, 1999.

_____. El capitalismo histórico. Madrid: Siglo Veintiuno de Espanã Editores, 1988.

ZILIOTO, Guilherme Antônio. Dois Séculos de dívida pública. São Paulo: Editora Unesp. 2011.

ZISCHKA, Anton. A Guerra Secreta pelo Petróleo. Porto Alegre: Globo, 1936.